

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

LEANDRO RAIZER

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE
UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR DO RS BASEADA NA
TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS

Porto Alegre

2006

LEANDRO RAIZER

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR DO RS BASEADA NA
TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS

Dissertação de Mestrado para obtenção do
título de Mestre em Sociologia pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Dra. Clarissa Eckert Baeta Neves

Porto Alegre

2006

FOLHA DE APROVAÇÃO

Aos 20 dias do mês de dezembro de 2006 reuniu-se a banca examinadora composta pelos membros abaixo relacionados, para avaliar a Dissertação de Mestrado apresentada pelo aluno Leandro Raizer, intitulada: “EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: UMA ANÁLISE DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR DO RS BASEADA NA TEORIA DOS SISTEMAS SOCIAIS, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia pela Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A banca considera o aluno:

.....
.....
.....

Banca examinadora:

Profa. Dra. Clarissa Eckert Baeta Neves/UFRGS: _____

Profa. Dra. Maria Estela Dal Pai Franco/UFRGS: _____

Profa. Dra. Solange Maria Longhi/UPF: _____

Prof. Dr. César Marcello Jacome Baquero/UFRGS: _____

Porto Alegre, 20 de dezembro de 2006.

DEDICATÓRIA

Esse estudo é dedicado aos sociólogos e educadores, que como Florestan Fernandes e Paulo Freire, empreenderam grandes esforços pelo estudo do fenômeno educacional, e pela afirmação da inclusão cidadã e do direito inalienável de acesso ao conhecimento, à cultura, e aos mais altos níveis de ensino.

AGRADECIMENTOS

A meus pais e irmãos, familiares, namorada, o agradecimento pela vida compartilha, a cada dia renovada, que insufla meus pulmões de vida e esperança.

Aos amigos e colegas o agradecimento pelas lições aprendidas, e vivências inesquecíveis.

Ao PPG em Sociologia e a Capes o agradecimento pela confiança renovada a cada momento, e a certeza de minha dedicação e compromisso com a excelência da pesquisa e os estudos de nossa área.

A Dra. Clarissa Neves o agradecimento pela confiança, incentivo, e dedicação nesses últimos 4 anos.

RESUMO

O estudo analisa as transformações ocorridas no sistema de ensino superior do Brasil e do Rio Grande do Sul no período 1991-2004. Para tanto, parte-se das contribuições da teoria dos sistemas sociais da qual deriva o conceito de sistema de ensino superior diferenciado funcionalmente que é utilizado nesse estudo. Entre as dimensões desse conceito que foram investigadas destaca-se a análise do grau de complexidade alcançado pelo sistema (diversificação vertical e horizontal), e a sua autonomia, e de suas organizações, em relação à tomada de decisões e a influência de outros sistemas e organizações sociais. Entre os principais resultados ressalta-se à constatação de que a expansão ocorrida no período analisado manteve a tendência histórica de expansão do sistema (centralizada em poucas cidades, e pouco diversificada). Além disso, a expansão do sistema somente poderá ser mantida se ocorrer um processo de diversificação de tipos de IES e cursos (que atualmente são oferecidas em poucas cidades, e representam um baixo percentual das matrículas totais e número de cursos), que consigam atender as demandas cada vez mais complexas e diferenciadas da sociedade, ampliando assim o acesso de pessoas que foram historicamente excluídas desse nível de ensino.

Palavras-chave:

Educação Superior – Sociologia – Rio Grande do Sul – Teoria dos Sistemas Sociais

RÉSUMÉ

L'étude analyse les transformations produites dans le système d'enseignement supérieur du Brésil et de Rio Grande do Sul dans la période 1991-2004. Pour de telle façon, il se part des contributions de la théorie des systèmes sociaux desquels dérive le concept de système d'enseignement supérieur différencié fonctionnellement qu'il est utilisé dans cette étude. Entre les dimensions de ce concept qui ont été enquêtées se détachent l'analyse du degré de complexité atteint par le système (diversification verticale et horizontale), et son autonomie, et de leurs organisations, concernant la prise de décisions et l'influence d'autres systèmes et les organisations sociales. Entre les principaux résultats il se rejallit à la constatation dont l'expansion produite dans la période analysée a maintenu la tendance historique d'expansion du système (centralisé dans peu de villes, et peu diversifiée). En outre, l'expansion du système seulement pourra être maintenue se produire un processus de diversification de types de IES et des cours (qu'actuellement ils sont offerts dans peu de villes, ils et représentent une basse de pourcentage des inscriptions totales et un nombre de cours), ils que réussissent à faire attention les exigences de plus en plus complexes et différenciées de la société, en élargissant ainsi l'accès de personnes qui historiquement ont été exclues de ce niveau d'enseignement.

Mots-clé :

Éducation Supérieure - Sociologie - Rio Grande do Sul - Théorie des Systèmes Sociaux

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Modelo teórico de Clark (1983)	30
Figura 2: Modelo teórico de Cox (1994)	31
Figura 3: Tipos de cursos e formações de nível superior no Brasil.....	72
Figura 4: Organização administrativa das IES no Brasil	73
Figura 5: Esquema de diferenciação do sistema de ensino superior segundo o relatório do grupo de trabalho do BM, intitulado “O Ensino Superior nos Países em Desenvolvimento”.	75
Figura 6: Número total de IES no RS, e segundo dependência administrativa, 1991-2004.	78
Figura 7: Número total de IES no RS, e segundo a organização acadêmica , 1991-2004.	79
Figura 8: Número total de cursos de graduação no RS, e segundo a dependência administrativa, 1991-2004.	82
Figura 9: Número total de cursos de graduação no RS, e segundo a organização acadêmica, 1991-2004.	83
Figura 10: Porcentagem dos cursos de graduação presenciais oferecidos por IES federais, segundo a grande área de conhecimento. Brasil, 2003.	88
Figura 11: Porcentagem dos cursos de graduação presenciais oferecidos por IES estaduais, segundo a grande área de conhecimento. Brasil, 2003.....	88
Figura 12: Porcentagem dos cursos de graduação presenciais oferecidos por IES privadas particulares, segundo a grande área de conhecimento. Brasil, 2003.....	89
Figura 13: Porcentagem dos cursos de graduação presenciais oferecidos por IES privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas, segundo a grande área de conhecimento. Brasil, 2003.....	89
Figura 14: Número total de matrículas, e segundo a dependência administrativa no RS, 1991-2004.....	92
Figura 15: Número total de matrículas, e segundo a organização acadêmica no RS, 1991-2004.	93
Figura16: Número de matrículas por grande área do conhecimento, 1992, RS.....	94
Figura 17: Porcentagem de matrículas segundo a grande área do conhecimento, RS, 2003.....	95
Figura18: Número total de concluintes em cursos de graduação no RS, e segundo a dependência administrativa, 1991-2004.	98
Figura 19: Número total de concluintes em cursos de graduação no RS, e segundo a organização acadêmica, 1991-2004.	99
Figura 20: Porcentagem de concluintes segundo a grande área do conhecimento no RS, 1989.	100

Figura 21: Número de concluintes e percentual, segundo a grande área de conhecimento, no RS, 2003	100
Figura 22: Número total de candidatos inscritos em processos seletivos para cursos de graduação no RS, e segundo a organização administrativa, 1991-2004.....	104
Figura 23: Número total de ingressos em cursos de graduação, e segundo a organização acadêmica no RS, 1991-2004.	105
Figura 24: Número de candidatos e vagas, RS, 1991-2004.....	105
Figura 25: Número de ingressos e vagas.....	106
Figura 26: Distribuição das IES pelos municípios do RS, segundo a organização acadêmica por sede e campi, 2004.	111
Figura 27: Histograma do número de cursos de graduação segundo o município onde é ofertado, RS, 1991.....	117
Figura 28: Histograma do número de cursos de graduação segundo o município onde é ofertado, RS, 2003.	118
Figura 29: Distribuição das matrículas pelos municípios, RS, 1992 e 2003.....	122
Figura 30: Número de concluintes segundo os municípios, RS – 1991 e 2003.....	123
Figura 31: Distribuição dos ingressos pelos municípios do RS, 1992 e 2003.....	125
Figura 32: Número de vagas e ingressos nos municípios do RS, 1992.....	126
Figura 33: Localização das unidades da UERGS no RS.....	134
Figura 34: Criação de novas IES federais no país.....	136
Figura 35: Número de cursos seqüenciais no país segundo a dependência administrativa (2000-2005).....	147
Figura 36: Número de cursos seqüências segundo a região do país,2003-2005...	147
Figura 37: Taxa de acesso ao ensino superior dos jovens de 18 a 24 anos de idade, segundo a unidade da federação, 2003.....	156
Figura 38: Distribuição da população segundo a faixa etária, RS, 2003 e 2005.....	158
Figura 39: Distribuição da população segundo a faixa etária e o sexo, RS, 2005..	158
Figura 40: Participação do Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul no Brasil - 1995 a 2005.....	159
Figura 41: Porcentagem das pessoas entre 7 e 30 ou mais anos de idade que estavam estudando e o nível freqüentado (fundamental, médio, ou superior), RS, 2005.	164
Figura 42: Relação entre a soma de concluintes no ensino médio (2000 à 2002) e o número de ingressantes no ensino superior em 2003, nos municípios do RS.....	165
Figura 43: Relação entre a variação no número de concluintes no ensino médio (2000-2002) e a variação no número de ingressantes (2001-2003), municípios do RS.....	167
Figura 44: Fluxo da demanda potencial para ingressos na educação superior, região Sul, 2000-2009.	168

Figura 45: Cursos de mestrado no RS, 2004.	170
Figura 46: Cursos de doutorado no RS, 2004.	171
Figura 47: Matrículas na Pós-Graduação do RS, segundo a área do conhecimento, 2003.	172
Figura 48: Titulados na Pós-Graduação do RS, segundo a área do conhecimento, 2003.	173
Figura 49: Fluxo da demanda potencial para ingressos na educação superior segundo o número de pessoas que poderia pagar um curso superior, região Sul, 2000-2009.	176
Figura 50: PIB total por municípios, RS, 2003.	177
Figura 51: População economicamente ativa (PEA) total segundo o nível de instrução,RS,1992-2003.....	178
Figura 52: População economicamente ativa(PEA) ocupada segundo o nível de instrução, RS, 1992-2003.....	179
Figura 53: População economicamente ativa(PEA) desocupada segundo o nível de instrução, RS, 1992-2003.....	179
Figura 54: Remuneração média em todos os trabalhos segundo o nível de instrução e a faixa etária - Brasil – 2000.....	181
Figura 55: Pessoas freqüentando o ensino superior, inclusive a pós-graduação, segundo idade e o sexo, RS, 2003.	186
Figura 56: Freqüência ao ensino médio segundo o sexo e a idade, RS, 2003.....	187

Lista de quadros

Quadro 1: Surgimento das primeiras escolas e faculdades de ensino superior no Brasil, segundo o ano e Estado onde foi criada (1808-84).	47
Quadro 2: Evolução do Ensino Superior no Rio Grande do Sul.....	51
Quadro 3: Número de matrículas, e IES no país, 1907-1933.	53
Quadro 4: Matrículas e concluintes segundo a área específica, e número de Instituições e Escolas Superiores que as ofereciam, RS- 1949.	55
Quadro 5: Quadro histórico: data de criação do primeiro curso, data de fundação da universidade, localização da sede e dos campi, segundo a denominação atual da IES.	56
Quadro 6: Matrículas no primeiro e segundo graus, 1960-1975, RS.....	60
Quadro 7: Criação de Instituições Isoladas selecionadas no RS – 1953-1994.....	64
Quadro 8: Número de cursos de graduação segundo a grande área de conhecimento. Brasil e Rio Grande do Sul, 2003.	85
Quadro 9: Cursos de graduação segundo a área de conhecimento e a organização acadêmica. Brasil e Rio Grande do Sul, 2003.	86
Quadro 10: Cursos de graduação no RS segundo a grande área de conhecimento, 2000-03	87
Quadro 11: Análise de regressão. Relação entre a variação de matrículas no ensino superior(2000 a 2004) e variação no número de IES (2000 a 2004) segundo os COREDES/RS.	116
Quadro 12: Campi e cursos segundo a cidade e cursos oferecidos sob a responsabilidade da UFPel e UFSM.	137
Quadro 13: Número de Cursos seqüenciais oferecidos pelas IES do RS (2003-2005).	149
Quadro 14: Número de cursos seqüenciais no RS, cidades e IES(2005).....	150
Quadro 15: Tipologia Cursos Seqüenciais.	151
Quadro 16: Número de matrículas e concluintes segundo o nível de ensino, RS, 2000-2004.....	157
Quadro 17: Análise de regressão. Número de concluintes no ensino médio em 2000 e 2002 e número de ingressantes no ensino superior em 2001 e 2003, municípios do RS.	165
Quadro 18: Análise de regressão. Relação entre a variação no número de concluintes no ensino médio (2000 a 2002) e a variação no número de ingressantes (2001 a 2003), municípios do RS.	166
Quadro 19: Pessoas com cinco ou mais anos de idade que freqüentavam o ensino superior, RS, 2001-2005.....	176
Quadro 20: Análise de regressão. Pib total (2003) e matrículas no ensino superior(2004), segundo os COREDES, RS.	177
Quadro 21: Rio Grande do Sul - Média dos anos de estudo da população em idade ativa - PIA (10 anos ou mais de idade), 1992/2003.	177

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População total no RS, rural e urbana, 1950-1970.....	59
Tabela 2: Número de matrículas no segundo grau e ensino superior,RS,1960-75...63	63
Tabela 3: Indicadores do desempenho do sistema de ensino superior no Brasil, 1991-2004.....	67
Tabela 4: Indicadores do desempenho do sistema de ensino superior no RS, 1991-2004.....	68
Tabela 5: Áreas específicas com o maior número de cursos de graduação presenciais no RS, 1991-2003, e taxa de variação.....	90
Tabela 6: Cursos de graduação com o maior número de matrículas no RS, 2004...96	96
Tabela 7: Cursos com maior número de matrículas em 1992 e 2004, e porcentagem em relação ao Estado, RS.....	97
Tabela 8: Número de cursos, de matrículas e concluintes no ensino superior, segundo áreas do conhecimento 2000-2003, RS.....	101
Tabela 9: Número de concluintes segundo os 20 cursos com maior número de egressos em 2003, RS, 1991-2003.....	102
Tabela 10: Número de vagas, inscritos e ingressos em cursos de graduação presencial no RS, 1991-2004.....	103
Tabela 11: Número de vagas, ingressos e candidatos inscritos, RS, 2004.....	106
Tabela 12: Estatísticas do percentual de pessoas de 18 a 24 anos que estão freqüentando curso superior, 1991-2000 e variação, nos municípios do RS.....	109
Tabela 13: Estatísticas do percentual de pessoas de 25 anos ou mais freqüentando curso superior, 1991, 2000 e variação nos municípios do RS.....	110
Tabela 14: IES públicas no RS.....	112
Tabela 15: Centros Universitários no RS.....	113
Tabela 16: Institutos Superiores no RS.....	114
Tabela 17: Universidades privadas no RS.....	115
Tabela 18: Estatísticas descritivas do número de cursos por município onde é ofertado, RS, 1991.....	117
Tabela 19: Estatísticas descritivas do número de cursos por município onde é ofertado, RS, 2003	118
Tabela 20: Estatísticas descritivas da presença de cursos nos municípios segundo a área de conhecimento. Agricultura e veterinária; Educação; Engenharia, construção e produção; Ciências sociais, negócios e direito, RS – 2003.....	119
Tabela 21: Estatísticas descritivas da presença de cursos nos municípios segundo a área de conhecimento. Humanidades e artes; Serviços; Ciência, matemática e computação; e Saúde e bem-estar social, RS – 2003.....	120
Tabela 22: Estatísticas descritivas, matrículas por município, RS, 1992 e 2003.....	121

Tabela 23: Estatísticas descritivas, número de concluintes por município, RS, 1991-2003.....	123
Tabela 24: Número de vagas por municípios do RS, 1992 e 2003.....	124
Tabela 25: Número de ingressos por municípios do RS, 1992 e 2003.....	125
Tabela 26: Estatísticas descritivas dos novos cursos criados entre 1991 e 2003, RS.....	141
Tabela 27: IES credenciadas e autorizadas pelo MEC com sede no RS , a oferecer cursos à distância. 2006.....	143
Tabela 28: Número de Cursos, Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos, Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos (*), Matrículas em 30/06 e Concluintes nos Cursos de Graduação a Distância, segundo as Instituições, RS- 2004.....	144
Tabela 29: Indicadores dos cursos sequenciais, RS, 2004.....	151
Tabela 30: Pessoas que freqüentavam os diferentes níveis de ensino, o sexo segundo a população total e jovens de 18 a 24 anos de idade – Rio Grande do Sul, 2004.....	157
Tabela 31: Distribuição da população ocupada (%), segundo setor de atividade e posição na ocupação na RMPA - 1993 e 2005.....	160
Tabela 32: Número de matrículas e concluintes no ensino fundamental, médio e superior no RS, 1990-2004.....	163
Tabela 33: Demanda efetiva e demanda potencial, Estados, 1999.....	168
Tabela 34: Número de programas de pós-graduação, segundo a dependência administrativa, RS, 1996 e 2004.	170
Tabela 35: Número de matrículas em cursos de mestrado e doutorado segundo a dependência administrativa e instituição, 2004, RS.....	172
Tabela 36: Análise de regressão. Taxa de acesso ao ensino superior de jovens de 18 a 24 anos de idade (2000), Renda per capita municipal (2000), Índice de Gini municipal (2000) Taxa de acesso ao ensino médio de jovens de 15 a 17 anos de idade (2000).....	174
Tabela 37: Análise de regressão. Relação entre total de matrículas no ensino superior (2004), taxa de urbanização (2004) e IDESE/RENDA (2004), segundo os COREDES, RS.....	175
Tabela 38: Variação do Fluxo Anual de Demanda Efetiva entre 2000-2009 (em %) de acordo com hipóteses diversas - Região Sul.....	175
Tabela 39: Taxa de correspondência entre diploma e ocupação.....	182
Tabela 40: Principais fluxos pendulares municipais, classificados por volume de saldo total, do Rio Grande do Sul — 2000.....	184
Tabela 41: População residente, por deslocamento para trabalho ou estudo, no Rio Grande do Sul — 2000.....	185
Tabela 42: Análise de regressão. Relação entre número de matrículas no ensino superior(2004) e porcentagem de população de mulheres de 15 a 24 anos (2004), segundo os COREDES.....	186

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

C & T: Ciência e Tecnologia.

CIENTEC: Fundação de Ciência e Tecnologia.

Com. conf. e fil.: IES comunitárias, confessionais e filantrópicas.

COMUNG: Consórcio das Universidades Comunitárias.

COREDES: Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico e Social.

FAMURS: Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul.

FAPERGS: Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul.

FAPESP: Fundação de Apoio a Pesquisa do Estado de São Paulo.

FEE/RS: Fundação de Economia e Estatística do RS.

FEPAGRO: Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDESE: Indicador de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado.

IES: Instituições de Ensino Superior.

INEP: Instituto Nacional de Pesquisas e Estudos Educacionais Anísio Teixeira.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

MEC: Ministério da Educação.

PEA: População Economicamente Ativa.

PIA: População em Idade Ativa.

PNAD: Pesquisa Nacional de Amostra por domicílios.

RS: Rio Grande do Sul.

SE: Sistema de Ensino.

SES: Sistema de Ensino Superior ou Educação Superior.

SUMÁRIO

FOLHA DE APROVAÇÃO	3
DEDICATÓRIA	4
AGRADECIMENTOS	5
RESUMO	6
RÉSUMÉ	7
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE TABELAS	12
LISTA DE SIGLAS E ABREVIações	14
INTRODUÇÃO	18
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	21
1.2 OBJETIVOS.....	23
1.3 METODOLOGIA	24
1.4 HIPÓTESES.....	28
CAPITULO I – EDUCAÇÃO COMO SISTEMA	29
1.1 ABORDAGENS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	29
1.2 NIKLAS LUHMANN E A EDUCAÇÃO	35
1.2.1 A EDUCAÇÃO COMO SISTEMA.....	40
1.2.2 O SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR	41
1.2.2.1 AS ORGANIZAÇÕES EDUCACIONAIS	42
CAPITULO II - DO SURGIMENTO AO DESENVOLVIMENTO ATUAL DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR NO PAÍS E NO RS	45
2.1 O SURGIMENTO DAS PRIMEIRAS IES E CURSOS NO PAÍS (1890-1930)	45
2.2 O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO SUL (1890-2004).....	50
2.2.1 INSTALAÇÃO (1883 – 1930)	52
2.2.2 CENTRALIZAÇÃO (1930 – 1960)	54
2.2.3 INTERIORIZAÇÃO. MODELOS REGIONAIS (1960 – 1980).....	57
2.2.4 CONSOLIDAÇÃO DAS IES COMUNITÁRIAS (1980 – 1996)	65
2.2.5 DIVERSIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR?(1996 -2004)	67

CAPÍTULO III – O SISTEMA SE EXPANDE I (1991-2004): A EXPANSÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL70

3.1 ORGANIZAÇÃO ATUAL DO SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR	70
3.1.1 POLÍTICAS DE EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO.....	74
3.2 IES.....	78
3.3 CURSOS.....	81
3.3.1 CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS	81
3.3.2 CURSOS SEGUNDO A ÁREA DO CONHECIMENTO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	84
3.3.3 ÁREA ESPECÍFICA E NÚMERO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAIS	90
3.4 MATRÍCULAS	91
3.4.1 MATRÍCULAS SEGUNDO A GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO	94
3.4.2 MATRÍCULAS POR CURSO	95
3.5 CONCLUINTES	97
3.5.1 CONCLUINTES SEGUNDO A ÁREA DO CONHECIMENTO.....	100
3.5.2 CONCLUINTES POR CURSO	101
3.6 VAGAS, CANDIDATOS E INGRESSANTES EM PROCESSOS SELETIVOS	102

CAPÍTULO IV - O SISTEMA SE EXPANDE II (1991-2004): A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL.....108

4.1 DINÂMICAS MUNICIPAIS E EDUCAÇÃO SUPERIOR	108
4.2 IES.....	110
4.3 CURSOS, MATRÍCULAS, CONCLUINTES, VAGAS E INGRESSOS	116
4.3.1 CURSOS.....	116
4.3.2 MATRÍCULAS	121
4.3.3 CONCLUINTES	122
4.3.4 VAGAS E INGRESSOS	124

CAPÍTULO V – O SISTEMA SE DIVERSIFICA.....127

5.1 NOVAS IES.....	127
5.1.1 Os CENTROS UNIVERSITÁRIOS.....	127
5.1.2 TRANSFORMAÇÃO E CRIAÇÃO DE IES PÚBLICAS NO ESTADO	133
5.1.2.1 A CRIAÇÃO DA UERGS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL.....	133
5.1.2.2 A CRIAÇÃO DA UNIPAMPA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA.....	135
5.1.2.3 TRANSFORMAÇÃO DA FFCMPA EM FUFCSA	138
5.2 NOVOS CURSOS	140
5.2.1 GRADUAÇÃO	140
5.2.1.1 CURSOS DE GRADUAÇÃO À DISTÂNCIA.....	142
5.2.2 SEQÜENCIAIS	146
5.2.3 TECNOLÓGICOS.....	153

CAPITULO VI - O SISTEMA SE TORNA COMPLEXO: ENSINO SUPERIOR E SOCIEDADE NO RIO GRANDE DO SUL	155
6.1 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO, E A EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL.....	155
6.1.1 O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR E A RELAÇÃO COM O SUBSISTEMA DE EDUCAÇÃO BÁSICA E O DE PÓS-GRADUAÇÃO	162
6.1.2 O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR E A RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DEMOGRÁFICO DO RS	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
REFERENCIAS	198
ANEXO	207

Introdução

As sociedades contemporâneas vêm passando por um conjunto de transformações - de seus valores, normas e regras- altamente aceleradas e complexas. Essas transformações têm alterado a forma como as pessoas se socializam e interagem com os demais indivíduos e com os diversos tipos de instituições sociais (Estado, escola, universidade, família, religião, etc.) (SANTOS, 2002; GIDDENS, 2001).

O entendimento dessas transformações, dada a complexidade dos processos e atores imbricados, somente pode ser feita através de perspectivas que abordem as diversas dimensões dos fenômenos macro-sociais que caracterizam as sociedades atuais, e suas implicações sobre os micro-fenômenos e a conduta dos indivíduos (BAJOIT, 2002).

Também é importante considerar que essas transformações se dão num contexto no qual as sociedades passam a sofrer a influência crescente de um novo paradigma societal, marcado pelo surgimento de um novo modelo de acumulação e produção. Esse novo modelo produtivo, denominado de informacional, é marcado pelo surgimento de relações sociais em forma de redes globais e regionais. Nesse modelo, o domínio e a capacidade de produção de inovações, conhecimentos e informações passa a ser determinante para o desenvolvimento das economias nacionais e regionais (CASTELLS, 1999).

Dessa forma, com a intensificação do processo de globalização passa a ocorrer uma integração cada vez maior entre demanda e oferta, produção e inovação. Daí a necessidade de formação cada vez mais especializada e qualificada dos trabalhadores que precisam ter controle de complexos processos de produção de inovações e informações.

É diante desse contexto, de transformações aceleradas nas diversas dimensões da vida social, que esse estudo busca contribuir para a compreensão das relações que vem se estabelecendo entre sociedade e educação. Mais

especificamente, propõe-se a investigar o impacto dessas transformações no sistema de ensino superior no Rio Grande do Sul. Tal preocupação justifica-se na medida em que o conhecimento e a educação passam a ser considerados como elementos chave para o desenvolvimento social, econômico e político dos países.

Entre as transformações produzidas no sistema de ensino superior, nas últimas décadas, destaca-se o processo de expansão da oferta de vagas e de cursos superiores, expansão do número e tipo de IES, e o surgimento de novas modalidades de ensino. Além disso, têm ocorrido mudanças na forma como as IES se organizam e interagem com a sociedade, o Estado e a economia.

Foi nesse contexto favorável de expansão do acesso ao nível superior que o Brasil, na década de 1990, fruto de políticas de expansão e políticas de diversificação (Constituição Federal de 1988, LDBN de 1996, etc.) experimentou uma elevação geral nas taxas de acesso ao ensino superior em todos os estados. Essa expansão deu-se de forma diversificada, com a criação de novos tipos de IES e cursos.

Partindo dessas constatações sobre as mudanças na sociedade e na organização da educação superior, investigar-se-á nesse estudo como se deu o processo de expansão do acesso ao ensino superior no Rio Grande do Sul a partir da década de 1990. Para tanto, parte-se das noções de *diferenciação* e *diversificação* da educação superior desenvolvidas por Neves (2002; 2003-b; 2003-c) para interpretar a forma como se deu esse processo. Assim como das relevantes análises realizadas pelo Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU) que desde a década de 1980 vem realizando inúmeros estudos sobre o ensino superior no país e no Rio Grande do Sul¹.

Também com a preocupação de problematizar essas transformações diante de um cenário mais amplo de mudanças societárias, buscou-se estabelecer um diálogo com a teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann, a qual possibilitou uma apreensão mais ampla do fenômeno e de suas relações com as diversas esferas da vida social.

¹ Sobre os estudos realizados por pesquisadores do GEU sobre o ensino superior no RS ver FRANCO (1992, 1993-a, 1993-b, 1993-c 1997-a, 1997-b, etc.), NEVES (1987, 1991, 2003-a, 2003-b, 2003-d, 2005, 2006), OLIVEN (1980,1990), LONGHI (1997-a, 1997-b, 1998), MOROSINI(1996, 2003, 2005), e outros.

Com base nos conceitos de *diversificação* e *diferenciação* e, com base na teoria dos sistemas sociais, o sistema de ensino superior é entendido como um conjunto de instituições educacionais, organizadas de forma sistêmica, que possuem uma lógica específica de funcionamento e que desempenham diversas funções na sociedade contemporânea: produção de conhecimento, ensino, extensão, e que são acopladas estruturalmente por outros sistemas.

Partindo desse entendimento teórico da organização do sistema de educação e de seus subsistemas e organizações, espera-se que o trabalho sirva de inspiração, uma análise do estado da educação superior no RS, de seus desafios e conquistas, para a realização de pesquisas mais avançadas e específicas sobre as inúmeras dinâmicas que serão abordadas.

A dissertação está organizada em seis capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo faz-se uma introdução a algumas abordagens sobre educação superior, dando ênfase à apresentação da teoria de Niklas Luhmann.

Já o segundo capítulo é formado por um curto histórico sobre o surgimento da educação superior no Brasil e no RS, no qual se dá ênfase ao surgimento das primeiras IES e cursos, e a ampliação do acesso em face das mudanças econômicas, políticas e sociais em curso até o início da década de 1990.

Por sua vez, o capítulo seguinte é uma tentativa de reconstrução empírica das transformações ocorridas no sistema de ensino superior nos últimos quinze anos. Nele são analisados diversos indicadores referentes ao sistema no Brasil e RS, tomando-se como unidade de análise o estado do Rio Grande do Sul.

No quarto capítulo, com o objetivo de refinar a análise realizada no anterior e responder a problemática de pesquisa, parte-se para a investigação minuciosa das transformações ocorridas em nível municipal, por áreas de conhecimento e cursos.

O capítulo seguinte aborda a diversificação do sistema através da análise da experiência e impacto dos novos cursos (seqüenciais, tecnológicos, graduação) e das IES criadas entre 1991 e 2006.

Por fim, o último capítulo é uma análise que confronta os dados do sistema de ensino com diversos indicadores sociais, buscando construir possíveis explicações para as transformações ocorridas nas últimas décadas e sobre o atual estado de conformação e organização do sistema.

1.1 Problema de pesquisa

A gênese das primeiras IES que viriam a dar origem ao sistema de ensino superior no RS data do final do século XIX. Em 1893 surge a primeira Escola Superior com sede no município de Pelotas. Posteriormente surgirão mais Escolas, Faculdades e cursos em Porto Alegre e Santa Maria, com destaque para a Faculdade de Medicina e as Escolas de Direito e Engenharia de Porto Alegre fundadas no fim do século XIX.

Na década de 1930, através da fundação da Universidade de Porto Alegre (UPA), sob jurisdição do Governo Estadual, ocorreu um processo de concentração da oferta de cursos superiores na Capital do estado. Nessa época, o acesso ao ensino superior permanecia sendo privilégio das elites políticas e econômicas da época. Foi no final da década de 1940, com a transformação da UPA em Universidade do Rio Grande do Sul (URGS) em 1949, e em meio a aceleradas mudanças políticas, sociais e econômicas, que essa nova instituição passou a congrega Faculdades e Escolas Superiores de três cidades do estado, incorporando a idéia de uma instituição que abrangesse todo o Rio Grande do Sul.

No entanto, apenas após a década de 1960 começou um efetivo movimento de interiorização das IES já existentes, assim como a criação de novas IES (na sua grande maioria, IES isoladas privadas), e IES comunitárias. Também foi nesse período que ocorreu a tentativa de implantação de modelos regionais no estado. Esse movimento, de fato, ganha força durante a década de 1980 com a consolidação das IES comunitárias, criação de núcleos universitários, e expansão do número de IES privadas isoladas.

Na década de 1990, após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e, principalmente da LDBN de 1996, o estado passou por uma reorganização do sistema de ensino superior marcada pelo aumento do número e surgimento de novos tipos de IES, aumento do número de matrículas e concluintes, criação de novos cursos, etc.

Partindo dessas constatações, o problema de pesquisa central que esse estudo buscará responder é se as transformações ocorridas nessa última fase alteraram significativamente as dinâmicas anteriores, a tal ponto que o sistema

possa, no presente, ser identificado como um sistema complexo e diferenciado funcionalmente?

Para responder a essa pergunta, partimos da conceituação e caracterização desenvolvido por Neves, ao descrever a estrutura e funcionamento de um sistema de ensino superior diferenciado funcionalmente e com elevado grau de complexidade. Segundo essa pesquisadora, tal sistema conta com uma hierarquia de instituições de ensino superior e tipos cursos relativamente amplos, estabelecidos segundo nível de qualidade, abrangência, grau de exigência cognitiva e reputação. A diferenciação no sistema não se dá exclusivamente no plano vertical da oferta de oportunidades de formação e desenvolvimento, mas, também, no sentido horizontal, a partir de uma multiplicidade de objetivos, conteúdos programáticos educacionais, prerrogativas, dentre outros. Além disso, o sistema entendido em sua complexidade possui fronteiras flexíveis com os demais elementos de sua composição. Essa flexibilidade é um pré-requisito para que possa haver permeabilidade e uma efetiva intercomunicação entre seus componentes (NEVES, 2002, 2003, 2004).

Ainda, segundo Neves,

[...] o conceito de diferenciação ou diversificação aplica-se à descrição de estruturas integradas, ou seja, às oportunidades de atendimento às diferenças de motivação, perspectivas profissionais e capacidade dos estudantes, assim como o pronto e ágil atendimento às demandas especializadas do processo de crescimento econômico e mudança social (2002, p. 53).

Partindo do conceito de sistema de ensino superior diferenciado, e do contexto das recentes transformações, toma-se como objeto de pesquisa o processo de constituição e diferenciação do sistema de ensino superior no RS - de seus subsistemas e organizações- entendido aqui, como um conjunto de comunicações sociais que, organizadas sistemicamente, possuem uma lógica específica de funcionamento e que desempenham, através de suas organizações, diversas funções na sociedade contemporânea: produção de conhecimento, ensino, extensão², etc.

Em outras palavras, investigar-se-á a produção das distintas comunicações pelos sistemas sociais e a forma como o sistema educacional e suas organizações

²Quanto à problematização em torno da extensão universitária no RS, as pesquisas desenvolvidas por Enio Waldir da Silva: Ensino Superior Regional: A Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul(1994) e A Extensão Universitária: concepções e práticas(2003) no PPG-Sociologia da UFRGS; são de grande relevância.

interpretam e processam, autopoieticamente, tais informações/irritações e como reagem a elas. Assim, uma das temáticas que perpassa todo esse estudo é a de entender como a LDBN de 1996 - analisada como uma comunicação resultante de uma série de pressões e demandas de distintas ordens, provindas de diversos sistemas e produzida no sistema político e do direito- gera uma irritação sobre o sistema educacional. Dessa forma, pretende-se investigar de que forma o sistema de educação superior, e suas diversas instituições, reagiram a essas irritações provocadas pela nova legislação.

Outra problemática também relevante é o de entender que mudanças ocorreram e como essas mudanças no ensino superior alteraram as relações entre as IES e seus egressos com os outros níveis de educação, a economia, o desenvolvimento regional, a demografia e as migrações.

Dessa forma, o problema que se coloca aqui, é o de compreender teórica e empiricamente de que forma vem se dando o processo de transformação da educação superior no RS, e a mudança nas relações que esse sistema estabelece com seu entorno.

Nesse sentido, tentar-se-á investigar e explicar como se configuram e se constituem as comunicações que acabam criando e cristalizando novas diferenciações. Quais são os impactos sofridos no interior do sistema de ensino superior, com o desenvolvimento crescente da diferenciação funcional e conseqüente aumento da complexidade? Quais as funções sociais desempenhadas pelo sistema de ES no RS e nas diferentes regiões e cidades; reprodução ou inovação? Qual é o âmbito de definição das políticas educacionais e, como essas demandas são processadas pelo sistema de ensino? Onde são tomadas as decisões para criação de novos cursos e IES? Onde de fato ocorreu diversificação? Houve inclusão social? O sistema de ES no RS de fato se diversificou? Ele atende adequadamente e de forma eqüitativa as diversas demandas econômicas, sociais, políticas e culturais do presente?

1.2 Objetivos

O principal objetivo desse estudo é produzir um amplo mapeamento e uma análise da expansão e diversificação do sistema de ensino superior no RS ao longo

da década de 1990 até o presente. Com isso, pretende-se ao final do estudo ter subsídios para responder a problemática de pesquisa e corroborar as hipóteses.

Nesse sentido, podem ser destacados quatro objetivos específicos. O primeiro é o mapeamento e análise das transformações recentes no ES do Brasil e RS (aumento de matrículas, ingressantes, número de IES, número e tipos de cursos, etc). O segundo é a realização de uma análise da implantação, desenvolvimento e experiência dos novos tipos de IES, dos Cursos Seqüenciais, Tecnológicos, e o surgimento de novos cursos de bacharelado e licenciatura no RS.

Já o terceiro objetivo específico refere-se à necessidade de problematizar essas transformações do SES, analisando sua relação com as transformações sociais mais amplas. Assim, buscar-se-à descrever, analisar e problematizar teoricamente a relação estabelecida entre o sistema econômico (mercado de trabalho, desenvolvimento econômico, etc.), a sociedade, o Estado e os novos cursos e IES resultantes da diversificação funcional do sistema de ES.

O quarto objetivo específico diz respeito à análise de como o SES do RS, e suas diferentes IES, reagiram as diferentes Leis, normalizações e pareceres emitidos pelo sistema político e do direito no período 1991-2004.

1.3 Metodologia

Para a realização desse estudo e consecução de seus objetivos, parte-se da concepção Luhmaniana que concebe o pesquisador como um observador de segunda ordem da realidade, o qual, segundo Arnold,

[...] es un tipo de observador externo, orientado a la observación de observaciones y sus respectivas observaciones. Desde su posición no sólo puede observar lo que sus observados indican y describen – el qué observan-, sino también, captar los esquemas de diferencias con que marcan tales observaciones y trazan sus distinciones – el cómo observan (2004, p. 16).

Assim sendo, diante dessa perspectiva cabe ao sociólogo, através do uso de uma construção conceitual que lhe permita distinguir a forma como os sistemas se diferenciam de seus entornos, analisar a forma como os sistemas se organizam, e as comunicações que eles emitem em relação às observações que produzem sobre si mesmos e sobre os demais sistemas.

Nesse estudo parte-se do conceito de sistema de ensino superior funcionalmente diferenciado que é utilizado como um recurso teórico-metodológico para se estudar as transformações na organização dos sistemas de ensino contemporâneos. Assim, sua função aproxima-se da desempenhada pelo método do tipo ideal e do tipo extremo, através dos quais o pesquisador constrói um modelo, lógico racional ou abstrato empírico, da realidade estudada. A partir de então, através da operacionalização desse modelo, o pesquisador passa a compará-lo com a realidade empírica para estabelecer aproximações e observações (Fernandes, 1967).

Desde essa perspectiva, e segundo Luhmann um sistema de ensino superior diversificado, tomado como modelo de análise, é operacionalizado através de duas dimensões principais: grau de autonomia em relação ao entorno (autopoíeses), no caso do sistema educacional essa dimensão é operacionalizada através da análise da forma como ele se relaciona com os demais sistemas sociais e como organiza o processo de tomada de decisões (escolhas) em relação às possibilidades de atuação; e grau de diferenciação interna (complexidade) – que nesse caso pode ser percebida através da diversificação, que abrange dois grupos de indicadores principais: diversificação vertical (tipos de IES, forma como se organizam, especialização funcional, vocacional, etc.), e diversificação horizontal (tipos de cursos, modalidades de educação, programas diferenciados, etc).

Para apreender essas dimensões e indicadores coloca-se como necessário o recurso a diferentes técnicas, qualitativas e quantitativas, que dêem conta das mudanças na estrutura do sistema e da forma como ele interage com os demais sistemas; e da mudança nas comunicações que emite.

Para tanto, utiliza-se a metodologia comparativa, composta por um estudo longitudinal sobre o RS (e quando necessário comparado com dados do Brasil), e comparativo em relação às regiões e municípios selecionados. A opção por essa metodologia é adequada para a análise que se seguirá, já que dá conta tanto dos processos de gênese do sistema de educação superior, suas transformações ao longo do tempo, como também das distintas dimensões e transformações ocorridas nos municípios.

Em relação às técnicas de pesquisa, em primeiro lugar, destaca-se a coleta de dados estatísticos, junto a IES, órgãos governamentais (SEC/RS, FEE/RS, INEP/MEC, IBGE), e instituições que disponibilizavam acesso a anuários estatísticos

e documentos antigos, para composição de séries históricas sobre indicadores do sistema de educação superior do RS. A análise desses dados coletados, através da construção de um banco de dados, produziu o embasamento empírico do capítulo 3, 4 e 5. Os dados dizem tanto respeito ao estado do RS, como também aos municípios e aos COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico e Social).

Em relação aos dados por município, como número de matrículas, cursos, IES, vagas, candidatos, concluintes, etc, destaca-se a dificuldade em proceder o processamento e análise dos mesmos, já que os dados anteriores ao ano de 2000 não estão mais disponíveis no sistema on-line (INEP), de tal forma que se procedeu uma busca e análise de extensos registros impressos. Além disso, os dados municipais que foram coletados no INEP (especialmente os de 2000) apresentam certas inconsistências as quais se devem, entre outros fatores, a não referencia de uma expressiva porcentagem dos dados ao município no qual foi registrado. Apesar disso, através do uso da técnica de checagem múltipla com outras fontes, conseguiu-se atingir cerca de 80% a 95% de confiabilidade nos dados referentes aos municípios.

Em segundo lugar, destaca-se a análise dos dados e dos relatórios de pesquisa que trataram da criação e oferta dos cursos seqüências no RS, e das novas instituições (Centros Universitários) criadas após a LDBN de 1996³. A produção desses dados contou com a coleta de informações junto as IES, e com a realização de entrevistas com coordenadores de cursos seqüências e gestores dos Centros Universitários. Também utilizou-se dados fornecidos pela Secretaria de Ensino Superior (SeSu) do MEC. A análise e interpretação de um conjunto desses dados resultaram na fundamentação do capítulo 5, no qual é analisada a diversificação do sistema ao longo da década de 1990 até o presente.

Em relação às entrevistas que auxiliaram na elaboração desse estudo, destacam-se três que foram realizadas com Reitores e Pró-Reitores de IES do estado. Duas foram realizadas em Universidades, uma federal e outra comunitária, e uma em um Centro Universitário confessional. Além dessas entrevistas, também

³Os dados e relatórios referem-se aos projetos: “Diversificação da educação superior no RS: um novo cenário?” e “Diversificação do ensino superior no RS: as novas IES e os Centros Universitários”; ambos coordenados pela profa. Dra. Clarissa Neves, dos quais o autor como pesquisador no período 2005-2006.

utilizou-se dados e relatos coletados em entrevistas com gestores de cursos seqüenciais, Centros Universitários e Universidade Estadual, realizadas durante os anos de 2004 e 2005, das quais o autor participou como pesquisador integrante dos projetos de pesquisa já mencionados.

Outra técnica importante foi à realização de uma pesquisa histórico-comparativa entre as diferentes instituições de ensino superior selecionadas do RS e o seu desenvolvimento ao longo do século XX. Para tanto, realizou-se coleta de dados e informações em bancos de dados, museus, arquivos históricos, jornais, centros de pesquisa, secretarias e órgãos governamentais de educação. Esses dados empíricos, juntamente com a leitura de inúmeros livros, estudos, teses, dissertações e relatórios de pesquisa produzidos sobre o tema nos últimos anos, fundamentaram a análise sobre o surgimento e consolidação do sistema de ensino superior no RS que foi realizado no capítulo 2.

Além disso, destaca-se o processamento e análise estatística de inúmeros indicadores sociais, de abrangência municipal e Estadual, que abarcam o período de 1883 a 2006. Para tanto, foram consultadas inúmeras bases de dados (IBGE, INEP/MEC, FEE/RS, DAU/SEC/RS, DEE/SEC/RS, etc.). A análise desses dados foi à base para a análise da interação entre o sistema de educação superior com os demais sistemas realizada ao longo dos capítulos e, principalmente, no capítulo 6.

Outro aspecto relevante diz respeito à análise de legislação educacional (Leis, Decretos, Normas e Pareceres), assim como atos normativos das IES, e de suas diversas formas de manifestação (folhetos, publicações, etc.). A análise desse material empírico, entendido como comunicações emitidas pelo sistema político e do sistema educacional – é de suma importância, pois permite a apreensão da auto-observação que essas organizações fazem de si, como da observação que produzem dos demais sistemas com os quais interagem.

Essa técnica de pesquisa, ou seja, a análise da forma como esses sistemas se vêem, e como eles caracterizam os demais sistemas, está ligada à necessidade de operacionalização do conceito de auto-referência e de seleção de sentido. Mecanismos que acabam por influenciar o tipo de seleção realizada, assim como as opções tomadas, entre as possíveis possibilidades ao longo do processo de desenvolvimento das IES.

Nesse sentido, de forma geral, a perspectiva sistêmica sobre a qual esse estudo se apóia,

[...] enfatiza el análisis del sistema total, en vez de detenerse en las partes o subsistemas componentes ... se esfuerza en conseguir la eficacia del sistema total, más que por mejorar la eficiencia de las partes o subsistemas sin tener suficientemente en cuenta la interdependencia e interconexión de cada una de las partes que interactúan. Estas consideraciones no sólo son válidas para aplicar en una institución docente, sino también para todo el sistema educativo. (No) afirmamos que sea la única manera significativa de estudiar la administración y las organizaciones. En este momento, nos parece la más significativa, habida cuenta del desarrollo actual de la ciencia y las transformaciones que se han ido dando en las organizaciones (ANDER-EGG, 1995, p. 72-3).

1.4 Hipóteses

1. A expansão do sistema de ES no RS, durante o período 1991-2004, foi influenciada por políticas educacionais, e deu-se através da diversificação vertical e horizontal, e pelo crescimento de vagas no setor privado.
2. A diversificação ocorrida nesse período não representou uma significativa alteração na oferta de tipos de educação superior no estado.
3. No RS a diversificação do sistema de ensino superior sofre com a instabilidade comunicacional provocada pela irritação e acoplamento estrutural provocados pelo sistema político, do direito e do sistema econômico. Isso se deve a não existência de um plano de desenvolvimento para a educação superior no estado, no que se refere à implementação, adequação e ajuste entre as políticas de emprego, qualificação de recursos humanos, fomento, educação e C & T.

Capítulo I – Educação como sistema

O presente capítulo está organizado em duas partes principais. Na primeira parte são apresentadas algumas abordagens que, pela sua capacidade de englobar simultaneamente as diversas dimensões que intervêm na educação, são relevantes para a compreensão do fenômeno estudado, a saber, a expansão do ensino superior e as transformações na sua relação com a sociedade.

Na segunda parte, apresentamos a teoria social de Niklas Luhmann e suas contribuições para a sociologia da educação. Essa teoria foi o aporte teórico escolhido para realização desse estudo. Tal escolha deveu-se a dois fatores principais. O primeiro deles é a constatação da inexistência de estudos que testassem as proposições e hipóteses da teoria Luhmaniana, principalmente no campo de estudos sobre ensino superior. Já o segundo fator diz respeito à hipótese de que a teoria dos sistemas sociais, através do conceito de sistema de educação e sistema de ensino superior funcionalmente diferenciado, pode contribuir para a ampliação da capacidade explicativa do fenômeno.

1.1 Abordagens sobre as transformações na educação superior

Entre as dimensões relevantes que devem ser abordadas para a compreensão das sociedades atuais destaca-se o estudo das formas como os indivíduos são socializados, produzem e reproduzem conhecimento de uma geração para outra. Nesse sentido, na modernidade surgem instituições com características específicas voltadas a cumprir essas funções sociais. Essas instituições diversificaram-se em inúmeras formas e tipos de organizações educacionais (escolas, universidades, faculdades, escolas superiores, etc.).

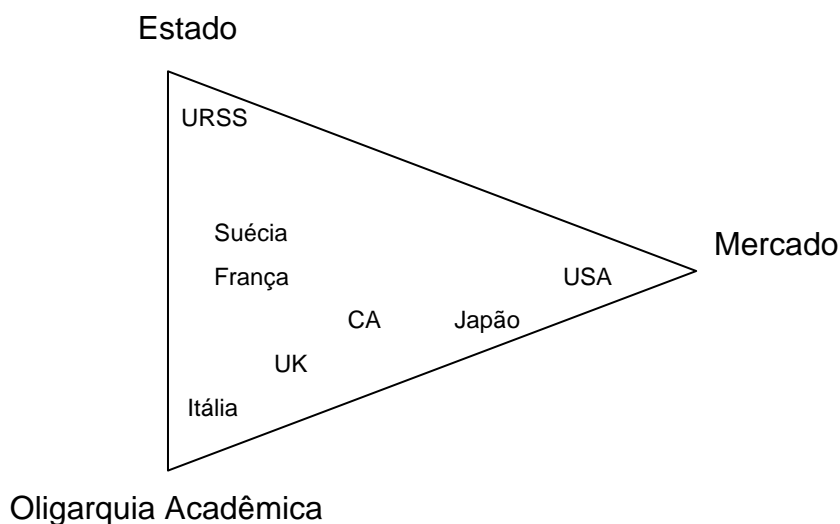
Em relação à educação superior, o surgimento de suas instituições (universidades, escolas superiores, faculdades, etc.) está ligado à função crescente que elas passam a desempenhar nas sociedades modernas: produção de conhecimento, ensino, e extensão. Assim, como um fenômeno plurifacetado, a educação superior é constituída por uma diversidade crescente de instituições, propostas, funções e orientações, ao mesmo tempo, em que mantém relações e

interações complexas com os sistemas econômico, político e social, evidenciando-se como fator importante no processo de transformação social, pela sua crescente expansão quantitativa e o aumento de sua relevância social no mundo contemporâneo.

Entre os teóricos que investigaram, recentemente, a complexidade dessas interações destaca-se Burton Clark e Christian Cox. Clark(1983) elaborou um estudo que exerceu grande influência sobre as pesquisas posteriores sobre sistemas de ensino e de C & T.

O modelo de Clark (ver figura abaixo) tenta dar conta da forma como o sistema de ensino superior está organizado em diversos países. Como pode ser visto, o caso da antiga URSS destaca-se pela proximidade que o sistema possui com o Estado; já o caso da Itália, ao contrário, aproxima-se mais do que Clark denomina de oligarquia acadêmica. A despeito disso, ambos os sistemas estão afastados da esfera do mercado, o que significa que esses sistemas não estavam voltados, naquela época, para o atendimento imediato desse tipo de demandas.

Figura 1: Modelo teórico de Clark (1983)



Por sua vez, o SES do Japão e dos Estados Unidos, com mais intensidade ainda, aproximam-se da esfera do mercado, ou seja, possuem um sistema amplamente concentrado e direcionado para o atendimento rápido dessas demandas.

Mesmo já tendo sido criticado por inúmeros estudos, o modelo de Clark alcançou grande repercussão dada a possibilidade de relacionar as instituições de

educação, o mercado e o Estado com o processo de elaboração de políticas educacionais e científicas.

Mais recentemente, também Cox (1994) vem exercendo influência nos estudos comparados de políticas educacionais. Em 1994, ele publicou um livro baseado em um extenso estudo realizado sobre os sistemas de educação superior na América Latina, no qual ele propõe um modelo para análise das relações desse sistema com as políticas públicas, economia e C & T (ver figura abaixo).

Figura 2: Modelo teórico de Cox (1994)



O modelo de Cox foi proposto com o objetivo de permitir a análise da produção das políticas educacionais, levando-se em conta a influência exercida, sobre os organismos especializados na produção de políticas educacionais, pelo que ele denominou, baseado em Bourdieu, de corpos acadêmico, institucionais e estudantis (que formam o campo da educação superior), e pelas autoridades, organismos, burocracia, ministérios, partidos, parlamento, lobby do setor econômico (que formam o campo político).

Também Garcia (2003, p. 124) refletiu sobre as transformações ocorridas nos sistemas de ensino superior, com a influência crescente do processo de globalização e consolidação da *sociedade do conhecimento*. Segundo ele, podem ser apontados as seguintes características nessa sociedade, na qual o domínio sobre o conhecimento passa a ser o elemento chave para o desenvolvimento:

- o contexto da sociedade de conhecimento é o da globalização econômica e flexibilização produtiva, da economia de mercado, da interdependência mundial e da formação de blocos políticos e comerciais regionais;
- o conhecimento se torna um fator estratégico que suplanta o capital físico na geração, circulação e distribuição da riqueza em conformação com a nova ordem econômica mundial;

- ocorre um grande avanço das ciências e da tecnologia da informação, com a difusão de conhecimentos de forma ampla e veloz desenvolvendo novos modos de produção baseados no valor agregado gerado pelos saberes;
- a aprendizagem se desenvolve como um processo sem limites temporais ou de instituições e modalidades docentes e intrinsecamente vinculado às demandas de empresas específicas;
- o desenvolvimento tecnológico vem marcando os ritmos, conteúdos, processos cognitivos e formas de transmissão dos conhecimentos e da aprendizagem;
- o conhecimento se torna altamente trans e multidisciplinar;
- ocorre a diversificação das instituições educacionais, o conhecimento é permanentemente revisado e avaliado de acordo com normas comparativas de qualidade reconhecidas a partir de parâmetros internacionais;
- entre os diversos agentes do conhecimento se produzem e se multiplicam as redes de cooperação, solidariedade e mobilidade.

Em relação às mudanças na forma como o ES está organizado, e na relação com a formação para o mercado de trabalho, Celéstin (2002, p.56) aponta algumas características importantes. Segundo ele,

[...] uma formação diversificada adapta-se melhor às transformações que surgem nas empresas e no mercado de trabalho. Os empregos tornam-se mais complexos num contexto de processo de mudança dinâmica. As empresas têm uma necessidade crescente de trabalhadores adaptáveis, ou seja, que possuem conhecimentos alargados podendo ser utilizados em situações diferentes (competências cognitivas, versatilidade, etc...) e com competências e qualificações de base transferível. Estas qualificações são necessárias para quem deseja iniciar um ciclo de aprendizagem e exercer mais do que uma atividade profissional ao longo da vida.

Nesse contexto, de globalização acelerada e consolidação da sociedade do conhecimento, a sociedade passa a demandar uma formação contínua e uma aprendizagem formal que se estende ao longo da vida. Sob essas “irritações modernas”, os sistemas educacionais e suas organizações, acabam estabelecendo novos programas e comunicações que terminam por formar novos tipos de organizações, programas de investimentos e prioridades, e cursos para atender as novas demandas.

Outra perspectiva interessante sobre as transformações nos sistema de ensino superior é a de Carnoy (2002). Segundo ele, podem ser apontadas algumas conseqüências diretas ou indiretas da mundialização sobre os sistemas de ensino: evolução do mercado de trabalho e do sistema educacional para atender as novas demandas por mão de obra capaz de produzir alto valor agregado; conjuntura hostil para o crescimento de investimento público em educação e, aumento do investimento não público; descentralização e privatização, consideradas os meios mais eficazes para garantir a qualidade da educação e a flexibilidade em uma

economia globalizada; multiplicação das avaliações transnacionais dos sistemas de ensino; adoção massiva de novas tecnologias da informação, permitindo a “venda” mundial de serviços educacionais, como é o caso das “universidades transnacionais”; transformação da cultura e luta pela “significação” social conferida a educação e ao conhecimento.

Nas próprias palavras de Carnoy,

[...] a mundialização exerce um profundo impacto sobre a educação em planos bastante diferentes e que, no futuro, esse fenômeno será tanto mais perceptível, quanto mais for apreendido pelas nações, regiões e localidades o papel fundamental das instituições educativas, não somente para transmitir os conhecimentos necessários à economia mundial, mas também para re-inserir os indivíduos em novas sociedades construídas em torno da informação e do saber (2002, p. 23).

Assim, as mudanças na economia mundial têm despertado três tipos principais de respostas dos sistemas de educação dos diferentes países e que manifestam-se através de reformas baseadas em:

a. **competitividade**: defesa da importância da qualificação do *fator humano* para o bom desempenho econômico. A ênfase concentra-se no aumento da produtividade da mão de obra que pode ser dividida em quatro iniciativas principais;

- Descentralização;
- Estabelecimento de Padrões Educativos;
- Gestão racionalizada dos recursos escolares;
- Aprimoramento da seleção e formação de professores.

b. **imperativos financeiros** : visam reduzir os gastos públicos com a educação.

Pode ser dividida em três iniciativas;

- Financiamento público é transferido da educação superior para a básica;
- Privatização do ensino secundário e superior;
- Redução do “custo-aluno”.

c. **eqüidade** : investimento eqüitativo dos recursos que permita o acesso à educação das diferentes classes sociais, buscando maior “igualdade” de disputa econômica pelos melhores postos de trabalho.

Ainda segundo Carnoy (2002), a análise das reformas educacionais implantadas pelos diferentes países mostra como cada país tende a reagir de forma distinta aos impactos causados pela mundialização. Mesmo assim, tendo em vista à multiplicidade de respostas e reações, seria possível observar três fatores que definiriam determinada resposta: situação financeira objetiva dos países, sua

interpretação da conjuntura, e sua posição ideológica sobre o setor público na educação.

Mais recentemente, Slaughter & Leslie (2004) fizeram importantes contribuições para o estudo das relações entre sistema de educação superior, Estado e mercado na nova economia. Nesse sentido, esses pesquisadores têm utilizado o conceito de *academic capitalism* para dar conta das novas interações entre as universidades, centros de pesquisa e demandas de empresas, que se dão num contexto da *new economy* no qual

[...] the rise of the “new”, global knowledge or information society calls for a fresh account of the relations between higher education institutions and society. Our analysis of these relations has led us to develop a theory of academic capitalism which explains the process of college and university integration into the new economy (SLAUGHTER & LESLIE, 2004, p. 7).

Por fim, embora deva-se reconhecer os impactos da globalização, expressões como “sociedade do conhecimento” e “era da informação”, por exemplo, devem ser relativizadas e pensadas de forma crítica. Isso não significa, é claro, negar seu impacto na economia, cultura e organização do mundo do trabalho. No entanto, como tem sido apontado por inúmeros estudos, é também no contexto da globalização que presenciamos não só um processo de ampliação da capacidade produtiva e de conhecimentos, mas também a continuidade e aprofundamento de desigualdades sociais que podem ser comparadas a fenômenos do século XVIII, XIX, XX.

Ademais, presencia-se a produção de novas desigualdades sociais, resultantes de um processo de agravamento da iniquidade da distribuição da riqueza mundial. Como observa Santos,

[...] a nova pobreza globalizada não resulta da falta de recursos humanos e materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial (SANTOS, 2002, p. 35).

Concluída essa exposição preliminar sobre as teorias com as quais esse estudo dialoga, cabe agora apresentar e justificar o porquê da escolha do aporte teórico da teoria dos sistemas sociais. Para tanto, nas páginas seguintes apresenta-se, de forma geral, as principais idéias e fundamentos da teoria desenvolvida por Niklas Luhmann e, especificamente, com uma ênfase maior, buscar-se-à explicitar o potencial heurístico dessa teoria aplicada à análise dos sistemas de educação superior nas sociedades contemporâneas.

1.2 Niklas Luhmann e a educação

Niklas Luhmann, nascido na Alemanha, pode ser considerado ao lado de Bourdieu e Habermas, como um dos mais importantes sociólogos do pós-guerra. A sua “Nova Teoria dos Sistemas” veio a contribuir imensamente para o desenvolvimento da teoria sistêmica aplicada ao estudo da sociedade. Recentemente, no Brasil, a produção científica de Luhmann começou a ganhar mais destaque e, passou a fazer parte das reflexões nas diversas ciências humanas⁴.

Luhmann, ao romper com Parsons, irá compor uma teoria complexa e que apresenta diferenças importantes com as teorias sistêmicas até então vigentes. Nesse sentido, a incorporação do conceito de *sistemas sociais* como sistemas *autopoiéticos* (e não mais abertos ou fechados) ganha destaque. Um sistema é autopoiético quando reproduz os seus elementos e suas estruturas dentro de um processo operacionalmente fechado (e cognitivamente aberto no caso de sistemas sociais) com ajuda dos seus próprios elementos. Através desse tipo de reprodução, a autonomia relativa dos sistemas em relação a seu entorno é conservada.

Para Luhmann, que faz uma aposta radical na tentativa de construir um teoria passível de ser aplicada tanto à macro quanto a micro fenômenos sociais, a sociologia

[...] debe partir de la autoconpción de los sistemas que acoplan de manera selectiva la auto observación y la heteroobservación, y que se orientan según la referencia a estructuras que han establecido previamente. La operación del sistema consiste pues, en una especie de máquina histórica en la que todos los cambio tienen que partir del estado actual en que se encuentra (LUHMANN, 1996-b, p. 75).

Assim, a sociedade, em sua teoria, é entendida como um *sistema social* e deve ser observada pelo pesquisador através da distinção *sistema/entorno*. Segundo Luhmann, essa distinção justifica-se na medida em que *sistemas autopoiéticos*- isto é, sistemas de *estrutura determinada* e *auto-regulados* - não podem ser determinados através de acontecimentos do entorno, tais acontecimentos somente podem estimular operações internas próprias do sistema,

⁴ Quanto ao uso na sociologia e, mais especificamente nas discussões em torno da questão educacional e do conhecimento – a Profa. Clarissa E. B. Neves- através de conferências nas últimas reuniões da ANPOCS e da SBS, tem contribuído muito para a disseminação de seus conceitos e problematização das suas contribuições à sociologia. Também Fabrício Monteiro Neves, Marcos Moura Baptista, Rômulo Neves, entre outros, têm contribuído para a teorização e operacionalização da teoria luhmaniana no país.

cujo resultado, na maneira como ele se mostra para o entorno, não é previsível, mas contingente⁵. Assim, também as relações entre o sistema/entorno se dão mediadas pela *autopoíeses* de cada sistema – pela sua *diferenciação* e seu *modus* de operação.

De forma geral, podemos entender a proposta teórica de Luhmann em três distintas dimensões (adaptado de LUHMANN & DE GEORGI, 1993-a, p. 23):

1. Proposta epistemológica da teoria – teoria dos sistemas autopoieticos;
2. Teoria geral da sociedade
 - Sociedade como sistema; - Teoria da comunicação; - Teoria da evolução; - Teoria da diferenciação social; - Teoria da auto-descrição da sociedade; - Teoria da complexidade; - Teoria geral da organização; - Teoria geral da interação.
3. Monografias sobre campos específicos
 - Política; -Economia; -Direito; -Educação; -Religião; -Arte; -Ciência; -Intimidade.

Assim, Luhmann buscou desenvolver uma teoria dos sistemas sociais com o objetivo de explicar o nascimento das sociedades modernas que segundo ele, são funcionalmente diferenciadas, em oposição às sociedades segmentarias nas quais não havia sistemas organizados de forma autônoma e com tamanho nível de complexidade.

Segundo Rodríguez & Arnold,

La evolución sociocultural también puede describirse en términos de una creciente diferenciación interna de niveles de construcción sistémica. Esta diferenciación de la sociedad tiene relación con la evolución sociocultural, con el paso de una diferenciación de tipo segmentario a una sociedad funcionalmente diferenciada en subsistemas especializados. En la sociedad segmentaria tiende a coincidir el nivel de construcción sistémica societal con el organizacional y el interaccional. En efecto, en la sociedad segmentaria se confunden los criterios de selección de estos tres tipos de sistema. Sociedad, organización e interacción se diferencian en el curso de la evolución (1990, p. 153).

Contrário aos argumentos presentes nas concepções humanistas e essencialistas, nas quais, em última instância, o que existem são homens e indivíduos, sujeitos que agem e se comunicam, Luhmann postula que somente a

⁵ O princípio da incerteza, ao contrário da noção de “equilíbrio” presente na obra de Parsons, é marcante na obra de Luhmann; daí a possibilidade de surgimento de diferenciações e comunicações que terão duração e realizarão funções incertas e mesmo improváveis.

comunicação pode comunicar, ou seja, a comunicação realiza-se como um processo circular auto-referente (LUHMANN, 1993-a, p.35).

Em sua perspectiva, os sistemas sociais autopoieticos, possuem como operação básica à produção de *comunicação*. É esse conjunto de comunicações produzidas pelos sistemas que é o responsável, e não a ação, como postulado em muitas teorias, pela unidade elementar que os constitui.

Além disso, em sua teoria encontramos uma preocupação não só em dar conta do sistema social e de seus sub-sistemas (economia, direito, educação, etc.), mas também dos sistemas de interação, sistemas psíquicos e organizacionais. Para tanto, ele elabora diferentes teorias para dar conta de cada um desses sistemas. Nesse sentido, pode-se dizer que esses sistemas diferenciam-se pelo seu *modus operandi*: enquanto os sistemas sociais são formados por comunicações; os psíquicos são formados por consciência e idéias (LUHMANN, 1998, p. 246).

A formação dos *sistemas sociais* dá-se basicamente por um processo de *diferenciação e seleção*. Esse processo possibilita, através do uso de critérios de relevância a redução da complexidade em relação às possibilidades presentes no entorno, a seleção dos dados relevantes para cada sistema. Esses dados são processados internamente de forma a gerarem várias alternativas de atuação, e isso acaba por gerar a necessidade de realização da seleção interna de uma alternativa de atuação frente às diversas possibilidades. Conforme Luhmann, o critério que regula os sistemas sociais e os sistemas psíquicos é o *sentido*, ou seja, eles se organizam baseados na produção de *sentidos* específicos.

Assim, nas suas próprias palavras,

un sistema surge en un proceso de reducción de la complejidad; es menos complejo que su entorno e sus limite no son físicos, mas de sentido (MANSILLA, In LUHMANN, 1997, p. 12).

A noção comum de *sentido* é o critério que define os limites do sistema. Assim, um entendimento comum sobre um sentido divide o mundo em algo com sentido e algo sem sentido. Mas sentido como a razão da seleção não é suficiente, ele precisa do apoio de outros fatores como normas, valores, metas, ou seja, um conjunto que crie uma ordem de preferências de um sistema social, um complexo de mecanismos regulatórios constituído simbolicamente e com um código próprio. Desta forma, a regulação da seleção de dados do meio, por via de uma ordem de preferência formada por critérios de sentido, é a condição da possibilidade da formação de um sistema. (LUHMANN, 1996-a ,170)

Tal processo é descrito por Crespi,

la storia dei processi di sviluppo dei sistemi sociali mostra, infatti, la progressiva differenziazione al loro interno di ambiti di senso e di strutture che all'inizio apparivano come unità omogenee: della società arcaica, nella quale le strutture della parentela apparivano strettamente collegate con le dimensioni dell'autorità e dell'attività economica; alla società greca, nella quale emerge la distinzione tra strutture parentali e strutture politiche e l'individuo comincia a essere considerato nella sua autonomia rispetto all'ordine comunitario; alla società cristiana, che de-politicizza l'individualità umana e la considera dal punto di vista etico-teologico oltre che sociale; fino alla società moderna, in cui si consuma la scissione tra individuo e società e si afferma la differenziazione tra gli ambiti religioso, politico, sociale, economico, con la conseguente distinzione tra verità, diritto e morale (2002, p. 244).

Segundo essa concepção *sistemas sociais* são sistemas não-triviais, por causa disso, têm a capacidade de reflexão, o que significa capacidade para elaborar internamente um modelo do seu entorno (observações) e uma identidade própria. Sendo assim, os sistemas também têm a capacidade de definir e redefinir internamente o que é o sentido. Assim, podemos dizer que sistemas sociais são constituídos por sentido e constituem sentido ao mesmo tempo (MATHIS, 2004, p.15).

Ademais, cabe ressaltar que existem dois tipos de diferenciação imbricados no processo de consolidação de novos sistemas. A diferenciação entre sistema/entorno (sistêmica), e a sistema/subsistema (complexidade intra-sistêmica). Como observam Neves & Neves (2006),

a constituição de sistemas é resultado, pois, da redução de complexidade do mundo, através de uma operação de distinção entre o que é sistema e o que é entorno. A relação entre sistema e entorno caracteriza-se pela diferenciação de graus de complexidade. O entorno é, como se viu, sempre mais complexo que o sistema: engloba todas as possíveis relações, os possíveis acontecimentos, os possíveis processos. A diferenciação entre sistema e entorno ocorre quando o sistema passa a atuar seletivamente (p. 192).

Juntamente com essa diferenciação surge uma complexificação crescente que faz com que surjam no interior do sistema diferenciado subsistemas. Com o tempo, há a tendência de que os sistemas se tornem cada vez mais operacionalmente fechados, e cognitivamente abertos, configurando sistemas autopoieticos. Assim, os sistemas sociais autopoieticos tornam-se cada vez menos sensíveis às interferências do meio e dos demais sistemas, na mesma medida em que se tornam cada vez mais diferenciados. A partir de então, o sistema passa a reagir de forma seletiva às influências que recebe do entorno, passando a optar se responde ou não a essas irritações, e de que forma reage a elas.

Assim, um sistema se torna complexo quando ela alcança tamanha densidade e extensão, possuindo tantos elementos, que tem que combina-los seletivamente (LUHMANN, 1997, p. 15). Nesse sentido,

la investigación actual, en cambio, ha llegado a la conclusión de que los sistemas altamente complejos aumentan, al mismo tiempo, la autonomía (si es que se permite usar así este concepto) y la dependencia. Solo así se hace posible explicar porqué los sistemas político, económico, del derecho, son altamente dependientes e independientes con respecto al entorno: se sabe de las dificultades de la política cuando la economía no florece; o las dificultades de la economía cuando la política no puede ofrecer, mediante regulaciones de derecho, regularidades [...] (LUHMANN, 1996-b, p. 95).

Os sistemas sociais possuem em sua estrutura um conjunto de símbolos que formam e estruturam um sentido comunicacional específico e especializado. A constituição dessa comunicação interna a todos os sistemas se dá em meio à contingência incomensurável de possibilidades. Da mesma forma, essa comunicação está sempre diante do risco da incerteza de sua continuidade e assim também os sistemas sociais. Quando surgem processos de formação de subsistemas, o sentido de todo o sistema tende a se especializar mais ainda. Sendo, por sua vez, nos espaços onde emergem essas novas formações, frágil e extremamente instável, o que significa que esse processo comunicacional pode cessar inesperadamente de acordo com a contingência, comprometendo, assim, a formação desse subsistema.

A crescente complexificação interna dos sistemas sociais, segmenta sua unidade interna e produz o aparecimento de subsistemas que vão se diferenciando como ambiente interno da sociedade, com o desenvolvimento de determinadas funções que vão estabilizando estruturas internas que podem originar novas diferenciações, assim como estruturas e operações dirigidas a seus próprios processos sistêmicos, como por exemplo, mecanismos reflexivos de auto-tematização (a didática no caso da educação, a teoria do direito no sistema jurídico, a teologia na religião, e a epistemologia na ciência, etc.) (RODRÍGUEZ & ARNOLD, 1990, p.164). Nesse caso,

cuando la carga es sentida como demasiado grande, debido a esta situación y debido al constante *comportamiento contraintuitivo* de la propia organización, el sistema encuentra una posibilidad de reacción muy típica: la ampliación del sistema organizacional mediante funciones especiales y puestos para planificación (LUHMANN, 1997, p. 73).

1.2.1 A educação como sistema

A partir de Luhmann, estudar a educação como um sistema social é chave para entender a complexidade crescente que esse fenômeno ganha nas sociedades contemporâneas e as múltiplas relações estabelecidas com os demais sistemas e fenômenos sociais. Nessa perspectiva, a educação é entendida como sistema educacional o qual, através de processos históricos sociais, acaba se diferenciando dos demais sistemas sociais e do ambiente. Essa diferenciação se dá por processo de seleção e redução de complexidade do meio, pela qual o sistema acaba por estabelecer um sentido interno, com características e comunicações específicas.

Em relação à educação, Luhmann parte da hipótese de que o sistema educacional também está diferenciado funcionalmente, isto é, em codificação e programação, e que possui um código que permite sua unidade e reprodução (NEVES, 2003, p.49).

Quienes transmiten los modelos de conducta a las nuevas generaciones se denominaran y denominan agentes socializadores, cuando esto se realiza de manera intencional y, casi podríamos decir, planificada, entonces tales agentes son denominados educadores (LUHMANN, 1998, p. 245).

Devido a não possibilidade de transmissão de toda a carga socializadora, ocorre à mudança social, já que o sentido ofertado pode ser aceito ou rechaçado, e não necessariamente a posição de origem definirá o desempenho dos alunos (LUHMANN, 1998, p. 248).

Em relação à educação,

[...] es preciso contar que en los sistemas funcionalmente especializados en la educación tienen lugar efectos socializadores de gran escala, los cuales, debido a su caracter estructuralmente condicionado, son em buena medida inevitables. Lo que se produce aquí es una especie de socialización secundaria – otra primaria, sino como consecuencia de unas condiciones sociales muy especial, con las que se intenta planificar la socialización. Precisamente porque estos sistemas hacen todo lo que hacen para descarta-la, en principio, probable oposición a la educación, es tanto más necesario tener en cuenta que eles desarrollas peculiares estructuras sociales productoras de sus propios efectos socializadores (LUHMANN, 1998, p. 254).

1.2.2 O sistema de educação superior

A educação é também outro sistema funcional que a sociedade diferencia para abarcar determinado âmbito de problemas e funções: socialização, comunicações educacionais. Assim, como qualquer outro subsistema social, a educação possuiu um código próprio de funcionamento e um programa que lhe permite processar informação e orientar o seu funcionamento e o das suas organizações. Também passa por um processo de aumento da complexidade que tende a gerar diferenciações internas que acabam dando origem a subsistemas em seu interior: educação infantil, profissional, superior, pós-graduação, etc, (IZUZQUIZA, 1990).

Com base nesse entendimento, a educação superior é concebida como um subsistema do sistema de educação, que por sua vez, é um subsistema dentro do sistema social.

El sistema educacional se diferencia internamente, como todo sistema parcial, en nuevos sub-sistemas: educación escolar, educación universitaria, educación profesional, capacitación, etc. Asimismo, los nuevos ramos o profesiones responden a nuevos principios de diferenciación y a un aumento consecuente de la sensibilidad para determinaos acontecimientos del entorno (RODRÍGUEZ & ARNOLD, 1990, P. 178).

O nascimento do sistema de educação, desde essa perspectiva, só pode ser entendido no quadro geral de transformações ocorridas na organização das sociedades modernas. Nas quais,

[...] el problema funcional de la educación es la selección social y la organización de las carreras personales, distribuyendo los conocimientos, oportunidades y status que posibilitan la inserción de los individuos en el sistema societal y en sus ambientes sistémicos internos. (...) En este sentido, el sistema educacional mantiene una estrecha relación no sólo con otro sistemas sociales parciales, sino también, directamente, con los sistemas personales (RODRÍGUEZ & ARNOLD, 1990, p. 179).

Segundo Luhmann, o processo que fez com que a educação fosse assumindo funções específicas e tamanha importância nas sociedades contemporâneas só pode ser entendido desde um ponto de vista histórico, que considere as interações que essa esfera, que aos poucos foi se transformando num subsistema, assumiu em relação ao sistema social e aos demais subsistemas. Nesse sentido,

la economización creciente de la estratificación social, la existencia de organizaciones estatales y de sistemas políticos estructurados son los factores que proporcionaron, en su conjunto, el campo de posibilidades para

que le educación fuera diferenciándose tanto de la religión como de la ciencia y fuera asumiendo una función específica (LUHMANN & SCHORR, 1993, p.36).

Com base nessa concepção sistêmica, adota-se o conceito de sistema de ensino superior, como um subsistema autopoiético do sistema de educação. Esse sistema, por sua vez, engloba um conjunto de instituições educacionais, organizadas de forma sistêmica, que possuem uma lógica específica de funcionamento e que desempenham diversas funções na sociedade contemporânea: produção de conhecimento, ensino, extensão, etc.

A forma como esse sistema se organiza é resultado de um processo de construção de estruturas e sentidos que processam internamente as diferentes irritações/pressões provenientes dos demais sistemas. Assim, essas irritações são processadas pelo SES através de um mecanismo de seleção comunicacional, executado pelas suas organizações, que acaba produzindo um sentido compartilhado que acaba influenciando a forma como o sistema se auto-organiza, e o tipo de acoplamento que estabelece com os demais sistemas.

Após a apresentação do conceito de sistema de ES que será utilizado nesse estudo, cabe agora analisar o conceito de “organizações” e, especificamente, a sua aplicação para a observação das instituições educacionais.

1.2.2.1 As organizações educacionais

Para Luhmann as organizações são sistemas cujos elementos componentes são as decisões, que levam a tomada de ações pelo sistema (MANSILLA, In LUHMANN, 1997, p. 23). Assim, pode-se entender o conceito de organizações como um tipo de sistema composto por decisões, que geram seus próprios elementos e que definem suas relações com seu entorno através da redução da complexidade em termos compreensíveis para eles, vale dizer, em termos de decisões. Em outras palavras, pode-se dizer que sistemas organizacionais são sistemas constituídos por decisões, e que ligam decisões entre si.

Essas organizações possuem como entorno o próprio sistema(s) do qual fazem parte, outros sistemas, outras organizações, e os sistemas de interação e psíquicos que se relacionam com elas. O seu surgimento, por seu turno, está ligado ao crescimento da complexidade sistêmica que acaba desencadeando a

[...] explosión de organizaciones. La evolución sociocultural va presionando con insistencia por la construcción de organizaciones formales sin las cuales los sistemas parciales de la sociedad difícilmente podrían cumplir sus funciones (RODRÍGUEZ & ARNOLD, 1990, p. 157).

Assim, o incremento da complexidade leva não só ao crescimento no número de organizações, que passam a executar inúmeras funções especializadas, como também produz a aceleração dos processos de seletividade na associação dos elementos. Ou seja, a acentuação do caráter seletivo das relações entre decisões (LUHMANN, 1997, p. 24).

Las organizaciones conceptualizan por lo tanto, su propia relación con el entorno como decisión. Ellas pueden, sin embargo, hacer esto, sólo cuando encuentran una interpretación del entorno adecuada para ello, que pueden hacer plausible para ellas mismas, es decir, una interpretación que tenga en cuenta que también en el entorno se adoptan decisiones. No es, por lo tanto, una causalidad cuando los sistemas organizacionales surgen y prosperan de preferencia donde existen puntos de apoyo para una tal interpretación del entorno y donde se espera, o se puede suponer con éxito, que los sistemas del entorno también establecerán su relación con la organización en la forma de decisiones (LUHMANN, 1997, p. 55).

Nesse aspecto, o que diferencia as organizações dos demais sistemas sociais é o fato de que suas atividades buscam alcançar a coordenação e ligação entre comunicações, buscando a melhor adequação entre meios/fins, para executar seus objetivos. Além disso, as organizações

[...] a diferencia de las interacciones, no se constituyen sobre la base de la presencia simultánea de sus miembros ni de relaciones "cara a cara", sino sobre reglas explícitas de pertenencia de sus miembros, y el conocimiento y la aceptación (por parte de ellos) de un determinado orden de expectativas de comportamiento (RODRÍGUEZ & ARNOLD, 1990, p. 158).

O surgimento dessas organizações e suas funções se tornam cada vez mais importantes, à medida que as sociedades se tornam mais complexas e diferenciadas. Nesse sentido, "[...] se hace notorio cuán fuertemente y en qué aspectos necesita el desarrollo de la organización de los acontecimientos sociales (LUHMANN, 1997, p. 55). Pois as organizações necessitam de estabilidade de seus entornos para tomar decisões (LUHMANN, 1997, p. 56). Essas decisões, que buscam adequações entre meios/fins, são de extrema relevância já que são as organizações que estabelecem e estruturam os acoplamentos estruturais com os demais sistemas e organizações.

Esse é o caso, por exemplo, de organizações educacionais como as universidades, que estabelecem complexas inter-relações com os sistemas sociais e psíquicos. Nesse sentido,

[...] la existencia de organizaciones se ha transformado en el supuesto indispensable, y incluso el motivo principal para el surgimiento de organizaciones. Las organizaciones fundan organizaciones o hacen aparecer la fundación de organizaciones como prometedora. La red de relaciones ínter organizacionales estimula su propio crecimiento [...] (LUHMANN, 1997, p. 60).

Partindo desse entendimento teórico da organização da sociedade e, especificamente, do sistema de educação e de seus subsistemas e organizações, entre eles o sistema de educação superior e suas organizações, espera-se que o trabalho sirva de inspiração – uma análise do estado da educação superior no Brasil e RS, seus desafios e conquistas - para a realização de pesquisas mais avançadas e específicas sobre as inúmeras dinâmicas que serão abordadas.

Capítulo II - Do surgimento ao desenvolvimento atual do sistema de ensino superior no País e no RS

Após a apresentação realizada no capítulo I das principais abordagens que auxiliaram na elaboração do conceitual teórico e no tratamento dos dados empíricos, impõe-se como necessário fazer uma pequena reconstrução da história, fundamentada na teoria dos sistemas sociais, do surgimento do SES no Brasil e no RS até o seu desenvolvimento e organização atual.

Tal reconstrução exige, não só um tratamento histórico adequado do desenvolvimento do fenômeno educacional (surgimento das IES, primeiros cursos, indicadores do sistema, etc.), como também uma análise das inter-relações estabelecidas, ao longo do desenvolvimento do sistema, com os sistemas político e do direito (políticas educacionais, legislação, etc), econômico (renda, desenvolvimento econômico, recursos financeiros, etc), social (demografia, etc), cultural, etc. Assim como a realização de um estudo da influência que as macro-transformações societais, pelas quais passou a sociedade, teve na organização do sistema de educação superior, na tomada de decisões, e na seleção de opções ao longo do seu desenvolvimento.

Essa reconstrução justifica-se não só do ponto de vista da necessidade de se resgatar a história da educação no estado, como também para a fundamentação e encadeamento lógico da análise que será realizada nos capítulos posteriores. Com esse intuito, realizou-se um intenso diálogo bibliográfico com os diversos estudos que analisaram a história da educação do RS, assim como a busca em antigos anuários estatísticos de indicadores do sistema de educação que haviam sido extraviados.

2.1 O surgimento das primeiras IES e cursos no país (1890-1930)

Historicamente a educação no Brasil pode ser descrita como um processo de difícil superação de desafios e co-existência, às vezes em regiões próximas, de condições surpreendentemente díspares em termos de atendimento das demandas sociais, oferta de vagas e qualidade do ensino.

Tal processo pode ser explicado sob diversos aspectos: um primeiro grupo de explicações está ligado à influência da herança lusitana, já um segundo, pode ser atribuído ao posterior modelo de desenvolvimento econômico, político e social adotado pelo país após a independência e a proclamação da república.

Em relação à herança lusitana, diversos pesquisadores e historiadores discorreram, de forma comparativa, sobre as diferenças entre o modelo educacional Português, aplicado no Brasil Colônia e Império; e, o espanhol, aplicado nas Colônias espanholas, no restante da América Latina. Entre as principais diferenças, destacava-se a concepção que cada uma das nações tinha a respeito da necessidade de oferecer formação à população residente nas colônias. Enquanto que na América Espanhola foram fundadas inúmeras Faculdades já no século XVIII, apenas em 1808 surgiu no Brasil a oferta das primeiras disciplinas de nível superior: anatomia, cirurgia e engenharia .

Esse “atraso” em relação aos demais países deveu-se, entre outros fatores, como apontam esses estudos, ao receio da Coroa Portuguesa em formar bacharéis na Colônia que pudessem se organizar em uma “elite nacionalista” ou “anti-colonialista”. Nesse sentido, Portugal optou por formar em seu próprio território, membros de famílias ricas e poderosas da Colônia, que regressavam como portadores de título de bacharel (geralmente Direito ou Medicina) e ocupavam cargos da burocracia ou ofereciam serviços médicos. Dessa forma, Portugal preservava seu domínio colonial através da influência de sua cultura letrada e legitimada diante das novas gerações que aspiravam à formação superior.

O quadro abaixo apresenta o surgimento ainda incipiente das primeiras cadeiras e disciplinas que viriam a dar origem aos cursos de Direito, Medicina e Engenharia no país. Como pode ser visto, destaca-se a concentração da oferta dessas disciplinas nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais.

Quadro 1: Surgimento das primeiras escolas e faculdades de ensino superior no Brasil, segundo o ano e estado onde foi criada (1808-84).

Ano	RJ	BA	PE	SP	MG	RS
1808	Academia da Marinha. Cadeira de Anatomia (Hosp. Real Militar)					
1809	Cadeira de Medicina Teórica e Prática (Hosp. Real Militar)	Escola de Cirurgia (Hosp. Real da BA)				
1810	Academia Real Militar					
1812		Curso de Agricultura				
1813	Academia Médico Cirúrgica					
1814	Curso de Agricultura					
1815		Academia Médico Cirúrgica				
1817		Curso de Química Industrial, Geologia e Mineralogia.				
1820	Academia das Artes					
1826	Academia das Belas Artes					
1827			Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de Olinda	Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de SP		
1832	Faculdade de Medicina do RJ	Faculdade de Medicina da BA				
1833	Academia Naval e Academia Militar					
1839	Escola Militar				Faculdade de Farmácia	
1841	Escola Nacional de Música					
1854			Faculdade de Direito de Recife	Faculdade de Direito de SP		
1855	Escola de Aplicação do Exército					
1856	Escola de Aplicação Escola Central - Curso de Matemática e Ciências Físicas e Naturais					
1874	Escola Politécnica do RJ					
1875						Escola de Minas e Metalurgia
1876	Curso de Odontologia					
1883						Escola Imperial de Medicina Veterinária e Agricultura Clássica
1884	Escola de Farmácia					

Fonte: MOROSINI et ali, 1996, p. 1996.

Assim, foi apenas com o movimento de proclamação da República que a necessidade estratégica dos países soberanos formarem seus próprios quadros para cargos de administração da burocracia e da justiça, atendimento médico e obras de engenharia, passou a ser reconhecida como umas das prioridades do governo em formação. É nesse período que teremos o surgimento das primeiras Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia no Brasil, que congregavam as disciplinas que anteriormente eram oferecidas em locais isolados e de forma fragmentada pelas Escolas e Hospitais militares.

Como aponta Cunha,

[...] as primeiras unidades do novo ensino superior apareceram sob a forma de aulas e cadeiras. Estas eram unidades de ensino de extrema simplicidade, constituindo num professor que, com seus próprios meios (livros, instrumentos, etc.), ensinava seus alunos em locais improvisados, fosse um hospital ou sua própria residência. Essas unidades simples podiam estar aglomeradas em cursos, dotados de reduzida burocracia. Foram as escolas, academias e faculdades, surgidas mais tarde, as unidades de ensino superior que possuíam uma direção especializada, programas sistematizados e organizados conforme uma seriação preestabelecida, funcionários não docentes, meios de ensino e locais próprios (1980, p.35).

É após esse primeiro período de surgimento das primeiras IES e cursos, que o processo de estabelecimento de um SES no país ganhará uma aceleração

considerável com a proclamação da República no fim do século XIX. Essa aceleração pode ser atribuída, principalmente, ao surgimento e difusão no país das idéias positivistas de modernização através de inúmeros movimentos políticos, revolucionários e científicos influenciados por esse conjunto de idéias. Também pode ser imputada ao processo de industrialização que viria a se acelerar no século XX, especialmente após a década de 30, além da crescente crise no modelo agro-exportador que estimulou a incipiente industrialização do país e o desenvolvimento das profissões ligadas à nova cadeia produtiva em formação.

Essas transformações viriam a demandar desse sistema em formação um maior acesso aos níveis de ensino, consolidação e expansão dos níveis já existentes, e o surgimento de novos tipos de formação e de instituições. Em cada um dos estados, com o passar do tempo, surgiram formas semelhantes e também peculiares de instituições: religiosas (Católicas, Franciscanas, Protestantes, etc), comunitárias, privadas, estatais. Cada uma estabelecendo diferentes formas de diferenciação e organização interna e em relação aos demais sistemas sociais. De tal forma que, cada uma dessas instituições estabeleceu diferentes formas de relação com as demandas sociais, culturais, políticas e econômicas da sociedade que passava por um processo de acelerada modernização.

Em 1907, o país possuía 25 unidades de ensino superior registradas que contabilizavam um total de 5.800 estudantes. É após esse período que

[...] deixavam de existir apenas os cursos de direito, medicina e engenharia, às vezes acompanhados de farmácia e agronomia. Começava-se a se alterar o padrão secular do ensino superior brasileiro, ampliando-se o interesse por novas áreas de ensino e pesquisa. Para muitos, estas aspirações políticas e educacionais eram apenas compatíveis com um novo tipo de organização: a universidade (TRAMONTIN, 1999, p. 37).

No entanto, o surgimento das primeiras instituições que no futuro viriam a consolidar o SES no país, tardaram a serem constituídas. Foram inúmeras as tentativas de se instalar Universidades no país, no entanto, esse modelo de instituição tendia a não ter sucesso devido entre outros motivos, ou a aglomeração artificial de escolas superiores que nada tinham em comum, ou devido à instabilidade do sistema político, que ora autorizava, ora desautorizava a instalação desse tipo de IES.

Como exemplo dessas inconsistências das comunicações oriundas do sistema político, temos o caso da instalação e fechamento precoce da Universidade

de Manaus (proposta em 1909, mas que nem veio a se consolidar) e da Universidade de São Paulo (implantada em 1912 e extinta em 1917). Eram constantes os conflitos entre a tentativa dos Governos Estaduais de instalar IES e a União, que tendia a dificultar a sua implantação através da expedição de Leis de restrição de instalação de novas IES pelos Estados e pela iniciativa privada.

Um exemplo disso foi o caso da expedição dos Decretos nº11.530 de 18/03/1915, conhecido como Reforma Carlos Maximiliano, e do Decreto nº 5.616 de 28/12/1928, por Washington Luís, que veio a atacar diretamente a tentativa de estabelecimento da Universidade do Paraná. A qual veio, posteriormente, por força desse decreto, a ser dividida em três Faculdades distintas (TRAMONTIN, 1998, p. 36-40).

Outro fator que também veio a contribuir para a instabilidade na formação de novas IES, principalmente de Universidades, foram os fatores econômicos. No caso da Universidade de Manaus, grande parte da perda de prestígio e conseqüente abandono da idéia de implantação da Universidade se deveu a situação na economia da borracha, que entrava em crise.

De forma semelhante, mas com resultados diferentes, a Universidade do Paraná veio a ser beneficiada pela influência de fatores políticos e econômicos. Em relação ao sistema econômico, a implantação da Universidade se deu durante o auge da economia de exportação da erva-mate, nesse estado. Também foi auxiliada pela estabilidade política resultante da promulgação de Lei Estadual (nº 1.284 de 27/03/1913) que regulava o seu funcionamento (TRAMONTIN, 1998, p. 38).

Apesar disso, apenas na década de 1930 e - após a promulgação de inúmeros Decretos (19.850/31, que criou o Conselho Federal de Educação (CFE); 19.851/31 que organizou o ensino superior no país; e, o 19.852 que organizou a Universidade do Rio de Janeiro), com a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/31), esse novo tipo de IES veio a ganhar uma regulação ampla. Passando assim, esse novo tipo de organização, a gozar de certa continuidade dada a constância das comunicações emitidas pelo sistema político, que legitimavam e valorizavam esse tipo de IES.

2.2 O sistema de ensino superior no Rio Grande do Sul (1890-2004)

Após ter-se traçado algumas referências a acontecimentos que marcaram o surgimento das primeiras IES e cursos superiores no país, será apresentado nessa parte, partindo-se da tipologia histórico-analítica proposta por Neves (2002), o desenvolvimento histórico da implantação do SES no RS, e sua relação com o desenvolvimento de fenômenos sociais mais amplos que marcaram a história do estado.

A história do RS foi marcada pela disputa em torno da possessão da Bacia da Prata, e pela relação com o centro do país que se dava através do envio de mercadorias para consumo como charque(ciclo do charque) e couro. Assim como pela expansão gradual da produção agro-exportadora, e o surgimento e consolidação crescente da industrialização. Além disso, o peso político do RS na política nacional foi aumentando desde a importância atribuída pelo Regime Imperial ao RS como zona estratégica até o ápice da Revolução de 1930 – quando a política estadual, fortemente influenciada pelo positivismo, na sua forma de ditadura, se lançava em âmbito nacional trazendo no seu bojo um projeto de modernização nacional⁶.

As cidades tinham, a exceção de Pelotas e Rio Grande que exerciam funções predominantemente administrativas e comerciais, função secundária até o início do século XIX. De forma gradual ocorreu uma migração do campo, onde estava situado a maior parte da população do estado, para as cidades. A chegada de colonos europeus iniciada pelos alemães em São Leopoldo, em 1825, e continuada ao longo do século com a chegada dos italianos após 1875, assentados na região de Caxias do Sul, trouxe maior dinamização a esse processo e a economia do norte do estado, que na época era incipiente se comparada ao desenvolvimento da pecuária na região sul.

Ao contrário da região sul do estado que era configurada por grandes propriedades e um contingente da população com baixa renda; a metade norte, caracteriza-se por possuir pequenas propriedade e por uma população que

⁶ Ver Trindade, 2001.

apresentava uma renda crescente. Além disso, ocorria um aumento da densidade populacional, e a formação de uma rede urbana crescente nessa última região.

A partir da década de 1940, a progressiva industrialização e expansão das indústrias já existentes fez com que houvesse um processo de urbanização diferenciado no estado. Houve uma acentuação na diferenciação e desigualdade econômica entre a metade sul, pobre, e a metade norte, rica e desenvolvida. Na região entre Caxias do Sul e Porto Alegre estendeu-se, gradualmente, uma grande faixa de cidades com alta taxa de urbanização e desenvolvimento do setor de serviços e industrial.

Tendo em vista esse pequeno histórico do RS e partindo da análise e da classificação desenvolvida por Neves (ver quadro abaixo) o processo de formação do ES do RS pode ser classificado nas seguintes fases: instalação, que abrange o período de 1883 a 1930; centralização, abrangendo o período 1930 a 1960; interiorização e modelos regionais, que trata das transformações ocorridas entre 1960 e 1980; consolidação das IES comunitárias, de 1980 a 1996; e, por fim, a última fase denominada de diversificação do sistema de ensino superior iniciando em 1996.

Quadro 2: Evolução do Ensino Superior no Rio Grande do Sul.

Fase	Período	Abrangência geográfica	Tipos de IES e Campis
1. Instalação	1883 - 1930	Pelotas Porto Alegre	Escolas Faculdades
2. Centralização	1930 - 1960	Porto Alegre	Universidades UPA/URGS/ UFRGS/PUC-RS
3. Interiorização. Modelos Regionais	1960 - 1980	Santa Maria Ijuí Caxias do Sul Passo Fundo	Universidades IES Isoladas
4. Consolidação das IES Comunitárias	1980 - 1996	Rio Grande do Sul	Univ. multi campi Núcleos Universitários IES Isoladas
5. Diversificação do Sistema de Ensino Superior	1996 -	Rio Grande do Sul	Multiplicação de campis fora da sede Centros Univ. IES de caráter empresarial

Fonte: Neves, 2002, p. 58.

Partindo-se dessa periodização, será analisado nas páginas que se seguem as principais características de cada período (políticas educacionais, surgimento de IES e cursos, indicadores do sistema de ES, indicadores sociais e econômicos, etc).

Antes disso, cabe destacar a tendência , no país e no RS, de formação do sistema de ensino superior baseado no surgimento de cursos e de instituições isoladas que aos poucos vão se agregando na forma de Faculdades, Escolas e Universidades. Outro traço comum é a implantação e o desenvolvimento dessas instituições, num primeiro momento, em zonas centrais (capitais estaduais e regionais) que possuem um elevado grau de desenvolvimento econômico, político e cultural (Neves, 1987).

Além disso, segundo Neves, é importante ressaltar que,

a expansão do ensino superior no Rio Grande do Sul, não foi resultado de uma intervenção no plano de política educacional estadual e nem da ação de grupos e/ou indivíduos aproveitando-se de “espaços” criados pela política educacional nacional. Ao contrário, percebe-se, claramente, nas principais experiências de instalação do ensino superior, a formulação de projetos complexos de iniciativa de grupos religiosos ou leigos, lideranças locais interessadas na valorização, integração e revitalização sócio-econômica e cultural de regiões que experimentavam um processo de intensa modernização e diferenciação social (1992, p. 97).

2.2.1 Instalação (1883 – 1930)

[...] em 1883, em Pelotas, quando essa cidade contava com 30.000 habitantes, surgiu, por pressão da comunidade, a Escola Imperial de Medicina Veterinária e Agricultura Prática, de nível superior, restrita a economia básica de Pelotas, assentada na indústria do charque, ou no comércio dependente dessa indústria (UFRGS/PROPLAN, 1980, p. 9).

Nos anos posteriores à fundação da Escola Imperial deu-se a fundação de três importantes faculdades que podem ser apontadas como instituições-chave para entender o surgimento e a consolidação do sistema de E. S. no estado.

Entre essas Faculdades, destaca-se a criação do curso de Farmácia em 1896 na Capital que, por exemplo,

[...] traz em seu bojo, alguns fatos interessantes: a) o de estar ligado a um grupo profissional de tipo urbano em sua origem; b) o de incorporar-se às necessidades do estado, a fim de atender às necessidades da comunidade; c) o de incrementar, pelo exemplo, a criação de outros cursos superiores; d) o de não ser produto de interesses comerciais (ação comercial) (UFRGS/PROPLAN, 1980, p. 10).

Também a fundação da Escola de Engenharia ,em Porto Alegre, que teve como fundadores um grupo de militares vinculados ao positivismo, foi uma experiência de grande importância já que seu modelo e estrutura de funcionamento viriam a tornar-se um padrão na organização das IES no RS até a década de 1950 (FRANCO, 1997-b).

Essa Escola,

[...] assumiu ao longo de sua trajetória uma orientação universalista que se verifica na busca do entrelaçamento entre a pesquisa e a formação de profissionais, no número de cursos que congregava, na qualificação dos docentes e na orientação de atender a várias áreas de conhecimento ligadas ao desenvolvimento da ciência e tecnologia (LEITE, D; CUNHA, M. I; MOROSINI; M., 1996, p. 64).

As duas outras Faculdades criadas, ambas também em Porto Alegre, foram a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, fundada em 1898 através da união do curso de Farmácia com a Escola de Partos da Santa Casa de Misericórdia; e a criação da Faculdade de Direito, em 1900. Assim, caracterizava-se Porto Alegre “[...] como um centro polarizador de ensino superior [...]” (UFRGS/PROPLAN, 1980, p. 10).

Conforme o quadro abaixo, em 1908 o país contava com 6.735 matrículas em cursos superiores, o número de Escolas Superiores não passava de um total de 25. Já em 1933 o total de matrículas chegou a 24.166 (o que representou uma variação de mais de 300% no período), e o número total de IES, a 338. Desse total de IES, apenas 17 eram Universidades.

Quadro 3: Número de matrículas, e IES no país, 1907-1933.

Ano	Matrículas	IES
1907	5.795	25
1908	6.735	28
1909	7.072	29
1910	6.903	32
1911	8.281	33
1912	8.879	50
1933	24.166	338

Fonte: LEITE, D; CUNHA, M. I; MOROSINI; M., 1996, p. 54.

Com o deslocamento do pólo econômico da zona de pecuária para a zona de colônia, ocorreu, lenta e progressivamente, juntamente com o crescimento da população urbana, o desenvolvimento do comércio (o que se refletiu na criação de Cursos de Comércio, o primeiro tendo sido criado no estado em 1909).

No entanto,

somente no período da Primeira República é que há um retorno a preocupação com o ensino superior. De fato, a Primeira República conserva e fortalece a política do império, que aboliu os privilégios do Estado para dar instrução, estabelecendo o princípio da liberdade de ensino sem restrições,

criando ao mesmo tempo a dualidade de sistemas. A isso, deve ser acrescentada a influência positivista no Rio Grande do Sul. (UFRGS/PROPLAN, 1980, p. 9).

Na perspectiva positivista a educação era concebida como um objetivo social, sendo as instituições que a ofereciam valorizadas na medida em que contribuíam para o desenvolvimento da sociedade. Também havia uma clara preocupação com a oferta das chamadas “ciências práticas”, com características do laicismo e ênfase na integração entre o saber teórico e prático.

2. 2.2 Centralização (1930 – 1960)

O período de 1930-1960 pode ser considerado como uma fase na qual ocorreram, simultaneamente, dois fenômenos na educação superior do país: a centralização dos cursos nas capitais e cidades mais desenvolvidas e populosas, e a aglomeração de cursos e IES em Universidades ou IES Integradas. Nesse sentido,

[...] o fato observado explica-se pela manutenção do sistema estrutural do ensino superior, em particular das universidades que não eram senão federações de unidades, mais ou menos estereotipadas, sem sensível variação na sua forma e padrões de funcionamento, quer entre elas, quer no tempo (UFRGS/PROPLAN, 1980, p. 11).

De forma semelhante, essa fase do desenvolvimento do ES no estado foi marcada pelo processo de centralização de IES, vagas e cursos, predominantemente na Capital. Foi nesse período, por exemplo, que surgiu a Universidade de Porto Alegre (UPA), a primeira Universidade do RS, que congregava três importantes Faculdades e Escolas: Engenharia, Medicina e Direito (FRANCO,1993-a).

A UPA, fundada em 1934 através do Decreto Estadual nº 5758/34, foi integrada pela Faculdade de Medicina a suas Escolas de Odontologia e Farmácia, e era mantida pelo Governo Estadual.

Em 1949, devido à incapacidade de ser mantida pelo Governo do Estado, e devido a demandas pelo surgimento de uma Universidade estadual, a UPA, juntamente com a Faculdade de Direito e Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria, foram agrupadas e transformaram-se na Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (URGS), realizando assim, o ideal defendido por inúmeras pessoas que desejavam a criação de uma universidade estadual no RS (FRANCO, 1997-a, p. 186-187; NEVES, 1992).

Em 1950 a URGs foi incorporada ao sistema federal de ensino, ocorrendo em 1960 o seu desmembramento que deu origem, em 1960, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e em 1969, a Universidade Federal de Pelotas (UFPel) (NEVES, 1991, p 15).

Ainda em relação ao final da década de 1940, deve-se destacar que a economia gaúcha era predominantemente constituída pela pecuária (possuindo na região sul grandes extensões de terra com gado criado de forma extensiva), e pela agricultura da zona colonial (região nordeste). Segundo o Anuário de Estatísticas Educacionais e Culturais de 1949 (SEC/DEE/RS, 1949), o RS contava nesse ano com uma população total de 4.162.305 pessoas. Desse total, 520.288 estavam estudando: 422.041 estavam cursando o nível fundamental, 25.819 o ensino secundário (ginásio), e 3.851 o científico.

Em relação aos cursos superiores no estado segundo a área específica, o quadro abaixo apresenta o número de matrículas por curso, concluintes e número de escolas que ofereciam cada disciplina. Destaca-se o curso Jurídico com um total de 489 matrículas, seguido por Medicina 433, e Engenharia com 261. Em relação ao número de IES que ofereciam esses cursos, destaca-se a baixa oferta, sendo a maioria concentrada na capital e oferecido por, no máximo, duas IES.

Quadro 4: Matrículas e concluintes segundo a área específica, e número de Instituições e Escolas Superiores que as ofereciam, RS- 1949.

Curso	Matrículas	Concluintes	IES
Filosofia	84	20	2
Ciências Sociais	43	6	1
Letras Clássicas	61	14	2
Letras Neolatinas	81	7	2
Letras Anglo Germânica	35	9	2
Geografia e História	104	20	2
Matemática	57	6	2
Física	16	-	2
Química	24	-	2
Pedagogia	24	1	2
Ciências e Letras em Geral	34	12	1
História Natural	85	10	2
Medicina	433	86	1
Jurídico	489	55	2
Odontologia	157	52	1
Farmácia	63	25	2
Engenharia	261	-	1
Engenharia Civil	48	-	-
Engenharia Mecânica Eletricista	138	19	
Engenharia Arquitetos	58	7	

Fonte: SEC/DEE/RS, 1949.

Quanto aos concluintes, destaca-se o número de egressos na Medicina (86), seguido pelo Jurídico (55), e pela Odontologia (51). Outra constatação importante diz respeito ao número de cursos oferecidos, que em 1949, chegavam a um total de 20, abrangendo diversas áreas como Educação, Ciências Humanas e Sociais, Saúde, Ciências Exatas e Naturais, e Engenharias.

O quadro abaixo apresenta alguns dados relativos à criação das Universidades no RS. Chama a atenção, como já comentado em relação à UPA, que também foi nesse período que se dará a transformação e surgimento da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e a incorporação da URGS ao sistema federal de ensino em 1950.

Quadro 5. Quadro histórico: data de criação do primeiro curso, data de fundação da universidade, localização da sede e dos campi, segundo a denominação atual da IES.

Universidades Federais	1º curso	Universidade	Sede	Municípios
UFRGS	1885	1934	Porto Alegre	Imbé, Eldorado do Sul
UFSM	1931		Santa Maria	Santa Maria
UFPEL	1883		Pelotas	Pelotas, Capão do Leão,
FURG	1955		Rio Grande	Rio Grande, Santa Vitória do Palmar
Universidades Confessionais				
PUCRS	1931	1948	Porto Alegre	Porto Alegre Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Herval do Sul, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, São Lourenço do Sul e Canguçu
UCPEL	1937	1960	Pelotas	São Sebastião do Cai, Montenegro, Santo Antonio da Patrulha
UNISINOS	1953	1969	São Leopoldo	Gravataí, Guaíba, Torres, São Jerônimo e Cachoeira do Sul
ULBRA	1972	1988	Canoas	
Universidades Comunitarias				
UCS	1950	1967	Caxias do Sul	Bento Gonçalves, Vacaria, Veranópolis, Canela, Farroupilha, Guaporé e Nova Prata
UPF	1956	1968	Passo Fundo	Soledade, Palmeira das Missões, Lagoa Vermelha, Carazinho e Casca
UNIJUI	1957	1985	Ijuí	Panambi, Três Passos e Santa Rosa
URCAMP	1953	1989	Bagé	São Gabriel, Santana do Livramento, Dom Pedrito, e Caçapava do Sul
URI	1969	1992	Erechim	Frederico Westphalen, Santo Ângelo, Santiago, São Luiz Gonzaga, e Cerro Largo
UNCRUZ	1959	1993	Cruz Alta	Tapera e Salto do Jacuí
UNISC	1964	1993	Santa Cruz do Sul	Sobradinho

Fonte: NEVES, 2002, p. 25.

A história de surgimento da PUCRS remete ao século XIX quando da vinda dos primeiros irmãos maristas para o RS, que acabaram por fundar diversas escolas. Em Porto Alegre, por exemplo, em 1904 fundaram a Escola Nossa Senhora do Rosário que oferecia educação fundamental e secundária. Essa instituição, durante a década de 1920, também passou a ser uma Escola Superior de Comércio.

Em 1931, a Escola funda a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, que iniciou suas atividades no mês de março com nove alunos.

Assim, dando prosseguimento ao processo que levaria a criação dessa Universidade,

[...] em 1940, foi fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, seguida pela Escola de Serviço Social, no ano de 1945, e pela Faculdade de Direito, em 1947. Com as quatro faculdades, a União Sul Brasileira de Educação e Ensino (USBEE), entidade civil dos Irmãos Maristas, requereu ao Ministério da Educação a equiparação de universidade (PUCRS, 2006).

No fim da década de 1940, pelo Decreto nº 25.794, de 9 de novembro de 1948, o presidente Eurico Gaspar Dutra transformava as Faculdades existentes em Universidade Católica do Rio Grande do Sul, que foi a primeira instituição universitária criada pelos maristas no mundo.

O caso da PUCRS é ilustrativo, assim como o do surgimento da UPA, do processo de surgimento de novas organizações conforme descrito por Luhmann, ou seja, organizações que dão origem a novas organizações. Além disso, o caso da PUCRS ilustra o processo de complexificação seletiva e comunicacional experienciado pelas organizações durante seu desenvolvimento. De oferta de ensino fundamental e secundário, a Escola diversificou suas atividades passando a oferecer o curso superior de Comércio para, logo depois e apoiada por uma situação social e econômica favorável, dar origem a uma nova gama de atividades ligadas a educação superior. Atividades que passariam a ser senão a maior, uma das mais importantes atividades desenvolvidas por essa IES.

Por fim, cabe dizer que,

[...] esta fase corresponde à expansão acelerada do ensino superior no estado com a diversificação tanto em nível da forma de organização do ensino superior – universidades, federações, conglomerados de escolas isoladas – como com relação às entidades mantenedoras – públicas e privadas, leigas e religiosas (NEVES, 1987, p. 21).

2. 2.3 Interiorização. Modelos Regionais (1960 – 1980)

É no período de 1960-1980 que presenciamos no país e no RS uma acelerada expansão da educação superior e um crescente processo de interiorização. Esse período também é marcado pela criação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) em 1961, e pela Reforma

Universitária implantada a partir de 1968. Leis que implicaram em transformações radicais na organização e funcionamento da educação superior.

Segundo Trigueiro, comentando a situação do sistema de ensino superior na década de 1960,

[...] a expansão universitária pode ser consubstanciada nos seguintes postulados: a) a expansão constitui um processo ambíguo, que tanto poderá dilatar nossas mediocridades, quanto provocar a ruptura do “status quo”, com a introdução de novos marcos qualitativos; b) só na segunda hipótese, a expansão representa um meio de desenvolvimento, pela substituição de um equilíbrio social por outro; c) a expansão constitui um fator de democratização, segundo a clientela a que vai beneficiar, a mudança de papéis que ensejará seus destinatários – papéis na acepção esposada pelos sociólogos e antropólogos como Nadel, enfim, segundo a elevação de padrões de vida da comunidade, através dos serviços a serem desempenhados pelos novos quadros profissionais; d) a expansão pode realizar-se sob a forma de interiorização geográfica do ensino superior até o ponto em que, mediante um programa preparatório, se venha oferecer às populações do interior verdadeiras escolas superiores, e em segundo lugar, até o ponto em que as condições vigentes na área de inserção da escola permitam a absorção dos profissionais por estas formados (1967, p. 209 - 234).

Também segundo Santos (1974), a análise do impacto da Reforma de 1968 indica as seguintes transformações ocorridas no sistema de educação superior: a. ocorreu aumento no número de vagas oferecido pelas universidades; b. muitas IES criaram novos cursos e novas habilitações devido às demandas econômicas e sociais; c. a mudança na estrutura resultou num melhor aproveitamento dos recursos humanos e da estrutura; d. houve melhorias na elaboração das provas de processo seletivo (vestibular); e. alteração dos currículos com maior ênfase no ensino dos setores básicos do conhecimento; f. substituição do regime seriado pelo de disciplinas, e introdução do sistema de créditos; g. implantação do regime de dedicação exclusiva; h. intensificação da atividade de pesquisa com recursos provindo também de órgãos não educacionais; i. implantação de cursos de pós-graduação; j. centralização da administração universitária na Reitoria e departamentos; k. grande desenvolvimento da das ciências e da pesquisa básicas, como nunca antes visto no país.

Embora tenham ocorrido diversas melhoras, também ocorreram desacertos no processo de expansão, induzido pela Reforma de 1968. Como ilustra Trigueiro,

[...] decidimos transformar algumas cidades do interior em micro-centros artificiais e sem nenhuma possibilidade de irradiação. Em vez de movimento para dentro – das cidades para as suas adjacências – temos observado um movimento inverso, os diplomados à procura de centros maiores, que ofereçam condições satisfatórias de trabalho (...) Na opinião pública, mal conduzida por elites despreparadas, se formou a crença de que

o desenvolvimento local depende da criação de escolas superiores (1967, p. 225).

Pelo receio que pudesse ocorrer uma desadequação entre a formação e as demandas do mercado de trabalho, surgiram Leis que estabeleciam que a criação de novos cursos deveria se dar através de demanda pelo mercado (Lei nº 5540/68, Arts. 18 e 23; Decreto-Lei 464/69, Art. 2º; Lei 5692/71, Art. 5º, §2º). Posteriormente, na década de 1970 e 1980, o Conselho Federal de Educação (CFE) publicou um Decreto suspendendo a abertura de novos cursos superiores no país (Decreto do CFE nº 86.000, de 13 de maio de 1981).

Em relação ao RS, outros fatores também devem ser considerados para dar conta da amplitude do fenômeno, além dos indicadores do desempenho do sistema de ensino: expansão e migração (norte-sul) demográfica, aceleração do processo de urbanização, elevado percentual de jovens na população, mais de 1/3 da população fazia parte da PEA, percentual baixo de analfabetismo em relação a outros estados, desenvolvimento econômico.

O processo de urbanização ocorreu a passos largos, tendo aumentado a população urbana, de 1950, em 150% (ver tabela abaixo), o que é relevante por ser o estado caracterizado por atividades agro-pecuárias. Outro aspecto a considerar na estrutura da população do estado é seu elevado percentual de jovens, isto é, a alta proporção de habitantes situados nas faixas etárias que normalmente demandam ensino. Nessa época, 23% da população tinha entre 7 e 15 anos de idade, 6,8% entre 16 e 18, e 12,8% entre 19 e 25 anos. O analfabetismo era de 17% (UFRGS/PROPLAN, 1980, p. 18).

Tabela 1
População total no RS, rural e urbana, 1950-1970

Ano	População Rural	População Urbana	Total
1950	2.742.841 (66%)	1.421.980 (34%)	4.164.821
1960	3.003.049 (55%)	2.445.774 (45%)	5.448.823
1970	3.111.885 (47%)	3.553.006 (53%)	6.664.891

Fonte: IBGE.

Em relação à população economicamente ativa (PEA) do estado, na década de 1970, ela era composta por 35% do total da população. Considerando a distribuição por setor de atividade, destaca-se a concentração de 46% da PEA, ou seja, 16% da população total, trabalhando no setor agropecuário. Seguido pelo setor de serviços com 37%, 13% da população total, e indústria com 17%, apenas 6% da população total da época.

Embora ainda existisse uma grande concentração da PEA em atividades do setor primário, que agregam baixo valor a produção e não demandam mão de obra com elevada escolarização, a economia crescia e a renda também. A renda cresceu cerca de 4 vezes no período entre 1949 e 1975.

Em relação ao sistema de educação destaca-se o rápido crescimento das matrículas no ensino fundamental e secundário (ver quadro abaixo), tanto o crescimento no ensino do 1º grau, que foi de mais de 60%, como no de 2º grau, que chegou a uma variação positiva de mais de 700% no período.

Quadro 6: Matrículas no primeiro e segundo graus, 1960-1975, RS.

Ano	Matrículas	
	1º Grau	2º Grau
1960	906.395	24.861
1965	1.107.963	51.579
1970	1.323.804	83.691
1975	1.443.344	193.041

Fonte: UFRGS/PROPLAN, 1980, p. 20.

Também em relação aos concluintes, especialmente os do 2º grau, passou-se de um total de 17.975 em 1967, para 18.183 em 1970, chegando a 62.248 (32.841 no ensino regular, e 29.407 no ensino supletivo) em 1975.

Assim, sob a influência de diversas irritações provocadas pelos subsistemas sociais e pelo próprio sistema de educação o SES no Brasil e RS acabou por se expandir através da criação de novos cursos, IES, extensões de campi, etc. Nesse sentido, nas décadas de 1960-1980, surgiram iniciativas que buscavam acelerar a expansão do sistema de ensino superior, através da criação de novas IES e interiorização com a criação de extensões fora de sede.

Em relação às extensões fora de sede, algumas Leis e Decretos emitidos pelo sistema do direito e sistema político, ajudaram a regular essa forma de expansão do sistema. Foram elas, a Lei da Reforma Universitária de 1968 (Lei nº5540/68) que definiu e estabeleceu as características das Universidades, e, sobretudo, os Pareceres nº 848/68 e nº 611/69 que possibilitaram a ampliação de atividades, através de extensões de cursos fora da sede das Universidades⁷.

No RS, como afirma Pereira,

⁷ Também tiveram relevância os Pareceres e Decretos que criaram as Federação de Escolas (Parecer nº 5540/68); as Faculdades Agregadas (Decreto nº 51.129/61);e, as Faculdades Unidas (Parecer nº 1.118/72).

[...] em 1967, a crise dos excedentes, mobilizando a opinião pública, força o governo a buscar soluções do problema no aumento de vagas. Através do Parecer nº 611/69, as universidades criam extensões de cursos, buscando interiorizar o ensino superior, amenizando assim, o problema (1979, p. 26).

É interessante notar que essas “irritações” produzidas pelo sistema político, primeiramente possibilitaram a organização das Universidades em extensões. Já num segundo momento, na década de 1970, quando a legislação em relação às extensões fora de sede fica instável, muitas IES acabam optando por fechar essas extensões (nesse caso outras IES surgiram para atender a demanda que ficava descoberta), outras, por sua vez, optaram por transformar essas extensões em outras IES, e, um outro grupo, tentou conservar essas extensões, na forma de campi.

Segundo Neves (1987, p. 40-41), podem ser apontados algumas características e objetivos da expansão através dos modelos regionais: seu surgimento está ligado a iniciativas locais, em grande medida resultantes de demandas das populações, as IES que se inserem nesse projeto têm trajetórias distintas das demais, pois há o compartilhamento da idéia de que as cidades do interior do estado, através de centros de educação superior, deveriam preservar certa autonomia em relação à Capital, preocupação em criar centros de formação e trabalho acadêmico que estejam ligados e exerçam impacto sobre as dinâmicas e o desenvolvimento local. Além disso, privilegiam a extensão como fundamento da idéia de IES e de conhecimento.

Assim,

[...] em várias regiões do estado, ao longo da década de 1960 produziu-se razoável diferenciação social, expressivo dinamismo e modernização econômica. No bojo deste processo, emergiram os projetos de criação de instituições do Ensino Superior com forte vocação regional (NEVES, 1991, p. 40).

Uma das IES que apostou na sua vocação para o desenvolvimento de um projeto regional foi a UFSM através do projeto da *Multiversidade*. Essa IES, através da instalação de campi avançados (inclusive em outros estados, como é o caso do campus instalado no Estado de Roraima), e extensões fora de sede, queria atender as demandas de uma ampla região do RS (centro-oeste e nordeste). Com a interferência do governo federal que acabou por bloquear esse tipo de alternativa de expansão, suas antigas extensões ou foram fechadas, ou deram origem a novas IES isoladas (NEVES, 1981, 1991, p. 9; ROSSATO, 1997-b, p.291).

Outra experiência importante ligada ao desenvolvimento dos modelos regionais foi a da FIDENE, atual UNIJUI. Essa IES situada no noroeste do estado passou a partir da década de 1950 a oferecer educação superior a uma região que não era atendida pelas IES concentradas na Capital, Pelotas e Santa Maria. Assim, em 1955 foi fundada a FAFI (Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí) por iniciativa de lideranças regionais e pela comunidade de frades capuchinhos. Em 1969, por meio de escritura pública, o patrimônio da FAFI passa à Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE).

Segundo Neves,

[...] o inédito na criação da FIDENE é que esta instituição não se deveria limitar aos propósitos de uma simples faculdade ou somente de uma instituição de ensino superior. A proposta ia além. Era extremamente arrojada, criando um modelo institucional que previa um amplo envolvimento dos mais variados segmentos da sociedade, da economia e da política do conjunto dos municípios... Esta intrínseca proposta regional e comunitária materializava-se, de modo especial, na composição da Assembléia Geral, órgão soberano de deliberação[...]Fica muito clara a ampla participação prevista da comunidade regional (1991, p. 35).

Em 1985, a FIDENE foi transformada em Universidade do Noroeste do Estado do RS (UNIJUI), passando a atender um amplo número de municípios da região, e a oferecer um numero cada vez maior de cursos.

Com relação às extensões fora de sede, mais tarde, muitas delas mudaram de mantenedora, as quais por sua vez, criaram IES com o objetivo de transformar em cursos o que anteriormente funcionava como extensões universitárias. Foram criadas nesse período as Universidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Rio Grande e do Vale do Rio dos Sinos. Como exemplo, pode-se mencionar o caso da UCS, com sede na cidade de Caxias do Sul, interior do RS, que surgiu a partir da junção de cinco instituições privadas de ensino superior que existiam na região. Assim, a UCS, fundada em 10 de fevereiro de 1967, é fruto da união das mantenedoras das faculdades, reunidas sob a denominação de Associação Universidade de Caxias do Sul.

Nesse movimentado período passou-se de 21 IES existentes em 1966 no estado, para 60 em 1971, e 74 em 1977 respectivamente.

Os dados permitem concluir que a maior parte do incremento dos CES (Centros de Educação Superior) do estado verificou-se no interior, refletindo o período 1966/77 o momento de grande aceleração na interiorização do ensino superior no Rio Grande do Sul (UFRGS/PROPLAN, 1980, p. 22).

Em 1974 o CF, através do Parecer 101/74, estabeleceu as regiões geo-educacionais com a intenção de facilitar o controle da expansão do ensino superior, constituindo os distritos geo-educacionais (DGEs). No RS foram delimitados 4 DGEs: DGE 35, DGE 37, DGE 38, DGE 39. A partir de então, passou a ser utilizada essa nomenclatura em documentos e estudos de órgão oficiais.

Por fim, podemos concluir que, tendo em vista,

[...] dois fatores significativos: o caráter de explosão na faixa etária de demanda aos cursos superiores e a profunda alteração introduzida pela reforma universitária, os quais vêm contribuir para a alteração do panorama da evolução do ensino superior. Configurou-se, dessa forma, um novo sistema com a possibilidade de absorver a explosão da demanda de estudantes, conseqüência, tudo isso, da explosão demográfica e das alterações da sociedade urbana (UFRGS/PROPLAN, 1980, p. 11).

Em relação aos cursos de graduação, o maior crescimento no número de cursos ocorreu em 1971-76, sendo a maior variação positiva observada

[...] nas áreas de ciências humanas e letras. Não surpreende que isto tenha ocorrido, pois estas áreas são as que menos custos de implantação exigem, por dispensarem instalações especiais (laboratórios, equipamentos, etc.). Também expressa este crescimento a resposta do sistema de educação às exigências decorrentes das reformas no 1° e 2° graus de ensino, no que tange às novas licenciaturas (UFRGS/PROPLAN, 1980, p. 24).

O número de vagas aumentou de 8.999 em 1968, para 19.005 em 1971, chegando em 1977 a um total de 35.451, o que representou um crescimento de 293%. Já o número das matrículas passou de 26.635 em 1968, para 38.267 em 1970. Em 1972 chegou a 69.519, 72.763 em 1974, e 87.747 em 1976, com um crescimento de 229% no período (ver tabela abaixo).

Tabela 2
Número de matrículas no segundo grau e ensino superior, RS – 1960-75

Ano	2° Grau	Ensino Superior
1960	24.861	10.252
1965	51.674	20.023
1970	83.691	38.267
1975	193.041	82.498

Fonte: UFRGS/PROPLAN, 1980, p. 11.

Também o número de concluintes elevou-se consideravelmente, passando de 3.809 em 1968, para 7.896 em 1972, chegando em 1975 a um total de 16.055, o que representou uma variação de 322% nesse número. De forma semelhante ocorreu elevação no número de cursos (ver anexo A, p. 210).

Em relação às Universidades públicas, ocorreu um baixo crescimento no número de vagas (menos de 11% no período 1973-77), concentração de cursos que exigem equipamentos e instalações especiais (44% do total de cursos oferecidos por elas).

Quanto as Universidades particulares, ocorreu um crescimento importante, passando-se de apenas 2 em 1966, para 6 em 1977. Também ocorreu um crescimento de 52% no número de vagas oferecidas, e a concentração de cursos em áreas que não exigem instalações e equipamentos especiais (80% do total de

Quadro 7: Criação de Instituições Isoladas selecionadas no RS – 1953-1994.

MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	ANO DE FUNDAÇÃO
Porto Alegre	Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre.	1953
	Faculdades Integradas do Instituto Ritter dos Reis	1971
	Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras	1968
	Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas	1971
	Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas São Judas Tadeu	1974
	Faculdades Rio-Grandenses	1993
	Faculdade de Ciências da Saúde do Instituto de Porto Alegre	1971
	Instituto Metodista de Educação e Cultura	1971
	Faculdade Tecnológica Porto-Alegrense	****
Viamão	Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição	1957
Novo Hamburgo	Federação Ensino Superior Novo Hamburgo	1970
Camaquã	Faculdade Camaquãense de Ciências Contábeis e Administrativas	1970
	Faculdade de Formação de Professores e Especialistas de Educação	1981
Taquara	Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Taquara	1969
	Faculdade de Educação de Taquara	1989
	Faculdade de Ciências da Comunicação de Taquara	1998
Osório	Faculdade de Ciências e Letras de Osório	1981
	Faculdade Cenecista de Ciências Administrativas	1981
Farroupilha		1994
	Centro de Ensino Superior de Farroupilha	
Bento Gonçalves	Escola Agrotécnica Federal "Presidente Juscelino Kubitschek"	1985
Santa Rosa	Faculdade de Ciências Contábeis e Administração de Santa Rosa	1970
	Faculdade de Educação Artística de Santa Rosa	1989
Santa Maria	Faculdades Metodistas	1998
Três de Maio	Faculdade de Administração de Três de Maio	1969

FONTE: Ufrgs/GEU/Edu, 1992.

cursos oferecidos).

Também as IES isoladas privadas(ver quadro acima), passaram por um grande crescimento quanto ao seu número que foi de cerca de 276%, no período 1966-77. Houve aumento de 89% no número de vagas oferecidas por elas,

concentração de cursos em áreas que não exigem instalações e equipamentos especiais (82% do total de cursos oferecidos).

2.2.4 Consolidação das IES Comunitárias (1980 – 1996)

O início da década de 80 se defrontou com a estagnação do crescimento do sistema de educação superior. Essa estagnação é explicada por múltiplos fatores dentre os quais cabe destacar a crise econômica, recessão e desemprego; falta de condições financeira por parte da clientela para pagar os próprios cursos; fim do sistema de crédito educativo e de bolsas em geral [...] A partir desse fato, explicita-se a crise do paradigma da universidade brasileira (TRAMONTIN, 1999, p. 35).

A década de 1980 pode ser apontada, devido às intensas repercussões e implicações que ela teve sobre o sistema de ensino superior, como um caso típico de instabilidade advinda do sistema social (sistema político e econômico) que exerceu grande influência sobre a forma como as organizações do SES se estruturavam.

A crise pela qual passava o sistema econômico e político brasileiro afetaram os frágeis acoplamentos estruturais, existentes entre as demandas sociais, e o sistema de educação superior e suas organizações. Como fica claro no estudo realizado pelos pesquisadores do IESPE da PUCRS, em 1984,

[...] tendo em vista a crise econômico-social que o país atravessa nessa fase, é de se esperar que o sistema educativo de um modo geral apresente uma tendência a reduzir a criação de novos cursos. Está conclusão se fortalece se for considerado que o CFE, em 13 de maio de 1981, através do Decreto 86.000 susta a criação de novos cursos (p. 33).

Nesse sentido, o CFE entendia que continuar expandindo o ensino superior poderia vir a significar o congestionamento de egressos no mercado de trabalho. A contenção deveu-se, então, a situação econômica enfrentada pelo país (PUCRS/IESPE, 1984, p. 54).

No RS o sistema reagiu produzindo uma expansão que se deu, sobretudo, através dos estabelecimentos isolados particulares. Em 1983 atuavam no RS um total de 63 IES (desse total, 10 IES eram Universidades), que estavam presentes em 33 dos 232 municípios existentes na época. (PUCRS/IESPE, 1984, p. 11) Esse dado revela a diminuição de cerca de 13% de IES (11) que atuavam no RS em 1977.

Assim, podemos dizer que a

[...] década de 80 inicia-se com a contenção da expansão. Há uma tendência do poder público em se desobrigar da responsabilidade econômica pelo ensino superior. Isso aparece de três maneiras: a diminuição dos recursos para a educação; tentativa de privatização; busca

de um novo regime para as universidades públicas, transformando-as de instituições que consomem verbas em empresas que possam produzir lucros (LEITE, D; CUNHA, M. I; MOROSINI; M., 1996, p. 77).

Em relação aos cursos oferecidos no início da década de 1980, o RS apresentava um total de 407 cursos, desses, 48,7% se concentravam na área de Ciências Humanas. Do total de cursos existentes em 1983, 11,5% foram criados no período anterior a 1950. 11,5% no período entre 1950 e 1959, 22,6% entre 1960 e 1969, e 44,7% no período entre 1970 e 1979 e, apenas, 9,6% de 1980 até 1983. Portanto, praticamente a metade dos cursos, existentes na época, surgiram durante a década de 1970. (PUCRS/IESPE, 1984, p. 30) Isso evidencia a estagnação do sistema de ensino superior e de suas organizações que, diante das instabilidades causadas pelo seu entorno, optaram por não criar novas IES e cursos.

Além disso,

[...] a redução da procura pelo ensino superior foi bem maior que a redução do número de vagas, pois teve um decréscimo de 21,8%. Esta redução é o reflexo na educação da crise econômico-social que se iniciou no país no final da década de 1970 e que atingiu particularmente as camadas médias, reduzindo a suas possibilidades concretas de acesso ao ensino superior. Este setor é justamente o que propiciou a expansão do ensino superior ao longo da década de 1970 (PUCRS/IESPE, 1984, p. 161).

No final da década de 1980, o SES no país oferecia 4.435 cursos, dos quais 56,3% eram particulares. Tinha uma matrícula de 1.518.904 alunos, da qual 61,5% estavam em instituições particulares. Graduavam-se anualmente 227.037 alunos dos quais 66% eram oriundos de IES privadas. Havia 128.029 professores, dos quais 45,2% atuavam no ensino privado.

No mesmo período, no RS,

segundo a dependência administrativa e a localização geográfica das IES, verifica-se que o ensino público está sendo oferecido na capital e em 3 das 4 capitais regionais. Apenas um centro regional – Rio Grande – possui ensino superior público, ficando, portanto, em descoberto, toda a parte oeste e centro-norte do estado (PUCRS/IESPE, 1984, p. 120)

É diante desse cenário de incertezas que caracterizava o entorno do sistema de ensino superior e suas organizações que as Universidades comunitárias acabaram por se consolidar. Como afirma Longhi (1998, p. 208),

o surgimento das instituições comunitárias no interior do seguimento das instituições particulares de ensino superior no país acompanha o processo de urbanização da sociedade brasileira e de crescimento das camadas médias.

Entre as propostas dessas novas IES havia um forte comprometimento com as demandas locais: formação de professores, ampliação do acesso ao

conhecimento, maior independência em relação a Capital, idéia de educação superior voltada para o desenvolvimento social e econômico da região, etc.

Também segundo Longhi (1998), essas IES caracterizavam-se por possuir importantes diferenças em relação às demais existentes no estado. Ressalta-se a forma como era conduzida a estrutura de gerenciamento, de poder, da propriedade patrimonial, das fontes de recursos, do controle e da aprovação de orçamento e relatórios de gestão.

Além disso, a idéia da criação das Universidade comunitárias, concebidas como IES “públicas não-estatais”, implicava em alterações das relações entre essas IES, o Estado e a sociedade. Nesse sentido, segundo Neves (1995) foi durante os debates em torno da Constituinte, ao longo da década de 1980, que o conceito de Universidade comunitária ganhou força, principalmente devido à ação conjunta da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, da UCS e da UPF. A disputa central na época era preservar essa “vocação comunitária” ampliando a distinção entre IES públicas e privadas, garantindo às Universidade comunitárias, reconhecidas como públicas não-estatais, o acesso às verbas públicas.

2.2.5 Diversifica o do Sistema de Ensino Superior?(1996 -2004)

A década de 1990, principalmente após 1996, com a aprova o da LDBN, foi marcada por uma intensa expansão do sistema de ensino superior no Brasil(ver tabela abaixo).

Tabela 3
Indicadores do desempenho do sistema de ensino superior no Brasil, 1991-2004

Brasil	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1991/1996 Δ %	1996/2004 Δ %
Cursos de Gradua�o	4.908	5.081	5.280	5.562	6.252	6.644	35,4	180,6
Matriculas	1.565.056	1.535.788	1.594.668	1.661.034	1.759.703	1.868.529	19,4	122,8
Concluintes	236.410	234.288	240.269	245.887	254.401	260.224	10,1	140,8
Vagas	516.663	534.847	548.678	574.135	610.355	634.236	22,8	265,9
Candidatos inscritos	1.985.825	1.836.859	2.029.523	2.237.023	2.653.853	2.548.077	28,3	98,3
Ingressos	426.558	410.910	439.801	463.240	510.377	513.842	20,5	153,6
Número de IES	893	893	873	851	894	922	3,2	118,3
Funções docentes	146.988	147.059	150.823	155.780	161.645	164.118	11,7	78,7
Funcionário Técnico	184.928	194.808	204.934	211.660	218.085	222.202	20,2	17,3
Brasil	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Cursos de Gradua�o	6.132	6.950	8.878	10.585	12.155	14.399	16.453	18.644
Matriculas	1.945.615	2.125.958	2.369.945	2.694.245	3.030.754	3.479.913	3.887.022	4.163.733
Concluintes	274.384	300.761	324.734	352.305	395.988	466.260	528.223	626.617
Vagas	699.198	803.919	969.159	1.216.287	1.408.492	1.773.087	2.002.733	2.320.421
Candidatos inscritos	2.715.776	2.895.176	3.435.168	4.039.910	4.260.261	4.984.409	4.900.023	5.053.992
Ingressos	573.900	662.396	787.638	897.557	1.036.690	1.205.140	1.262.954	1.303.110
Número de IES	900	973	1.097	1.180	1.391	1.637	1.859	2.013
Funções docentes	174.481	174.289	189.902	197.712	219.947	242.475	268.816	293.242
Funcionário Técnico	213.436	194.628	198.525	202.888	206.040	225.071	244.456	260.642

Fonte: INEP/MEC

Como pode ser notado, é nesse segundo período (1996-2004) que está concentrada a maior variação positiva. Isso fica evidente se dividirmos a variação total pelo número de anos. A exceção do número de técnicos administrativos, todos os outros indicadores tiveram uma elevação importante, destacando-se principalmente o número de vagas e cursos oferecidos.

Também no RS (ver tabela abaixo) ocorreu uma variação positiva importante nesse período. Entre os indicadores que mais variaram positivamente, no período 1996-2004, destaca-se o número de vagas, concluintes e matrículas. O que menos variou, de forma semelhante ao que ocorre no país, foi o número de técnicos administrativos.

Tabela 4
Indicadores do desempenho do sistema de ensino superior no RS, 1991-2004

Rio Grande do Sul	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1991/1996 Δ %	1996/2004 Δ %
Cursos de Graduação	511	533	581	620	712	726	42,1	73,8
Matrículas	140.172	131.141	137.742	144.083	152.215	164.382	17,3	96,4
Concluintes	16.369	16.446	15.688	16.963	16.376	15.792	-3,5	116,3
Vagas	45.116	44.340	45.875	50.544	52.007	52.588	16,6	153,4
Candidatos inscritos	137.072	104.829	124.418	101.489	171.544	161.172	17,6	59,2
Ingressos	36.645	31.253	34.079	37.308	41.279	43.467	18,6	91,4
Número de IES	49	46	45	43	44	43	-12,2	93,0
Funções docentes	13.657	13.374	14.176	14.858	15.513	16.005	17,2	28,1
Funcionário Técnico	12.661	13.086	13.924	13.706	15.148	14.900	17,7	17,0
Rio Grande do Sul	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Cursos de Graduação	630	701	865	949	1.016	1.090	1.144	1.262
Matrículas	178.371	195.048	217.060	238.263	258.258	285.699	303.554	322.824
Concluintes	17.603	19.144	21.542	22.188	25.686	30.027	32.471	34.162
Vagas	54.954	65.058	69.766	85.256	95.002	113.386	121.790	133.282
Candidatos inscritos	182.526	198.125	215.480	220.620	246.369	277.065	281.299	256.618
Ingressos	48.247	54.635	62.782	65.754	75.374	85.884	84.850	83.185
Número de IES	41	44	44	48	51	60	74	83
Funções docentes	16.189	16.029	17.805	17.266	18.023	18.310	19.481	20.508
Funcionário Técnico	14.818	14.863	14.595	14.278	16.444	16.431	16.605	17.426

Fonte: INEP/MEC

A observação preliminar desses indicadores permite inferir que ocorreu uma expansão no sistema de ensino no RS, no entanto, esse nível de análise não permite a resposta do problema de pesquisa desse estudo. Para tanto, é preciso realizar uma análise minuciosa sobre esses indicadores, tendo em conta o setor privado e público, e o tipo de organização acadêmica, tipos de cursos e modalidades de educação, etc. Somente com base nessa análise mais refinada será possível o teste das hipóteses e a constatação final da situação do sistema, o que permitirá uma resposta adequada ao problema em questão.

Essa preocupação metodológica justifica-se, na medida em que neste estudo, como já mencionado, utiliza-se o conceito de diferenciação da educação superior para referir-se a um sistema que engloba uma extensa hierarquia de instituições de ensino superior com perfis acadêmicos diferenciados, atendendo a uma demanda

com motivações profissionais distintas através da oferta múltipla de cursos e programas. Ou seja, uma problematização ou análise simplista e mecanicista, da expansão e diversificação, não seria capaz de responder ao problema de pesquisa, posto dessa forma.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a diferenciação deveria dar-se, tanto no plano vertical, da oferta de formação acadêmico-profissional, como também, no plano horizontal, a partir de uma pluralidade de objetivos e conteúdos educacionais, competências e prerrogativas típicas de instituições, permanecendo, entretanto, um processo de fluidez de comunicação entre os diferentes setores que o sistema diferenciado integra (MARTINS, 2000, p. 42).

Partindo dessa definição de como um sistema de educação superior está estruturado e funciona, tentar-se-á responder a seguinte pergunta: é possível reconhecer na educação superior do Rio Grande do Sul, no período atual, a existência de um sistema diferenciado, abrangendo uma multiplicidade de instituições com perfis organizacionais e vocações acadêmicas distintas, assim como a presença de uma oferta de cursos que atende de forma eqüitativa as diferentes demandas?

Podemos afirmar que durante as décadas de 1980 e 1990 tivemos a consolidação de um sistema diferenciado no RS? Se sim, que tipo de mudanças e rupturas ocorreram em relação à oferta de educação e a forma como estava estruturada anteriormente a 2004? É disso que trata o próximo capítulo.

Capítulo III – O sistema se expande I (1991-2004): A Expansão no Estado do Rio Grande do Sul

Após a apresentação no capítulo I, com base no referencial da teoria dos sistemas sociais, do entendimento que esse estudo tem sobre os conceitos de sistema de educação, ensino superior e organizações educacionais (IES). E tendo sido feita uma reconstrução sistêmica da história do desenvolvimento do sistema de ensino superior no capítulo anterior, o presente capítulo trata propriamente do objeto central desse estudo: investigar as transformações ocorridas no sistema de ensino superior do RS no período 1991-2006, evidenciando os diversos fatores implicados.

O capítulo está estruturado da seguinte forma. Parte-se de uma análise das políticas de expansão e de diversificação da educação superior implementadas após a CF de 1988 e a LDBN de 1996, para investigar de que forma se deu, e em que grau, esse fenômeno no estado do Rio Grande do Sul, sendo o estado tomado como unidade de análise. Para tanto, realiza-se uma investigação sobre diversos indicadores de desempenho do sistema: IES, cursos, matrículas, concluintes, vagas candidatos e ingressos.

3.1 Organização atual do sistema de ensino superior

A competência sobre a educação superior historicamente tem sido da União. Já na Constituição Federal (CF) de 1934, o art. V, inciso XIV atribuía a ela a competência privativa de “traçar as diretrizes da educação nacional”. Com a promulgação da CF de 1937, durante o Estado Novo, também não foi diferente, pois ficava reafirmada a sua competência privativa para “fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes a que deve obedecer à formação física, intelectual e moral da infância e da juventude” (Art. 15º, inciso IX). Nos anos seguintes, as Reformas implantadas por Capanema, viriam a consolidar esse poder centralizado da União, sobre a elaboração de políticas educacionais.

Na CF de 1946 foi mantida a atribuição conferida a União para legislar sobre as diretrizes e bases da educação no país (art. 5º, Inciso XV, alínea d). Em grande medida, pode-se atribuir à regulamentação deste dispositivo constitucional, a origem do texto da primeira LDBN (Lei nº 4024) de 20 de dezembro de 1961 (NETO, 2002, p. 75-76).

A CF de 1967, elaborada durante o período militar, não alterou as atribuições da União em relação à educação nacional, previstas na LDBN de 1961. Apenas em 1968, através da Lei nº 5540, surgem modificações substanciais na educação superior (como já foi tratado), com a implantação da Reforma Universitária, e algumas modificações no ensino primário e secundário, que após a Lei nº 5692/71, passaram a ser denominados de primeiro e segundo grau, respectivamente.

Com a promulgação da CF de 1988, também mantinha-se o privilégio da União para legislar sobre a educação nacional. No texto constitucional podem ser encontrados dez artigos que tratam sobre a educação. Em relação ao ensino superior, destaca-se o artigo 207, que estabelece e assegura a autonomia universitária, nos aspectos didático, científico, de gestão financeira, administrativa e patrimonial, atribuindo a esse tipo de IES a obediência ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Também destaca-se o artigo 208, que em seu inciso VII, atribui como dever do Estado a garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Outro impacto da nova CF na educação superior, foi o artigo que permitiu que recursos públicos fossem investidos em IES privadas confessionais e filantrópicas, através do mecanismo da imunidade tributária.

Em 1996 foi aprovada a nova LDBN como resultado da pressão de inúmeros grupos sociais e de interesse (setor privado, movimento em defesa da escola pública, etc.), e pela necessidade dos dispositivos constitucionais serem regulamentados através de Lei específica. Em relação à oferta de ensino superior, em seu art. 44, a LDBN define as modalidades de educação superior no Brasil (ver figura abaixo):

A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

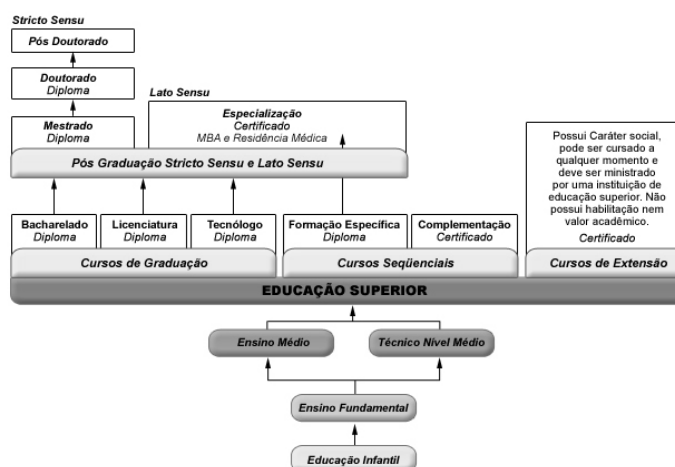
I – cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II – de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;

III – de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às necessidades das instituições de ensino;

IV – de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Figura 3: Tipos de cursos e formações de nível superior no Brasil.



Fonte: SESU/MEC.

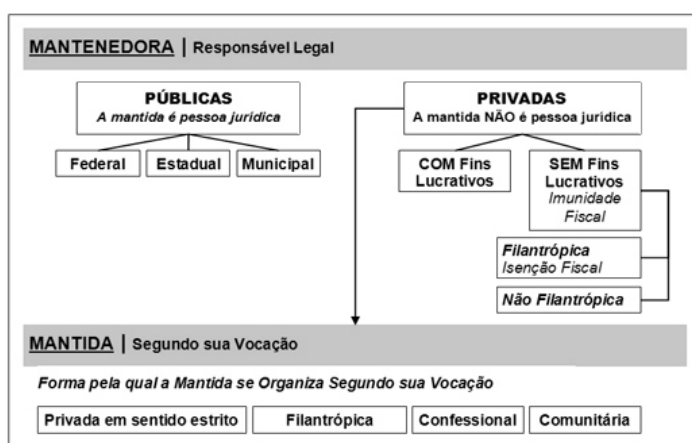
Também segundo a LDBN, e regulamentações complementares, estão autorizadas a funcionar no país as seguintes formas de organização acadêmica de IES:

- 1) **Instituições Universitárias** - São instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão. Dividem-se em: **Universidades** - instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão; **Universidades Especializadas** - instituições de educação superior, públicas ou privadas, que atuam numa área de conhecimento específica ou de formação profissional, devendo oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar; e **Centros Universitários** - instituições de educação superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, que devem oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar.
- 2) **Instituições Não Universitárias: CEFETs e CETs** - Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e os Centros de Educação Tecnológica (CETs). Representam instituições de ensino superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, especializados na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área tecnológica. Eles podem ministrar o ensino técnico em nível médio. (Decreto 2.406/1997); **Faculdades Integradas** - instituições de educação superior públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento. Tem o regimento unificado e é dirigida por um diretor geral. Pode oferecer cursos em vários níveis sendo eles de graduação, cursos seqüenciais e de especialização e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado). (Decreto 3860/2001); **Faculdades**

Isoladas - instituições de educação superior públicas ou privadas. Com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento são vinculadas a um único mantenedor e com administração e direção isoladas. Podem oferecer cursos em vários níveis; e **Institutos Superiores de Educação** - instituição públicas ou privadas que ministram cursos em vários níveis sendo eles de graduação, cursos seqüenciais e de especialização, extensão e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado).

A figura abaixo ilustra as formas administrativas pelas quais às IES se organizam no país. Destaca-se a presença de um grande número de IES de direito privado, e mantido por mantenedoras de vocação confessional.

Figura 4: Organização administrativa das IES no Brasil.



Fonte: SESU/MEC.

Também cabe lembrar que em relação ao ordenamento jurídico e subordinação da educação superior, a União fica responsável por legislar e fiscalizar o sistema federal de ensino superior que compreende as instituições públicas federais e as instituições privadas, que podem ser confessionais, filantrópicas, comunitárias ou particulares (Art. 2º, Decreto, nº 5.773,9/05/06). Aos Estados, fica atribuída a função de fiscalizar e legislar sobre as IES públicas estaduais.

Em relação ao Rio Grande do Sul, deve-se mencionar que não existe uma Secretaria Estadual de Ensino Superior, nem propriamente, uma política de educação superior organizada. As decisões sobre o sistema público federal, por exemplo, dão-se na relação da comunidade acadêmica, seus representantes (Associações de docentes, alunos e funcionários) com o Governo Federal, e a Câmara de Educação Superior do MEC (CES).

Também no setor privado, embora ele faça parte do sistema federal de ensino, também não há um órgão no estado responsável por gerir objetivos e metas

comuns, nem mesmo responsável por elaborar estudos e relatórios de processo e impacto. Nesse sentido, quando as decisões sobre oferta e expansão são tomadas, geralmente se dão por mecanismos internos as próprias IES, sem que haja uma discussão externa. E, quando chega a ocorrer alguma problematização mais ampla, essa se dá no âmbito de entidades como o COMUNG⁸ (Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas), que reúnem grupos de IES.

Entre os resultados dessa (des) organização, configura-se um sistema de ensino superior que possui um relevante número de IES que se organizam de forma relativamente distinta, o que é salutar; mas que, no entanto, não refletem de forma organizada, sistemática e pública sobre as dificuldades que enfrentam, não estipulam metas comuns, e não analisam os impactos que causam no desenvolvimento social, econômico e cultural do estado.

3.1.1 Políticas de expansão e diversificação

A partir da década de 1980-90 surge como consenso entre a maioria dos países e agências internacionais de fomento e promoção de políticas públicas (Fundo Monetário Internacional, 2005; Banco Mundial, 1997, 1998, 2002, 2003; OECD, 1998, 2006; UNESCO, 1998, 2000, 2003, 2005), a idéia de que os países devem aumentar suas taxas de acesso à educação superior, ou educação terciária. Esse consenso justifica-se diante do pressuposto de que um maior acesso a esse nível de ensino, principalmente pela população dos países em desenvolvimento, poderia ser um elemento potencializador do desenvolvimento econômico, social e cultural.

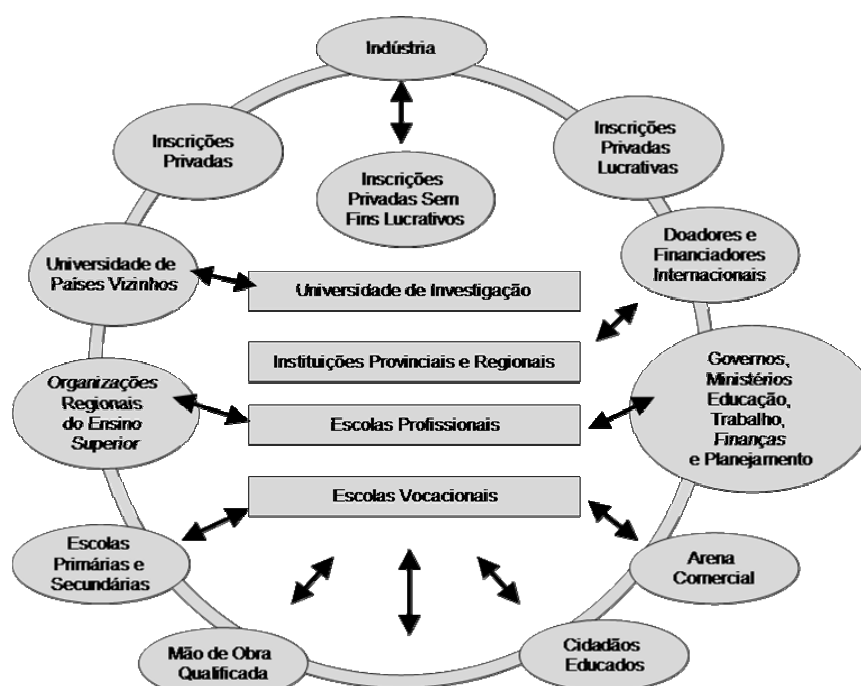
Entre as propostas que deveriam ser implementadas, para garantir tal elevação na taxa de acesso e a conseqüente democratização, destacam-se as relativas à diversificação. A diversificação para esses organismos é entendida como a oferta diferenciada de cursos (diversificação horizontal) e de tipos de IES (diversificação vertical), com o objetivo de atender diversas demandas sociais por educação de nível superior: formação profissional, educação continuada, formação

⁸ Segundo dados do próprio COMUNG, ele é composto atualmente por dez IES no RS. O Conjunto dessas Instituições congregam 41 campi universitários, abrangem mais de 400 municípios em suas áreas de influência e possuem aproximadamente 120 mil alunos divididos entre a graduação, a pós-graduação e o ensino fundamental e médio.

acadêmica voltada para a pesquisa e ensino na educação superior, formação de professores para a educação básica, qualificação da população egressa da educação básica, etc.

Assim, a diversificação (ver figura abaixo), como tratada pelo Banco Mundial, por exemplo, implica no estabelecimento de uma série de relações entre o sistema de educação superior o Estado, o mercado e a sociedade.

Figura 5: Esquema de diferenciação do sistema de ensino superior segundo o relatório do grupo de trabalho do BM, intitulado “O Ensino Superior nos Países em Desenvolvimento”.



Fonte: Task Force, 2002, p. 62.

Essas relações só podem ser desenvolvidas por sistemas que ofereçam acesso diversificado, através de diferentes tipos de cursos e instituições de educação superior (não só as universitárias).

Também para a UNESCO (1998, 2003, 2005), o século XXI impõe para a educação superior um grande desafio: ampliar o acesso através da inclusão de grande contingentes da população, principalmente as que não tiveram acesso nos processos anteriores de expansão. Essa inclusão deve se dar, não só através das formas tradicionais de ensino, mas, também, com base nas novas tecnologias de informação, na cooperação entre os países e povos, e na defesa de uma educação comprometida com valores humanistas.

Foi diante desse cenário que a legislação educacional brasileira, principalmente depois da LDBN de 1996, adotou diversas dessas idéias, de tal forma que essa Lei pode ser considerada como um marco nas legislações educacionais que viriam a fomentar a oferta de educação diversificada. A oferta de um certo nível de educação diferenciada no país, expressa-se tanto no nível básico (educação especial, educação indígena, etc.), como no superior (formas institucionais distintas, cursos variados e de diferentes tipos). No caso brasileiro, está concepção também expressa a existência de um certo consenso de que é preciso ter bases e fundamentos nacionais para a educação, no entanto, com o atendimento diferenciado das imensas diferenças étnicas e culturais existentes no país.

Além disso, percebeu-se ao longo da década de 1990 que a forma pela qual os sistemas de educação básica e superior estavam organizados (tipo de IES, cursos, programas de ensino, etc.) era, entre outros fatores, a responsável por reter estudantes (alto índice de repetência, distorção idade série, etc) além da não inclusão no sistema de grande parte da população, principalmente no nível médio e superior.

Em relação à educação fundamental, por exemplo, conseguiu-se elevar as taxas de acesso através de inúmeras iniciativas: a. no próprio sistema de ensino - implantação de escolas em zonas rurais e de difícil acesso, oferta do ensino noturno, oferta de cursos de curta duração (supletivos, como o EJA, etc), oferta de merenda escolar, e transporte escolar; b. através da cooperação com políticas públicas do Estado e em colaboração com a sociedade – criação de estímulos para o aumento da freqüência a educação (diversos tipos de políticas de bolsas, como o bolsa família, bolsa escola, ou doação de gêneros alimentícios para os alunos freqüentes), vinculação de inúmeras campanhas do rádio e televisão, sobre a importância da inclusão educacional, especialmente da freqüência de crianças e jovens nas escolas.

Ademais, em relação à educação básica, o processo de municipalização através da criação de complexos mecanismos que criaram condições favoráveis à coordenação das iniciativas dos três entes da federação, conseguiu criar uma política nacional (com metas, e indicadores dos avanços) que foi, de fato implementada. Entre os fatores que tem feito com que essa política funcione destaca-se a gestão municipal e estadual (conselhos estaduais e municipais de educação, comissões legislativas de educação, prefeituras e governo estadual), em

colaboração com iniciativas da sociedade civil organizada (movimentos de alfabetização, etc; e criação de inúmeras ONGs ligadas a educação e a educação popular).

Já na educação de nível médio e superior, não se viu, pelo menos não na mesma velocidade, tamanha mobilização do Estado e da sociedade para elevar a inclusão. Apenas recentemente programas do Governo Federal com maior aporte de recursos e destinação específica como o PróJovem (Programa de Inclusão social e educacional de jovens pobres) e o PROUNI (Programa Universidade para Todos) têm buscado resolver, em parte, essa lacuna na educação brasileira, principalmente entre os jovens. Também cabe destacar em relação às iniciativas da sociedade civil, a ação dos chamados “cursinhos pré-vestibular populares”⁹, que vem crescendo nos últimos anos, atendendo parte da população carente egressa do ensino médio que não tem condições de arcar com um curso pré-vestibular privado.

No momento, destaca-se a ênfase que tem sido dada à educação à distância (EAD), como forma de elevar as taxas de acesso a educação superior. Um exemplo disso é o documento divulgado pelo BM - Global Networked Readiness for Education Preliminary findings from a Pilot Project to Evaluate the Impact of Computers and the Internet on Learning in Eleven Developing Countries – que discute o potencial da aplicação dessa modalidade de ensino nos países em desenvolvimento.

No país, vem crescendo esse tipo de oferta, mesmo os cursos presenciais já podem ter 20% de sua carga horária ou créditos, realizados através de ensino não presencial. Essa modalidade de ensino enquadra-se como uma das possíveis alternativas de expansão do acesso, não só através do aumento de vagas nas IES e cursos existentes, mas também com novas modalidades de ensino, e novos tipos de cursos (seqüenciais e tecnológicos).

Com base na análise realizada sobre o marco regulatório da educação superior no país, pode-se concluir que, de forma geral, a legislação e as políticas educacionais, implementadas ao longo da década de 1990 até o presente, buscaram a ampliação do acesso à educação superior no Brasil, não só através da expansão

⁹ Sobre a atuação dos cursinhos populares no RS, destaca-se os estudos do pesquisador Thiago Ingrassia Pereira (2006-a, 2006-b) que vem buscando mapear a atuação desses grupos e o perfil dos estudantes atendidos.

das vagas e matrículas nos cursos e tipos de IES tradicionais, mas também via a criação de novos tipos de IES, novos cursos e modalidades de educação.

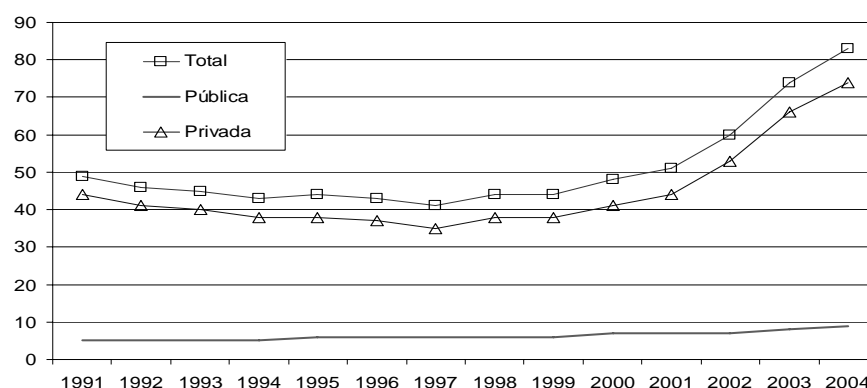
Partindo desse pressuposto, ou seja, que as escolhas tomadas nesse período enfatizavam a ampliação do acesso através tanto das formas tradicionais como diversificadas, cabe perguntar como isso ocorreu? Qual foi o setor mais atuante e o tipo de IES, e cursos mais relevantes? O atendimento das demandas deu-se de forma eqüitativa, segundo os grupos sociais e regiões (estado e município)?

3.2 IES

Em 1991 estavam em funcionamento no país 893 IES, em 1996 esse número sobe para 922, chegando em 2004 a um total de 2.013, o que representou uma variação de 3,2% no primeiro período, e de 118,3% no segundo. Desse total, apenas 11% eram públicas. Essa variação positiva, principalmente no segundo período, e em relação às IES privadas, deveu-se, entre outros fatores, a política liberalizante implementada pelo MEC, presidido pelo Ministro Paulo Renato.

No RS havia em 1991, 49 IES (5 públicas, 49 privadas). Em 1996 (ver anexo B, p. 211) esse número caiu para 43 (6 públicas, 37 privadas). Em 2004 atingiu um total de 83 IES (9 públicas, 74 privadas).

Figura 6: Número total de IES no RS, e segundo dependência administrativa, 1991-2004.

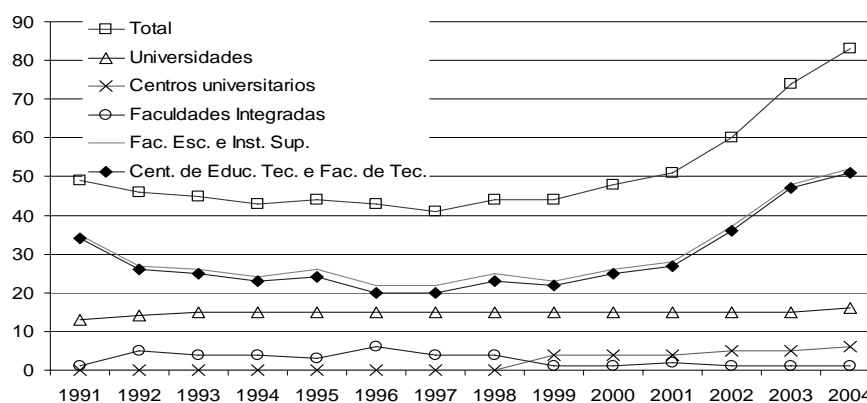


Fonte: INEP/MEC

A variação no primeiro e segundo período, para IES públicas e privadas, foi de 20% e -15% (1991-96) e, de 50% e 100%(1996-2004), respectivamente (ver anexo B1, p. 212). O crescimento em relação ao setor privado(ver figura acima), no segundo período,deveu-se ao crescimento no número de IES isoladas privadas .

Segundo o tipo de organização acadêmica (ver anexo B2, p. 213), o estado (ver figura abaixo) possuía em 1991, 13 universidades (4 públicas/ 9 privadas), em 1996 atingiu o número de 15 (4 públicas, 11 privadas), e em 2004, chegou a um total de 16(5 públicas/11 privadas). A variação no número de universidade públicas e privadas foi, respectivamente, 0% e 22,2% no período 1991-96, e de 25% e 0% no período 1996-2004 (ver anexo B3, p. 214).

Figura 7: Número total de IES no RS, e segundo a organização acadêmica , 1991-2004.



Fonte: INEP/MEC.

Em relação aos Centros Universitários (ver anexo B4, p.215), desde 1999 tem ocorrido um crescimento importante já que essas IES, de forma semelhante as Universidades, mas em menor grau, congregam elevado número de alunos. Em 1999, o RS possuía 4 Centros Universitários, em 2004 esse número subiu para 6, todos privados (1 particular, 5 confessionais) ¹⁰.

Quanto às Faculdades Integradas (ver anexo B5, p. 216), o RS em 1991, possuía apenas 1 IES desse tipo, em 1996 esse número se eleva para 6, e em 2004 cai para 1. Essa queda pode ser devida à transformação, após a LDBN de 1996, dessas IES em Centros Universitários.

Em 1991, o estado tinha 35 Faculdades Escolas e Institutos Superiores (1 pública, 34 privadas) (ver anexo B6, p. 217). Em 1996 esse número cai para 22 (2 públicas, 20 privadas), e em 2004, sobe para 52 (1 pública federal; 51 privadas, 29

¹⁰ No capítulo V, realiza-se uma análise minuciosa sobre esse tipo de IES, que representou uma inovação legal importante realizada na década de 1990, assim como discute-se a forma como elas tem se organizado e que impacto têm gerado no RS.

particulares, 22 com. conf. fil¹¹.). Em relação aos Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia (ver anexo B7, p. 218), o estado possuía 1 IES desse tipo em 1999, chegando em 2004 a 8 (3 públicas federais; 5 privadas, 4 particulares, 1 com. conf. fil.).

Com base nesses dados, pode-se concluir que, de forma geral, a dinâmica anterior relativa às IES, através do crescimento via implantação de IES isoladas e particulares não se alterou significativamente. No entanto, duas mudanças precisam ser destacadas: o crescimento no número de Centros de Educação Tecnológicas e Faculdades de Tecnologia e dos Centros Universitários. Ambas IES criadas após a LDBN de 1996.

Outra informação relevante diz respeito à distribuição das IES pelo território? Analisando-se os dados, é possível afirmar o seguinte: em 1991 dum total de 49 IES existentes no estado, 9 concentravam-se na Capital. Em relação à dependência administrativa, as IES situadas na Capital correspondiam a 2 das 5 IES públicas existentes no estado, e a 7 das 44 privadas. Quanto à organização acadêmica, concentravam-se na Capital 2 Universidades do total de 13, e 7 do total de 29 Escolas, Faculdades e Institutos Superiores do estado.

Em 2004, de um total de 83 IES, a concentravam 20 IES na Capital. Esse número correspondia a 3 do total de IES públicas do estado, e a 17 do total de 74 IES privadas existentes no estado. Em relação à organização acadêmica, concentrava 3 das 16 Universidades existentes, 2 dos 6 Centros Universitários, 13 das 52 Escolas, Faculdades e Institutos Superiores, e 2 dos 8 Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia do estado.

A análise desses dados em conjunto permite concluir o seguinte: ainda ocorre certa tendência de concentração de IES na Capital, em relação à presença das mesmas em outros municípios. Isso indica que o sistema não atendeu, de forma equitativa, a demanda por expansão no número de IES nas diversas regiões do RS.

No entanto, essa afirmação só poderá ser corroborada pelas análises que seguem, especialmente, pela que será realizada no capítulo seguinte no qual se discute a presença das IES nos municípios, e que mostrará como essa

¹¹ Essa sigla refere-se às IES comunitárias, confessionais e filantrópicas.

concentração, na Capital e em alguns municípios, é muito mais elevada do que possa parecer a uma primeira observação.

3.3 Cursos

Tendo discutido a forma como se comportaram as IES no estado, agora será apresentada uma análise sobre os cursos de graduação presenciais e a distância. Será dada ênfase a dependência administrativa e organização acadêmica.

3.3.1 Cursos de graduação presenciais

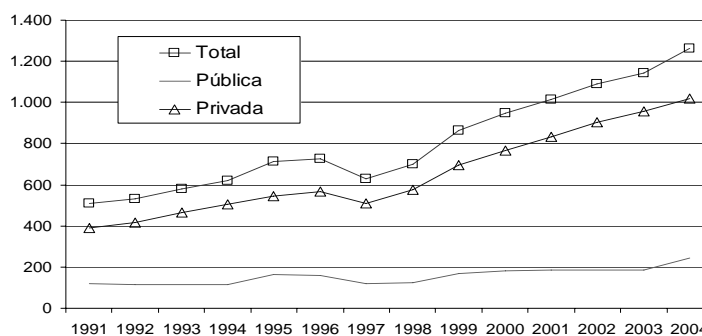
Em 1991 o Brasil possui um total de 4.908 cursos de graduação. Segundo o INEP, desse total, 43,6% eram oferecidos por IES públicas (53,4% por federais, 32% por estaduais e 14,6% por municipais); e 56,4% por IES privadas. Em 1996, esse número aumentou em 35,4%, o que representou a elevação no número de cursos oferecidos que chegou a um total de 6.644 no país, sendo 44,8% oferecidos por IES públicas (53,1% federais, 32,4% estaduais, 14,5% municipais) e 55,2% por IES privadas . Nesse período o crescimento nos cursos oferecidos em IES públicas e privadas foi, respectivamente, de 39,2% e 32,4%.

Já no período 1996-2004, ocorreu uma elevação maior ainda, na oferta de cursos de graduação, da ordem de 180%, chegando a um total de 18.644, sendo que nesse período a oferta de cursos em IES públicas variou 110% , chegando a representar 33,6% (39,1% federais, 52,6% estaduais, 8,3% municipais) do total de cursos oferecidos. Já o setor privado, no mesmo período, apresentou uma variação de 237% , o que representou a oferta de 66,4% (59,7% particulares, 40,3% comunit., conf. e filant.), do número total de cursos oferecidos no país.

Esse aumento no número de cursos oferecidos, deveu-se tanto às políticas implementadas após a LDBN que permitiram que as Universidades e os Centros Universitários, embora em menor grau, tivessem maior autonomia para a abertura de novos cursos, como também a expansão no número de IES, como já foi apresentado.

No RS (ver figura abaixo), se analisarmos a variação na taxa e número de cursos oferecidos, constatamos uma variação de 42,1% no período 1991-96, e de 73,8 no período 1996-2004 (ver anexo C, p. 219).

Figura 8: Número total de cursos de graduação no RS, e segundo a dependência administrativa, 1991-2004.



Fonte: INEP/MEC.

Dos cursos oferecidos por IES públicas, ocorreu um incremento de 35,3% e 52,2% no número de cursos, respectivamente, no período 1991-96 e 1996-2004. O número total de cursos passou de 119 em 1991, para 245 em 2004. Em 2004, devido ao surgimento da UERGS, ocorreu uma elevação de 24% no número de cursos oferecidos por IES públicas no RS.

Em relação às IES privadas, no mesmo período ocorreu uma variação de 44,1% e de 80%. Passando-se de 392 cursos em 1991, para 1.017 (7% particular, 93% comunit., conf. e filant.) em 2004 (ver anexo C1, p. 220).

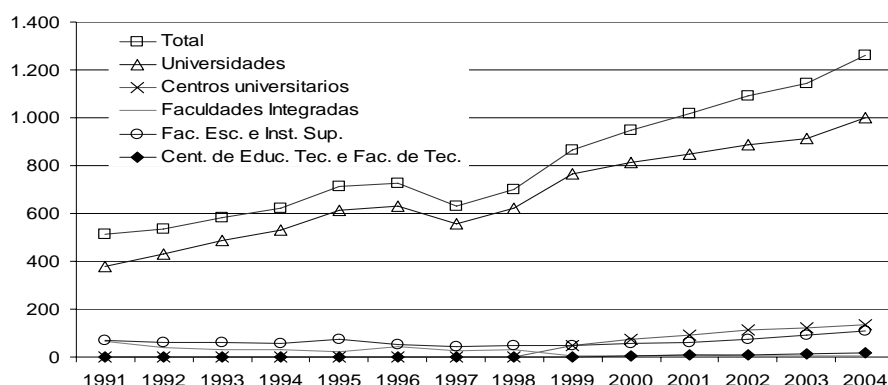
Em relação ao tipo de organização acadêmica, as Universidades do RS ofereciam no ano de 1991, 379 cursos, 118 em universidades públicas e 261 em universidades privadas. O que representava 74% do total de cursos oferecidos no estado. Em 1996, ocorreu uma elevação para um total de 630 cursos oferecidos, sendo 159 em Universidades públicas e 471 em privadas.

No ano de 2004, atingiu-se o número de 999 cursos oferecidos por esse tipo de IES, sendo 231 cursos de graduação oferecidos por Universidades públicas e 768 por privadas. O que elevou a porcentagem de cursos oferecidos por essas IES em relação ao total do estado, que chegou a 79%.

Em relação à oferta de cursos por Universidades públicas, até 2003 as Universidade federais do RS eram responsáveis pela totalidade de cursos oferecidos. Em 2004 a UERGS passou a ser responsável pela oferta de mais 48 cursos de graduação no RS. O crescimento do número de cursos oferecidos pelas universidades públicas no RS foi de 34,7% e 45,3% no período 1991-96 e 1996-2004, respectivamente.

As Universidades privadas tiveram, no mesmo período, uma variação de 80,5% e 63,1%, respectivamente. Esse aumento representou uma elevação da relação com as Universidades públicas, no número total de cursos oferecidos. As IES privadas ofereciam em 1991, 68,9% do total de cursos oferecidos por Universidades no RS; em 2004, esse percentual aumentou para 76,9%.

Figura 9: Número total de cursos de graduação no RS, e segundo a organização acadêmica, 1991-2004.



Fonte: INEP/MEC.

Em relação aos cursos oferecidos por Centros Universitários (ver figura acima) no RS em 1999 eram oferecidos 48 cursos de graduação, em 2004 esse número aumentou para 136, todos sendo oferecidos por dependência administrativa privada.

O número de cursos ofertados pelas Faculdades Integradas em 1991 era de 64, em 2004 caiu para 3. Isso deveu-se à transformação dessas IES em Centros Universitários.

Já em relação às Faculdades, Escolas e Institutos Superiores, no período 1991-2004 a oferta passou de 68 para 107 cursos, sendo que, nesse último ano apenas 3 cursos eram oferecidos por IES públicas. Chama a atenção o crescimento proporcional da oferta de cursos pelas IES confessionais, que em 1991 ofereciam 29 cursos e, em 2004 passaram a oferecer 48 cursos.

Por sua vez, os Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia ofereciam em 1999 1 curso, em 2004 esse número aumentou para 17, sendo 11 cursos oferecidos por IES públicas e 6 por privadas (5 particulares, 1 com. conf. e filant.).

Com base nesses diversos indicadores, pode-se concluir que ocorreu uma elevação, no período 1991-2004, da ordem de 246% na oferta dos cursos de

graduação presencial. Sendo as IES públicas responsáveis por apenas 17% desse crescimento. Segundo a organização acadêmica, as IES colaboraram da seguinte forma com essa variação positiva: as Universidades foram responsáveis por 82% da variação, os Centros Universitários por 18%, as Faculdades Escolas e Institutos Superiores por 5%, os Centros de Educação Tecnológica e Faculdade de Tecnologia por 2%; e, as Faculdades Integradas por uma variação negativa de -8%.

Em relação à distribuição territorial desses novos cursos criados no estado, o quê a análise da concentração de cursos na Capital revela?

De forma geral, diferentemente do que ocorreu com o número de IES, podemos dizer que houve uma queda na concentração dos cursos oferecidos na Capital em relação ao total do estado. Em 1991, a concentração de cursos na Capital era de 15% , do total de cursos ofertados, passando para 13% e se mantendo nessa porcentagem a partir de 1996, até 2004. No entanto, antes de poder se afirmar que essa expansão resultou numa efetiva e diversificada expansão do sistema, cabe investigar, segundo a área de conhecimento e área específica, quais foram os cursos abertos no interior do RS. Para tanto, a resposta dessa questão só poderá ser alcançada através da análise empírica da distribuição dos cursos por município. Essa análise será realizada em parte nas páginas seguintes, ao se tratar dos cursos segundo a área do conhecimento, mas, principalmente no capítulo 4, no qual trataremos das dinâmicas municipais, e no capítulo 5 com a análise dos novos cursos criados segundo o município.

3.3.2 Cursos segundo a área do conhecimento e organização acadêmica

Com o objetivo de ampliar a análise sobre os cursos criados no período analisado, e na busca de responder as questões propostas por esse estudo, impõe-se como necessário a análise desses cursos segundo a grande área do conhecimento. Essa análise também se mostra relevante já que diversos estudos têm defendido a idéia de que o país deve investir mais em áreas de Engenharia, Biotecnologia e tecnologias aplicadas. Segundo dados de 2003, conforme apresentados pelo quadro abaixo, destaca-se a concentração de cursos na área de Educação e Ciências Sociais Negócios e Direito ,58% do total de cursos no RS, e de 60% do total no país.

Quadro 8: Número de cursos de graduação segundo a grande área de conhecimento. Brasil e Rio Grande do Sul, 2003.

Abrangência Geográfica	Area Geral	Total
Rio Grande do Sul	Total	1.144
Rio Grande do Sul	Educação	373
Rio Grande do Sul	Humanidades e artes	64
Rio Grande do Sul	Ciências sociais, negócios e direito	296
Rio Grande do Sul	Ciências, matemática e computação	141
Rio Grande do Sul	Engenharia, produção e construção	97
Rio Grande do Sul	Agricultura e veterinária	27
Rio Grande do Sul	Saúde e bem estar social	124
Rio Grande do Sul	Serviços	22
Brasil	Total	16.453
Brasil	Educação	5.295
Brasil	Humanidades e artes	801
Brasil	Ciências sociais, negócios e direito	4.520
Brasil	Ciências, matemática e computação	1.871
Brasil	Engenharia, produção e construção	1.217
Brasil	Agricultura e veterinária	360
Brasil	Saúde e bem estar social	1.800
Brasil	Serviços	589

Fonte: INEP/MEC.

De fato, com a análise do quadro acima, pode-se perceber que apenas 21% dos cursos no RS, e 19% no país, concentram-se na área de Ciências, Matemática e Computação; e Engenharia, Produção e Construção.

Também o quadro abaixo, que relaciona a grande área dos cursos e o tipo de IES que os oferecem, contribui para a análise da concentração de cursos por área do conhecimento segundo o tipo de organização acadêmica. Chama a atenção que, independentemente da área, as Universidades são as que oferecem o maior número de cursos.

Quadro 9: Cursos de graduação segundo a área de conhecimento e a organização acadêmica. Brasil e Rio Grande do Sul, 2003.

Abstrangência_Geográfica	Área_Geral	Universidade	Centro	Faculdades	Faculdade	Instituto	Centro Educ
Brasil	Total	9.396	1.618	878	3.706	360	495
Brasil	Educação	3.485	344	274	959	150	83
Brasil	Humanidades e artes	539	79	24	131	12	16
Brasil	Ciências sociais, negócios e direito	1.948	475	308	1.541	129	119
Brasil	Ciências, matemática e computação	1.100	221	94	333	15	108
Brasil	Engenharia, produção e construção	762	137	38	151	4	125
Brasil	Agricultura e veterinária	257	24	18	48	2	11
Brasil	Saúde e bem-estar social	1.099	274	80	315	22	10
Brasil	Serviços	206	64	42	228	26	23
Rio Grande do Sul	Total	915	122	3	87	6	11
Rio Grande do Sul	Educação	309	32	1	25	5	1
Rio Grande do Sul	Humanidades e artes	47	14		2	1	
Rio Grande do Sul	Ciências sociais, negócios e direito	224	30	2	39		1
Rio Grande do Sul	Ciências, matemática e computação	120	13		6		2
Rio Grande do Sul	Engenharia, produção e construção	80	12		2		3
Rio Grande do Sul	Agricultura e veterinária	25					2
Rio Grande do Sul	Saúde e bem-estar social	97	19		7		1
Rio Grande do Sul	Serviços	13	2		6		1

Fonte: INEP/MEC.

A análise segundo o tipo de instituição parece não corroborar para a idéia de que certos tipos de IES estariam se especializando por áreas de conhecimento. No entanto, em relação aos Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia, tanto no Brasil quanto no RS, parece ocorrer uma tendência à concentração dos cursos oferecidos por essas IES em áreas de Engenharia, Produção e Construção e de Ciências Matemática e Computação, o que estaria adequado com o perfil Legal desse tipo de IES.

No RS tem ocorrido uma ampliação no número de cursos, como já discutido anteriormente. Posto isso, cabe investigar se essa ampliação no número deu-se de forma homogênea ou não, segundo a área de conhecimento. A tabela abaixo, ilustra o crescimento total do número de cursos segundo a grande área do conhecimento, para o RS no período 2000-2003.¹²

¹² A análise e comparabilidade dos dados recentes com os anteriores a 1999 ficam comprometidas devido às mudanças na classificação das grandes áreas de conhecimento e o enquadramento dos cursos em cada uma delas.

Quadro 10: Cursos de graduação no RS segundo a grande área de conhecimento, 2000-03

Área Geral	Ano			
	2000	2001	2002	2003
Total	949	1.016	1.090	1.144
Educação	359	366	387	373
Humanidades e artes	43	54	63	64
Ciências sociais, negócios e direito	246	262	274	296
Ciências, matemática e computação	91	104	116	141
Engenharia, produção e construção	74	82	91	97
Agricultura e veterinária	26	26	26	27
Saúde e bem estar social	95	105	114	124
Serviços	15	17	19	22

Fonte: INEP/MEC.

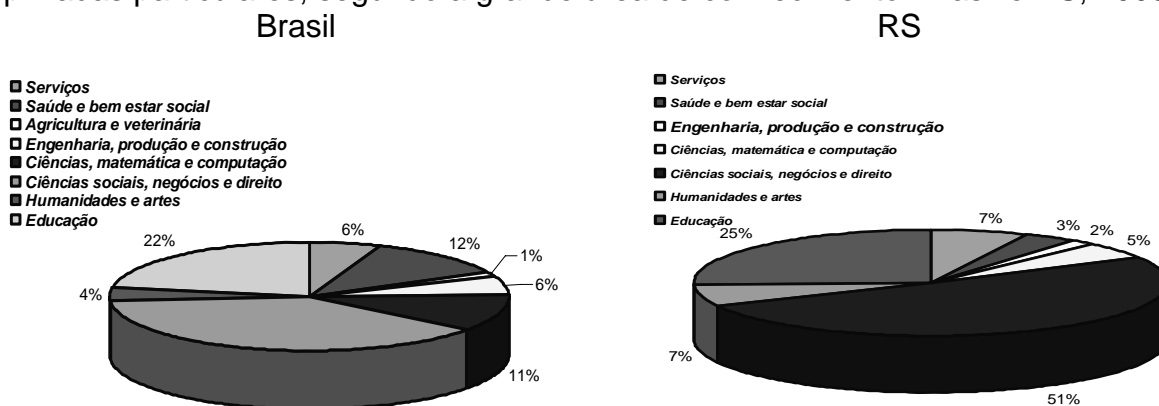
Como pode ser observado ocorreu um crescimento médio relativo proporcional no número de cursos, em cada uma das grandes áreas do conhecimento. Em relação à variação no número absoluto de cursos destaca-se a grande área de Agricultura e Veterinária, que ficou praticamente estagnada no período, a de Serviços que obteve a maior variação, e a de Educação que se manteve como a área que mais concentra cursos, embora tenha tido um decréscimo de 5,2%, em relação aos cursos de outras áreas. Entre os cursos dessa última área destaca-se o grande número de licenciaturas e normais superiores, ou seja, cursos de formação de professores.

Tendo analisado a variação da oferta de cursos por área do conhecimento e tipo de organização acadêmica, cabe fazer uma análise dessa variação segundo a dependência administrativa.

Segundo a dependência administrativa pública, e referente às IES federais, no Brasil e RS, a figura abaixo ilustra o número de cursos de graduação oferecidos por grande área de conhecimento. Analisando as duas figuras (figura 10) é possível concluir que, a não ser pela área de Educação, o RS possui muito em comum com o país em relação à oferta de cursos por suas IES federais, segundo a área de conhecimento. A área que possui menos cursos é a de Serviços (1% Brasil, 2 % RS), seguida por Agricultura e Veterinária (respectivamente, 5% e 6%). Já a que possui mais cursos é a de Educação (34% , 25%), Ciências Sociais, Negócios e Direito (16 % , 21%), e Ciências, Matemática e Computação (15%, 15%).

essas IES no RS: apenas 3% , contra 12% no país. Em relação às demais áreas há certa simetria como pode ser observado.

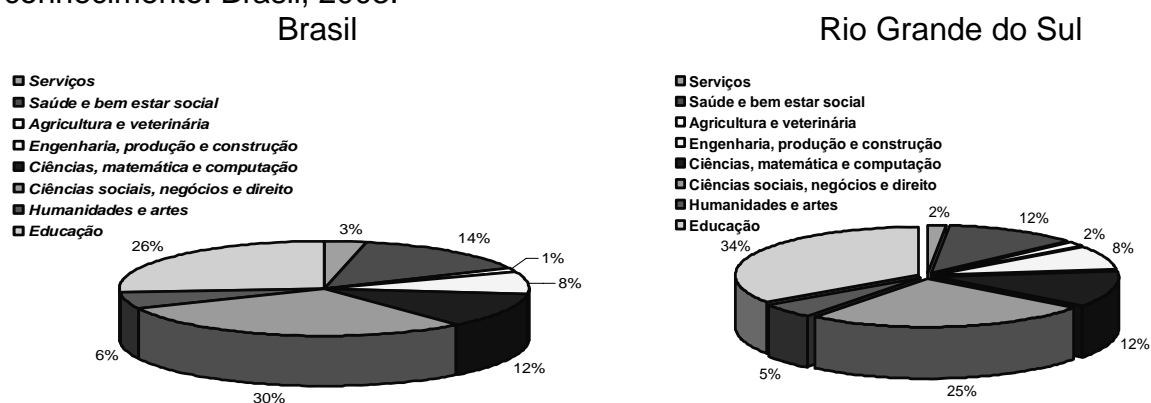
Figura 12: Porcentagem dos cursos de graduação presenciais oferecidos por IES privadas particulares, segundo a grande área de conhecimento. Brasil e RS, 2003.



Fonte: INEP/MEC.

Em relação às IES privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas há maior simetria com o número de cursos oferecidos por área entre essas IES no RS e no Brasil. Onde ocorre a maior diferença é na oferta de cursos na área de Educação, com 34% no RS, contra 26% no Brasil, do total de cursos oferecidos.

Figura 13: Porcentagem dos cursos de graduação presenciais oferecidos por IES privadas comunitárias, confessionais e filantrópicas, segundo a grande área de conhecimento. Brasil, 2003.



Fonte: INEP/MEC.

Por fim, antes de se apresentar dados referentes às áreas específicas e número de cursos de graduação presenciais e à distância, cabe elencar algumas considerações sobre a análise realizada, sobre a concentração por área do conhecimento e tipo de organização acadêmica e dependência administrativa.

Em relação à área de conhecimento e organização acadêmica, não parece estar ocorrendo especialização por parte das IES, a não ser em relação aos Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia, que como já foi dito, concentram seus cursos na área de Ciências Exatas e Tecnológicas. Quanto à dependência administrativa, as IES isoladas privadas mantêm a tendência histórica de concentrar seus cursos em áreas que não requerem material especializado e equipamentos de alto custo, como é o caso das áreas de Educação, e Ciências Sociais.

Com base nisso, já é possível inferir que não está havendo um processo de especialização funcional por parte das IES, quer pela oferta de cursos específicos, quer pela concentração em uma área do conhecimento. Isso corrobora com uma das hipóteses desse trabalho, que argumenta que a diversificação institucional, deu-se principalmente em termos de nomenclatura formal legal, e não com a criação e consolidação de IES, com perfis diferenciados.

3.3.3 Área específica e número de cursos de graduação presenciais

Ainda em relação à expansão dos cursos de graduação, a análise da expansão dos mesmos, segundo a área específica (ver figura abaixo) revela os seguintes aspectos, que serão abordados com maior precisão no capítulo 4 e 5: a expansão dos cursos deu-se, majoritariamente, pela expansão dos cursos já existentes no início da década de 1990 e, principalmente, na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Tabela 5
Áreas específicas com o maior número de cursos de graduação presenciais no RS, 1991-2003, e taxa de variação

Curso	1991	2003	Variação (%)
Administração	32	87	171,88
Pedagogia	43	75	74,42
Direito	21	57	171,43
Ciências Contábeis	35	47	34,29
Comunicação Social	8	24	200,00
Enfermagem e Obstetrícia	11	24	118,18
Psicologia	9	21	133,33
Ciências Econômicas	18	20	11,11
Arquitetura e Urbanismo	7	19	171,43
Ciências da Computação	5	18	260,00
Fisioterapia	6	17	183,33
Farmácia	4	16	300,00

Fonte: SEC/RS, INEP/MEC.

Esses dados, embora ainda incompletos, parecem contribuir para evidenciar a necessidade de ser realizada uma análise mais refinada, que considere os impactos nos municípios e nas áreas de conhecimento, provocados pela expansão do sistema. Tal análise é necessária, posto o imperativo de se chegar a indicadores que sejam capazes de ajudar a responder o problema de pesquisa.

3.4 Matrículas

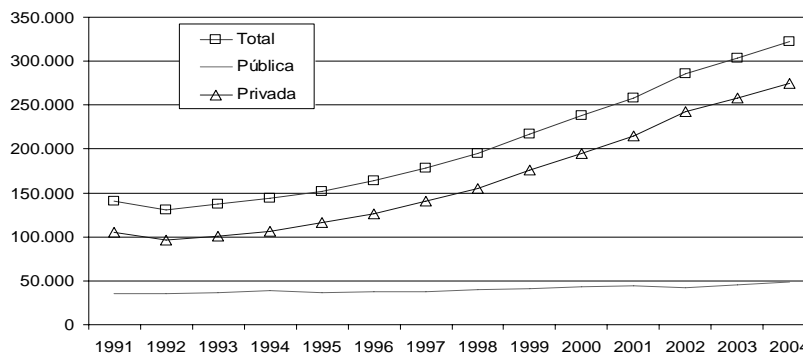
Dando continuidade a análise dos indicadores do sistema de ensino superior, será apresentada agora uma exposição sobre a expansão no número de matrículas. Em 1991, segundo dados do INEP/MEC foram realizadas 1.565.056 matrículas em cursos de graduação no país, em 1996 esse número aumentou para 1.868.529, e em 2004 chegou a um total de 4.163.733, o que representou uma variação de 122% no período 1996-2004. Considerando-se a dependência administrativa, no mesmo período, temos um crescimento de 60,2% nas matrículas em IES públicas e de 163% nas privadas.

De 1991 para 2004, as matrículas em IES públicas passaram de 605.736 para 1.178.328, e as privadas de 959.320 para 2.985.405, sendo que a relação entre os setores passou de 39% (público) e 61% (privado), para 28% e 72% em 2004.

Em relação às matrículas em IES públicas, as que tiveram maior elevação nos números foram as de dependência estadual com uma variação de 20,3% em 1991-96, e de 94% em 1996-2004. Atualmente, as IES federais são responsáveis por 48,8% das matrículas em IES públicas, seguidas pelas estaduais com 40% e pelas municipais com 11,2%. Já em relação às matrículas em IES privadas, as particulares são responsáveis por 53,5% das matrículas, seguidas pelas com. conf. fila. com 46,5% das matrículas nesse setor.

No RS (ver anexo D, p. 221), também ocorreu um crescimento no número de matrículas que passaram de 140.172 (25% pública) em 1991, para 164.382 (23% pública) em 1996. Em 2004, esse número aumentou para 322.824 (23% pública). Como pode ser constatado com a observação da figura abaixo, a variação no período 1991-96 foi de 7% para as IES públicas e de 20,7% para as privadas, já no período 1996-2004 essa variação foi de 28,7% e 116,5% respectivamente.

Figura 14: Número total de matrículas, e segundo a dependência administrativa no RS, 1991-2004.



Fonte: INEP/MEC.

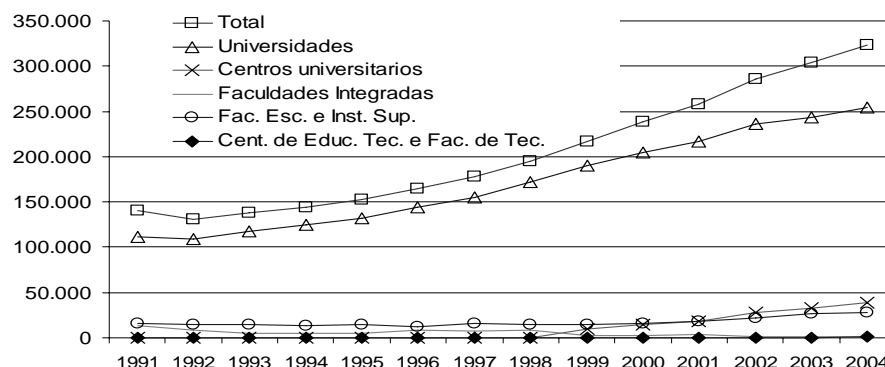
Em relação a 2004, do total de matrículas em IES públicas, 94,1% eram em federais e 5,9% na estadual, e do total de matrículas em IES privadas, 8,1% eram em particulares e 91,9% em com. conf. fil. A proporção público/privado passou de 25% e 75%, em 1991, para 15% e 85% em 2004, o que reflete uma tendência histórica, tanto no Brasil, como no RS, de forte tendência de concentração e expansão do sistema através do setor privado.

Em relação às Universidades, em 1991 foram registradas 111.348 matrículas sendo 34.659 em universidades públicas (31%) e 76.689 em privadas. Em 1996 esse número subiu para 37.062 (26%) e 106.674, totalizando 143.736 matrículas nesse tipo de IES. Em 2004, atingiu um total de 254.490 matrículas nas Universidades do estado, sendo 47.392 (23%) em Universidades públicas e 207.098 em privadas.

As universidades federais tiveram uma variação de 6,9% e 20,9% no aumento das matrículas, no período 1991-96 e 1996-2004, respectivamente. Em 2004 a UERGS contribuiu com a elevação desse número, através da realização de 2.868 matrículas, o que representava 1,1% do total de matrículas no RS, e 6% em relação às do setor público. Em relação às Universidades privadas, destaca-se a variação de 39,1% e 94,1% no número de matrículas no mesmo período.

Em relação aos Centros Universitários (ver figura abaixo), o primeiro registro de matrículas foi em 1999, com um total de 10.155. Em 2004 esse número eleva-se para 38.444.

Figura 15: Número total de matrículas, e segundo a organização acadêmica no RS, 1991-2004.



Fonte: INEP/MEC.

Já as Faculdades Integradas realizaram em 1991, 13.418 matrículas, caindo para 8.765 em 1996, e para 847 em 2004. O que representou uma variação de -34,7% e -90,3% em cada período.

No RS, em relação às matrículas em Faculdades, Escolas e Institutos Superiores, ocorreu uma elevação nesse número, principalmente, após 1996. Em 1991 as matrículas nessas IES chegaram a 15.406, em 1996 caíram para 11.881 e em 2004 atingiram 28.207 (586 públicas, 27.621 privadas).

No RS, os Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia, registraram em 1999, 99 matrículas, todas públicas, em 2004 o número total subiu para 836, sendo 496 matrículas públicas e 340 privadas.

Com base nesses dados gerais, podem ser feitas algumas afirmativas: o crescimento das matrículas que ocorreu no RS, principalmente no período 1996-2004, foi em grande medida conduzido pelo setor privado, responsável por 93% do crescimento. Em relação à organização acadêmica, as Universidades foram as maiores responsáveis pelo crescimento, com 78%, seguidas pelos Centros Universitários, com 21%, pelas Faculdades e Institutos Superiores, com 7%, e com 0,04% dos Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia. As Faculdades Integradas colaboraram de forma negativa com -6%.

A análise dos dados revela uma diminuição da concentração das matrículas na Capital (ver anexo F, p. 223) em relação ao total do estado. Em 1991, 30% (48% do total das matrículas públicas do estado, e 24% das privadas) concentravam-se na Capital, caindo para 27% (46% do total de matrículas públicas do estado, e 21%

das privadas), em 1996, e chegando a 20% (43% das matrículas públicas do estado, e 16% das privadas) em 2004.

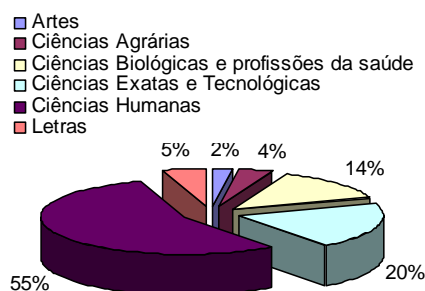
Mas será que esse aumento das matrículas pode ser considerado como uma expansão diversificada, ou seja, que atende diversas regiões e expressa um equilíbrio em relação às áreas do conhecimento e áreas específicas? Essa pergunta somente poderá ser respondida através de uma análise da expansão por áreas e cursos, que será feita nas páginas seguintes, além da análise por municípios que será realizada no próximo capítulo.

3.4.1 Matrículas segundo a grande área do conhecimento

Como já foi dito, a análise que se segue é de fundamental importância para captarmos as sutilezas do fenômeno que esse estudo aborda.

Em 1992 a grande área do conhecimento que possuía o maior número de matrículas era a de Ciências Humanas (55%), seguida por Ciências Exatas e Tecnológicas (20%) e Ciências Biológicas e Profissões de Saúde (14%). A figura abaixo ilustra esses números por grande área do conhecimento.

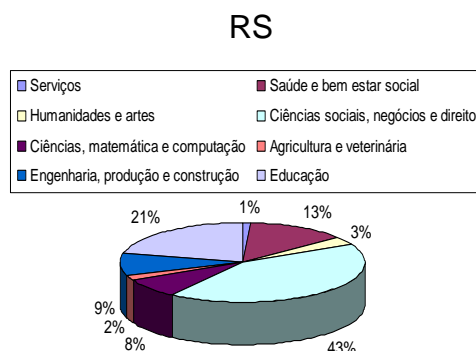
Figura16: Número de matrículas por grande área do conhecimento, 1992, RS.



Fonte: SEC/MEC.

Já em 2003, embora com outra classificação, no RS, segundo a figura abaixo, destaca-se o número de matrículas na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, com 42% do total de matrículas. Seguido por Saúde e Bem-estar Social, 13% e, por Engenharia, Produção e Construção com 9%.

Figura 17: Porcentagem de matrículas segundo a grande área do conhecimento, RS, 2003.



Fonte: INEP/MEC.

A análise das matrículas por área, embora se considere a diferença entre as classificações, permite a realização de uma observação: a distribuição de matrículas por área não se alterou significativamente. Mas, apenas uma análise da distribuição das matrículas por área, segundo os municípios poderá demonstrar se ocorreu ou não uma ampliação ou alteração da tendência de concentração. Caso isso não seja constatado, pode-se sustentar que a expansão das matrículas manteve o padrão histórico, ou seja, concentração das matrículas em cursos tradicionais e que possuíam a maior concentração em áreas de Educação e Ciências Sociais Aplicadas.

3.4.2 Matrículas por curso

Em relação às matrículas por curso, como já foi analisado, em 1992 o RS registrou um total de 130.892, chegando em 2004 a 322.824 matrículas. Dito isso, e constatado a relevante variação, cabe agora avaliar como se deu esse aumento pelos cursos. Para tanto, será apresentada uma análise comparativa com base nos dados de 2004, em relação aos cursos que já existiam em 1992.

Em 2004, como pode ser observado na tabela, o curso com o maior número de matrículas no RS era o de Direito (38.103), seguido por Administração (37.989), Pedagogia (18.483), Engenharias (17.390), Contabilidade (13.103). Entre os cursos tradicionais, Química (1.154) e Física (1.286), eram os que apresentavam o menor número de matrículas.

Tabela 6
Cursos de graduação com o maior número de matrículas no RS, 2004

Curso	2004
Química	1.154
Física	1.286
Secretariado executivo	1.370
Turismo	1.429
Filosofia	1.532
Ciências sociais	1.588
Formação de professor de ciências	1.953
Geografia	2.209
Agronomia	2.432
Nutrição e dietética	2.468
Informática (ciência da computação)	2.722
Serviço social	3.218
Ciência da computação	3.307
Odontologia	3.341
Medicina veterinária	3.493
Economia	3.601
Farmácia	3.679
Ciências biológicas	4.097
Fisioterapia	4.309
Medicina	5.035
História	5.149
Enfermagem e obstetrícia	5.529
Arquitetura	5.606
Psicologia	6.462
Matemática	7.138
Comunicação social (redação e conteúdo)	9.688
Letras	10.508
Educação física	12.242
Contabilidade	13.103
Engenharia	17.390
Pedagogia	18.483
Administração	37.989
Direito	38.103

Fonte: INEP/MEC.

Esses dados, juntamente com os da tabela abaixo, corroboram as observações anteriores, que constataam que embora tenha havido uma elevação importante no número de matrículas, isso não significou uma alteração no padrão de matrículas por curso, que continua sendo, sobretudo, em áreas e cursos tradicionais.

Tabela 7
Cursos com maior número de matrículas em 1992 e 2004, e
porcentagem em relação ao estado, RS

Cursos	1992	%	2004	%
Rio Grande do Sul	130.892	100,0	322.824	100
Direito	16.140	12,3	38.103	11,80
Administração	14.876	11,4	37.989	11,77
Pedagogia	7.431	5,7	18.483	5,73
Engenharia	11.151	8,5	17.390	5,39
Contabilidade	10.379	7,9	13.103	4,06
Educação física	3347	2,6	12.242	3,79
Letras	6.426	4,9	10.508	3,26
Comunicação social (redação e conteúdo)	4.835	3,7	9.688	3,00
Matemática	1738	1,3	7.138	2,21
Total dos 9 cursos acima listados	76.323	58,3	164.644	51,00

Fonte: SEC/RS; INEP/MEC.

Nesse sentido, como pode ser visto na tabela acima, apenas 9 cursos juntos, em 1992 e 2004, eram responsáveis por 58,3% e 51% do total de matrículas no estado, o que demonstra uma clara tendência de concentração que se mantém.

3.5 Concluintes

Existem poucas estatísticas de domínio público e disponibilizadas sobre evasão e repetência no ensino superior. No entanto, um indicador que pode suprir, em parte, essa falta é a análise da alteração na taxa de concluintes.

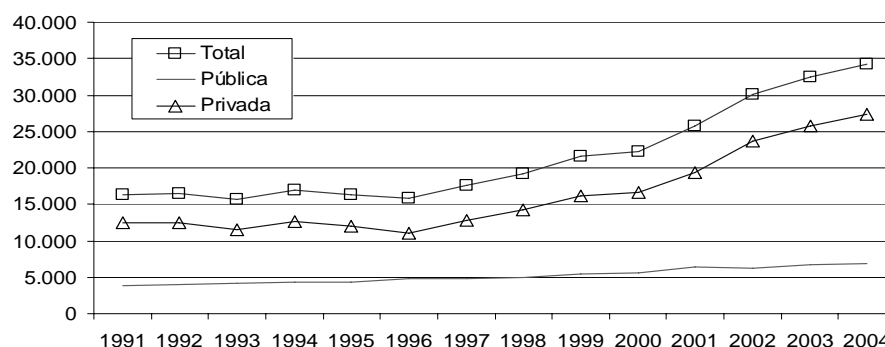
O número de concluintes vem crescendo nos últimos anos no país, em 1991 o Brasil apresentava um total de 236.410 concluintes (34,4% públicas, 47,5% federal, 34,5% estadual, 18% municipal ; 65,6% privada, 100% particular). Em 1996 esse número subiu para 260.224 concluintes (38,4% públicas, 49,8% federal, 34,8% estadual, 15,9% municipal ; 61,6% privada, 100% particular); chegando, em 2004 a um total de 626.617(32,3% públicas, 43,6% federal, 46,1% estadual, 10,4% municipal ; 67,7%, 55% particular, 45% com. conf. fil.). A variação no período 1991-

96, foi de 22,8% e 3,4% em IES públicas e privadas, respectivamente. Já no período, 1996-2004, essa variação chegou a 102,6% e 164,6%.

A análise desses dados permite constatar que as IES públicas - embora tenham sido em 2004 responsáveis por apenas 28% das matrículas no país-, apresentam um elevado número de concluintes, cerca de 38% do total. Esse dado pode estar revelando não só um considerável índice de evasão, mas também abandono nas IES privadas.

No RS (ver anexo G, p. 226) ocorreu uma variação de 7,6% (21,3% setor público, - 11,3 setor privado) no número de concluintes no período 1991-96, e de 150% (43,9% setor público, 147,3 setor privado), no período 1996-2004. Assim (ver figura abaixo), o número total de concluintes passou de 16.369 em 1991(23,8% públicas federais; 76,2% privadas particulares), para 15.792 em 1996 (30% públicas federais; 70% privadas particulares), chegando em 2004 a 34.162 (19,9% públicas federais; 80,1% privadas, 6,3% particulares, 93,7% com. conf. fil.).

Figura18: Número total de concluintes em cursos de graduação no RS, e segundo a dependência administrativa, 1991-2004.

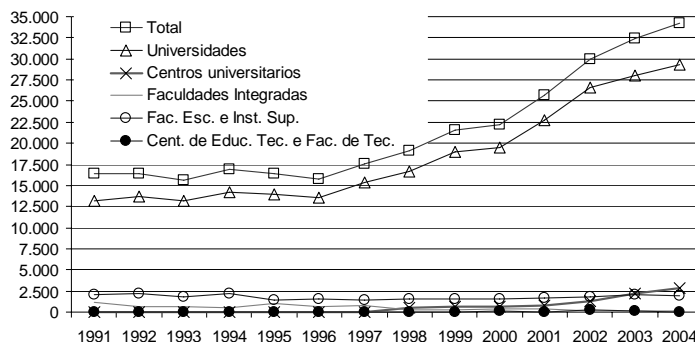


Fonte: INEP/MEC.

Também no RS, de forma semelhante ao que ocorreu no país, ocorre uma elevação no número de concluintes em Universidades, passando de 13.192 em 1991 (29% públicas), para 13.526 (34% públicas) em 1996, chegando a 29.335 em 2004, sendo 6.698 (23%) em Universidades públicas e 22.637(67%) em privadas.

Em relação aos concluintes de cursos de graduação em Centros Universitários(ver figura abaixo), em 1999 foram 577 estudantes, em 2004 esse número subiu para 2.823 (ver anexo G1, p. 227), todos em Centros Universitários privados (17% particular, 83% com. conf. fil.).

Figura 19: Número total de concluintes em cursos de graduação no RS, e segundo a organização acadêmica, 1991-2004.



Fonte: INEP/MEC.

O número de concluintes em Faculdades Integradas privadas (ver anexo G2, p. 228), que era em 1991, de 1.132, caiu para 92 em 2004. O que representou uma variação de -125% nesse número.

Em relação ao número de concluintes em Faculdades, Escolas e Institutos Superiores (ver anexo G3, p. 229), de forma similar ao que ocorreu no país (queda do crescimento e depois elevação), houve uma variação de -23,1% no primeiro período, e de 19,3% no segundo. O número total de concluintes no estado nesse tipo de IES era em 1991, de 2.045 (4,2% públicas, 95,8% privadas), em 1996 caiu para 1.573 (5,7% públicas, 94,3% privadas), chegando em 2004 a um total de 1.877 concluintes (4% públicas; 96% privadas, 64,3% particulares, 35,7% com. conf. fil.).

Os Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia (ver anexo G4, p. 230), por sua vez, foram responsáveis no RS em 1998 por 19 concluintes, todos em IES públicas. Em 2004, esse número chegou a 35, sendo todos também em IES públicas.

Com a realização dessa análise sobre os concluintes, pode-se chegar as seguintes conclusões. De forma semelhante ao que ocorreu com os demais indicadores já apresentados, deu-se uma considerável expansão: o setor privado foi responsável por 84% do crescimento no número de concluintes, e as Universidades foram responsáveis por 91% dessa variação positiva.

Em relação à concentração de concluintes na Capital que, em 1991 era de 32% do total do estado (43% dos concluintes em IES públicas, e 29% das privadas), ocorreu uma elevação para 33% em 1996 (44% dos de IES públicas, e 28% de privadas), seguido de uma queda, que chegou a 2004, a 24% to total de concluintes do estado (40% de públicas, e 20% do total de privadas). Com base nesses dados,

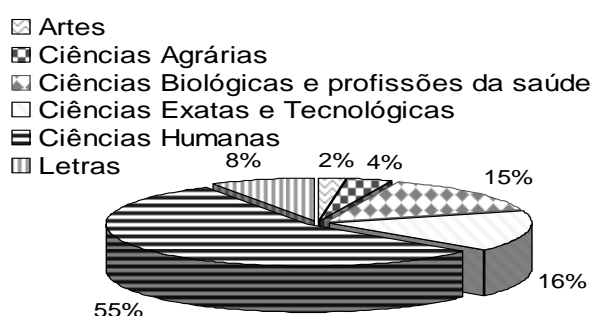
é possível constatar uma queda principalmente no número de concluintes de IES privadas que se concentravam na Capital. Em relação às IES públicas, a concentração na Capital, a não ser por uma pequena queda, permanece estagnada.

No entanto, como será apresentado nas próximas páginas, a concentração de concluintes por áreas e cursos, a semelhança das matrículas, não sofreu relevantes alterações.

3.5.1 Concluintes segundo a área do conhecimento

Em relação ao número de concluintes segundo a área do conhecimento, a figura abaixo com dados de 1989 sobre o RS mostra a concentração de egressos na área de Ciências Humanas (55%), seguida pela de Ciências Exatas e tecnológicas (16%), e Ciências Biológicas e Profissões de Saúde (15%).

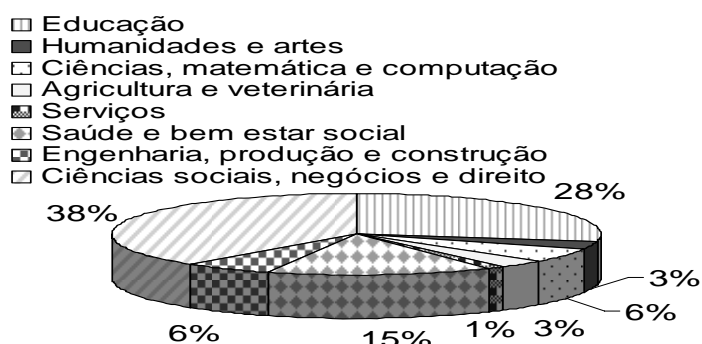
Figura 20: Porcentagem de concluintes segundo a grande área do conhecimento no RS, 1989.



Fonte: SEC/RS.

Em 2003 (ver figura abaixo), mantendo a tendência anterior, a área de Educação é a que concentra o maior número de concluintes com 38% do total, seguida por Ciências Sociais, Negócio e Direito 28%, e por Saúde e Bem-estar Social com 15%.

Figura 21: Número de concluintes e percentual, segundo a grande área de conhecimento, no RS, 2003.



Fonte: INEP/MEC.

A tabela abaixo ilustra a dinâmica das transformações ocorridas no número de cursos, matrículas e concluintes segundo a grande área de conhecimento no RS. Em relação ao número de cursos, obtiveram variação positiva: Humanidades e Artes; Ciências Sociais, Negócios e Direito; Engenharia, Produção e Construção; Saúde e Bem-estar Social; e Serviços. A variação experimentada no período 2000-03 foi homogênea, e a área de Educação manteve-se, com uma pequena queda, como a área que possui o maior número de cursos no RS.

Tabela 8
Número de cursos, de matrículas e concluintes no ensino superior,
segundo áreas do conhecimento 2000-2003, RS

Áreas do conhecimento	Número de cursos					Matrículas					Concluintes				
	2000	%	2001	2002	%	2000	%	2001	2002	%	2000	%	2001	2002	%
Total	949	100	1.016	1.090	100	238.263	100	258.258	285.699	100	22.188	100	25.686	30.027	100
Educação	359	37,83	366	387	35,50	55.408	23,25	60.522	66.678	23,34	5.273	23,77	7.482	9.718	32,36
Humanidades e artes	44	4,64	54	63	5,78	5.870	2,46	6.809	8.140	2,85	524	2,36	626	731	2,43
Ciências sociais, negócios e direito	234	24,66	262	274	25,14	96.706	40,59	109.340	118.947	41,63	9.165	41,31	9.505	10.703	35,64
Ciências, matemática e computação	103	10,85	104	116	10,64	22.505	9,45	19.486	21.251	7,44	1.340	6,04	1.497	1.627	5,42
Engenharia, produção e construção	73	7,69	82	91	8,35	21.149	8,88	22.605	25.166	8,81	1.483	6,68	1.689	1.627	5,42
Agricultura e veterinária	26	2,74	26	26	2,39	6.128	2,57	6.558	6.633	2,32	675	3,04	784	873	2,91
Saúde e bem estar social	95	10,01	105	114	10,46	28.732	12,06	30.584	35.976	12,59	3.471	15,64	3.815	4.335	14,44
Serviços	15	1,58	17	19	1,74	1.765	0,74	2.354	2.908	1,02	257	1,16	288	413	1,38

Fonte: Coordenação-Geral de Indicadores - Ministério da Ciência e Tecnologia.

Quanto às matrículas, também não ocorreram grandes variações, apenas chama a atenção a pequena queda na percentagem de matrículas em cursos das áreas de: Ciências, Matemática e Computação; Engenharia, Produção e Construção; e Agricultura e Veterinária. Já em relação ao número de concluintes por área, chama a atenção a variação positiva na área de Educação que passou de 23,77% em 2000, para 32,36% em 2003.

3.5.2 Concluintes por curso

Como pode ser notado em relação aos cursos com o maior número de egressos, tem ocorrido uma concentração que vem aumentando nos últimos anos do

período analisado. Em 1991, esses cursos concentravam 65% do total de concluintes, em 2003, essa porcentagem chegou a 66,5%

Tabela 9
Número de concluintes segundo os 20 cursos com maior número de egressos em 2003, RS, 1991-2003

Cursos	1991	%	2001	%	2003	%
Rio Grande do Sul	16.463	100	25.686	100	32.471	100
Direito	2.127	12,92	3.193	12,4	4.784	14,7
Pedagogia	1.635	9,93	2.118	8,2	3.662	11,3
Administração	1.334	8,10	2.423	9,4	2.862	8,8
Contabilidade	1.099	6,68	1.427	5,6	1.548	4,8
Engenharia	328	1,99	984	3,8	1.170	3,6
Comunicação social (redação e conteúdo)	527	3,20	688	2,7	1.145	3,5
Medicina	653	3,97	802	3,1	794	2,4
Odontologia	382	2,32	501	2	677	2,1
Farmácia	186	1,13	557	2,2	650	2
Psicologia	391	2,38	365	1,4	654	2
Arquitetura	197	1,20	506	2	530	1,6
Fisioterapia	129	0,78	346	1,3	496	1,5
Medicina veterinária	227	1,38	373	1,5	461	1,4
Nutrição e dietética	134	0,81	311	1,2	388	1,2
Ciência da computação	70	0,43	353	1,4	337	1
Ciências biológicas	161	0,98	263	1	339	1
Agronomia	247	1,50	283	1,1	299	0,9
Economia	281	1,71		0	307	0,9
Educação física	628	3,81	89	0,3	297	0,9
Formação de professor de ciências		0,00	388	1,5	294	0,9
Total	10.736	65	15.970	62	21.694	66,5

Fonte: INEP/MEC.

Com base nesses dados, é possível concluir que, de forma semelhante com o que ocorreu com as taxas de matrículas, de fato, aconteceu um crescimento no número de concluintes. No entanto, manteve-se a proporcionalidade em relação à área de conhecimento e, além disso, o aumento no número de concluintes deu-se de forma concentrada, em apenas 18% do total dos cursos oferecidos, segundo a área específica.

3.6 Vagas, candidatos e ingressantes em processos seletivos

Após ter-se realizado uma descrição e interpretação extensa dos indicadores referentes à IES, cursos, matrículas, concluintes, cabe analisar, mesmo que de forma mais sintética, os indicadores referentes à oferta de vagas, e a relação com o número de candidatos e ingressantes.

Esse tipo de análise é um desafio, já que em relação aos candidatos inscritos em processos seletivos, o atual sistema de estatística contabiliza os candidatos sem desconsiderar os que se inscreveram em mais de um processo. Dessa forma,

podem ocorrer discrepâncias impactadas nesse número, o que pode gerar uma distorção no seu valor real. Mesmo assim, posto que esse seja um dos poucos dados disponíveis, cabe proceder essa análise como forma de medir a demanda e pressão sobre o sistema e as IES.

Como pode ser observado na tabela abaixo, tanto o número de vagas, quanto de candidatos e ingressos tem aumentado de forma importante. Em relação às vagas destaca-se um crescimento de mais de 295% no período 1991-2004 (ver anexo H, p. 231). Tendo sido responsável o setor privado por 97% do crescimento total. Em relação à organização acadêmica, as Universidades (ver anexo H1, p. 232) foram responsáveis por 71,5% desse crescimento, seguidas pelos Centros Universitários com 14% (ver anexo H2, p. 233).

Tabela 10
Número de vagas, inscritos e ingressos em cursos de graduação presencial no RS, 1991-2004

Ano	Total Geral			
	Vagas	Inscritos	Ingressos	
1991	Total	45.116	137.072	36.645
	Capital	10.992	55.769	9.844
	Interior	34.124	81.303	26.801
1996	Total	52.588	161.172	43.467
	Capital	12.090	63.708	10.578
	Interior	40.498	97.464	32.889
	Masculino	-	-	19.700
	Feminino	-	-	23.767
	Diurno	23.749	103.805	20.524
	Noturno	28.839	57.367	22.943
2004	Total	133.282	256.618	83.185
	Capital	22.654	73.131	16.449
	Interior	110.628	183.487	66.736
	Masculino	-	113.713	37.012
	Feminino	-	142.905	46.173
	Diurno	46.192	140.673	30.397
	Noturno	87.090	115.720	52.788

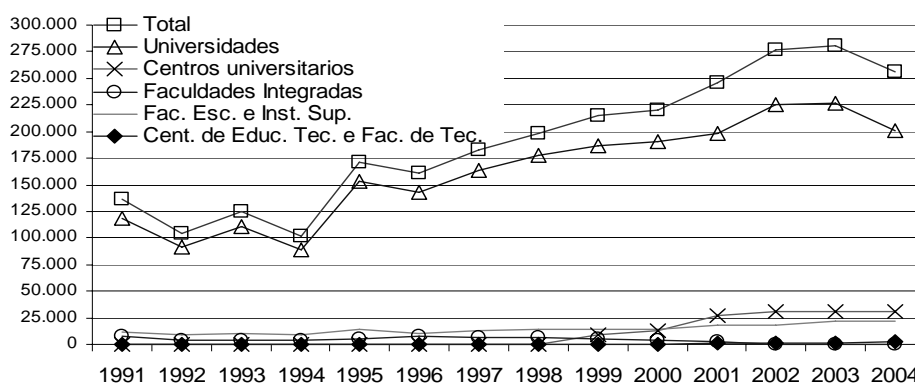
Fonte: INEP/MEC.

Em relação ao número de vagas concentradas em IES na Capital, a porcentagem caiu de 24% (45% do total de vagas públicas; e 20% das privadas) em 1991, para 23% (46% do total de vagas públicas; e 19% das privadas) em 1996, chegando em 2004 a 17% (41% do total de vagas públicas; e 15% das privadas) do total.

O número de candidatos inscritos em processos seletivos passou de 137.072 (40% em públicas) em 1991, para 161.172 (38% em públicas) em 1996. Em 2004 (ver anexo I, p. 234; I1, p. 235), esse número subiu para 256.618 (39% em públicas). De forma semelhante ao que ocorreu com as vagas, o crescimento no

número de candidatos inscritos deu-se em maior grau no setor privado, responsável por 62% dos inscritos, seguido por 38% do público. As Universidades (ver anexo I2, p. 233) foram as que receberam o maior número de candidatos, tendo sido responsáveis por 69% do crescimento, seguidas pelos Centros Universitários (ver anexo I3, p. 237) com 26% como apresenta a figura abaixo.

Figura 22: Número total de candidatos inscritos em processos seletivos para cursos de graduação no RS, e segundo a organização administrativa, 1991-2004.



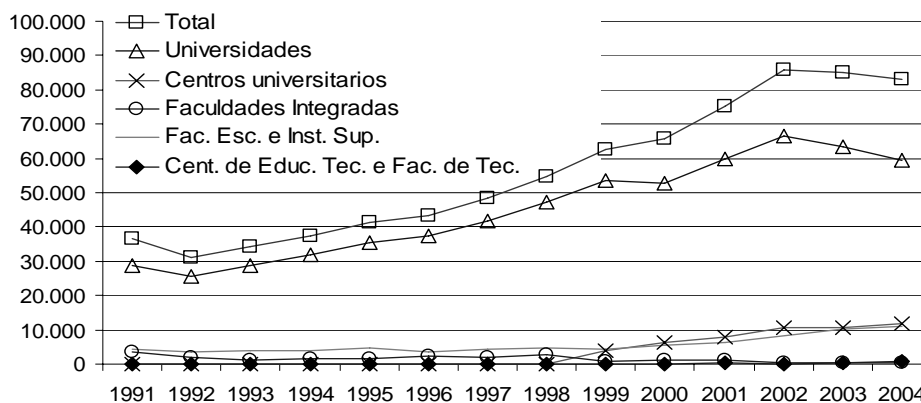
Fonte: INEP/MEC.

Esse crescimento no número de candidatos representou uma elevação importante, porém em menor grau, da ordem de 87%. A concentração de inscritos na Capital caiu de 41% (60% do total de vagas públicas; e 28 % das privadas) em 1991, para 39% (58% do total de vagas públicas; e 28 % das privadas) em 1996, e depois para 28% (45% do total de vagas públicas; e 18% das privadas) em 2004.

Já em relação ao número de estudantes que efetivamente ingressaram em cursos de graduação, em 1991 o estado registrou um total de 36.645 estudantes (20,5% em IES públicas federais, e 79,5% em privadas particulares). Em 1996, esse número aumentou para 43.467 (sendo 18,4% ingressantes em IES públicas federais, e 81,6% em IES privadas). Já em 2004 (ver anexo J, p. 238), esse número chegou a 83.185, sendo 12,7% em IES públicas (92% federais, 8% estadual) e 87,3% em privadas (12,9% particulares, 87,1% com. conf. fil.).

A figura abaixo ilustra o número de ingressantes segundo a organização acadêmica. Destaca-se o número de ingressantes nas Universidades, responsáveis por 66% do crescimento no período.

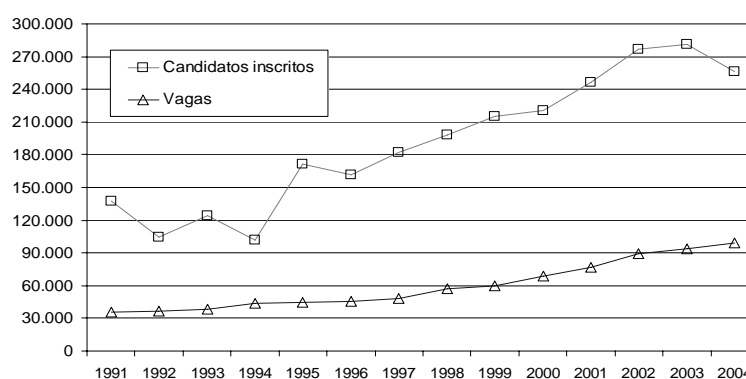
Figura 23: Número total de ingressos em cursos de graduação, e segundo a organização acadêmica no RS, 1991-2004.



Fonte: INEP/MEC.

Com base na análise comparada entre o número de vagas, candidatos e ingressos é possível chegar as seguintes conclusões (ver anexo K, p. 239). O número de ingressantes parece ser o dado mais relevante, pois reflete de fato a demanda que foi atendida pelo sistema. Em relação ao número de candidatos inscritos, como por ser observado na figura abaixo, parece estar ocorrendo uma diminuição, mas como esse dado sofre dupla contagem, não é possível afirmar com precisão que o número de pessoas que esteja tentando acesso tenha diminuído. Ainda em relação a esse dado, destaca-se o crescimento de candidatos que tem se dirigido as IES privadas, principalmente depois de 1996.

Figura 24: Número de candidatos e vagas, RS, 1991-2004.

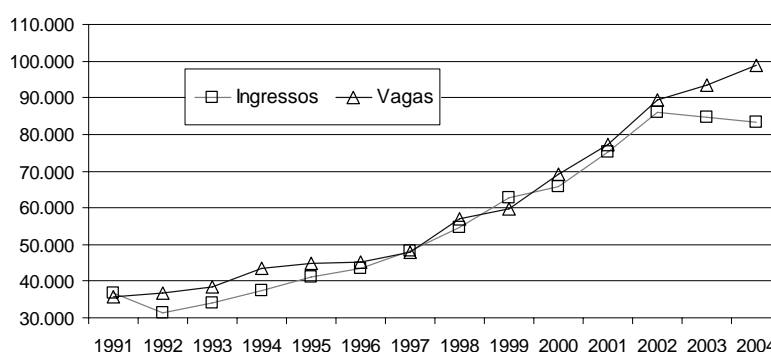


Fonte: INEP/MEC.

O número de vagas tem aumentado, principalmente, como foi apresentado, nas IES privadas. No entanto, como revela a figura abaixo, o número de ingressos tem diminuído. Especialmente – embora também ocorra evento semelhante em

alguns cursos oferecidos em IES públicas-, nas IES privadas. A discrepância existente entre vagas/ingressos não deve ser considerada como algo impactante, já que quem estipula o número de vagas são as IES, e não necessariamente o funcionamento dos cursos depende obrigatoriamente do preenchimento da totalidade das vagas oferecidas.

Figura 25: Número de ingressos e vagas em cursos de graduação, RS, 1991-2004.



Fonte: INEP/MEC.

Outra constatação importante diz respeito ao processo de descentralização em relação a Capital, que vem ocorrendo, principalmente depois de 1996, embora grande parte dos ingressos e vagas em IES públicas se dê na Capital.

Por fim, a observação da tabela abaixo, deixa clara a dinâmica do sistema, na qual o setor privado aparece com uma ociosidade total de vagas que chega a 41% (36% na Capital; e 43% no interior do estado). Já o setor público, apresenta uma ociosidade menor que 1%.

Tabela 11
Número de vagas, ingressos e candidatos inscritos, RS, 2004

	Público			Privado		
	Vagas	Inscritos	Ingressos	Vagas	Inscritos	Ingressos
Total	10.580	100.689	10.537	122.702	155.929	72.648
Capital	4.340	44.377	4.330	18.314	28.754	12.119
Interior	6.240	56.312	6.207	104.388	127.175	60.529
Masculino		45.175	5.373		68.538	31.639
Feminino		55.514	5.164		87.391	41.009
Diurno	8.323	83.697	8.308	37.869	56.976	22.089
Noturno	2.257	16.992	2.229	84.833	98.728	50.559

Fonte: INEP/MEC.

Assim, de forma problemática, devido a não disponibilidade dos dados de forma adequada, concluímos essa análise sobre como o sistema tem reagido à

demanda por acesso. Embora as constatações obtidas nos permitam responder em parte o problema de pesquisa, dada à diminuição no número de ingressantes, e a considerável ociosidade do sistema, ainda é necessário refinar a análise da pressão sofrida pelo sistema e a demanda que ele é capaz de atender. Isso só será possível, com a análise de outros indicadores de demanda, como por exemplo, o número de egressos no ensino médio (que será realizada no capítulo 6), como também a análise da demanda atendida por município(que será realizada no capítulo seguinte).

Somente com base nesse conjunto de dados, juntamente com a análise conceitual sobre o grau de diferencial funcional do sistema, será possível constatar se de fato o sistema tem atendido de forma ampla, diversificada e eqüitativa, as diferentes demandas surgidas nas últimas décadas nas diferentes regiões do estado.

Capítulo IV - O Sistema se Expande II (1991-2004): A expansão do ensino superior nos municípios do Rio Grande do Sul

A partir da análise já realizada sobre o SES no Rio Grande do Sul, nesse capítulo parte-se para a investigação de como as diversas transformações ocorridas nos indicadores do sistema manifestaram-se nos municípios. A análise dos dados se refere à presença e atuação das IES, cursos, matrículas e concluintes.

Tal análise justifica-se na medida em que apenas a problematização dos dados agrupados pelo estado, não é capaz de responder, como subsídio empírico adequado, o problema de pesquisa desse estudo. Além disso, a análise dos dados desagrupados por município, será em grande parte o meio de sustentação empírica da argumentação central desenvolvida.

4.1 Dinâmicas municipais e educação superior

A análise que denomina-se de dinâmicas municipais¹³ mostra-se importante tanto pela inovação que isso representa (em termos dos estudos já realizados sobre ensino superior que enfocam, sobretudo e na maioria das vezes, a situação nacional, nas grandes regiões e estados), e também devido ao entendimento de que essa análise é de fundamental importância para entender contextos sociais e políticos tão díspares e desiguais em meio aos quais se desenvolve o fenômeno da educação superior.

Além disso, como é sabido, após a CF de 1988 a Federação passa a ser composta por entes autônomos: União, Estados, e Municípios. Nesse contexto, a aprovação de inúmeras Leis vem reforçando a autonomia do Município e do Estado e a conseqüente responsabilidade de gerir uma série de políticas que anteriormente eram atribuídas a União.

Ao município, por exemplo, em regime de cooperação com o governo estadual quando necessário, ficou atribuída a responsabilidade de prover e

¹³ O autor também destaca que em estudo realizado anteriormente (ver Raizer 2005) realizou-se um amplo estudo sobre a educação no Rio Grande do Sul com base em indicadores municipais. Desse estudo resultou não só importantes resultados sobre a questão educacional no Estado, como também foram desenvolvidas uma série de técnicas que permitem a análise e processamento adequados dos indicadores por esse nível de desagregação.

administrar o ensino fundamental e médio (quando atendidas as demandas do nível anterior). Esse fenômeno já foi estudado por pesquisas que discutiram a “municipalização e descentralização” das políticas educativas.

Assim, diante das análises realizadas no capítulo III e IV e, embora não existam IES de dependência municipal no RS, pergunta-se que papel essas instituições, juntamente com as de dependência estadual, poderiam vir a desempenhar na expansão do acesso ao ensino superior? Poderiam elas, devido à possibilidade de maior reflexividade e produção e coordenação de políticas conjuntas, incidir de forma mais efetiva sobre a dinâmica local e regional, através da oferta de cursos e programas mais atrativos as comunidades locais, garantindo assim, mais acesso e permanência?

Ademais, a análise que será realizada dos indicadores do sistema de ensino superior nos municípios justifica-se diante da iniquidade do atendimento dado as demandas sociais nas diferentes regiões do estado e em cada município. Muitas vezes, apenas com a análise de macro dados do país e das unidades da Federação (o que se tornou rotina devido a uma série de fatores) não se consegue apreender as complexas dinâmicas que estruturam os processos de inclusão e exclusão da população ao acesso a esse nível de ensino.

Como já foi discutido no capítulo anterior, o acesso ao ensino superior no RS vem aumentando nas últimas décadas. A tabela abaixo apresenta as taxas de acesso e variação, nos anos de 1991 e 2000, de jovens de 18 a 24 anos nos municípios do RS.

Tabela 12
Estatísticas do percentual de pessoas de 18 a 24 anos que estão freqüentando curso superior, 1991-2000 e variação, nos municípios do RS

	1991	2000	Variação
Média	2,16	5,44	3,28
Mediana	1,38	4,30	2,76
Desvio padrão	2,28	4,12	2,70
Curtose	5,89	1,48	1,04
Assimetria	1,96	1,22	0,97
Intervalo	17,61	23,29	16,49
Mínimo	0,00	0,03	-1,56
Máximo	17,61	23,32	14,93
Soma	1010,88	2540,87	1529,99
Contagem	467,00	467,00	467,00
Maior(1)	17,61	23,32	14,93
Menor(1)	0,00	0,03	-1,56

Fonte: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, PNUD/ONU.

Como podemos notar, ocorreu uma elevação na média de acesso municipal que passou de 2,16% para 5,44% em 2000, o que representou uma variação de 3,28% de acesso em cada município. A maior taxa de acesso municipal registrada em 1991 foi de 17,61% e, em 2000, de 23,32%.

Em relação à população com mais de 24 anos de idade a tabela abaixo ilustra a variação no acesso. Em 1991 a média de freqüência ao ensino superior nos municípios dessa faixa etária foi de 0,34%, em 2000, subiu para 0,78% o que representou uma elevação de 0,44%.

Tabela 13
Estatísticas do percentual de pessoas de 25 anos ou mais freqüentando curso superior, 1991, 2000 e variação nos municípios do RS

	1991	2000	Variação
Média	0,34	0,78	0,44
Mediana	0,21	0,60	0,35
Modo	0,08	0,57	0,28
Intervalo	3,16	3,95	3,37
Mínimo	0,01	0,03	-0,59
Máximo	3,17	3,98	2,78
Soma	158,04	362,42	204,38
Contagem	467,00	467,00	467,00
Maior(1)	3,17	3,98	2,78
Menor(1)	0,01	0,03	-0,59

Fonte: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL, PNUD/ONU.

A maior taxa de acesso municipal foi de 3,17% em 1991, e de 3,98% em 2000. Os menores percentuais para os mesmos anos, respectivamente, foram de 0,01% e 0,03%.

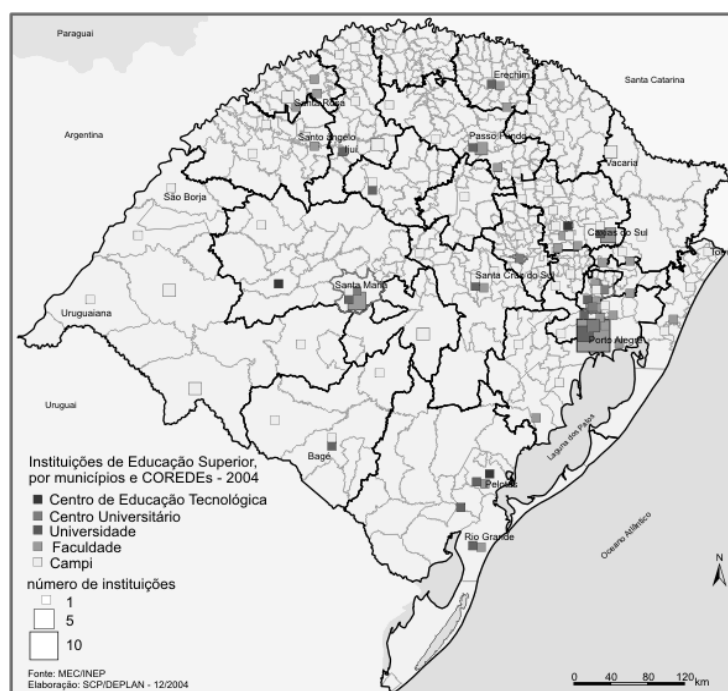
4.2 IES

A criação de novas IES no país têm sido uma constante nos últimos anos, como pode ser apreendido pela análise realizada no capítulo III. No RS nas últimas duas décadas tem ocorrido um processo de aceleração na criação de novas IES, campi e extensões, tanto pela iniciativa privada como pela pública - a partir de 2001. Em 1991, segundo dados da SEC/RS atuavam no RS 47 IES com sede em 28 municípios. Outros 25 municípios eram cobertos por 26 campi ou extensões de 10 dessas IES.

Já em 2004, o número de IES que atuavam no RS subiu para 74 IES, que abrangiam 34 municípios. Hoje (ver anexo U, p. 264) são 33 municípios no RS sedes de IES (num total de 102), e mais 72 municípios com campi e extensões (de 15 dessas IES). Os municípios que concentram o maior número de IES são: Porto Alegre, com 31; Taquara, com 7; Passo Fundo, Santa Maria e Caxias do Sul, cada um com 6 IES; Pelotas, com 4; e, Bento Gonçalves, São Leopoldo e Canoas, com 3 cada um. Esses municípios juntos acumulam 66% de todas as IES do estado.

A figura abaixo ilustra a distribuição das IES (segundo o tipo) pelos municípios do RS.

Figura 26: Distribuição das IES pelos municípios do RS, segundo a organização acadêmica por sede e campi, 2004.



Fonte: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DO RS.

A observação do mapa nos permite constatar uma concentração de IES nas regiões mais desenvolvidas do RS: Grande Porto Alegre, Sudoeste (Pelotas e Rio Grande), Centro do estado, Serra Gaúcha, e Noroeste do estado. Também chama a atenção o número crescente de municípios que vêm recebendo a instalação de campi e extensões nos últimos anos, que passaram de 25 em 1991, para 72 em 2006. Em relação a essas extensões e campi fora de sede, destaca-se a atuação das Universidades: Urcamp, Ulbra, UFPel, URI, UNIJUI, UPF, UCPEL, PUCRS, UNISC, UERGS, UNIPAMPA, UFSM. Além das Universidades, também possuem

campi fora de sede o Centro Universitário UNIRRITER, e o Centro Universitário UNIVATES, e o CEFET/Pelotas (ver anexo N, p. 245).

Em relação à dependência administrativa dessas IES, em 2006 o estado atingiu o número de 11 instituições públicas, conforme ilustra a tabela abaixo. Destaca-se a criação da Uergs (Universidade do Estado do Rio Grande do Sul) em 2001; e da UNIPAMPA (Universidade Federal do Pampa) em 2005. Em 2006, também ocorreu à transformação da FFFCMPA (Fundação Universidade Federal de Ciências Médicas Porto Alegre) em UFCSPA (Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre).

Tabela 14
IES públicas no RS

Nome da IES	Cidade/Sede	Organização Acadêmica	Ano de criação
Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves - CEFET-BG	BENTO GONCALVES	Centro Federal de Educação Tecnológica	1994
Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - CEFET/RS	PELOTAS	Centro Federal de Educação Tecnológica	1999
Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - CEFETSVS	SAO VICENTE DO SUL	Centro Federal de Educação Tecnológica	2002
Escola Agrotécnica Federal de Alegrete - EAFA	ALEGRETE	Faculdade de Tecnologia	2005
Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre UFCSPA	PORTO ALEGRE	Universidade	1961
Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG	RIO GRANDE	Universidade	1969
Universidade Federal de Pelotas - UFPel	CAPAO DO LEAO	Universidade	1960
Universidade Federal de Santa Maria - UFSM	SANTA MARIA	Universidade	1960
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS	PORTO ALEGRE	Universidade	1934
Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	BAGÉ	Universidade	2005
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS	PORTO ALEGRE	Universidade	2001

Fonte: INEP/MEC

Ainda em relação a essas IES, considerando-se a localização da sede, dos campi e das extensões, elas estão presentes em 45 municípios, com destaque para a Uergs que possui campi em 24 municípios e, para a UNIPAMPA, com campi que estão sendo instalados em mais de 8 municípios.

Já o setor privado conta com um total de 87 IES no RS: 6 Centros Universitários, 12 Institutos Superiores, 11 Universidades, e 58 Faculdades. A maior novidade em relação a esse setor foi o grande número de IES criadas e a transformação de algumas Faculdades Integradas em Centros Universitários.

A tabela abaixo apresenta o nome e a cidade sede dos Centros Universitários. Destaca-se Porto Alegre com a presença de duas IES desse tipo. No capítulo seguinte será abordado com mais detalhe o impacto da presença desse tipo de IES no estado.

Tabela 15
Centros Universitários no RS*

Nome da IES	Cidade/Sede	Ano de criação
Centro Universitário Feevale - Feevale	NOVO HAMBURGO	1970
Centro Universitário Franciscano - Unifra	SANTA MARIA	1955
Centro Universitário La Salle - UNILASALLE	CANOAS	1975
Centro Universitário Metodista - IPA	PORTO ALEGRE	1971
Centro Universitário Ritter dos Reis - Ritter dos Reis	PORTO ALEGRE	1971
Centro Universitário Univates - UNIVATES	LAJEADO	1998

Fonte: INEP/MEC. *Nota: os Centros Universitários no RS são de dependência administrativa privada.

Em relação aos Institutos Superiores, o RS conta com 12 IES desse tipo, como ilustra a tabela abaixo.

Tabela 16
Institutos Superiores* no RS

Nome da IES	Cidade/Sede	Ano de criação
Escola Superior de Administração, Direito e Economia - ESADE	PORTO ALEGRE	2004
Escola Superior de Propaganda e Marketing de Porto Alegre - ESPM - POA	PORTO ALEGRE	1999
Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana - ESTEF	PORTO ALEGRE	2004
Escola Superior do Ministério Público - ESMP	PORTO ALEGRE	2005
Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo - IESA	SANTO ANGELO	1998
Instituto Superior de Educação Cenecista de Farroupilha - ISEF	FARROUPILHA	2002
Instituto Superior de Educação de Taquara - ISET	TAQUARA	2002
Instituto Superior de Educação Equipe - ISEE	SAPUCAIA DO SUL	2002
Instituto Superior de Educação Ivoti - ISEI	IVOTI	2002
Instituto Superior de Educação Sévigné - ISES	PORTO ALEGRE	2005
Instituto Superior de Filosofia Berthier - IFIBE	PASSO FUNDO	2004
Instituto Superior de Música de São Leopoldo - ISM	SAO LEOPOLDO	2002

Fonte: INEP/MEC.*Nota: todos os Institutos Superiores no RS são de dependência administrativa privada.

Como pode ser percebido, todos os Institutos foram criados depois de 1998, e eles estão presentes em sete municípios, sendo Porto Alegre o município que possui o maior número dessas IES.

Quanto as Universidades privadas (presentes em 11 municípios do estado) e responsáveis por grande parte da oferta de vagas e matrículas, a tabela abaixo ilustra o seu ano de criação e a localização segundo o município sede.

Tabela 17
Universidades privadas no RS

Nome da IES	Cidade/Sede	Ano de criação
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS	PORTO ALEGRE	1948
Universidade Católica de Pelotas - UCPEL	PELOTAS	1960
Universidade da Região da Campanha - URCAMP	BAGE	1955
Universidade de Caxias do Sul - UCS	CAXIAS DO SUL	1967
Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ	CRUZ ALTA	1988
Universidade de Passo Fundo - UPF	PASSO FUNDO	1968
Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC	SANTA CRUZ DO SUL	1993
Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS	SAO LEOPOLDO	1969
Universidade Luterana do Brasil - ULBRA	CANOAS	1964
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI	IJUI	1985
Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI	ERECHIM	1992

Fonte: INEP/MEC.

Já as Faculdades privadas (ver anexo Q, p. 253), chegaram a um total de 58 IES no presente ano, abrangendo 44 municípios.

Com base nesses dados é possível concluir que o processo de expansão do número de IES no RS, como já havia sido discutido no capítulo anterior, teve uma aceleração importante com uma variação positiva de 92% em relação a 1991. No entanto, como foi apresentado, ainda ocorre uma grande concentração de IES em alguns municípios. Essa concentração se torna mais impactante quando considerada a dependência administrativa, como é o caso das IES públicas que possuem sede, campi e extensões em apenas 10% dos municípios do estado. Os outros 60 municípios que também possuem IES são atendidos apenas por IES privadas.

Em suma, isso significa que cerca de 75% dos municípios do estado não contam com sede de IES, campi ou extensões. Diante desse cenário, as pessoas

que querem ter acesso ao ensino superior são forçadas a fazer migrações permanentes, ou a deslocar-se diariamente até cidades que oferecem acesso a esse nível de ensino.

Por fim, o quadro abaixo apresenta o resultado da análise de regressão sobre a variação no número de matrículas e a variação no número de IES (2000-2004) nos municípios do RS agrupados por COREDES (Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico e Social).

Quadro 11: Análise de regressão. Relação entre a variação de matrículas no ensino superior(2000 a 2004) e variação no número de IES (2000 a 2004) segundo os COREDES/RS.

	Variação matrículas ensino superior (2000 a 2004)		
	R Square	Coef. Beta	Sig.
Variação IES (2000 a 2004)	,663	,824	,0000

Fonte: FEE/RS/DADOS.

A análise dos resultados indica que a variação no número de IES em cada COREDE está diretamente ligada com a variação no número matrículas ($R^2=0,663$). Com base nisso e considerando o valor do coeficiente Beta(0,82), é possível afirmar que quanto maior foi a variação no número de IES criadas (sedes, campi, extensões) no período, maior foi a variação positiva no número de matrículas existentes¹⁴.

4.3 Cursos, matrículas, concluintes, vagas e ingressos

4.3.1 Cursos

Segundo a SEC/RS, em 1991 (ver anexo X, p. 275), eram oferecidos 511 cursos de graduação que abrangiam 75 áreas específicas. Em 2003, segundo dados

¹⁴ O R^2 (R square) é definido como e o coeficiente de correlação entre a variância de duas ou mais variáveis. Se $R^2 = 0$, não há correlação, se $R^2 = 1$ há correlação total. Assim, pode-se dizer que o valor de R^2 determina o quanto de variância de uma variável pode ser explicada pela variância de outra. Já o coeficiente Beta (B), por sua vez, é definido como a variação alcançada pela variável dependente ao se alterar o valor da variável independente. Com base nisso, temos que a equação de uma regressão linear se dá pela fórmula: $y = a \cdot x + b$ (sendo y a variação que se quer explicar, x a variação na variável independente, b é o valor do coeficiente angular). Já a equação da regressão múltipla se dá pela fórmula: $y = a + b_1x_1 + b_2x_2 + b_3x_3 + b_4x_4 + \dots + b_nx_n$ (sendo y a estimativa da variável dependente, x a variável independente, a uma constante, b os coeficientes de regressão)(KERLINGER, 2003; WONNACOTT & WONNACOTT, 1982, 1985).

do INEP/MEC, eram oferecidos um total de 1.144 cursos, divididos por 175 áreas específicas.

Como pode ser apreendido da tabela abaixo a oferta de cursos no estado estava restrita a apenas 45 municípios no ano de 1991. Além disso, analisando-se a mediada¹⁵, constata-se que pelo menos a metade desses municípios possuíam até sete cursos.

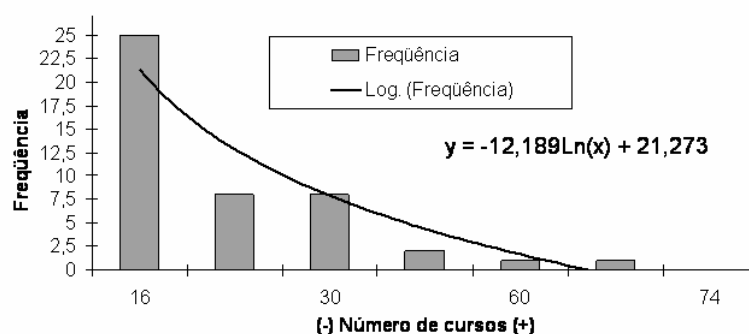
Tabela 18
Estatísticas descritivas do número de cursos por município onde é ofertado, RS, 1991

Média	12,69
Erro padrão	2,49
Mediana	7,00
Intervalo	88,00
Mínimo	1,00
Máximo	89,00
Soma	571,00
Contagem	45,00
Maior(1)	89,00
Menor(1)	1,00

Fonte: SEC/RS.

Com a observação da figura abaixo a análise alcança um grau de refinamento maior, sendo possível notar o alto grau de concentração da quantidade de cursos em poucos municípios. A equação logarítmica com sinal negativo, e a curva descendente na figura expressa o grau da desigualdade.

Figura 27: Histograma do número de cursos de graduação segundo o município onde é ofertado, RS, 1991.



Fonte: SEC/RS.

¹⁵ Nota metodológica: a mediana é uma medida de tendência central, que separa a metade inferior da amostra, população ou probabilidade de distribuição, da metade superior. Mais concretamente, 1/2 da população terá valores inferiores ou iguais à mediana e 1/2 da população terá valores superiores ou iguais à mediana.

Já em relação ao ano de 2003, com base nos dados da tabela abaixo, é possível afirmar que ocorreu uma expansão significativa (66%) no número de municípios que possuíam cursos de graduação. Tendo a mediana, nesse período, passado de 7 para 8.

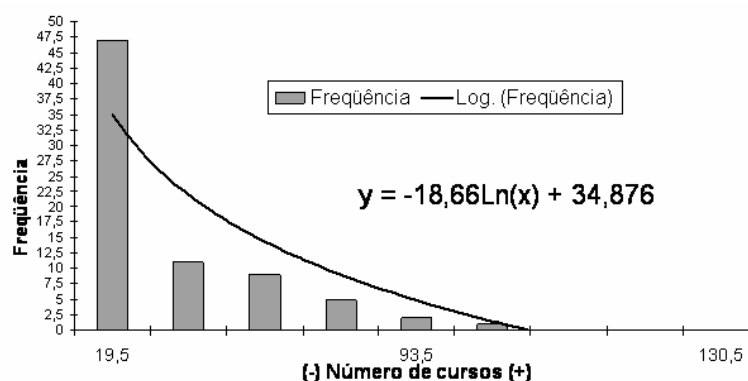
Tabela 19
Estatísticas descritivas do número de cursos por município onde é ofertado, RS, 2003

Média	15,25
Erro padrão	2,64
Mediana	8,00
Intervalo	148,00
Mínimo	1,00
Máximo	149,00
Soma	1144,00
Contagem	75,00
Maior(1)	149,00
Menor(1)	1,00

Fonte: INEP/MEC.

No entanto, a análise da equação logarítmica e a observação do histograma não deixam dúvidas: a expansão no número de cursos oferecidos no estado não só manteve a tendência de concentração de cursos num percentual baixo de municípios, como também criou uma assimetria maior ainda nessa distribuição.

Figura 28: Histograma do número de cursos de graduação segundo o município onde é ofertado, RS, 2003.



Fonte: INEP/MEC.

Considerando que não resta dúvida de que o sistema não conseguiu realizar a expansão quantitativa de cursos de forma mais eqüitativa, cabe discutir se ocorreu concentração também em relação ao número de cursos por área específica.

Para tanto, não será necessário fazer uma análise segundo a área específica e o município onde os cursos são oferecidos para se constatar se ocorreu expansão diversificada ou, se ao contrário, o sistema passou por um processo de expansão que acabou concentrando o número de cursos por município. Apenas a observação da distribuição dos cursos pela grande área de conhecimento, segundo o município, já revela a realidade: os cursos existentes em 2003, mesmo em relação à área, concentravam-se em um número reduzido de municípios.

A tabela abaixo apresenta estatísticas descritivas sobre o número de cursos existentes por município segundo a área de conhecimento.

Tabela 20
Estatísticas descritivas da presença de cursos nos municípios segundo a área de conhecimento. Agricultura e veterinária; Educação; Engenharia, construção e produção; Ciências sociais, negócios e direito, RS – 2003

Estatísticas	Agricultura e veterinária	Educação	Engenharia, construção e produção	Ciênc. Soc. Neg. e Direito
Média	1,80	5,92	4,04	4,77
Erro padrão	0,24	0,63	0,89	0,82
Mediana	2,00	4,00	2,50	3,00
Modo	1,00	2,00	1,00	1,00
Desvio padrão	0,94	5,00	4,34	6,49
Variância da amostra	0,89	24,98	18,82	42,18
Curtose	0,50	2,73	7,44	24,48
Assimetria	1,04	1,55	2,44	4,39
Mínimo	1,00	24,00	1,00	1,00
Máximo	4,00	25,00	20,00	45,00
Soma	27,00	373,00	97,00	296,00
Contagem	15,00	63,00	24,00	62,00
Maior(1)	4,00	25,00	20,00	45,00
Menor(1)	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: INEP/MEC.

Como pode ser apreendido através da análise da contagem de número de municípios que possuíam cursos segundo cada área, a expansão se deu de forma concentrada. Os cursos da área de Agricultura e Veterinária, por exemplo, eram oferecidos em apenas 15 municípios do estado. Ainda em relação a essa tabela, as áreas de Educação e de Ciências Sociais, Negócios e Direito eram as que estavam mais difundidas, abrangendo 63 e 62 municípios respectivamente. Mas mesmo nessas áreas, a mediana não era superior a 4.

De forma semelhante ao que ocorreu em relação a essas quatro áreas, a tabela abaixo apresenta a mesma tendência de concentração. Destaca-se a área de Ciência, Matemática e Computação como a mais difundida, estando presente em 47 municípios. Já a área de serviços era a que abrangia menos municípios, apenas 12. A mediana também não passava de 4.

Tabela 21

Estatísticas descritivas da presença de cursos nos municípios segundo a área de conhecimento. Humanidades e Artes; Serviços; Ciência, Matemática e Computação; e Saúde e Bem-estar Social, RS – 2003

Estatísticas	Humanidades e Artes	Serviços	Ciência, matemática e Computação	Saúde e bem estar social
Média	3,76	1,83	3,00	4,96
Erro padrão	0,80	0,44	0,50	0,87
Mediana	3,00	1,00	2,00	4,00
Modo	1,00	1,00	1,00	2,00
Desvio padrão	3,29	1,53	3,45	4,37
Variância da amostra	10,82	2,33	11,91	19,12
Curtose	2,65	4,91	16,02	2,29
Assimetria	1,54	2,17	3,53	1,58
Mínimo	1,00	1,00	1,00	1,00
Máximo	13,00	6,00	21,00	17,00
Soma	64,00	22,00	141,00	124,00
Contagem	17,00	12,00	47,00	25,00
Maior(1)	13,00	6,00	21,00	17,00
Menor(1)	1,00	1,00	1,00	1,00

Fonte: INEP/MEC.

Com a análise da concentração segundo os municípios com o maior número de cursos (ver anexo X, p. 275), a realidade mostra-se ainda mais dramática. Na área de Agricultura e Veterinária, cinco municípios: Santa Maria, Uruguaiana, Capão do Leão, Passo Fundo e Cruz Alta concentram mais da metade de todos os cursos existentes no estado. Também em relação à área de Saúde e Bem-estar Social, 6 municípios: Porto Alegre, Canoas, Santa Maria, Pelotas, Passo Fundo, e Caxias do Sul concentram mais de 50% de todos os cursos.

Com base nessa análise é possível concluir o seguinte: a expansão no número de cursos ocorrida no período de 1991 a 2004 deu-se principalmente pela expansão do número de cursos tradicionais ofertados. Assim, pode-se dizer que a expansão no número de cursos manteve as tendências anteriores, ou seja, expansão pouco diversificada e concentrada. Sendo que as inovações se dão

primeiro nos maiores pólos de ensino superior, para em alguns casos, serem difundidas posteriormente.

4.3.2 Matrículas

Em relação ao número de matrículas, o RS passou de um total de 128.503 (1992), para 258.258 (2001), chegando em 2003 a 303.554. Como ocorreu com o número de cursos, a expansão das matrículas se deu através de uma distribuição desigual pelos municípios. Com base na análise da variação no período 1992-2001-2003 (ver anexo S, p. 258) é possível fazer uma série de considerações.

Como mostra a tabela abaixo ocorreu um aumento no número de municípios que registraram matrículas em 2003. Essa variação foi de 62%, mas apenas 75 municípios registraram matrículas de nível superior. Outro dado relevante é que a mediana e a média tiveram uma considerável elevação, passando a primeira de 784 para 967, e a última de 2660 para 4158.

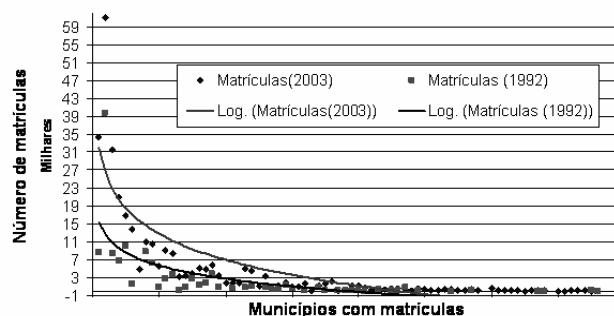
Tabela 22
Estatísticas descritivas, matrículas por município, RS, 1992 e 2003

	1991	2003
Média	2660	4158
Erro padrão	935	1089
Mediana	784	967
Desvio padrão	6275	9305
Variância da amostra	39371778	86578480
Curtose	29	21
Assimetria	5	4
Intervalo	39730	61163
Mínimo	16	9
Máximo	39746	61172
Soma	119699	303554
Contagem	45	73
Maior(1)	39746	61172
Menor(1)	16	9

Fonte: SEC/RS; INEP/MEC.

Por outro lado, como pode ser apreendido da observação da figura abaixo, esse crescimento se deu de forma desigual, mantendo ainda forte tendência de concentração em poucos municípios.

Figura 29: Distribuição das matrículas pelos municípios, RS, 1992 e 2003.



Fonte: SEC/RS, 1992; INEP/MEC, 2003.

Os municípios que possuíam o maior percentual de matrículas em 1992 eram: Porto Alegre (31%), Santa Maria (8%), Pelotas (7%), Canoas (7%), São Leopoldo (6,5%), totalizando quase 60% do total de matrículas no estado.

Em relação aos municípios que mais concentravam matrículas em 1992, deve-se salientar que Porto Alegre, Santa Maria e Pelotas tiveram uma queda significativa em 2003; enquanto Canoas e São Leopoldo tiveram uma elevação importante. Assim, nesse período surgiram novos pólos que tiveram aumento na concentração de matrículas: Caxias do Sul, Novo Hamburgo e Santa Cruz do Sul.

Assim, de forma geral, embora tenha ocorrido um crescimento no número de municípios que registraram matrículas, destaca-se a permanência da tendência de concentração, tendo a maior variação positiva de matrículas se concentrado nos municípios que ofereciam o maior número de matrículas já em 1991.

4.3.3 Concluintes

Como já apresentado, o número de concluintes teve um aumento significativo (97%) nos últimos anos. Também ocorreu uma elevação de 33 para 61 municípios que registraram concluintes. No entanto, a mediana caiu de 217 para 112, o que indica que esse aumento se deu de forma concentrada (ver tabela abaixo).

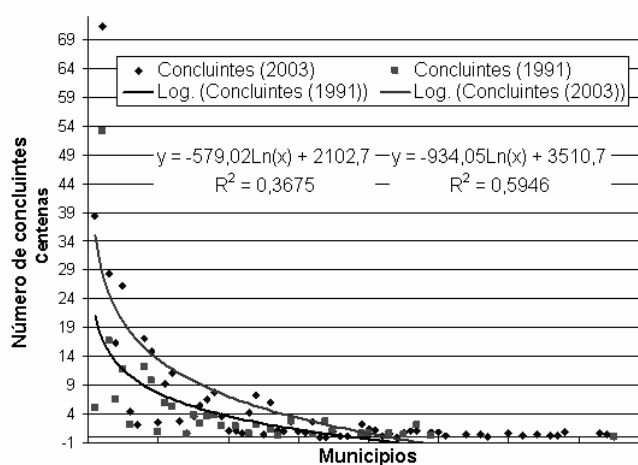
Tabela 23
Estatísticas descritivas, número de concluintes
por município, RS, 1991-2003

	1991	2003
Média	494,8788	526,8689
Erro padrão	165,6082	145,162
Mediana	217	112
Desvio padrão	951,3464	1133,751
Curtose	21,65843	20,02921
Assimetria	4,36944	4,101579
Intervalo	5306	7131
Mínimo	8	1
Máximo	5314	7132
Soma	16331	32139
Contagem	33	61
Maior(1)	5314	7132
Menor(1)	8	1

Fonte: SEC/RS; INEP/MEC.

O impacto da queda da mediana, e o conseqüente aumento dessa concentração fica evidente com a observação da figura baixo, que compara o número de concluintes por município em 1991 e 2003. Fica claro que o maior aumento se deu nos municípios que já possuíam o maior número de concluintes em 1991. Além disso, cabe notar que em relação aos municípios com baixo número de matrículas e concluintes, não só não ocorreu crescimento, como também queda no número de concluintes.

Figura 30: Número de concluintes segundo os municípios, RS – 1991 e 2003.



Fonte: SEC/RS, 1992; INEP/MEC, 2003.

O número de concluintes tem aumentado, passou de um total de 16.463 em 1991, para 25.686 em 2001, chegando, em 2003, a um total de 32.471.

Em relação ao número total de concluintes por município, Porto Alegre aparece como o município que teve a maior percentagem, 22% do total, seguido por Canoas (11,8%), São Leopoldo (8,7%), Santa Maria (8,1%), Pelotas (5,3%), e Caxias do Sul (5%).

Com base nesses dados é possível afirmar que, embora tenha havido aumento no número de municípios que registraram concluintes, não só se manteve, como ampliou-se a tendência de concentração dos egressos nos tradicionais e maiores pólos de ES do estado.

4.3.4 Vagas e ingressos

Como apresentado no capítulo anterior, os dados indicavam uma queda no número de ingressantes e a ociosidade de um considerável número de vagas. Cabe agora discutir como esse fenômeno se deu nos municípios. A queda no número de ingressantes se deu em alguma região específica?

Para responder essa pergunta parte-se da análise dos dados referentes às vagas por município. Como pode ser observado na tabela abaixo ocorreu um grande crescimento no número total de vagas, assim como na elevação da mediana e aumento da média. O número de municípios que ofereciam vagas de nível superior subiu de 45 para 69 em 2003.

Tabela 24
Número de vagas por municípios do RS, 1992 e 2003

	1992	2003
Média	1009	1765
Mediana	330	510
Desvio padrão	2042	3900
Curtose	19	24
Assimetria	4	5
Intervalo	11835	25282
Mínimo	25	30
Máximo	11860	25312
Soma	45426	121790
Contagem	45	69
Maior(1)	11860	25312
Menor(1)	25	30

Fonte: SEC/RS, 1992; INEP/MEC, 2003.

Em relação à porcentagem do total de vagas por município no ano de 2003 (ver anexo S, p. 274), destaca-se: Canoas com 20,8%, Porto Alegre com 15,2%, São Leopoldo com 7,1%, Caxias do Sul com 5,1%, e Santa Maria (4,1%). Esses municípios em conjunto concentram mais de 55% do total de vagas do estado.

Em relação ao número de ingressantes, conforme a tabela abaixo, fica claro o aumento no número de ingressos no período, embora com queda a partir de 2002. A média de ingressantes aumentou em 71%, e a mediada em 35%. O número de municípios que registraram ingressantes passou de 45 para 69 em 2003.

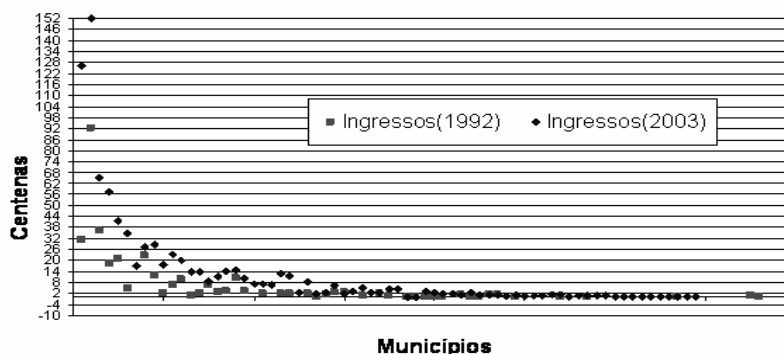
Tabela 25
Número de ingressos por municípios do RS, 1992 e 2003

	1992	2003
Média	705,0889	1205,188
Mediana	213	289
Assimetria	4,313027	4,036732
Intervalo	9184	15146
Mínimo	10	27
Máximo	9194	15173
Soma	31729	83158
Contagem	45	69
Maior(1)	9194	15173
Menor(1)	10	27

Fonte: SEC/RS, 1992; INEP/MEC, 2003.

A observação da figura abaixo permite constatar os municípios onde vem ocorrendo queda de ingressantes. Como pode ser visto, o número de ingressos, de forma geral, aumentou nos maiores pólos do estado, e diminuiu nos pequenos municípios.

Figura 31: Distribuição dos ingressos pelos municípios do RS, 1992 e 2003.

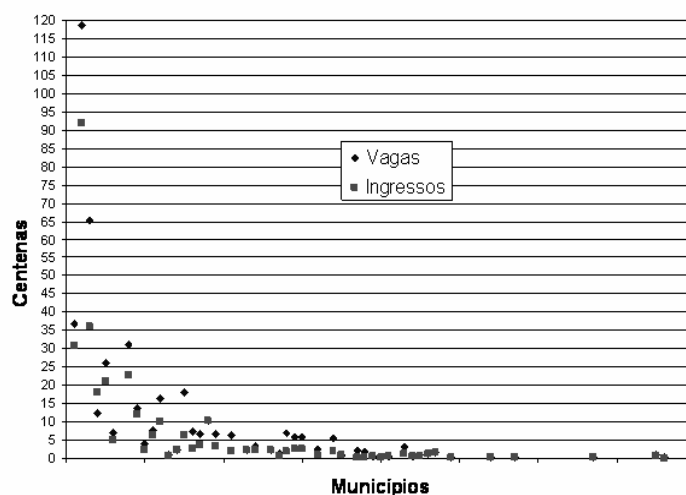


Fonte: SEC/RS, 1992; INEP/MEC, 2003.

Também a figura seguinte, abaixo, que compara o número de oferta de vagas com o número de ingressantes ajuda a perceber a dinâmica. Com base

nele é possível afirmar que a maior discrepância entre vagas/ingressos se dá nos maiores municípios, onde estão localizadas as Universidades privadas que possuem o maior número de vagas ociosas.

Figura 32: Número de vagas e ingressos nos municípios do RS, 1992.



Fonte: SEC/RS.

Assim, com base nisso conclui-se que a queda no número de ingressos deu-se principalmente nos municípios que já em 1991, possuíam um baixo número de ingressantes. Esses municípios são os que apresentam também um baixo número de matrículas e IES. Pelo contrário, foi nos maiores pólos onde ocorreu o crescimento nesse número, mesmo com o grande número de vagas ociosas.

O que explicaria essa queda nos pequenos municípios? Ela seria fruto de uma demanda reprimida que já foi atendida? Ou estará ligada a influência de outros sistemas sociais como, por exemplo, a não oferta de vagas públicas, aliada a uma renda (média) municipal baixa? A resposta a essas perguntas só será possível de ser dada no capítulo final desse estudo, quando os indicadores do sistema de ensino superior serão cruzados com dados da educação básica e indicadores sociais.

Capítulo V – O Sistema se diversifica

Partindo das análises realizadas nos capítulos anteriores, esse capítulo aborda propriamente o processo de diversificação do sistema. Nesse sentido, parte-se das considerações já feitas sobre as políticas de diversificação implantadas ao longo da década de 1990.

Assim, com a análise realizada nas páginas seguintes pretende-se investigar de que forma o SES do RS reagiu a essas novas orientações e escolhas legais que apontavam à diversificação de tipos de instituições e cursos como um dos mais importantes meios de aumentar o acesso a esse nível de ensino.

Dado que ocorreu certa expansão no sistema, como já analisado, quanto desse crescimento deveu-se a oferta diversificada? Houve ruptura em relação ao padrão tradicional de expansão, que apresentava grande concentração em algumas regiões do estado e áreas específicas de conhecimento? Os novos cursos criados de fato eram inovações? Onde se deu a maior taxa de criação de cursos? Esse crescimento se deu de forma equitativa, ou desigual entre as áreas de conhecimento, regiões e municípios?

Para responder a essas perguntas o capítulo está dividido em duas partes principais. A primeira trata do processo de diversificação institucional, através da análise da implantação dos novos tipos de IES no estado. Nessa parte destaca-se a análise sobre os Centros Universitários e implantação da UERGS e UNIPAMPA.

Já a segunda analisa e discute a implantação de novos cursos no período 1991-2004, destacando-se a análise realizada sobre os cursos seqüenciais, de tecnólogos e de EAD, assim como o impacto que eles tiveram no sistema.

5.1 Novas IES

5.1.1 Os Centros Universitários

De acordo com a LDB, art. 11, que define esse tipo de IES,

os Centros Universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas

pelo Ministério da Educação, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar.

Em 1996 o país possuía um total de 13 IES desse tipo, em 2004 esse número se elevou para 107. Além disso, gradativamente esse tipo de IES vem ganhando importância em relação a inúmeros indicadores. Em 1996, por exemplo, os Centros Universitários eram responsáveis pela oferta de 149 cursos de graduação no país. Em 2004 esse número aumentou para 2.134, sendo 33 oferecidos por instituições desse tipo públicas e 2.101 por privadas.

Também em relação às matrículas, eles vêm ganhando uma importância cada vez maior. Em 1997 eles foram responsáveis pela realização de 51.262 matrículas, em 2004, esse número subiu para 614.913 (sendo 13.883 públicas, 601.030 privadas). Também a concentração de concluintes nessas IES tem aumentado, passou de 7.736 concluintes (100% em IES privadas) em 1996, em todo o país, para 94.201 (1.861 públicas, 92.340 privadas) em 2004.

Essas IES também têm sido escolhidas por uma porcentagem cada vez maior de ingressantes. Em 1997 ingressaram em cursos de graduação, oferecidos por Centros Universitários, 15.561 estudantes, em 2004 esse número aumentou para 202.085, sendo desse total, 4.877 em IES públicas e 197.208 em IES privadas.

No presente ano, o estado conta com 6 IES desse tipo. São elas: FEEVALE (Centro Universitário FEEVALE), UNIVATES (Centro Universitário UNIVATES), UniRitter (Centro Universitário Ritter dos Reis), IPA (Centro Universitário Metodista IPA); UNIFRA (Centro Universitário Franciscano), UNILASSALLE (Centro Universitário UNILASSALLE).

A seguir, antes de realizar uma análise sobre o impacto dessas IES no sistema, é realizada a apresentação de algumas informações e um pequeno histórico sobre cada uma dessas IES, baseado em informações coletadas junto a elas.

- FEEVALE

O Centro Universitário Feevale é uma Instituição de Ensino Superior que abrange também o Ensino Básico, Ensino profissionalizante e Educação de Jovens e Adultos. Ele é mantido pela Associação Pró-Ensino Superior de Novo Hamburgo – ASPEUR. A mantenedora foi criada em 28 de junho de 1969, a partir de um movimento comunitário. Sua primeira ação foi constituir a Federação de

Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo – Feevale, cujo projeto foi aprovado em 24 de março de 1970 pelo CFE e autorizado pelo Decreto Federal n.º 766.265, de 26/02/70. Inicialmente foram autorizadas quatro unidades, com quatro cursos superiores.

Em 22 de julho de 1999, a Federação de Estabelecimentos de Ensino Superior em Novo Hamburgo, recebeu o credenciamento como Centro Universitário e passou a se denominar Centro Universitário Feevale.

- UNIVATES

Essa IES tem origem em 1972, quando foi criada a sua mantenedora Fundação Alto Taquari de Ensino Superior – FATES, que oferecia três cursos: Licenciatura Plena em Letras, Bacharelado em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis. Em 1975 a FATES instalou e passou a manter a Faculdade de Educação e Letras do Alto Taquari – FELAT, que passou a ministrar o curso de Letras. Em 1976 foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas do Alto Taquari – FACEAT, com a incumbência de ministrar os cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis. As duas faculdades eram independentes e obedeciam ao estatuto da FATES.

Em 1985 as Faculdade subscreveram um “Regimento Unificado”, e em 1997 com a fusão das duas Faculdades, ficou instituída a Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior – UNIVATES. Em julho de 1999, por meio de um decreto, transformou-se em Centro Universitário UNIVATES.

- UniRitter

O Centro Universitário Ritter dos Reis/UniRitter, fundado em 1971 pelo educador Romeu Ritter dos Reis, possui dois campi localizados em Porto Alegre e em Canoas.

Atualmente, ele oferece sete cursos de graduação - nas áreas da Administração, Arquitetura e Urbanismo, Design, Direito, Letras, Pedagogia e Sistemas de Informação - e 14 cursos de pós-graduação, nas áreas de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Direito, Letras e Pedagogia.

- O IPA

Em 1971 foi criado o primeiro curso superior (Educação Física) nas instituições que atualmente formam o Centro Universitário Metodista IPA. Em 1978, foi criado o curso de Nutrição, e posteriormente os de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Administração Hospitalar e Turismo.

Em 2003 foi realizado o primeiro processo seletivo integrado entre as Faculdades IPA e a FAMES, de Santa Maria, também integrante do Sistema de Educação Metodista no RS. Em 2004 foi aprovada pelo MEC a transformação da Faculdade Metodista IPA em Centro Universitário Metodista.

- UNIFRA

A história da origem do Centro Universitário Franciscano remete as migração das Irmãs Franciscanas que chegaram ao Rio Grande do Sul em 1872, e sua intensa atuação na área educacional. No início do século XX fundaram a sua primeira escola em Santa Maria - o Colégio Sant'Anna.

Em 1955, elas criaram duas IES: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição – FIC, e a Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira - FACEM.

Em 1996, a FIC e a FACEM transformaram-se em Faculdades Franciscanas – FAFRA. Já no final de 1998, ocorreu a transformação em Centro Universitário.

- UNILASSALLE

A história de fundação do Centro Universitário UNILASSALLE remete a criação em 1907 de sua primeira escola em Porto Alegre. Depois disso a instituição se dedicou à formação religiosa.

Na década de 1970, com o nome de Centro Educacional La Salle de Ensino Superior - CELES, ele iniciou suas atividades no ensino superior com a criação do curso de Estudos Sociais em 1976, seguido pela criação dos cursos de Letras e Pedagogia.

No início dos anos 90, por iniciativa da Mantenedora e da comunidade acadêmica decidiu-se pela sua transformação em Universidade. A 29 de maio de 1992, foi encaminhada a Carta Consulta para sua transformação, por Via de Autorização, em Universidade La Salle. Com a alteração da legislação sobre o Credenciamento para Universidade, o La Salle optou por entrar com um pedido de

instalação do Centro Universitário, atendendo à Portaria 639, de 13/05/97, e foi credenciado em 30/12/98, através do Decreto Presidencial de 29 de dezembro de 1998.

Tendo-se apresentado algumas informações sobre o histórico dessas IES, será analisado o impacto que elas vêm produzindo na educação superior do Rio Grande do Sul.

No RS não existe Centro Universitário de dependência administrativa pública. Não obstante, os Centros Universitários continuam expandindo seus cursos de graduação, passando de 48 cursos em 1999 para 136 em 2004. O primeiro registro de matrículas nessas IES no estado é de 1999, com um total de 10.155. Em 2004 esse número se eleva para 38.444, sendo 11,2% das matrículas em particulares e 88,8% em com. conf. e filant.

Também ocorreu uma elevação no número de concluintes nessas IES, em 1998 foram 577 estudantes, já em 2004 esse número subiu para 2.823 (17% particular, 83% com. conf. fil.).

O número de candidatos inscritos aumentou de 9.524 em 1999 para 31.223 em 2004, sendo que 10% desse total dirigiu-se aos Centros Universitários particulares, e 89,8 aos com. conf. e fil. Também ocorreu elevação em relação ao número de ingressantes nessas IES, passando de 4.094, em 1999, para 11.781, em 2004.

Com base nesses dados, é possível afirmar que esse novo tipo de organização tem tido um impacto positivo na expansão dos indicadores do sistema. No entanto, será que esse impacto se deu de forma diferenciada, ou seja, através de especialização institucional em alguma área do conhecimento, ou através da oferta de cursos que não os tradicionais?

Em relação à primeira pergunta, com base nos dados apresentados anteriormente, é possível concluir que não houve especialização funcional dessas IES, quer por área de conhecimento, quer por tipos de cursos oferecidos. Uma exceção a isso, embora seja cedo para aferir, é o processo de especialização na oferta de cursos de pós-graduação pela UniRitter.

Em relação à oferta de novos tipos de cursos, como os seqüenciais, apenas a FEEVALE e a UNIVATES possuíam cursos desse tipo. Mesmo assim, eram

ofertados apenas dois cursos seqüenciais em cada uma, de um total de mais de sessenta cursos superiores oferecidos pelas duas IES.

Ademais, baseado nas entrevistas, é possível afirmar que a maioria dessas IES optaram por serem credenciadas como Centros Universitários diante do grau de autonomia que esse tipo de credenciamento confere em relação as demais. Nesse sentido, é possível afirmar que essa transformação não se deveu a um perfil institucional peculiar, mas sim a busca estratégica de uma melhor inserção no sistema de ensino superior. Isso fica claro quando da resposta de alguns entrevistados, gestores e professores dessas IES, que afirmam que a sua IES almeja, antes de tudo, ser Universidade.

Essa tendência de transformação de Faculdades Isoladas em Universidades e, principalmente, em Centros Universitários, foi discutida em relatório produzido pelo BRDE, segundo esse estudo,

[...] há, pelo menos, dois tipos de incentivo para isso: o primeiro é dado pelo fato de a evasão ser menor nas universidades e centros universitários (a troca de cursos dentro da mesma IES fica facilitada) e o segundo é o fato de as universidades e centros universitários terem autonomia para a abertura de novos cursos, o que lhes dá uma maior flexibilidade para a adaptação à demanda. Os incentivos para a transformação em centros-universitários são maiores pois, além de estes terem autonomia para criação de novos cursos, não têm a obrigatoriedade de produzir pesquisa e nem de contratação de professores em tempo integral, o que lhes dá uma vantagem em termos de custos. Há, nesse sentido, inclusive, uma possibilidade de termos algumas universidades transformadas em centros-universitários (2002, p.51).

Também conforme Caregnato (2004, p. 208),

[...] mesmo reconhecendo o ganho em relação à fase institucional anterior, um dirigente chama a atenção para a exigência legal e para a prática da avaliação dos centros universitários por parte do Estado, a que limita a autonomia. Ele detecta um limite prático importante para os centros universitários em relação às universidades, já que para estas não ocorre a prática de avaliações para credenciamento.

Em outras palavras, essa situação corrobora a argumentação defendida nesse estudo, de que a diversificação de cursos e de instituições, como será discutido ainda nesse capítulo, tratou-se mais de uma mudança de nomenclatura do que, de fato, de uma implantação de formas diversificadas de expansão do sistema.

5.1.2 Transformação e criação de IES públicas no estado

O início dos anos 2000 foi marcante no que se refere ao surgimento de novas IES públicas no estado: foram criadas duas Universidades, uma estadual, criada em 2001, o que representou uma inovação já que o estado não possuía IES dessa dependência administrativa e, a outra, federal, criada no ano de 2005. Ambas resultado de negociações que se arrastavam há anos, fruto de demandas de comunidades regionais e municipais. Também, no presente ano, ocorreu à transformação da FFFCMPA em FUFCSA, o que pode ser o marco do nascimento de uma IES especializada em Saúde no estado.

5.1.2.1 A criação da UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

A Uergs¹⁶ é uma universidade pública e gratuita, criada pela lei 11.646 de 2001, e mantida pelo Governo Estado do Rio Grande do Sul. Resultado de um amplo processo de participação da sociedade, por meio das assembleias do Orçamento Participativo, a Universidade teve seu estatuto, projeto acadêmico e seu conceito construídos num processo de diálogo entre o Governo e as comunidades.

A Universidade estadual se propõe a ser uma IES voltada para o desenvolvimento. Sua proposta visa oferecer ensino superior a grupos e regiões que devido a inúmeros fatores (municípios isolados, localidades rurais, etc.) não tinham acesso a esse nível de ensino. Nesse sentido, na Lei de criação e no Regimento dessa IES, está previsto a reserva de 50% das vagas para ingresso de estudantes de baixa renda, e 10% para portadores de necessidades educativas especiais. Segundo a Lei que deu origem a Universidade

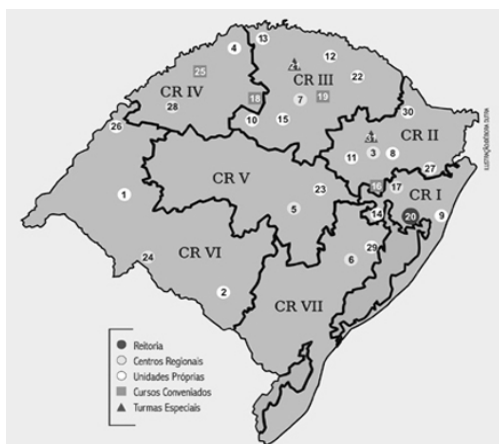
Art. 2º - A UERGS tem por objetivo: ministrar o ensino de graduação, de pós-graduação e de formação tecnólogos; oferecer cursos presenciais e não presenciais; promover cursos de extensão universitária; fornecer assessoria científica e tecnológica e desenvolver a pesquisa, as ciências, as letras e as artes, enfatizando os aspectos ligados à formação humanística e à inovação, à transferência e à oferta de tecnologia, visando ao desenvolvimento regional sustentável, o aproveitamento de vocações e de estruturas culturais e produtivas locais (Lei nº 11.646 de 10/07/01).

¹⁶ Essa análise apresentada sobre a Uergs está baseada na coleta de dados realizada junto a instituição, e a audição da entrevista, realizada por Clarissa Neves e Alexandre B. Rodrigues, com o então Reitor da Universidade em 2005.

Além disso, o modelo da Uergs pode ser considerado como inovador já que estabelece um regime de cooperação, fixado através de convênios entre o Governo Estadual, as Prefeituras, e a iniciativa privada. Também foram assinados inúmeros convênios com outras IES.

A figura abaixo ilustra a localização das unidades acadêmicas de ensino segundo a distribuição geográfica. Como pode ser observado, a Uergs está presente em 31 municípios do estado, estando organizada em centros regionais, unidades próprias, cursos conveniados, e turmas especiais.

Figura 33: Localização das unidades da UERGS no RS.



1. Alegrete ; 2. Bagé ; 3. Bento Gonçalves ; 4. Bom Progresso ; 5. Cachoeira do Sul ; 6. Camaquã ; 7. Carazinho ; 8. Caxias do Sul; 9. Cidreira ;10. Cruz Alta; 11. Encantado; 12. Erechim ;13. Frederico Westphalen; 14. Guaíba; 15. Ibirubá ; 16. Montenegro ;17. Novo Hamburgo ;18. Panambi ;19. Passo Fundo ;20. Porto Alegre [1] ; 21. Ronda Alta ; 22. Sananduva ;23. Santa Cruz do Sul ; 24. Santana do Livram. ;25. Santa Rosa ;26. São Borja ; 27. São Franc. de Paula ;28. São Luiz Gonzaga ; 29. Tapes ; 30. Vacaria ; 31. Veranópolis.

Fonte: http://www.uergs.edu.br/interno/unidades/unidades_mapa2.htm

Com uma estrutura multi-campi, a UERGS possui cursos de graduação com um perfil extremamente regionalizado e específico, de acordo com o município em que se localiza. A Universidade está dividida em 7 grandes regiões, cada uma delas possuindo um Conselho Regional (com participação de representantes dos COREDES). Atualmente, segundo dados da Pró-Reitoria de Ensino da UERGS, a Universidade conta com um total de 4.445 alunos (divididos em 110 turmas), 250 professores, e 19 cursos.

Com a análise desses dados, mas tendo em vista a necessidade de realizar estudos sobre o impacto dessa IES em cada município, já é possível afirmar que a Uergs é uma Universidade voltada a atender às demandas sócio-econômicas do Rio Grande do Sul, centrando-se na oferta de cursos específicos e que atendam demandas localizadas. Nesse sentido, ela tem realizado esforços para que os seus egressos permaneçam no seu local de origem, gerando riqueza, e dinamizando a economia local e regional.

Considerando-se esse aspecto, juntamente com os convênios que tem sido estabelecidos com Prefeituras e outras IES, constitui-se a Uergs como um novo tipo de organização de ensino superior, que optou por estabelecer uma nova maneira de interação com a sociedade e com as demandas sociais.

Ainda é cedo para fazer maiores apontamentos, mas segundo alguns relatórios de pesquisa, tem havido resistência por parte da comunidade em aceitar o novo perfil dos cursos (ver anexo AC, p. 286). Além disso, alguns dos cursos oferecidos chegaram a ser modificados para atenderem às exigências de conselhos profissionais.

Esse caso, no entanto, não ocorre apenas no RS. Antes disso, apresenta-se como um fenômeno mais amplo observado em todo o país, que pode ser descrito como uma grande resistência da sociedade em aceitar a oferta de novos tipos de cursos, diferentes dos tradicionais.

5.1.2.2 A criação da UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

A criação da Universidade Federal do Pampa¹⁷ (UNIPAMPA), em 2005, faz parte do programa de expansão das Universidades federais no Brasil conduzido pelo Governo Lula (ver anexo L, p. 240; M, p. 242). Ela está sendo implementada pela UFSM e pela UFPel, através de um acordo de cooperação técnica financiado pelo MEC.

A criação dessa Universidade demonstra a presença de algumas alterações na política do Governo Federal, que passou a investir, após 2003, na criação de

¹⁷ Os dados aqui apresentados foram coletados junto a UFSM, através de entrevista com o Pró-Reitor de Graduação; e junto a UFPel, através de análise de relatórios de implantação de cursos disponibilizados pela instituição.

novas IES federais, expansão de Campis e sedes, e estabelecimento de convênios com Prefeituras para oferta de cursos em prédios cedidos ou alugados. Nesse sentido, como pode ser observado no mapa abaixo, o país passa por uma expansão no número de IES federais, o que não era visto desde o início da década de 1990.

Figura 34: Criação de novas IES federais no país.



Fonte: SESU/MEC.

Enquanto que no Governo José Sarney foram criadas apenas duas Universidades federais, a última tendo sido criada em 1986 (Univ. Federal do Amapá), assim como no Governo Itamar Franco, que criou também duas em 1994 (Univ. Federal de Lavras, e Univ. Federal de São Paulo); o Governo de FHC criou seis Universidade em oito anos, e o Governo Lula criou mais nove Universidades em quatro anos.

Em poucos anos espera-se que a UNIPAMPA passe a oferecer 67 cursos de graduação, atingindo um público de cerca de 13.000 alunos, 600 docentes e 450 servidores técnico-administrativos, aumentando assim, a expansão de IES e vagas públicas iniciada pela UERGS em 2001.

Atualmente, de forma provisória, a UNIPAMPA faz parte da estrutura da UFMS e da UFPel, sendo uma unidade de vínculo temporário. A previsão é que em 2008, ela seja autônoma em relação as duas IES.

Em relação aos campi administrados pela UFSM, essa IES ficou responsável pela instalação de unidades de ensino nas cidades de Alegrete, Itaqui, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana. A UFSM optou por instalar unidades de ensino semelhantes com a forma como ela própria se organiza. Assim, serão instalados Centros de Ensino, cada um composto por uma Direção, Vice-Direção, Departamentos Didáticos, cursos de graduação, Seção Administrativa, Seção de Apoio Acadêmico, Secretaria dos Departamentos, Secretaria dos Cursos e Biblioteca.

A UFPel, como pode ser visto na tabela abaixo, ficou responsável pela oferta da maioria dos cursos. Ela está administrando os campi de Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Jaguarão e Santana do Livramento.

Quadro 12: Campi e cursos segundo a cidade e cursos oferecidos sob a responsabilidade da UFPel e UFSM.

Campis e cursos sob responsabilidade da UFPel	Campis e cursos sob responsabilidade da UFSM
<p style="text-align: center;">Campi Bagé:</p> <p>Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas: - Engenharia de Produção - Engenharia de Alimentos - Engenharia Química - Engenharia Computacional - Engenharia de Energias Renováveis e de Ambientes - Licenciatura em Física - Licenciatura Química - Licenciatura em Matemática</p> <p>Centro de Ciências Humanas: - Licenciatura em Letras - Português e Espanhol - Licenciatura em Letras - Português e Inglês</p> <p style="text-align: center;">Campi Caçapava do Sul:</p> <p>Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas: - Geofísica</p> <p style="text-align: center;">Campi Dom Pedrito:</p> <p>Centro de Ciências Agrárias: - Zootecnia</p> <p style="text-align: center;">Campi Jaguarão:</p> <p>Centro de Ciências Humanas: - Pedagogia - Séries Iniciais - Pedagogia - Educação Infantil - Licenciatura em Letras - Português e Espanhol</p> <p style="text-align: center;">Campi Santana do Livramento:</p> <p>Centro de Ciências Humanas: - Administração</p>	<p style="text-align: center;">• Campi Alegrete</p> <p>Ciência da Computação Engenharia Civil Engenharia Elétrica</p> <p style="text-align: center;">• Campi Itaqui</p> <p>Agronomia</p> <p style="text-align: center;">• Campi São Borja</p> <p>Serviço Social Comunicação Social: Publicidade e Propaganda Comunicação Social: Jornalismo</p> <p style="text-align: center;">• Campi São Gabriel</p> <p>Gestão Ambiental Engenharia Florestal Ciências Biológicas</p> <p style="text-align: center;">• Campi Uruguaiana</p> <p>Fisioterapia Farmácia e Bioquímica Enfermagem</p>

Fonte: UFSM, UFPel.

Ainda em relação ao quadro acima, e com base na entrevista e dados coletados pode-se elencar alguns elementos importantes. O primeiro deles, diz respeito ao questionamento de como se deu a escolha da oferta de cursos em determinado município. Segundo informações obtidas junto a UFSM e UFPel, a decisão sobre o número de cursos, áreas, e lugar onde seriam estabelecidos foi comunicada a elas pelo MEC. Elas não tiveram participação nenhuma nessa escolha.

Nesse sentido, a forma eminentemente partidária-político-governamental, pela qual se deu a escolha dos cursos a serem implantados, reflete a instabilidade atravessada por essa nova IES. Mais do que isso, abre a possibilidade de serem feitos questionamentos, já que envolve grande montante de recursos investidos, sobre os quais não se sabe se estão sendo bem investidos ao se precipitar a criação de cursos sem realizar estudos sobre seu impacto sócio-econômico na região. Ademais, a não ser pela oferta de apenas um curso que não existia em 1991, optou-se por criar cursos em áreas tradicionais.

O segundo elemento é a forma como tem sido conduzida a estruturação dos currículos dos cursos oferecidos. Chama atenção a existência de cursos da mesma área específica oferecida pela UNIPAMPA, mas que possuem uma estrutura curricular e pedagógica diferente. Como constatou-se, isso foi resultado não de uma intencionalidade, mas da falta de diálogo entre as IES que estão conduzindo o processo de implantação da Universidade.

Por fim, dito isso, e diante das argumentações e constatações que têm sido tecidas ao longo desse estudo, é possível questionar o alcance e impacto dessa nova IES que, como já foi problematizado, optou por oferecer cursos tradicionais. No entanto, cabe dizer que essas atribuições iniciais são características comuns em organizações recém criadas e que ainda não se consolidaram. Apenas com o passar do tempo será possível avaliar com mais precisão qual será o real impacto da IES no sistema.

5.1.2.3 Transformação da FFFCMPA em FUFCSA

A transformação da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA) em Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde

de Porto Alegre (FUFCSPA) pretende manter a trajetória de crescimento da instituição. A elevação ao status de Universidade, além de dar maior visibilidade à entidade, fornecerá a ela condições mais favoráveis para que amplie e diversifique as atividades de pesquisa, ensino e extensão oferecidas.

Segundo o MEC, a nova instituição vai oferecer cinco novos cursos de graduação: Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Licenciatura em Ciências Biológicas. Atualmente são ministrados no local os cursos de Medicina, Biomedicina e Nutrição – com a transformação, os dois últimos passam a ser oferecidos também no período noturno.

O Rio Grande do Sul conta hoje com poucas vagas públicas em cursos de enfermagem, quando os mais festejados sistemas de saúde do mundo repousam no binômio um médico/um enfermeiro em cada posto de saúde dirigido à atenção primária. No próprio Hospital de Ensino da FFFCMPA – a Santa Casa de Misericórdia –, faziam parte do corpo de funcionários, em dezembro de 2004, 359 enfermeiras-padrão (MEC, 2006).

No âmbito das instituições públicas federais do estado, os cursos de Fisioterapia e Fonoaudiologia são ofertados apenas na Universidade Federal de Santa Maria. Segundo levantamento do MEC, os 23 fisioterapeutas e três fonoaudiólogos do Hospital Santa Casa de Porto Alegre, por exemplo, são oriundos de instituições particulares de ensino. Já o curso de Psicologia é considerado o de maior demanda reprimida no Rio Grande do Sul entre os cinco novos cursos ofertados. Nesse sentido,

[...] o curso de licenciatura em ciências biológicas e a oferta noturna dos cursos de biomedicina e nutrição vão atender a demandas sociais importantes: formação de educadores para a educação básica e oportunidade de ensino superior público ao estudante trabalhador (MEC, 2006).

Para o funcionamento dos novos cursos de graduação, o projeto de Lei que está sendo encaminhado ao Congresso Nacional cria 41 cargos de professor universitário e 20 cargos técnico-administrativos de nível superior, isso em um período de seis anos. A elevação da instituição à condição de Universidade vai requerer também modificações em sua estrutura administrativa. Por isso, os cargos de direção deverão passar de 13 para 18, enquanto as funções gratificadas passarão de 53 para 91, entre funções criadas e extintas (MEC, 2006).

5.2 Novos Cursos

Após ter apresentado as novas IES e novos tipos de IES implantadas no estado, será analisado o surgimento de novos cursos de graduação no período 1991-2004, assim como dos novos tipos de cursos tecnológicos, de EAD, e seqüenciais.

5.2.1 Graduação

Os dados que serão analisados a seguir, referem-se aos cursos de graduação criados depois de 1991 (ou que não estavam ativos nesse ano). A base de dados utilizada foi da SEC/RS para dados de 1991, e a do INEP/MEC para dados de 2003 – os mais atuais disponíveis segundo esse critério de desagregação.

Em 1991 (ver anexo AA, p. 281), segundo a SEC/RS eram oferecidos 571 cursos de graduação no estado distribuídos segundo 75 áreas específicas (ver anexo V, p. 273). Já em 2003 (ver anexo Z, p. 277), segundo dados do INEP/MEC eram oferecidos um total de 1.144 cursos que abrangiam 147 áreas específicas. Os cursos criados depois de 1991 (ou que não estavam ativos nesse ano, e segundo as novas áreas específicas), correspondiam a 156 (11%) do total oferecido no estado em 2003. Eles abrangiam 72 novas áreas específicas que não eram contempladas em 1991, ou seja, representaram um crescimento de 91% no número de áreas específicas ofertadas no estado.

Esse primeiro conjunto de dados preliminares, embora os novos cursos sejam responsáveis por apenas 11% dos cursos oferecidos em 2003, indica que ocorreu um certo grau de expansão diversificada que pode ser atribuída a criação de novas áreas específicas. Partindo disso, resta saber de que forma se deu a expansão através dessas áreas: de forma homogênea ou heterogênea, em relação à distribuição por número de cursos, regiões do estado, dependência administrativa e tipo de organização acadêmica.

Em relação ao número de cursos criados segundo a área específica (anexo AB, p.282), a tabela abaixo ilustra o seguinte: a média do número de cursos em cada área específica era de dois cursos. No entanto, pelo menos a metade deles possuía apenas um curso em cada nova área criada. A maior concentração de cursos oferecidos numa única área, a de Sistemas de Informação, chegou a 33

cursos (19% do total dos novos cursos criados no estado, no período). A média não passou de 2 cursos por área, e a mediana ficou em 1, o que significa que pelo menos 50% das novas áreas criadas possuíam apenas um curso ativo.

Tabela 26
Estatísticas descritivas dos novos cursos criados entre 1991 e 2003, RS

Média	2,228571
Erro padrão	0,502652
Mediana	1
Modo	1
Desvio padrão	4,205488
Variância da amostra	17,68613
Curtose	42,98294
Assimetria	6,160732
Mínimo	1
Máximo	33
Soma	156
Contagem	72
Maior(1)	33
Menor(1)	1

Fonte: INEP/MEC.

Em relação à distribuição geográfica, esses novos cursos eram oferecidos em apenas 44 municípios sendo que desses, 6 municípios: Porto Alegre, Canoas, Pelotas, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul e Ijuí, concentravam mais de 50% do total dos novos cursos oferecidos no estado. Porto Alegre e Canoas, por exemplo, sozinhas concentravam mais de 30% do total de cursos. Além disso, pelo menos 50% das novas áreas específicas criadas, eram oferecidas em apenas um município do RS (ver AB, p.282) .

Já quanto à dependência administrativa, do total de cursos novos criados (156), as IES públicas ofereciam apenas 13% da oferta total. Em relação às áreas específicas criadas (72), e que eram oferecidas pelas IES públicas, esse percentual era ainda menor, apenas 12%.

Em relação ao tipo de organização acadêmica, as Universidades ofereciam 72% do total de cursos, e abrangiam 67% das áreas específicas. Os Centros Universitários, por sua vez, ofereciam 14% do total de cursos, e abrangiam 20% das áreas específicas; as Faculdades ofereciam 8% do total de cursos, e abrangiam 7% das áreas específicas; os Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de

Tecnologia ofereciam 6% do total de cursos, e abrangiam 13 % das áreas específicas. E as Faculdades Integradas, não ofereciam nenhum desses cursos.

A análise desses dados permite responder as questões postas acima. Como apresentado, a criação dos 156 cursos abrangendo 72 novas áreas específicas foi um significativo indicador de diversificação de oferta de cursos pelo sistema. No entanto, a expansão desses novos cursos seguiu a tendência histórica do sistema: a oferta deu-se, principalmente pelas IES privadas, Universidades e Centros Universitários, mantendo-se um alto grau de concentração territorial, com oferta em apenas 10% dos municípios do estado.

Por fim, deve-se registrar que os Centros de Educação Tecnológica do estado, levando-se em consideração o baixo número de cursos de graduação oferecidos em relação a outros tipos de IES, e por serem públicos, apresentaram um elevado percentual de novos cursos oferecidos, o que faz com que a afirmativa acima, não possa ser aplicada, com toda sua significação, a esse caso específico.

Com base nisso é possível concluir que o sistema não ampliou a expansão diversificada de forma equitativa, o que fez com que o maior impacto da expansão se desse através dos cursos tradicionais.

5.2.1.1 Cursos de graduação à distância

A análise exposta nas páginas seguintes trata dos cursos de graduação à distância. Embora ainda haja um pequeno número de IES credenciada para oferecê-los, assim como um número baixo de matrículas e cursos, essa modalidade, considerada como uma possível opção de expansão da educação superior poderá, em pouco, tempo tornar-se numa das alternativas escolhidas pelo próprio Estado para ampliar o acesso.

Nesse sentido, a Portaria do MEC nº 4.059/04 (que trata da oferta de 20% da carga horária dos cursos superiores na modalidade semi-presencial), assim como a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Governo Federal, parecem ser indicadores dessa tendência.

Segundo o Decreto 5.622, de 19.12.2005 (que revoga o Decreto 2.494/98), a Educação a Distância é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de

meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Para que uma IES possa oferecer esse tipo de curso, é preciso solicitar um parecer do Conselho Nacional de Educação, que irá analisar diversos indicadores da instituição para conceder ou não esse tipo de autorização.

No RS, segundo pesquisa realizada em novembro de 2006 (ver tabela abaixo), estavam credenciadas para oferecer essa modalidade de educação, com oferta de cursos de graduação, 11 IES. Entre elas, 7 Universidades, 1 Centro Universitário, e 1 Centro de Educação Tecnológica.

Tabela 27
IES credenciadas e autorizadas pelo MEC com sede no RS
a oferecer cursos a distância, 2006

Centro Universitário Feevale
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Universidade de Caxias do Sul
Universidade Federal de Pelotas
Universidade Federal de Santa Maria
Universidade Luterana do Brasil
Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Universidade Federal do Rio Grande - FURG (EXP)
Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - CEFET

Fonte: INEP/MEC.

Segundo a tabela abaixo que apresenta dados do censo da educação superior de 2004, eram oferecidos 5 cursos de graduação à distância no RS. Eram eles: Engenharia Química, Pedagogia, Formação de Professor das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Formação de Professores de Português e de Matemática.

Tabela 28
Número de Cursos, Vagas Oferecidas, Candidatos Inscritos, Ingressos por Vestibular e Outros Processos Seletivos (*), Matrículas em 30/06 e Concluintes nos Cursos de Graduação a Distância, segundo as Instituições, RS- 2004

IES	Áreas Gerais, Áreas Detalhadas, Programas e /ou Cursos e Municípios	Cursos	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos	Matrículas em 30/06	Concluintes
Total - (RS)		12	2.100	672	534	8	-
PUCRS	Engenharia, produção e construção						
	Química e engenharia de processos						
	Engenharia química						
	TRIUNFO	1	-	-	-	8	-
UCS	Educação						
	Ciências da educação						
	Pedagogia						
	ANTONIO PRADO	1	59	61	57	-	-
	BENTO GONCALVES	1	60	29	17	-	-
	CANELA	1	200	196	173	-	-
	CAXIAS DO SUL	1	114	94	73	-	-
	MONTENEGRO	1	50	43	32	-	-
	SAO MARCOS	1	25	23	22	-	-
	SAO SEBASTIAO DO CAI	1	40	30	28	-	-
	VACARIA	1	25	21	18	-	-
	Formação de professor da educação básica						
	Formação de professor das séries iniciais do ensino fundamental						
	GUAPORE	1	27	28	24	-	-
ULBRA	Educação						
	Formação de professor de matérias específicas						
	Formação de professor de língua/literatura vernácula (português)						
	CANOAS	1	750	39	24	-	-
	Formação de professor de matemática						
	CANOAS	1	750	108	66	-	-

Fonte: INEP/MEC.

Os dados existentes sobre a oferta dessa modalidade de educação ainda não estão disponíveis de forma pública e ampla, no entanto, um relatório de 2002, da Comissão de EAD do INEP/MEC¹⁸ revela a ampliação e a potencialidade de crescimento da EAD no país.

Segundo esse relatório, na época da publicação da regulamentação da LDBN, em 1998, apenas a Universidade Federal do Mato Grosso oferecia um curso de graduação à distância, em caráter experimental, dirigido para a formação em nível superior de professores do ensino fundamental da rede pública. Além desse curso, no âmbito do ensino superior, existiam também ofertas pioneiras de cursos de extensão. Fora do âmbito da educação superior, entretanto, a situação era diversa e muitas experiências com educação à distância foram desenvolvidas, por exemplo, no ensino médio e em cursos livres profissionalizantes.

¹⁸Relatório da Comissão de EAD/INEP/MEC, 2002. <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/EAD.pdf>

A partir de 1998, observa-se um crescente envolvimento de IES com cursos de educação a distância, como mostra o aumento nos pedidos de credenciamento e autorização de cursos superiores regulares de educação à distância, que totalizaram 47 em 2002. Essas solicitações foram, em sua grande maioria, para cursos de graduação de formação de professores, os quais respondem por 80% (oitenta por cento) do total dos pedidos. E, entre esses últimos, 60% (sessenta por cento) correspondem a pleitos para cursos de Pedagogia e de Normal Superior. Os atuais professores do ensino fundamental são o público alvo principal destes cursos até o presente.

Outro estudo, com base em dados de 2004, do Centro de Informática Aplicada da Fundação Getúlio Vargas, estimou que o Brasil tenha cerca de 40 mil alunos matriculados em cursos superiores à distância, sendo que destes, pelo menos 37 mil participam de cursos para formação de professores.

Mais recentemente, o Governo Federal lançou o projeto de criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que deverá incorporar nos próximos anos milhões de estudantes ao ensino superior.

Durante o presente ano foram lançados os primeiros cursos-piloto da UAB no país e RS. No estado estão sendo oferecidos cursos de Pedagogia e Administração na modalidade de EAD, por IES Federais.

O curso de Pedagogia foi organizado em convênio com a Secretaria Estadual de Educação do RS e é dirigido aos docentes que atuavam na educação básica e não possuíam nível superior. Já o curso de Administração está sendo oferecido em parceria com o Banco do Brasil, sendo que 50% dos alunos são funcionários dessa instituição, e o restante teve seu ingresso através de processo seletivo específico e público.

Ambos os cursos têm se desenvolvido através do sistema de pólos de ensino, situados em cidades consideradas estratégicas. Nesses pólos os alunos terão parte das aulas na modalidade presencial. Cada pólo deve contar com uma estrutura mínima de apoio: sala para secretaria acadêmica, sala da coordenação do pólo, sala para tutores presenciais, sala de professores e reuniões, sala de aula presencial típica, laboratório de informática, sala de vídeo conferência, e biblioteca.

O projeto da UAB ainda inclui a possibilidade de estabelecimento de convênios, para criação de pólos nos municípios, entre as IES e as Prefeituras.

Atualmente 18 IES federais e 7 estaduais oferecem um total de 197 cursos desse tipo no país.

5.2.2 Seqüenciais

Com já foi discutido, uma das maiores inovações da LDBN/96 em relação à diversificação horizontal foi à criação dos Cursos Seqüenciais. Nesse item será analisada a expansão que se deu através desse tipo de curso.¹⁹

A idéia de criar os cursos seqüências no país foi idealizada por Darcy Ribeiro, e tinha o objetivo aumentar o acesso à educação superior através da oferta de cursos com estrutura e objetivos diferenciados em relação aos de bacharelado e licenciatura.

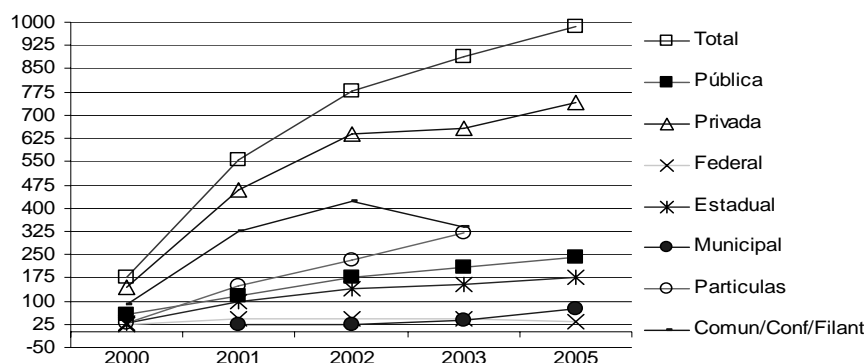
No entanto, mesmo tendo sido aprovado esse novo tipo de curso, a sua implantação pelas IES não foi acompanhada de políticas públicas sistemáticas de incentivo ou de divulgação. Nesse sentido, Martins ressalta que “[...] não houve nada contra, mas também não houve políticas explícitas que colocassem os seqüenciais no eixo estratégico do PNE ou da própria LDB” (2003, p. 25).

Partindo dessas considerações iniciais, antes de proceder-se a análise da presença e impacto desses cursos no estado, cabe apresentar alguns dados referentes ao cenário nacional.

Nos últimos anos, como pode ser observado através da figura abaixo, ocorreu um crescimento na oferta desses cursos que, passaram de 178 em 2002, para 328 em 2001, chegando em 2005 a um total de 984 cursos, o que correspondeu a uma variação de aproximadamente 450% em três anos.

¹⁹ Os dados sobre os cursos seqüências aqui apresentados foram colhidos e organizados durante a realização da pesquisa: “A diversificação do Ensino Superior no RS: Um novo cenário?” coordenada pela Dra. Clarissa Neves e, que contou com financiamento do Edital das Ciências Humanas e Sociais do CNPq. Estes dados fazem parte do relatório de pesquisa que foi enviado ao CNPq, tendo sido elaborado pela Dra. Clarissa Neves, Rochelle F. Fachinetto e pelo autor, em 2005.

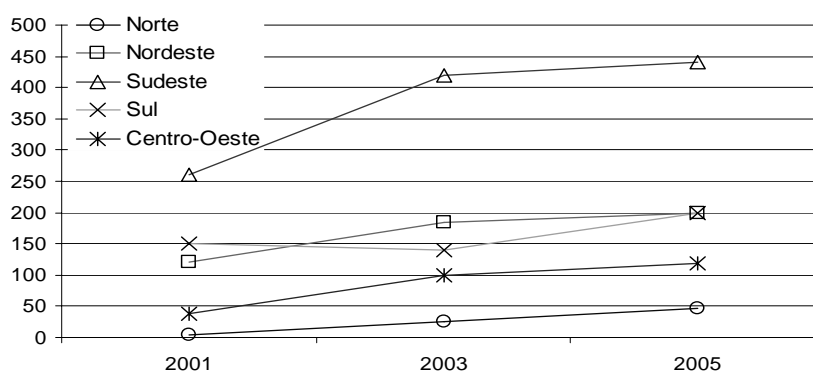
Figura 35: Número de cursos seqüenciais no país segundo a dependência administrativa (2000-2005).



FONTE: NEVES, FACHINETTO, RAIZER, 2005.

Quanto à dependência administrativa dessas instituições, verifica-se que 75% das IES que ofereciam esses cursos em 2005 eram privadas. No entanto, é preciso mencionar o caso de instituições públicas, principalmente estaduais, que também estão ampliando a oferta em algumas regiões específicas, como no caso do nordeste, onde quase 60% dos cursos são oferecidos por instituições públicas. Em todo país houve um crescimento de mais de 500% na oferta de cursos em instituições públicas estaduais, que em 2001 ofereciam 25 cursos e hoje oferecem 175. Em relação à organização acadêmica das IES que ofereciam esses cursos, destaca-se o crescimento da oferta por Faculdades e Instituto de Ensino Superior, e Faculdades Isoladas. No entanto, até 2005, a maior parte da oferta ainda concentrava-se nas Universidades, com um percentual de mais de 60%. Comparando-se o aumento na oferta de cursos segundo as regiões do país, verifica-se que a região que obteve o maior crescimento na oferta de cursos seqüenciais foi a sudeste, com cerca de 60% de variação positiva em três anos (ver figura abaixo).

Figura 36: Número de cursos seqüências segundo a região do país, 2003-2005.



Fonte: NEVES, FACHINETTO, RAIZER, 2005.

A oferta de vagas passou de 35.230 em 2001, para 58.205 em 2003 o que significou um crescimento de cerca de 75%. O número de ingressos e concluintes também cresceu, em média 60% ao ano, no período 2000 – 2003.

Diante desse contexto de expansão, faz-se necessário expor um aspecto que vem adquirindo suma importância no campo da diversificação, bem como, dos próprios cursos seqüenciais. Esse aspecto refere-se às discussões em torno da Reforma Universitária, realizadas durante os anos de 2004 e 2005, que vem gerando uma polêmica frente a esse tema.

De acordo com as últimas versões da reforma disponibilizadas publicamente, há uma tendência de extinção dos cursos seqüenciais enquanto modalidade de ensino superior. Esses passariam a ser incluídos na educação continuada, não oferecendo mais diplomas de nível superior, mas apenas certificados.

Essa possibilidade emitida pelo sistema político e do direito, têm sido interpretada pelas IES que ofereciam esses cursos, como mais uma irritação instável em relação à oferta desses cursos. Essa instabilidade, que se somou as inúmeras existentes anteriormente (Decretos, Normas e Pareceres contraditórios e confusos) causou profunda inquietação junto às IES, aos professores e, principalmente, aos alunos dos cursos.

Essa inquietação se deve ao temor de que os cursos seqüenciais passariam a não conferir mais diploma de ensino superior. Se isso viesse a ocorrer, a colocação no mercado de trabalho dos alunos matriculados e, dos que já concluíram o curso ficaria comprometida. A inquietação por parte das IES surge no sentido de que, em certa medida, elas acabam perdendo sua credibilidade junto à comunidade, pois além de oferecem um curso novo, que devido a isso já era visto com certa incredibilidade, agora esses cursos também “perdem” o caráter de modalidade de ensino superior.

Devido a isso, durante a realização de entrevistas e conversas informais com diversos gestores e coordenadores desses cursos, constatou-se que o atual cenário de incerteza em relação ao futuro dos cursos seqüências, compromete seriamente a sustentabilidade dessa forma de diversificação de tipo de cursos no país e no estado. Dito isso, dar-se-á início a problematização da experiência desses cursos.

No RS foram as IES privadas que passaram a oferecer os cursos seqüenciais, a partir de 1998. O quadro abaixo, referente ao período 2003-2005, apresenta o número de cursos oferecidos segundo a IES que a oferecia.

Quadro 13: Número de Cursos seqüenciais oferecidos pelas IES do RS (2003-2005).

Número de Cursos seqüenciais oferecidos pelas IES do RS (2003/2004/2005)		
Junho/2003	Junho/2004	Setembro/2005
Instituição/Nº cursos	Instituição/Nº cursos	Instituição/Nº cursos
UCS 32	UCS 16	UCS 33
ULBRA 16	ULBRA 17	ULBRA -
FACCAT 11	FACCAT 3	FACCAT -
FAETA 9	FAETA 2	FAETA -
UNIVATES 3	UNIVATES 3	UNIVATES 2
FEEVALE 2	FEEVALE 2	FEEVALE 2
UCPEL 2	UCPEL 2	UCPEL 2
URCAMP 2	URCAMP 2	URCAMP 2
URI 1	URI 1	URI -
UPF 1	UPF 1	UPF 1
UNIJUÍ 1	UNIJUÍ 2	UNIJUÍ 3
UNISC 1	UNISC -	UNISC -
<i>TOTAL 81</i>	CESF 4	CESF 4
	UNICRUZ 1	UNICRUZ 2
	PUCRS 1	PUCRS 2
	FACCCA 3	FACCCA 3
	<i>TOTAL 60</i>	UNISINOS 1
		<i>TOTAL 57</i>

Fonte: NEVES, FACHINETTO, RAIZER, 2005.

Um dos dados que mais chama a atenção em relação ao quadro, refere-se à queda de número de cursos que teve a ULBRA, no período 2004-2005, passando de 17 cursos para 0. Segundo informações obtidas junto a essa IES, isso se deveu a transformação desses cursos em tecnológicos, devido a maior viabilidade legal desses cursos em relação aos seqüenciais.

Casos como esse, por exemplo, corroboram a argumentação desse estudo, de que a diversificação no estado, se deu, de forma majoritária, em termos de diversificação de nomenclaturas e não propriamente em termos de organização de currículos, ou afirmação de vocação específica dos cursos e IES.

Também, a análise do quadro baixo permite concluir que a oferta pelo território desse tipo de cursos, se deu de forma concentrada, pois apenas eram oferecidos cursos seqüenciais em 20 municípios dos 467 existentes no estado.

Quadro 14: Número de cursos seqüenciais no RS segundo a cidade e IES (2005).

Cursos Seqüenciais no RS Setembro/2005		
INSTITUIÇÃO	N.º TOTAL CURSOS	CIDADE
UCS	33	Caxias do Sul (17); Nova Prata (1); São Sebastião do Caí (4); Vacaria (3); Bento Gonçalves (3); Canela (5).
UNIJUÍ	3	Santa Rosa (2); Três Passos (1);
UNIVATES	2	Lajeado (2)
UNICRUZ	2	Cruz Alta (2)
UPF	1	Passo Fundo (1)
CESF	4	Farroupilha (4)
PUCRS	2	Porto Alegre (2)
FEEVALE	2	Novo Hamburgo (2)
URCAMP	2	Bagé (1); São Gabriel (1)
UCPEL	2	Pelotas (2)
UNISINOS	1	São Leopoldo (1)
FACCCA	3	Camaquã (3)
TOTAL	57	

Fonte: NEVES, FACHINETTO, RAIZER, 2005.

Apesar disso, mesmo com essa oferta reduzida de cursos, ocorreu um crescimento significativo na oferta de vagas, no período 1999-2003, que chegou a ordem de 290% - passando de 830 para 2280 em todo o RS.

Também em relação ao número de ingressos e concluintes ocorreu elevação considerável. Como pode ser observado na figura abaixo. O número de ingressantes nesses cursos em 2000 foi de 160 alunos, em 2001 subiu para 770, chegando em 2003 a um total de 1320. Em relação ao número de concluintes, também ocorreu elevação significativa, passando de 300 concluintes em 2001, para 400 em 2003.

A tabela abaixo ilustra os dados relativos a 2004. De forma geral, destaca-se a queda geral de indicadores referentes aos cursos seqüências no estado.

Tabela 29
Indicadores dos cursos seqüenciais, RS, 2004

Unidade da Federação/Categoria Administrativa		Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos	Matrículas em 30%	Concluintes
		Rio Grande do Sul	1.965	1.497	1.093	1.361
Pública		-	-	-	-	-
Federal		-	-	-	-	-
Estadual		-	-	-	-	-
Municipal		-	-	-	-	-
Privada		1.965	1.497	1.093	1.361	262
Particular		440	68	41	-	-
Comun/Confes/Filant		1.525	1.429	1.051	1.361	262

Fonte: INEP/MEC.

A queda no número de vagas oferecidas foi de cerca de 12%. Em relação ao número de ingressos e concluintes, ocorreu uma queda de 13% e 44%, respectivamente. O número de matrículas foi de 1361.

Em relação aos cursos que eram oferecidos, o quadro abaixo apresenta a as áreas de concentração dos mesmos. Destaca-se a ênfase dada pelos cursos ao uso prático dos conteúdos na atuação dos egressos no mercado de trabalho. Assim como a especificidade dos temas abordados.

Quadro 15: Tipologia Cursos Seqüenciais, 2005.

TIPOLOGIA CURSOS SEQÜENCIAIS RS	
Formação e capacitação de profissionais	Capacitação de professores para atuar com portadores de deficiência mental; Cuidadores de idosos; Fundamentos e metodologia de ensino
Contabilidade	Contabilidade para pequenas e médias empresas comerciais
Gestão	Bancária; Imobiliária; Administrativa; Pública; Recursos Humanos; Restaurantes; Organização de eventos; Processos
Administração	Finanças empresariais; Logística empresarial; Transações imobiliárias; Rural; Análise de tecnologias e automação
Secretariado	Secretariado de escola; Secretariado organizacional trilingüe
Direito	Direitos básicos do cidadão; Direitos do Consumidor
Artes e técnicas	Teatro; Fotografia; Paisagismo; Turismo cultural; Gastronomia

Fonte: NEVES, FACHINETTO, RAIZER, 2005.

Também, como é caso de alguns cursos oferecidos pelo Centro Universitário FEEVALE, ocorre à criação de cursos sob demanda de nichos de mercado e de empresas.

Por fim, longe de esgotar o tema e as experiências significativas desses cursos no estado, cabe fazer algumas considerações.

Embora o sistema privado no Brasil ofereça cerca de cinco vezes mais vagas em cursos seqüenciais e tenha apresentado um aumento nessas taxas de cerca de 200%; no período analisado, as vagas oferecidas pelo sistema público cresceram cerca de 250%. Comparando-se esse crescimento total nas vagas oferecidas em cursos seqüências, em relação ao crescimento de vagas em cursos de bacharelado e licenciatura no país, observa-se um crescimento de apenas 40% nesses últimos.

Se compararmos a variação na taxa candidato/vaga nos cursos seqüenciais, em relação ao país, observa-se uma queda de 1,12 para 0,95. Também no RS, houve queda nessa taxa, passando de 0,92 em 2001, para 0,71 em 2003. É interessante notar que, contrariamente a tendência observada no setor privado nacional, as taxas relativas ao sistema público, apesar de uma pequena queda, mantiveram-se estáveis com cerca de 1 candidato por vaga oferecida. Essa mesma tendência pode ser observada em relação aos cursos de bacharelado e licenciatura.

Disso se conclui que a dependência administrativa (pública ou privada) das IES que oferecem os cursos parece estar influenciando mais na escolha dos candidatos, que propriamente o tipo de curso (seqüencial ou bacharelado/licenciatura). Isso se sustenta, na medida em que as taxas de acesso aos dois tipos de cursos se mantêm estáveis nas IES públicas, o que não ocorre nas privadas.

Em relação ao RS, deve-se destacar algumas experiências desses cursos, como é o caso dos cursos oferecidos pela UCS, que de fato apresentavam uma proposta curricular e pedagógica diferenciada em relação aos cursos de licenciatura e bacharelado. Além de abrangerem um público que, diante de inúmeros fatores, dificilmente teria acesso ao nível superior através dos cursos tradicionais.

Ademais, essa forma diferenciada de cursos parece não ter sido explorada em sua potencialidade. Entre as características desses cursos, e que poderiam representar inovação significativa em relação à forma tradicional pela qual o sistema tem se expandido, destaca-se algumas. Os cursos seqüenciais podem oferecer uma formação rápida e flexível que pode se adaptar a demandas da sociedade e do mercado. Dessa forma podem incluir no sistema, um público diferenciado do que ingressa em cursos de bacharelado e licenciatura. Esse público é geralmente formado por jovens que concluíram o ensino médio, já estando inseridos no mercado

de trabalho, e que por isso não conseguiram ingressar no nível superior. Isso fica claro quando da análise de algumas experiências de convênios entre empresas e IES, com os quais se beneficiaram inúmeros trabalhadores.

Outra informação relevante que deve ser considerada é um fenômeno que vem ocorrendo no estado de São Paulo, onde os estudantes desses cursos, e os egressos, acabem ingressando durante o curso, ou depois de formados, em cursos de bacharelado ou de licenciatura. Nessa perspectiva, esses cursos poderiam ser mais uma “porta de entrada para o conhecimento” a disposição da sociedade brasileira.

Por fim, cabe destacar a resistência das IES públicas em oferecer esse tipo de curso no RS. Isso se deve, entre outros motivos, a concepção que essas IES têm desses cursos, que são vistos como formas precárias de acesso ao ensino superior.

5.2.3 Tecnológicos

Segundo o Ministério da Educação (MEC), atualmente o país tem cerca de 3.600 cursos superiores de tecnologia com aproximadamente 1.000 denominações diferentes. O curso de graduação em tecnologia é voltado para a produção e inovação científico-tecnológica e para a gestão de processos de produção de bens e serviços. As áreas que mais oferecem cursos de tecnologia são a industrial, de informática e gestão.

De acordo com o INEP, em 2004, 93.717 pessoas ingressaram nos cursos de tecnologia no país, para um total de 200.458 vagas oferecidas. As matrículas nos cursos tecnológicos representavam 4% do total de matrículas do ensino superior. Em países desenvolvidos, o número chega a 50%. Segundo o MEC, existe um déficit na área tecnológica no Brasil que precisa ser corrigido, pois “[...] o Brasil começou a investir muito tarde em educação tecnológica, mas gradativamente está superando isso” (MEC, 2006).

Uma pesquisa feita pela Associação Nacional de Educação Tecnológica (Anet) em 2005, com 6.515 estudantes, aponta que a idade média dos que optam pelos cursos tecnológicos é de 29 anos. A maioria deles (86%) trabalha em áreas como o comércio, tecnologia e indústria e exerce atividades profissionais relacionadas com o curso escolhido.

Ainda sobre o ano de 2004, os dados do censo mostram que em 2004 havia 4,1 milhão de matrículas no ensino superior. Dessas, 153.307 eram em cursos tecnológicos. Segundo o Inep em 1994 havia 23.861 vagas na educação profissional. Em relação aos cursos oferecidos, a quantidade cresceu de 261 em 1994 para 1.804 em 2004, um aumento de 691% em dez anos.

De acordo com o MEC, a expansão da educação tecnológica deu-se, principalmente, pela iniciativa privada que, nos últimos anos, foi favorecida por uma Lei nacional que impedia a União de expandir a educação profissional. Em 2005, essa lei foi alterada pelo Congresso Nacional.

A mudança viabilizou o início do plano de expansão da rede federal, que prevê a construção de cinco escolas técnicas federais, quatro Escolas Agrotécnicas Federais e 33 unidades descentralizadas (Uned) vinculadas aos CEFETS.

O número de vagas em cursos superiores de tecnologia subiu, as matrículas em 2006 representam 7% do total de matrículas do ensino superior brasileiro, segundo dados do INEP.

No RS, no presente ano, segundo dados da SeSu/Mec, estão credenciados 152 cursos superiores de tecnologia, que estão autorizados a funcionar em 49 municípios do estado.

Os municípios que mais concentram a oferta desse tipo de cursos são: Canoas (43), Caxias do Sul (7), Passo Fundo (6), Pelotas (10), Porto Alegre (8) e São Leopoldo (7). Esses municípios em conjunto, concentram a oferta de 50% dos cursos tecnológicos existentes no estado.

Em relação à forma de organização acadêmica e o credenciamento dos cursos, os dados são os seguintes: as Universidades são responsáveis pela oferta de 70% (21% desse total pela UERGS), as Faculdades de Tecnologia por 13%, os CEFETS por 7%, as Faculdades por 5%, e os Centros Universitários e Escolas Agrotécnicas Federais por apenas 1% cada.

Deve-se destacar que em relação ao número de cursos oferecidos por cada uma das organizações acadêmicas, destacam-se as Faculdades de Tecnologia, CEFETS e, principalmente, as Escolas Agrotécnicas Federais que, em relação ao total de cursos de ensino superior que oferecem, alcançam elevada proporção de cursos tecnológicos.

Capítulo VI - O sistema se torna complexo: ensino superior e sociedade no Rio Grande do Sul

Após ter apresentado e analisado inúmeros indicadores do SES do Rio Grande do Sul e, em grande medida, já tendo subsídios empíricos para responder à problemática desse estudo, cabe realizar uma análise que busca medir o grau de interação e autonomia que esse sistema possui em relação ao seu entorno.

Essa análise é relevante, pois como já foi explicitado, um sistema de ES funcionalmente diferenciado não só caracteriza-se pela diversificação vertical e horizontal e atendimento de amplas demandas, como também por possuir uma relação dinâmica com os demais sistemas sociais.

Ademais, cabe destacar que o presente capítulo não tem por finalidade esgotar esse conjunto de interações estabelecidas entre o SES e os demais. Nesse sentido, as páginas que se seguem devem ser interpretadas como um exercício de problematização e proposição interrogativa sobre essas diversas relações.

Partindo dessa ressalva, a análise que segue problematiza algumas interações entre esse sistema e os demais através da análise de diversos indicadores sociais, e de indicadores dos demais subsistemas de educação. Ele está dividido em três partes: na primeira parte realiza-se uma breve apresentação do atual estágio de desenvolvimento econômico e social do estado; na segunda, analisa-se o grau de interação do sistema de ES com os subsistemas de educação básica e de pós-graduação; já na terceira, discute-se a relação com o sistema econômico e social (mercado de trabalho, renda, desenvolvimento regional, demografia e população).

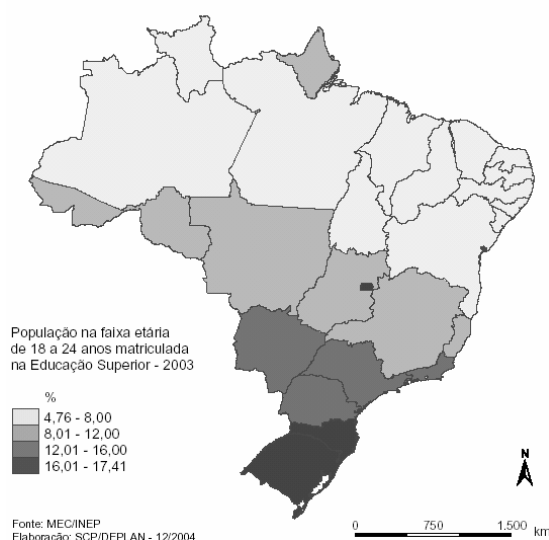
6.1 Desenvolvimento social e econômico, e a educação no Rio Grande do Sul

As últimas décadas foram marcantes pela conquista de importantes vitórias na educação do estado e do país: diminuição no número de analfabetos, ampliação do atendimento a população de 7 a 14 anos, ampliação relativa do acesso ao ensino médio e ao ensino superior. Esses indicadores positivos acenavam para uma tendência de ampliação do acesso ao ensino médio e superior, porém, infelizmente

não é isso que parece estar ocorrendo no país e no RS, especialmente levando em conta a realidade da população jovem.

Os jovens brasileiros ainda têm pouco acesso à educação média e superior. Em 2003 apenas 10,8% da população brasileira entre 18 e 24 anos estava matriculada no ensino superior índice bem inferior a alguns países da América Latina como o Chile (24%), a Colômbia (23%) e a Bolívia (22%). O Distrito Federal com 17,4% é a unidade da federação com maior participação (ver figura abaixo), seguido por Santa Catarina com 16,9% e, em terceiro, pelo Rio Grande do Sul com uma taxa de acesso de 16,9%. Em relação ao RS, dependendo da fonte consultada, existem algumas discrepâncias nessa porcentagem que pode variar entre 14,6% e 17%.

Figura 37: Taxa de acesso ao ensino superior dos jovens de 18 a 24 anos de idade, segundo a unidade da federação, 2003.



Fonte: INEP/MEC.

De acordo com dados da PNAD/IBGE de 2004, o estado possuía 1.291.911 jovens na faixa etária entre 18 e 24 anos de idade. Desse total (que inclui os estudantes e não-estudantes), 14,6% (188.583) freqüentava o ensino superior(ver tabela abaixo), 13% (168.827) o ensino médio, e 3% (35372) o ensino fundamental.

Tabela 30
Pessoas que freqüentavam os diferentes níveis de ensino, o sexo segundo a população total e jovens de 18 a 24 anos de idade – Rio Grande do Sul, 2004

Rede de ensino que freqüentavam, sexo e grupos de idade	Total	Total de Estudantes (1)	Porcentagem estudando (%)	Nível de ensino freqüentado					
				Ensino Fundamental		Ensino Médio		Ensino Superior	
				Total (2)	Porcentagem estudando nesse nível	Total	Porcentagem estudando nesse nível	Total	Porcentagem estudando nesse nível
Total.....	10 748 024	2 955 058	27	1 733 826	59	556 242	19	344 941	12
18 e 19 anos.....	375 935	159 520	42	19 720	12	101 793	64	38 007	24
20 a 24 anos.....	915 676	233 262	25	15 652	7	67 034	29	150 576	65
18 a 24 anos.....	1 291 611	392 782	30	35 372	9	168 827	43	188 583	48

Fonte: PNAD/IBGE.

Em relação aos que estudavam, ou seja, apenas 30,6% (392.782) nessa faixa etária, a sua distribuição segundo o nível de ensino era a seguinte: 48% freqüentavam o ensino superior, 43% o ensino médio, e 9% o ensino fundamental.

Além disso, ou seja, o baixo número de jovens estudando e freqüentando o ensino superior, destacam-se também dois novos elementos impactantes que começaram a se manifestar nos últimos anos: redução no número de matrículas e concluintes no ensino médio(ver quadro abaixo), e a redução no número de ingressantes no ensino superior por vestibular, que já foi discutida no capítulo 3.

Quadro 16: Número de matrículas e concluintes segundo o nível de ensino, RS, 2000-2004.

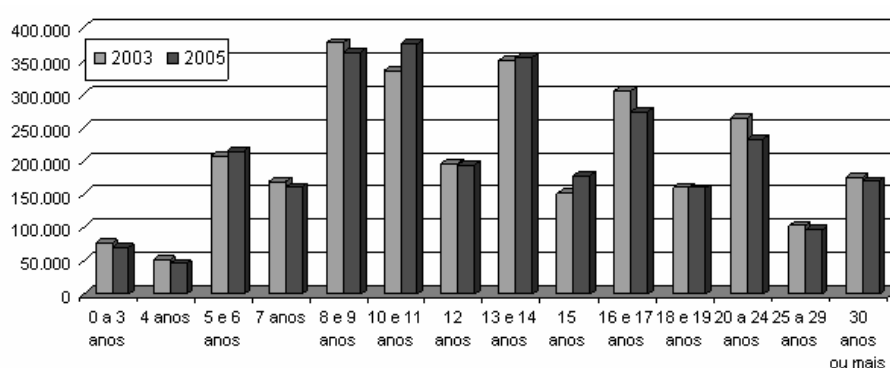
		2000	2001	2002	2003	2004
Matricula	Ens. Fund.	1.740.723	1.721.726	1.715.977	1.692.432	1.669.790
	Ens. Méd.	465.882	468.171	483.407	489.993	488.706
	Ens. Sup.	238.263	258.258	285.699	303.554	322.824
Concluintes	Ens. Fund.	142.963	144.314	144.354	142.111	134.639
	Ens. Méd.	91.970	91.855	93.663	92.133	87.015
	Ens. Sup.	22.188	25.686	30.027	32.471	34.162

Fonte: INEP/MEC.

Antes de analisar e investigar possíveis explicações para esses fenômenos, cabe realizar uma apresentação da situação sócio-econômica atual do estado. Isso é necessário tendo em vista que as argumentações que se seguirão exigem certo grau de entendimento sobre o estado da economia, mercado de trabalho, e demografia no RS.

Em relação à demografia, a figura abaixo ilustra a variação no número da população em números absolutos segundo a faixa etária no período 2003-2005. Como pode ser visto, destaca-se ainda a presença de uma grande proporção de crianças e jovens na população. Mas a tendência para os próximos anos, considerada a atual taxa de fecundidade no estado (ou seja, 1,4), é o envelhecimento gradual da população que abrigará um grande número de adultos e velhos no futuro.

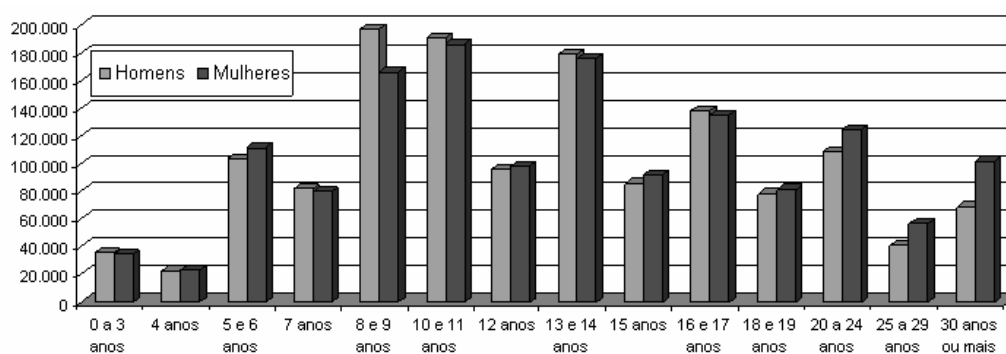
Figura 38: Distribuição da população segundo a faixa etária, RS, 2003 e 2005.



Fonte: FEE/RS.

Em relação à população segundo o sexo (ver figura abaixo) destaca-se a presença de um percentual mais elevado de mulheres na população, principalmente entre 18 e 24 anos de idade. Ademais, cabe destacar que o acesso e freqüência das mulheres aos níveis de ensino é, de forma geral, proporcionalmente mais elevado em relação aos homens. Esse fenômeno e suas possíveis explicações serão tratados mais adiante nesse capítulo.

Figura 39: Distribuição da população segundo a faixa etária e o sexo, RS, 2005.

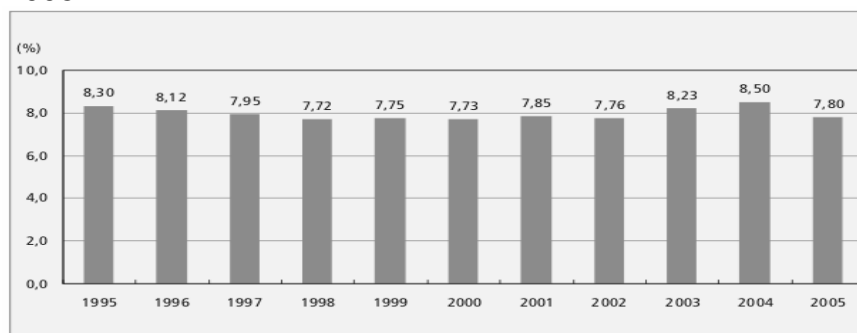


Fonte: FEE/RS.

Ainda sobre a população, cabe destacar o processo de migração interna no RS que faz com que contingentes da população se desloquem para as regiões com maior desenvolvimento econômico no estado. Esse processo, que também será discutido mais adiante, é produto e produtor de uma divisão crescente entre a região sul do estado, pobre, pouco populosa e com estagnação econômica; e a norte, urbanizada, populosa e industrializada.

Nesse sentido, em relação aos aspectos econômicos, os últimos anos têm sido marcantes para o RS. Como ilustra a figura abaixo a participação do estado no produto interno bruto (PIB) do país caiu no ano de 2005 de 8,5% para 7,8%. Entre os fatores que explicam essa queda está o elevado crescimento do PIB de outros estados como os do Nordeste e do Sudeste, e a reduzida taxa de crescimento do PIB do RS.

Figura 40: Participação do Produto Interno Bruto do Rio Grande do Sul no Brasil - 1995 a 2005.



Fonte: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO ECONÔMICO DO RS.

Entre as explicações dessa queda estão à crise no setor couro-calçadista, e a retração do setor agrícola que sofreu com um desaquecimento devido as constantes secas dos últimos anos e a queda no valor da saca da soja, trigo e milho.

Em relação à população economicamente ativa (PEA), que também será discutida no decorrer desse capítulo, a figura abaixo ilustra a variação no período 1993-2005. Como pode ser observado destaca-se a queda no percentual de pessoas ocupadas no setor de indústria e transformação, que passou de 24,2% em 1993 para 19,6% em 2005. Já em relação ao setor de comércio e serviços ocorreu uma elevação para 17,1% e 51,4% da PEA atuando, respectivamente, nesses setores.

Tabela 31
Distribuição da população ocupada (%), segundo setor de atividade e posição na ocupação na RMPA - 1993 e 2005

DISCRIMINAÇÃO	1993	2005
SETORES DE ATIVIDADE	100,0	100,0
Indústria de transformação	24,2	19,6
Comércio	16,3	17,1
Serviços	46,9	51,4
Construção civil	5,9	4,9
Serviços domésticos	6,1	6,6
POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	100,0	100,0
Assalariados	67,9	67,1
Setor privado	52,8	55,1
Setor público	15,2	12,0
Autônomos	16,5	17,5
Empregados domésticos	6,1	6,6
Outros	9,5	8,8

Fonte: FEE/RS.

Em relação aos aspectos político-administrativos, nos últimos anos, pode ser apontado no RS um grande crescimento do associativismo político e o crescimento no número de organizações não governamentais. Uma prova disso é a existência em 2004 de pelo menos 23 associações de municípios, entre elas a FAMURS (Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul) criada em 1976. Sobre essa última, destaca-se seu papel

“... na construção dos sistemas municipais de ensino do Rio Grande do Sul, tomando como referência a democratização da educação e a gestão democrática das instituições escolares e de planejamento e de controle dos sistemas, em apoio ao trabalho executivo do Conselho dos Secretários Municipais de Educação – UNDIME/RS...” (LUCE, 2000, p. 11).

Além disso, a FAMURS é vista como uma organização modelo para as demais associações do RS, disponibilizando em seu site uma grande gama de informações sobre municípios do estado.

Além das tradicionais esferas dos três poderes, que têm sua sede principal em Porto Alegre, outras instâncias político-consultivas-decisórias, quer em regime permanente ou eventual, têm sido criadas pelo Estado e pela sociedade civil. Nesse sentido, destacam-se: o “Orçamento Participativo” implantado no estado pelo Governo Olívio Dutra (1998-2002) e posteriormente transformado pelo Governo Germano Rigotto (2002- 2006), o Fórum Democrático – implantado pela Assembléia Legislativa do Estado, e inúmeros outros fóruns que têm se desenvolvido em regime de colaboração entre a sociedade, Universidades, Secretarias de Governo e organizações não-governamentais.

Também a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES) instituída pela Lei n. 10.283/94, pode ser analisada como um mecanismo de maior controle das organizações da sociedade civil e do Estado sobre os processos de desenvolvimento sócio-econômico local e regional. Os 24 COREDES têm como função promover desenvolvimento regional (harmônico e sustentável), melhorar a qualidade de vida, distribuição equitativa da riqueza produzida, estímulo à permanência da população nas suas regiões, preservação do meio-ambiente.

Outro fenômeno interessante foi o surgimento de inúmeros movimentos de municipalização que culminaram, em relação ao ano de 1991, com o surgimento de mais de 30 municípios novos no ano de 2000.

Dessa forma, nota-se que o RS tem sido palco de relevantes transformações político-administrativas que têm apontado para a criação de organizações associativas, criação de inúmeros conselhos municipais e estaduais (saúde, educação, habitação, saneamento, etc...), e de mecanismos decisórios e consultivos alternativos ou em regime de colaboração com os já existentes.

Infelizmente, em relação à educação superior como já foi apontado, não existem associações semelhantes, nem instâncias decisórias comuns e abertas a participação da sociedade civil.

A respeito disso, cabe expor alguns dados sobre a atuação da Secretaria de C & T do Estado, especialmente através da FAPERGS (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do RS).

A criação da Secretaria de C & T do RS foi formalizada através da Lei nº 9.129, de 13/08/1990, com definição das respectivas competências específicas em seu artigo 1º. A Secretaria possui atualmente três entidades vinculadas a ela: a FAPERGS, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul; a CIENTEC, Fundação de Ciência e Tecnologia e a FEPAGRO; e a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária.

A atuação dessa Secretaria em relação a questões ligadas à educação foi historicamente minimizada a iniciativas de fomento através de editais de pesquisa lançados pela FAPERGS. Nesse sentido, cabe lembrar que quando da instalação da Uergs optou-se por não vincular essa nova Universidade a Secretaria de C & T, mas a Secretaria de Educação.

A FAPERGS foi fundada em 1964 e tem a função de desenvolver a pesquisa em todas as áreas do conhecimento. É sua atribuição: promover a inovação tecnológica do setor produtivo, o intercâmbio e a divulgação científica, tecnológica e cultural; estimular a formação de recursos humanos, o fortalecimento e a expansão da infra-estrutura de pesquisa no estado (FAPERGS, 2006).

Segundo a Lei nº9.103 de agosto de 1990, art. Art. 1º, o

Estado destinará à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS - dotação equivalente a, no mínimo, um e meio por cento (1,5%) de sua receita líquida de impostos, para aplicação no fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

No entanto, como é sabido, esse repasse por parte do Governo do Estado não chega a 25% da percentagem prevista em Lei. Como afirma Oliveira (2001, 210),

[...]quanto à questão dos recursos, nós temos acessos limitados. A principal agência de fomento, a única que nós temos que é a FAPERGS, também tem recursos limitadíssimos. Agora, nós estamos tentando. Dentro do nosso quadro de atividades, o que nós estamos tentando fazer? Orientar parte dos recursos da FAPERGS para uma política de requalificação dos institutos de pesquisa da administração estadual, reservando parte dos recursos para programas específicos de recuperação, etc, ou criando mecanismos que tornem o acesso do pesquisador desses institutos mais fácil. Agora, isso só é viável se houver um aumento na dotação orçamentária, ou seja, se continuar a política de aumento na dotação orçamentária, porque nós não podemos impedir o acesso do pesquisador altamente qualificado, da UFRGS por exemplo, aos recursos da FAPERGS.

O acesso a recursos limitados e seguidamente contingenciados pelo Estado, entre outros fatores, tem feito com que a atuação dessa agência de fomento, diferentemente do que ocorre com a FEPESP no estado de São Paulo que conta com um grande orçamento, acabe reduzindo suas ações a iniciativas tímidas e que não dão conta de realizar a amplitude de suas atribuições.

6.1.1 O sistema de ensino superior e a relação com o subsistema de educação básica e o de pós-graduação

A partir da análise realizada no início desse capítulo, esse item abordará a influência e as interações entre o subsistema de educação básica (principalmente o ensino médio), o subsistema de pós-graduação e o sistema de ensino superior. A pergunta que se busca responder é que tipo de demanda o sistema de ensino

superior sofre por parte dos egressos do sistema de educação básica. Qual a sua intensidade? Há ainda demandas não atendidas? Quais são as perspectivas para os próximos anos? Que relações existem entre o SES e o subsistema de pós-graduação?

Primeiramente será abordada a interação com o subsistema de educação básica, para depois se discutir as relações com a pós-graduação.

Conforme ilustra a tabela abaixo as matrículas no ensino fundamental no RS passaram por uma importante elevação no período 1991-1998, para posteriormente decaírem cerca de 0,16% por ano após 1998. Devido à escassez de tempo não poderá ser realizada a investigação necessária para esclarecer essa tendência. No entanto, vários fatores apontam que essa queda está relacionada à diminuição da população nessa faixa etária, e ao atendimento da antiga demanda reprimida, pelo EJA.

Tabela 32
Número de matrículas e concluintes no ensino fundamental, médio e superior no RS, 1990-2004

		1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Matrícula	Ens. Fund.		1.623.141	1.637.166	1.692.432	1.688.871	1.706.637	1.738.014	1.748.249	1.766.863	1.758.376	1.740.723	1.721.726	1.715.977	1.692.432	1.669.790
	Ens. Méd.		222.094	245.006	270.526	292.100	313.799	357.604	387.483	430.782	452.109	465.882	468.171	483.407	489.993	488.706
	Ens. Sup.		140.172	131.141	137.742	144.083	152.215	164.382	178.371	195.048	217.060	238.263	258.258	285.699	303.554	322.824
Concluintes	Ens. Fund.	70.927	77.728	84.124	94.030	97.341	106.309	118.113	142.101	137.526	143.248	142.963	144.314	144.354	142.111	134.639
	Ens. Méd.	37.352	37.855	39.789	43.878	47.995	50.368	58.692	65.477	77.310	86.197	91.970	91.855	93.663	92.133	87.015
	Ens. Sup.		16.369	16.446	15.688	16.963	16.376	15.792	17.603	19.144	21.542	22.188	25.686	30.027	32.471	34.162

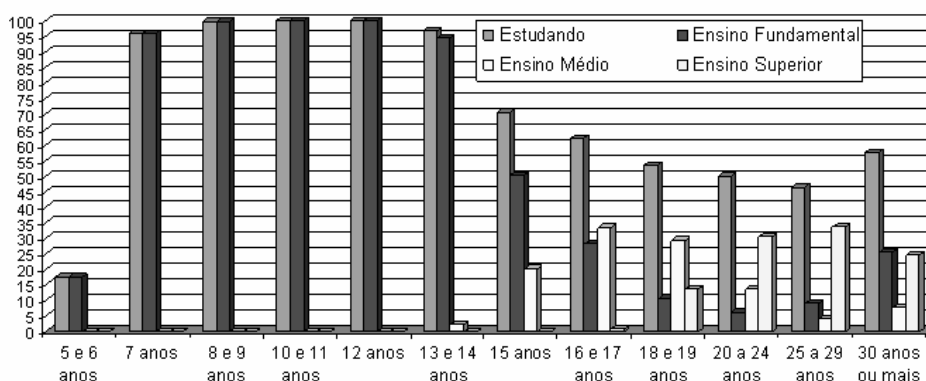
Fonte: INEP/MEC.

Em relação ao ensino médio, também aconteceu fenômeno semelhante com a queda do número de matrículas (1%) após o ano de 2003 (mesmo considerando-se o número de concluintes nesse nível na EJA). Esse resultado negativo das matrículas no ensino médio é bastante grave e contraria a tendência de elevação do acesso e crescimento das matrículas nesse nível de ensino experimentada nas últimas décadas. Ainda não existem dados suficientes e com a abrangência (temporal e especial) necessárias para que seja possível estimar com precisão o porquê dessa queda no estado e municípios.

No entanto, apenas com a análise do fluxo dos estudantes ao longo do ensino fundamental e médio e da possível demanda que podem exercer sobre o SES, já é

possível chegar a algumas elucidações importantes. Como pode ser observado na figura abaixo, a não ser em relação às pessoas com 30 anos ou mais, o número de pessoas estudando caiu consideravelmente com o aumento da faixa-etária e nível de ensino.

Figura 41: Porcentagem das pessoas entre 7 e 30 ou mais anos de idade que estavam estudando e o nível freqüentado (fundamental, médio, ou superior), RS, 2005.



Fonte: PNAD/IBGE. Nota: 1) A categoria Fundamental - total inclui os estudantes de curso de alfabetização de adultos.; 2) A categoria Fundamental - sem declaração inclui os estudantes que freqüentavam o supletivo não seriado; 3) A categoria Médio inclui os estudantes de curso de pré-vestibular; 4) A categoria Superior inclui os estudantes de curso de mestrado ou doutorado.

Em suma, pode-se afirmar que a possível pressão que os egressos do ensino médio poderiam exercer sobre o SES do estado acaba sendo contingenciada pela retenção escolar, evasão e não atendimento nos níveis inferiores de ensino.

Outra informação relevante que não está contida na figura é a dependência administrativa das matrículas no ensino médio. Segundo dados da PNAD de 2004, 85,4% dessas matrículas foram realizadas na rede pública, contra apenas 14,6% na privada. Esse percentual, desde o ponto de vista do acesso e sua ampliação, é de extrema relevância, pois se as vagas são em escolas públicas cabe perguntar por que não são preenchidas? Provavelmente a resposta está não no sistema de ensino, mas no processo de acoplamento que o sistema de ensino médio realiza com o sistema econômico (mercado de trabalho, desempenho da economia, PEA, etc.).

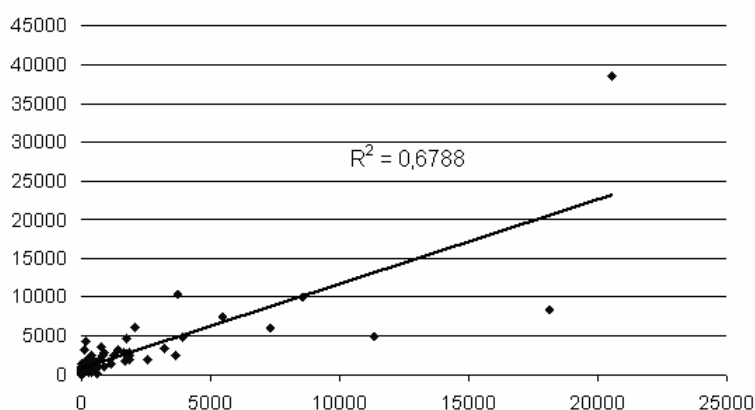
Além disso, ainda cabe destacar que a proporção de jovens freqüentando o ensino superior começa a se elevar somente a partir dos 20 anos de idade, atingindo seu ápice entre as pessoas de 25 e 29 anos, não tendo relação direta com a taxa de

atendimento e freqüência ao ensino médio na faixa etária recomendada (15 à 17 anos).

A partir dessas considerações iniciais e já tendo alcançado algumas respostas, cabe investigar mais a fundo a influência e pressão que o sistema de educação básica realiza sobre o superior.

A figura abaixo ilustra a relação entre a soma de concluintes nos anos de 2000, 2001 e 2002 no ensino médio no estado, e o número de ingressantes no ensino superior em 2003. Como indica a figura parece haver uma correlação elevada, com o R^2 chegando a 0,67.

Figura 42: Relação entre a soma de concluintes no ensino médio (2000 à 2002) e o número de ingressantes no ensino superior em 2003, nos municípios do RS.



Fonte: INEP/MEC.

Essa correlação positiva também pode ser constatada com a análise de regressão expressa no quadro abaixo, na qual considera-se o efeito no número de ingressantes considerando-se os anos isoladamente. Como pode ser visto, o R^2 atinge 0,65 na relação 2000/2001, e 0,66 na 2002/2003.

Quadro 17: Análise de regressão. Número de concluintes no ensino médio em 2000 e 2002 e número de ingressantes no ensino superior em 2001 e 2003, municípios do RS.

Concluintes Ens. Médio	Número de Ingressantes no Ens. Superior					
	2001			2003		
	R Square	Coef. Beta	Sig.	R Square	Coef. Beta	Sig.
2000	0,653	0,81	,0000			
2002				,663	,87	,0000

Fonte: INEP/MEC.

No entanto, como demonstra a análise de regressão abaixo, essa correlação deve esconder algum tipo de variável interveniente como o tamanho do sistema de ensino ou o tamanho da população total²⁰.

Quadro 18: Análise de regressão. Relação entre a variação no número de concluintes no ensino médio (2000-2002) e a variação no número de ingressantes (2001 à 2003), municípios do RS.

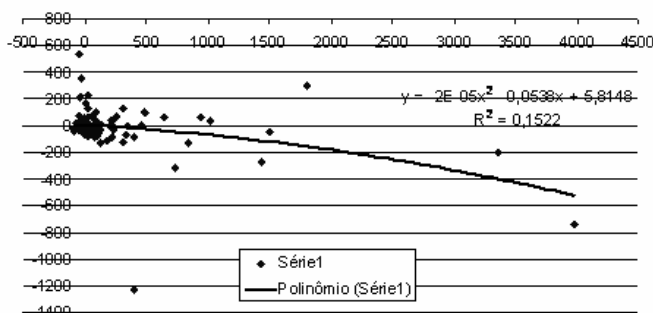
Concluintes (variação)	Ingressos (variação)		
	2001-2003		
	R Square	Coef. Beta	Sig.
2000-2002	0,151	-,389	,0000

Fonte: INEP/MEC.

Assim, a variação no número de concluintes no ensino médio (2000-2003) explica apenas 15% na variação no número de ingressantes no ensino superior no período 2000-04, o que, a despeito do valor elevado do R^2 nas outras equações, não pode ser considerado como um fator tão relevante. É interessante notar que o acesso de jovens entre 18 e 24 anos nesse período variou entre 13% e 14,6%. Também cabe destacar o valor negativo do coeficiente Beta (- 0,389) o que indica certo grau de relação negativa entre as variáveis, o que pode ser explicado pelo baixo número de estudantes que ingressa na educação superior em relação ao número de concluintes no ensino médio (ver figura abaixo).

²⁰ Nota metodológica: cabe lembrar que o R^2 (R square) é definido como e o coeficiente de correlação entre a variância de duas ou mais variáveis. Se $R^2 = 0$, não há correlação entre as variáveis, se $R^2 =$ ou > 1 há correlação. Assim, pode-se dizer que o valor de R^2 determina o quanto de variância de uma variável pode ser explicada pela variância de outra, ou seja, quanto mais próximo for seu valor de 1, maior é a sua capacidade explicativa. Já o coeficiente Beta (B), por sua vez, é definido como a variação alcançada pela variável dependente ao se alterar o valor da variável independente. Assim pode-se dizer que esse coeficiente indica a intensidade da relação entre as variáveis em questão, e se a relação entre elas é de causalidade, direta ou inversamente proporcional. (KERLINGER, 2003; WONNACOTT & WONNACOTT, 1982, 1985).

Figura 43: Relação entre a variação no número de concluintes no ensino médio (2000-2002) e a variação no número de ingressantes (2001-2003), municípios do RS.



Fonte: INEP/MEC.

Com base nesses dados já é possível fazer algumas considerações buscando responder à problemática desse estudo expressa nesse capítulo: o acesso ao ensino superior é alcançado por uma pequena parte dos concluintes do ensino médio, o restante dos alunos que concluem esse nível não exercem ou exercerão demanda significativa sobre o sistema a não ser, em alguns casos, em anos posteriores quando já estarão numa faixa etária considerada elevada para freqüentar esse nível de ensino.

Mesmo tendo-se chegado a essas considerações, cabe ainda refinar a análise buscando saber qual é de fato a demanda efetiva²¹ e a demanda potencial sobre o sistema de ensino superior?

Segundo estudo realizado pelo Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDES) em 2002,

[...] há um grande número de pessoas com potencial para fazer um curso superior mas que, por algum motivo, não conseguiu ou não teve a intenção de ingressar em uma IES. De acordo com os dados estimados a partir da PNAD, temos que, na região Sul, para cada pessoa matriculada (para cada pessoa definida como fazendo parte da demanda efetiva) há 1,19 pessoa na situação de potencial demandante adicional de um curso superior. Para o RS, SC e PR, os números são 1,08 , 1,0 e 1,46, respectivamente (p. 44).

²¹ *Demanda efetiva*: pessoas efetivamente matriculadas em uma IES. *Demanda Potencial*: soma da demanda efetiva e do potencial de demanda adicional (pessoas que têm o mesmo perfil etário das pessoas que estão cursando o ensino superior²¹, que já concluíram o ensino médio, mas que não ingressaram em uma IES, por falta de condições financeiras ou por qualquer outro motivo.

Tabela 33
Demanda efetiva e demanda potencial, Região Sul e estados, 1999

	Demanda Efetiva (A)		Potencial de Demanda Adicional (B)		Demanda Potencial (A + B)	
	INEP	Estimada PNAD	INEP *	Estimada PNAD	INEP	Estimada PNAD
Sul	473.136	537.479	564.769	641.573	1.037.905	1.179.052
RS	217.060	256.928	234.869	278.008	451.929	534.936
SC	98.046	95.969	98.037	95.960	196.083	191.929
PR	158.030	182.870	231.255	267.605	389.285	450.475

Fonte: INEP e PNAD.

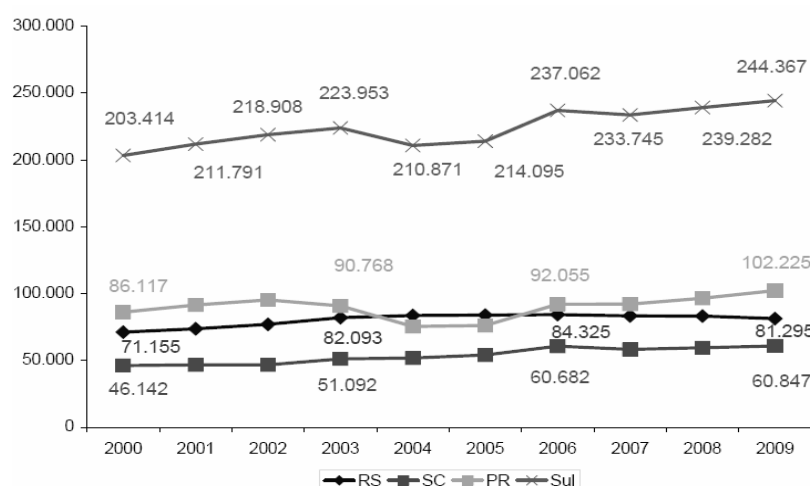
* O Potencial de Demanda Adicional – INEP foi obtido da seguinte forma: dividimos os dados do potencial de demanda adicional – PNAD pelos dados de demanda efetiva – PNAD. O número resultante foi multiplicado pela demanda efetiva do INEP. Com essa metodologia mantém-se constante a relação potencial de demanda adicional por demanda efetiva.

Fonte: BRDES, 2002, p. 44.

Com base nesses dados, é possível afirmar que ainda existe uma importante demanda reprimida no RS, equivalente a 108% das matrículas existentes atualmente na educação superior, formada por pessoas que já concluíram o ensino médio e que por algum motivo não ingressaram no ensino superior. Entre as possíveis explicações para isso destaca-se a impossibilidade de muitas dessas pessoas arcarem com os custos de um curso superior numa IES privadas, a entrada precoce no mercado de trabalho, e a não existência de IES/curso na cidade onde residem.

Ainda em relação à demanda, a figura abaixo apresenta uma estimativa do fluxo da demanda potencial para o período 2000-2009.

Figura 44: Fluxo da demanda potencial para ingressos na educação superior, região Sul, 2000-2009.



Fonte: BRDES, 2002, p. 46.

Ainda segundo o relatório do BRDES, o crescimento do fluxo será moderado.

Entre 2000 e 2009 o aumento será de 20% para a região Sul, de 14,35% para o Rio Grande do Sul, de 18,70% para o Paraná e de 31,87%

para Santa Catarina. Em outros termos, a média do crescimento anual de 2000 até 2009 está em 2,06% para a região Sul como um todo, em 1,49% para o RS, em 3,12% para SC e em 1,92% para o PR (2002, p. 46.).

Ademais, destaca-se uma queda no período 2000-2004 no crescimento da demanda potencial em relação ao período 1994-2000, tendência que deve vigorar nos próximos anos, caso persistam as atuais taxas de ingressantes e concluintes no ensino médio.

Após apresentar esse primeiro conjunto de problematizações, serão analisados alguns dados que contribuem para o estudo das formas de interação entre o SES e o subsistema de pós-graduação.

Nesse sentido, análise das transformações na pós-graduação parece, pelo menos sob dois aspectos, ter relevância para esse estudo. Em primeiro lugar a consolidação e o crescimento da pós-graduação está historicamente relacionada ao grau de complexidade atingido pelo SES, que acaba dando origem a esse subsistema especializado na formação de professores para o nível superior e para a excelência em pesquisa. Nessa perspectiva, alguns estudos de Neves têm apontado para a importância que o surgimento dos primeiros grupos de pesquisa no RS tiveram na fundação dos primeiros cursos de Pós-graduação no estado. Segundo essa pesquisadora, há uma clara ligação entre o nascimento desses cursos e o desenvolvimento de pesquisas em grupos da área na graduação(NEVES, KIELING, RAIZER, 2003-c).

Em segundo lugar, a Pós-graduação acaba prolongando a permanência dos estudantes no ensino superior após os estudos de graduação. Principalmente em áreas que possuem forte tradição de pesquisa acadêmica. Além disso, é nesse nível de ensino, principalmente através da criação de cursos *lato sensu*, que tem ocorrido à realização de inúmeros convênios entre a sociedade, empresas, Estado e as IES.

De que forma o sistema de ensino superior influencia o subsistema de Pós-graduação? De que forma ele é influenciado por esse subsistema? A tendência de expansão concentrada e pouco diversificada do SES também influencia a organização da pós-graduação (matrículas e cursos por área, concentração regional, por tipo de IES e dependência administrativa)?

Se analisarmos a variação na criação de programas de pós-graduação no período 1996-2004 no estado (ver tabela abaixo) é possível notar uma expansão da ordem de 58%, destacando-se a criação de novos cursos de Doutorado.

Tabela 35
Número de matrículas em cursos de mestrado, doutorado e profissionalizante, segundo a dependência administrativa e instituição, 2004, RS

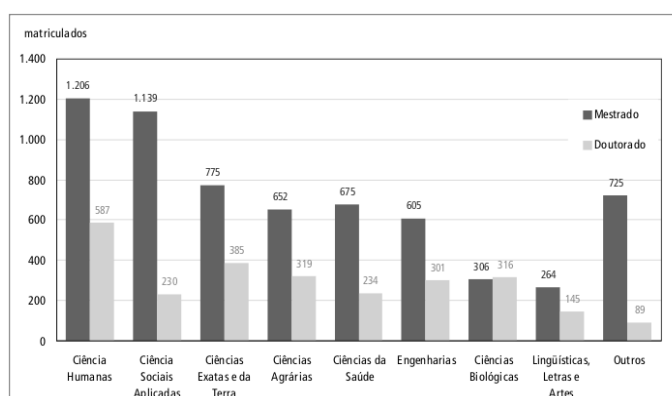
Dependência	Novos			Titulados			Matrículas ao final do ano		
	M	D	F	M	D	F	M	D	F
Federal	1975	650	11	1562	488	5	3915	2505	41
Particular	1193	219	112	945	164	41	2361	728	220
Total	3168	869	123	2507	652	46	6276	3233	261
Federal									
FFFCMPA	28	1	0	16	1	0	48	13	0
FURG	132	22	0	108	11	0	239	34	0
UFPEL	103	56	0	118	45	0	245	176	0
UFRGS	1242	508	11	907	383	5	2548	2064	41
UFSM	470	63	0	413	48	0	835	218	0
Particular									
EST	17	5	0	14	10	0	47	32	0
FUC	19	7	0	16	5	0	31	11	0
PUC/RS	435	151	51	393	125	21	895	513	104
UCPEL	29	0	0	23	0	0	67	0	0
UCS	72	5	0	55	0	0	131	5	0
ULBRA	114	0	45	72	0	20	238	0	101
UNIFRA	0	0	16	0	0	0	0	0	15
UNIJUI	93	0	0	73	0	0	181	0	0
UNISC	43	0	0	42	0	0	81	9	0
UNISINOS	253	46	0	186	24	0	436	153	0
UPF	106	5	0	63	0	0	236	5	0
URI	12	0	0	8	0	0	18	0	0

Nota: Legenda: M = Mestrado, D = Doutorado, F = Profissionalizante.

Fonte: www.capes.gov.br.

Já em relação às matrículas segundo a área do conhecimento (ver figura abaixo) destaca-se a área de Ciências Humanas, e Ciências Sociais Aplicadas.

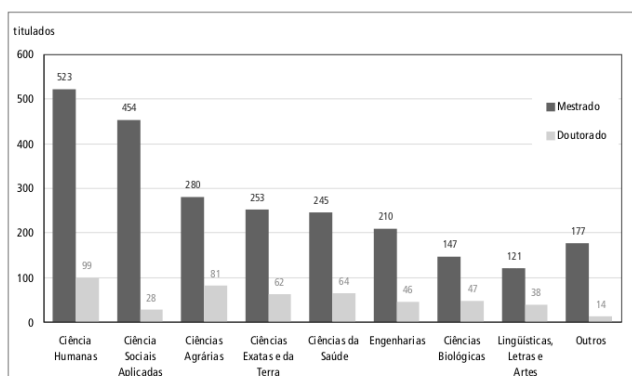
Figura 47: Matrículas na Pós-Graduação do RS, segundo a área do conhecimento, 2003.



Fonte: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO NO RS.

Em relação aos titulados, como por ser observado na figura abaixo, essa tendência também se mantém.

Figura 48: Titulados na Pós-Graduação do RS, segundo a área do conhecimento, 2003.



Fonte: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO NO RS.

Com base nesses dados é possível fazer algumas considerações: o número de matrículas e titulados na pós-graduação, segundo a área de conhecimento, parece estar diretamente ligado com o desempenho desses indicadores no SES. Pois como já foi apresentado, são às áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas que concentram o maior número de cursos, matrículas, e concluintes na graduação.

Em relação à concentração regional, o nascente subsistema de pós-graduação do estado parece estar seguindo a tendência histórica de expansão e diversificação do sistema de ES, que primeiro se centralizou na Capital e pólos regionais, para depois se interiorizar.

Em relação à dependência administrativa, o subsistema parecer estar se desenvolvendo de forma diversa da tendência de expansão do sistema de ES, que como já se discutiu, deu-se, principalmente, pela criação de cursos em IES privadas.

6.1.2 O sistema de ensino superior e a relação com o desenvolvimento econômico e demográfico do RS

Dando continuidade ao objetivo proposto nesse capítulo, e já tendo discorrido sobre as relações entre os SES e os subsistemas de educação básica e o de pós-graduação, nas páginas seguintes serão abordadas as relações estabelecidas o desenvolvimento econômico e social.

A compreensão da relação existente entre o sistema de ensino superior, o sistema econômico e processo de desenvolvimento regional é um tema atual e relevante. É a educação superior através de suas IES, cursos e ação da comunidade acadêmica que gera desenvolvimento? Ou é o desenvolvimento econômico que gera a instalação de cursos e IES?

Nesse estudo não será possível responder a essa pergunta de forma ampla, no entanto caberá elencar alguns elementos passíveis de esclarecer essa importante relação. De fato, como pode ser observado na tabela abaixo, existe uma clara relação ($R^2= 0,498$) entre a taxa de acesso dos jovens ao ensino superior (18 a 24 anos) e a renda per capita, o índice de gini²² e, em menor grau, com o acesso ao ensino médio da população entre 15 e 17 anos de idade nos municípios do estado.

Tabela 36
Análise de regressão. Taxa de acesso ao ensino superior de jovens de 18 a 24 anos de idade (2000), Renda per capita municipal (2000), Índice de Gini municipal (2000)
Taxa de acesso ao ensino médio de jovens de 15 a 17 anos de idade (2000)

	Acesso ao ES Jovens 18 a 24 anos		
	R Square	Coef. Beta	Sig.
Renda Per capita	,424	,651	,0000
Índice de Gini	,467	,208	,0000
Acesso ensino Médio de jovens 15-17 anos	,498	,199	,0000

Fonte: ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL.

Além disso, a análise do coeficiente Beta revela duas relações importantes: elevada relação positiva entre a renda municipal per capita e a taxa de acesso dos jovens ao ES (Beta= 0,65), e também uma relação positiva entre o índice de Gini e as taxas de acesso (Beta= 0,20).

Também a tabela abaixo, que relaciona o número de matrículas no ensino superior com a taxa de urbanização e o IDESE/RENDA²³, mostra-se relevante. O valor do R^2 (0,47) e os coeficientes Beta (0,61 e 0,384) indicam uma clara relação

²² O índice de GINI refere-se ao grau de desigualdade de renda em uma dada população. Se GINI = 1, apenas uma pessoa detém toda a riqueza de uma dada região; se GINI= 0 ocorre distribuição eqüitativa da riqueza. Ambos os casos são hipotéticos, de tal forma que se considera que quanto mais próximo do valor 1 for o GINI, maior será a desigualdade de renda.

²³ O IDESE/RENDA é calculado pelo Produto Interno Bruto per capita e o Valor Adicionado Bruto per capita do comércio, alojamento e alimentação.

positiva entre a taxa de urbanização, a estrutura da renda e o número de matrículas nos municípios agrupados por COREDES.

Tabela 37
Análise de regressão. Relação entre total de matrículas no ensino superior (2004), taxa de urbanização (2004) e IDESE/RENDA (2004), segundo os COREDES, RS.

	Matrículas ensino superior (2004)		
	R Square	Coef. Beta	Sig.
Taxa Urbanização(2004)	,351	,618	,002
IDESE/RENDA (2004)	,477	,384	,002

FONTE: FEE/RS/DADOS.

Em relação à renda, a tabela abaixo apresenta o efeito que essa variável teria sobre o crescimento da demanda efetiva por ensino superior no RS. Fica claro que a não ser em uma situação extremamente favorável na qual a renda domiciliar mínima

Tabela 38
Variação do Fluxo Anual de Demanda Efetiva entre 2000-2009 (em %) de acordo com hipóteses diversas - Região Sul

Hipóteses	Sul	RS	SC	PR
Renda domiciliar mínima: R\$300	-27	-31	-7	-36
Crescimento da renda a partir de 2002: 1,4%	-20	-34	27	-30
Renda domiciliar mínima: R\$400	-29	-40	5	-34
Crescimento da renda a partir de 2002: 1,4%	-29	-36	-8	-37
Renda domiciliar mínima: R\$500	-25	-29	-5	-33
Crescimento da renda a partir de 2002: 0%				
Renda domiciliar mínima: R\$300				
Crescimento da renda a partir de 2002: 5%				

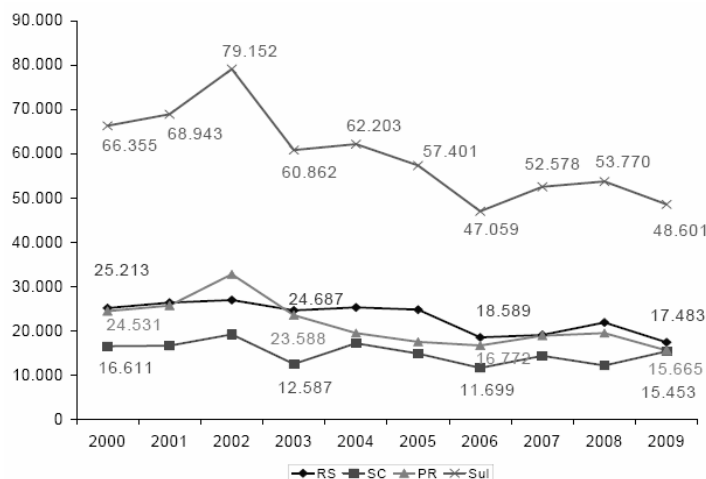
Fonte: PNAD e INEP.

Fonte: BRDES, 2002, p. 49

tivesse uma elevação acima de 5% a partir de 2002, essa variável tende a inviabilizar o ingresso de grande parte da população ao sistema de ensino superior, principalmente as IES privadas. Assim, considerando-se o efeito da renda na possibilidade de acesso das pessoas que poderiam pagar um curso superior, a previsão é negativa.

A figura abaixo ilustra a tendência decrescente no número de pessoas aptas a arcar com os custos da educação privada nos próximos anos mantendo-se a o valor da renda mínima relativamente estável com uma variação inferior a 5%. Como pode ser notado, há um tendência a queda gradativa desse número nos próximos anos, caso sejam mantidas as mesmas condições atuais.

Figura 49: Fluxo da demanda potencial para ingressos na educação superior segundo o número de pessoas que poderia pagar um curso superior, região Sul, 2000-2009.



Fonte: BRDES, 2002, p. 47.

Também em relação à taxa de urbanização, mesmo considerando-se o baixo percentual das pessoas que vivem nessas áreas (ver anexo AD, p.290), o acesso de pessoas residentes em áreas rurais tem se mantido entre 5% e 8% do acesso total ao ensino superior (ver quadro abaixo).

Quadro 19: Pessoas com cinco ou mais anos de idade que freqüentavam o ensino superior, RS, 2001-2005.

Situação do domicílio	Sexo	Ano				
		2001	2002	2003	2004	2005
Total	Total	286.085	344.975	385.284	344.941	378.157
	Homem	115.112	132.862	162.205	138.414	169.610
	Mulher	170.973	212.113	223.079	206.527	208.547
Urbana	Total	272.258	328.789	369.043	326.710	352.597
	Homem	110.382	130.709	155.752	134.665	161.017
	Mulher	161.876	198.080	213.291	192.045	191.580
Rural	Total	13.827	16.186	16.241	18.231	25.560
	Homem	4.730	2.153	6.453	3.749	8.593
	Mulher	9.097	14.033	9.788	14.482	16.967

Fonte: PNAD/IBGE.

O PIB também exerce importante impacto sobre o número de matrículas, como pode ser observado no quadro abaixo que apresenta uma clara e forte relação positiva entre essas variáveis ($R^2= 0,894$, $Beta= 0,948$).

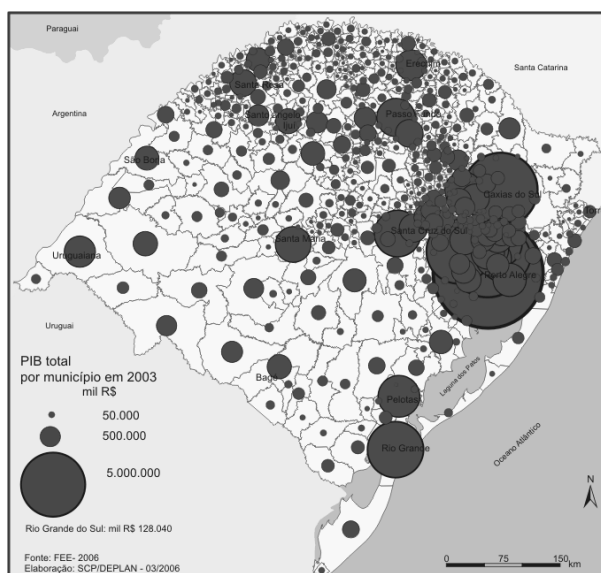
Quadro 20: Análise de regressão. Pib total (2003) e matrículas no ensino superior(2004), segundo os COREDES, RS.

	Matrículas no ensino superior (2004)		
	R Square	Coef. Beta	Sig.
Pib total - Coredes	,894	,948	,0000

Fonte: FEE/RS.

De fato, com a análise da figura abaixo pode-se constatar não só a concentração do PIB total segundo os municípios do estado, como o elevado PIB dos municípios que apresentam o maior número de matrículas no ensino superior: Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas, Canoas, Caxias do Sul, Passo Fundo, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Erechim, etc.

Figura 50: PIB total por municípios, RS, 2003.



Fonte: FEE/RS.

Em relação ao mercado de trabalho, como pode ser observado no quadro abaixo, a escolaridade da população em idade ativa (PIA) maior de 10 anos de idade tem aumentado desde a década de 1990 no estado. Em 1992 a escolaridade média alcançou 5,71 anos de estudo, em 1998 subiu para 6,34, atingindo em 2003 a média de 6,89 anos de estudo.

Quadro 21: Rio Grande do Sul - Média dos anos de estudo da população em idade ativa - PIA (10 anos ou mais de idade), 1992/2003.

Ano	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003
Rio Grande do Sul	5,71	5,82	5,94	6,14	6,17	6,34	6,49	6,55	6,72	6,89

Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores - MCT.

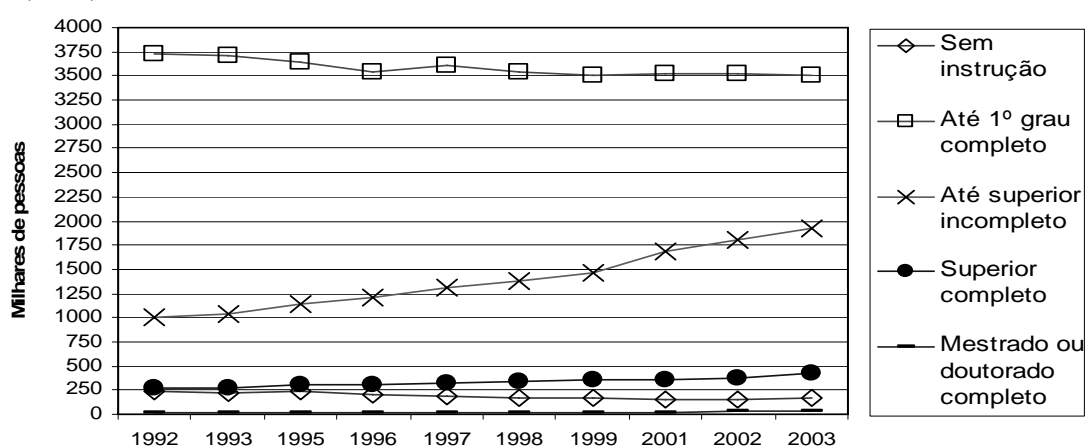
Boa parte desse crescimento já era esperado dado o crescimento das taxas de acesso ao ensino fundamental, principalmente, e ao ensino médio. No entanto, essa taxa média ainda está em um patamar muito baixo se considerarmos a obrigatoriedade de frequência mínima de oito anos à escola. É possível que essa taxa se eleve consideravelmente nos próximos anos devido à ampla cobertura do ensino fundamental e renovação da força de trabalho.

O efeito que o aumento da escolaridade tem na elevação da renda dos trabalhadores é de grande importância e explica em grande parte a diferença de rendimentos advindos do trabalho. Como afirma Medeiros (1995),

[...] na média trabalhadores sem educação formal tem rendimentos mensais de cerca de R\$197,26 em valores de setembro de 1999. À medida que aumenta o nível educacional, elevam-se os rendimentos, que se aproximam de R\$597,10 para os trabalhadores com o equivalente ao ensino fundamental concluído (oito anos de estudo) e chegam a R\$ 1.894,55 para trabalhadores com ensino superior completo (quinze ou mais anos de estudo) (p. 212).

Em relação aos dados da população economicamente ativa total (PEA) segundo a escolaridade, destaca-se a elevação da escolaridade em todos os níveis de ensino (ver figura abaixo). O número de pessoas sem instrução, que já era reduzido em 1992, caiu ainda mais em 2003, assim como o número de pessoas até o ensino fundamental completo.

Figura 51: População economicamente ativa (PEA) total segundo o nível de instrução, RS, 1992-2003.



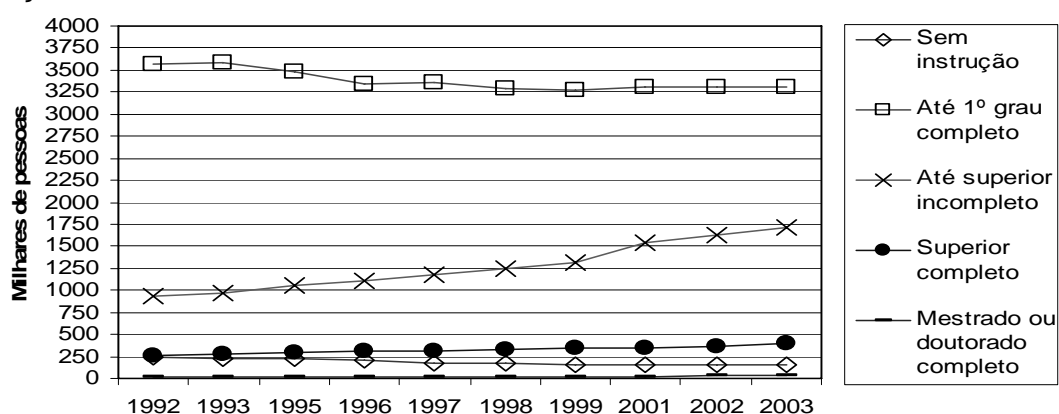
Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores - Ministério da Ciência e Tecnologia.

Já o número de pessoas até o nível superior incompleto aumentou significativamente (92%), chegando a 1.900.000 pessoas em 2003. Também o

número de pessoas com nível superior completo aumentou significativamente (90%), chegando nesse mesmo ano a 485.000.

Em relação à PEA ocupada, a queda na taxa das pessoas com escolaridade até o ensino fundamental sofreu um decréscimo ainda maior. Em relação às pessoas até superior incompleto e superior completo, mantiveram-se as mesmas taxas de crescimento.

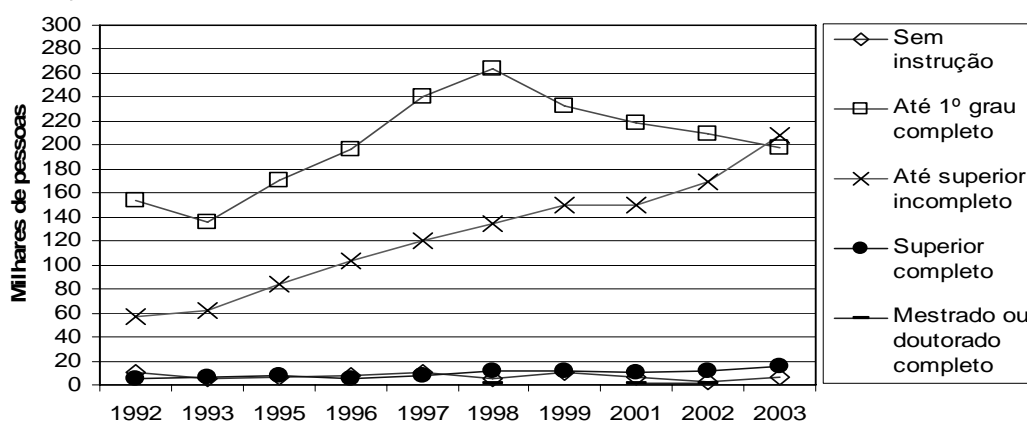
Figura 52: População economicamente ativa (PEA) ocupada segundo o nível de instrução, RS, 1992-2003.



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A variação mais interessante pode ser constatada através da observação da figura abaixo. Segundo os dados, o número de pessoas desocupadas e que possuem escolaridade até o ensino fundamental, vem diminuindo. Já em relação as pessoas com escolarização mais elevada o número de desocupados aumentou significativamente, principalmente em relação às pessoas com até ensino superior incompleto.

Figura 53: População economicamente ativa (PEA) desocupada segundo o nível de instrução, RS, 1992-2003.



Fonte: Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Elaboração: Coordenação-Geral de Indicadores - Ministério da Ciência e Tecnologia.

Em síntese esses dados revelam o seguinte: o aumento da escolaridade da PEA total observada nos últimos anos manteve a tendência da década com o crescimento acentuado da taxa de pessoas com escolarização de ensino médio ocupando cada vez mais postos de trabalho. Também ocorreu uma elevação na taxa de pessoas com nível superior ocupadas nesse período.

Mas será que ocorreu um aumento significativo no número de postos de trabalho de nível superior? Ou, ao contrário, as pessoas com maior escolaridade estão ocupando postos que antes eram ocupados por pessoas de nível fundamental, médio e técnico?

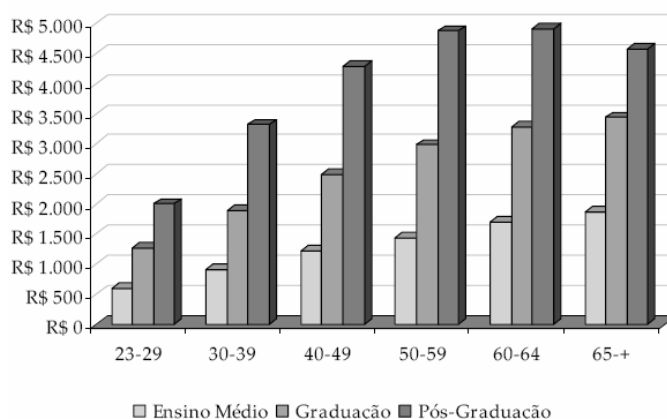
Uma análise mais minuciosa revela um efeito contraditório: a elevação do nível de escolaridade da PEA não foi acompanhada pelo surgimento de postos de trabalho de nível semelhante. Daí o aumento no número de pessoas desocupadas até o nível superior, especialmente, e a queda dos desocupados com nível fundamental.

Ainda em relação ao nível superior, os novos cursos e o aumento geral dos egressos parecem ter o seu impacto social reduzido porque não há criação de novos postos no mercado de trabalho para ensino superior. Daí ocorre o *efeito fila*, ou seja, mais pessoas qualificadas trabalhando em empregos que não exigem tanta qualificação, e que antes eram ocupados por pessoas menos qualificadas (geralmente pessoas em idade avançada e que não retornarão ao sistema de ensino). O que configura apenas uma reordenação da desigualdade, e não necessariamente a redução da mesma.

Essas constatações têm implicações sérias para a organização da sociedade e do mercado de trabalho, pois como já foi discutido por Medeiros (2005) e Carvalho & Tapfner (2006) -tal efeito pode se tornar extremamente perverso se o aumento das taxas de escolarização da população não for acompanhado por políticas de trabalho, ciência e tecnologia que sejam capazes de dinamizar a economia e o desenvolvimento social. De tal forma que a sociedade possa aproveitar a qualificação incorporada pela PEA, e possa retribuir através de valorização social e criação de postos de trabalho no mesmo nível.

Por fim, ainda sobre a relação entre os concluintes do ensino superior e o mercado de trabalho, cabe lembrar que algumas pesquisas como as de Poschman (2006) e Carvalho & Tafner(2006), têm apontado que é grande a relação entre o nível de escolaridade das pessoas ocupadas e os rendimentos (ver figura abaixo).

Figura 54: Remuneração média em todos os trabalhos segundo o nível de instrução e a faixa etária - Brasil – 2000.



Fonte: CARVALHO & TAPFNER, 2006, p. 22.

Além disso, também indicam que o percentual de pessoas que atua em uma área diferente da que se formou é bastante elevado, alcançando uma média de 51%. Nesse sentido, o país sofre não só com a falta de criação de postos de trabalho condizentes com a elevação do nível educacional da população, como também com uma inadequação entre as demandas efetivas e específicas do mercado e a formação oferecida pelos cursos superiores. Essa última assertiva pode ser corroborada através dos dados apresentados na tabela abaixo que apresenta a taxa de concluintes que exercia função na área em que se formou.

Tabela 39

Pessoas de 23 anos ou mais de idade e a taxa de correspondência entre diploma e ocupação segundo o curso de graduação concluído - Brasil – 2000

Cursos de Graduação de profissões regulamentadas e coletadas pelo Censo	Pessoas de 23 anos ou mais e graduação como nível mais elevado concluído e com trabalho remunerado			
	Total	Área correspondente à formação		% Sim
		Sim	Não	
TOTAL	3.152.635	1.463.719	1.688.916	46,4%
Enfermagem	61.109	51.349	9.760	84,0%
Medicina	200.441	150.455	49.986	75,1%
Odontologia	144.267	102.794	41.473	71,3%
Farmácia	42.710	29.317	13.393	68,6%
Arquitetura e Urbanismo	53.218	33.407	19.811	62,8%
Medicina Veterinária	26.326	16.469	9.857	62,6%
Pedagogia	370.754	208.543	162.211	56,2%
Biblioteconomia	14.389	7.960	6.429	55,3%
Direito	494.568	253.748	240.820	51,3%
Administração	511.847	237.440	274.407	46,4%
Educação Física	106.376	48.957	57.419	46,0%
Psicologia	95.091	42.851	52.240	45,1%
Geologia	4.479	1.909	2.570	42,6%
Ciências Contábeis	233.006	92.721	140.285	39,8%
Engenharias	366.300	121.255	245.045	33,1%
Comunicação Social	139.960	38.700	101.260	27,7%
Química	25.413	5.066	20.347	19,9%
Estatística	3.935	684	3.251	17,4%
Biologia	73.551	7.174	66.377	9,8%
Ciências Econômicas	135.844	12.416	123.428	9,1%
Geografia	49.051	504	48.547	1,0%

Fonte: CARVALHO & TAPFNER, 2006, p. 26.

Destaca-se a área de Saúde e Bem-estar Social com taxas superiores a 68% das pessoas egressas trabalhando em atividades condizentes com sua formação. Por sua vez, destaca-se os egressos de cursos da Área de Ciências Sociais Aplicadas e Negócios com taxas que beiram 50%.

Por fim, nas páginas finais do capítulo será realizada uma análise de dois fenômenos de extrema relevância para o entendimento das relações entre o SES e a sociedade: migrações relacionadas ao ensino superior e a tendência de feminização das matrículas.

À taxa de crescimento populacional tem apresentado uma queda constante a partir da década de 1960. No estado, entre 1991 e 2000, foi de 1,23%, bem abaixo do período 1980-1991, quando foi de 1,48%. Dentre os municípios do estado, 195 apresentaram taxas negativas. Destes, 13 eram inferiores à 2%, indicando perda de população bastante acentuada. Por outro lado, 70 municípios têm taxas superiores a 2%, significando um crescimento considerável (Atlas sócio econômico do RS).

Constatam-se, portanto duas tendências. Um conjunto de municípios que cresceu bem acima da média do estado e outro que apresentou decréscimo de população. No primeiro grupo observa-se um expressivo crescimento em 51 municípios distribuídos nas regiões do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Deve-se salientar que na região Metropolitana-Delta do Jacuí, somente Porto Alegre, com 0,92%, tem taxa inferior a 2% e bem abaixo da média do estado, mostrando-se menos atrativa aos migrantes que estão se dirigindo às cidades do entorno da Região Metropolitana e para a AUNE. Os municípios da RMPA continuam a apresentar alto crescimento demográfico: estando a maior parte deles acima da média estadual. Nova Santa Rita com 5,30%, Eldorado do Sul com 4,91% e Dois Irmãos com 4,80% são os que mais cresceram e estão entre os primeiros do estado na última década (ATLAS SÓCIO ECONÔMICO DO RS).

Em termos absolutos, os COREDES que mais tem recebido migrantes são Metropolitano, Delta do Jacuí, Vale do Rio dos Sinos, Serra e Produção. Em termos relativos, os que apresentaram maior saldo foram às regiões do Litoral, Paranhana-Encosta da Serra, Serra e Vale do Caí. Por outro lado, os que apresentam as maiores taxas de população rural foram os que mais perderam população, destacando-se em termos relativos os COREDES Médio Alto Uruguai, Fronteira Noroeste, Missões, Noroeste Colonial, Alto da Serra do Botucaraí e Nordeste, todos com saldos inferiores a -5% (Atlas Sócio Econômico do RS).

Partindo desses dados mais amplos sobre a situação demográfica no estado, cabe analisar mais detalhadamente o fenômeno da migração, especialmente o da migração pendular, que está ligado à procura de melhores condições de emprego e estudo. Segundo Menezes (2000) as migrações nos estados do país

[...] revelam fatores de urbanização realizados pelo aumento gradativo do consumo e, por conseguinte, da demanda por serviços que estariam relacionados: a)- ao aumento da quantidade de trabalho intelectual em razão direta da quantidade de trabalho intelectual solicitada, amplificando a terceirização e, portanto, a urbanização [...] As universidades, principalmente as localizadas em cidades de porte médio do centro-sul do país, se tornam centros de atração de empresas tão importantes quanto as vantagens fiscais. Assim, Campinas(SP), Juiz de Fora(MG), São Carlos(SP), Londrina(PR), Pelotas(RS), dentre tantas outras vêm suas vantagens aumentadas em função de serem importantes centros universitários; b)- à ampliação do consumo no país, principalmente à expansão do consumo, da saúde, da educação e do lazer, ao lado do consumo sempre crescente de produtos de bens de consumo imediatos e duráveis [...](p.14).

Em relação ao fenômeno da migração no RS, Jardim & Barcellos (2006) elaboraram um interessante estudo que tentou mapear os principais fluxos entre e inter COREDES. Partindo das migrações que são atribuídas a busca de emprego e educação de melhor qualidade, as pesquisadoras da FEE chegaram as seguintes conclusões:

No Corede Metropolitano Delta do Jacuí, mais de 200 mil pessoas se deslocaram do município de residência para trabalhar ou estudar em outro município, sendo que 172 mil tiveram como destino municípios do próprio Corede. Grande parte desses fluxos se dirigiu para Porto Alegre, que recebeu 213 mil pessoas, sendo 143.952 vindas da própria região, o que reflete as relações, implícitas na dinâmica moradia trabalho, de dependência de áreas menos dinâmicas em relação ao centro metropolitano. Nas trocas ocorridas na mobilidade pendular intra-Coredes, somente Porto Alegre, com 134.591 pessoas, e Triunfo, com 1.061 pessoas, apresentaram saldos positivos. No balanço inter-Coredes, essa região teve um aumento de população de 57.539 pessoas devido à mobilidade pendular. O segundo Corede em volume de deslocamento populacional para trabalho ou estudo é o Vale do Rio dos Sinos, com quase 30 mil pessoas saindo para trabalhar ou estudar em outro Corede e 70 mil deslocando-se dentro do próprio Corede. Na mobilidade intra-regional, os municípios que ganharam volumes significativos de população foram Novo Hamburgo(11.379) e Canoas (8.889). Apesar de Canoas ser o município com o segundo maior volume de entradas (com 26.689, ficando acima de Novo Hamburgo, que recebeu 23.768) e dividir com Novo Hamburgo a atratividade como local para trabalho ou estudo nesse Corede, quando se considera a mobilidade pendular total desse município, o saldo é de menos 12 mil pessoas, mostrando que os vínculos desse município são também fortes com o Metropolitano Delta do Jacuí, pois o déficit resultou do tamanho maior dos fluxos que deslocou para o Metropolitano. Novo Hamburgo tem uma maior atração de mobilidade pendular na própria região, já que 87% das pessoas que trabalhavam ou estudavam ali eram oriundos do próprio Corede (p. 25, 2006).

Entre os municípios que se destacam com saldos superiores de população de migrantes aparecem (ver tabela abaixo), além de Porto Alegre e Novo Hamburgo - pólos metropolitanos - centros regionais importantes como Pelotas, Santa Maria e Passo Fundo, e alguns centros médios, como Ijuí, Santa Rosa e Erechim .

Tabela 40
Principais fluxos pendulares municipais, classificados por volume de saldo total, do Rio Grande do Sul — 2000

Município	TOTAL			INTRA-COREDES			INTRA-COREDES EM RELAÇÃO AO TOTAL (%)	ACRÉSCIMO POPULACIONAL (%)
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo		
1 Porto Alegre	213.408	24.017	189.391	143.952	9.361	134.591	67,5	20,7
2 Novo Hamburgo	23.768	12.496	11.272	20.701	9.322	11.379	87,1	7,1
3 Santa Maria	9.711	2.566	7.145	4.672	1.000	3.672	48,1	4,5
4 Pelotas	8.684	2.870	5.814	7.075	1.961	5.114	81,5	2,9
5 Santa Cruz do Sul	6.394	1.466	4.928	4.760	721	4.039	74,4	6,5
6 Triunfo	5.046	751	4.295	1.230	169	1.061	24,4	29,9
7 Caxias do Sul	6.979	2.786	4.193	3.513	971	2.542	50,3	1,7
8 Passo Fundo	4.421	1.704	2.717	2.187	776	1.411	49,5	2,4
9 Lajeado	5.129	2.727	2.402	4.841	1.703	3.138	94,4	5,0
10 Ijuí	3.086	1.031	2.055	1.893	238	1.655	61,3	3,8
11 Gramado	2.275	640	1.635	1.841	442	1.399	80,9	7,7
12 Erechim	2.663	1.137	1.526	2.278	323	1.955	85,6	2,5
13 Igrejinha	2.233	935	1.298	2.062	761	1.301	92,3	6,5
14 Cruz Alta	2.068	1.072	996	611	111	500	29,6	2,2
15 Santa Rosa	1.825	837	988	1.409	285	1.124	77,2	2,2
16 Chuí	940	42	898	928	42	886	98,7	25,2
17 Rio Grande	2.059	1.235	824	1.481	939	542	71,9	0,7
18 Bento Gonçalves	2.424	1.610	814	1.669	967	702	68,9	1,2
19 Teutônia	1.337	561	776	1.262	379	883	94,3	4,5
20 Santo Ângelo	1.908	1.223	685	1.209	400	809	63,4	1,3
21 São Sebastião do Cai	1.544	896	648	1.247	287	960	80,8	4,9
22 Candiota	698	73	625	483	34	449	69,2	12,6

FONTE: IBGE. Censo Demográfico de 2000. Microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003 (CD-ROM)

Fonte: JARDIM & BARCELLOS, p. 25, 2006.

Também chama atenção o resultado negativo obtido pelo Corede do Vale do Rio dos Sinos,

[...] onde se localiza uma grande universidade, a Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Na verdade, como nesses fluxos predominam os deslocamentos para trabalho, a atração exercida pelo centro universitário não chega a compensar a carência de oportunidades de trabalho (JARDIM & BARCELLOS, p.29, 2006).

Em suma, com base nesses estudos pode-se concluir que a busca por melhores condições de trabalho e estudo levam, além das migrações pendulares que somam uma porcentagem considerável da PIA, cerca de 5% da população do estado a migrar para outros municípios (ver tabela abaixo).

Tabela 41
População residente, por deslocamento para trabalho ou estudo, no Rio Grande do Sul — 2000

Trabalho ou estudo	População	Participação %
TOTAL	10.187.845	100,00
Trabalha ou estuda neste município	6.275.613	61,60
Não trabalha, nem estuda	3.369.473	33,07
Trabalha ou estuda em outro município do RS	523.721	5,14
Trabalha ou estuda em outras Unidades da Federação	13.377	0,13
Trabalha ou estuda em país estrangeiro	5.661	0,06

FONTE: IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Microdados da amostra.

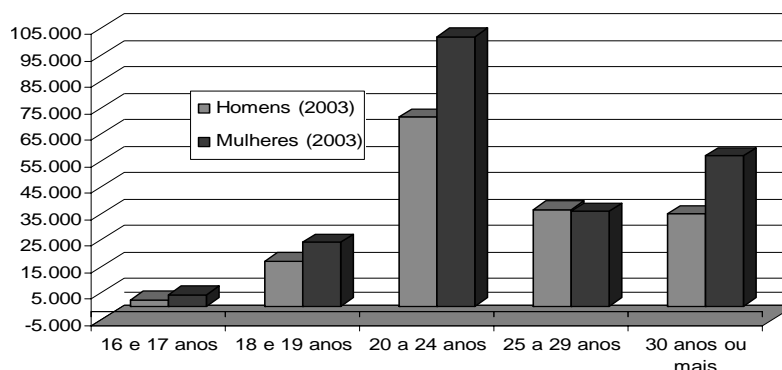
Rio de Janeiro: IBGE, 2003 (CD-ROM)

Fonte: JARDIM & BARCELLOS, 2006.

Entre os municípios que mais tem recebido migrantes destaca-se: Porto Alegre, Novo Hamburgo, Santa Maria, Pelotas, etc, municípios que possuem elevados indicadores sociais, econômicos, e educacionais – incluindo uma elevada taxa de matrículas no ensino superior e a concentração de grande número de IES e oferta de cursos e vagas nesse nível de ensino.

Já em relação ao fenômeno da feminização das matrículas no ensino superior cabe destacar que ele parece estar se cristalizando como uma tendência importante e duradoura. Como pode ser observado na figura abaixo existe uma diferença importante entre a presença de homens e mulheres nesse nível de ensino, principalmente na faixa etária de 18 a 19 anos, 20 a 24 anos e 30 ou mais anos de idade.

Figura 55: Pessoas freqüentando o ensino superior, inclusive a pós-graduação, segundo idade e o sexo, RS, 2003.



Fonte: PNAD/IBGE.

Além disso, em relação a diversos indicadores populacionais, a porcentagem de mulheres entre 15 a 24 anos de idade na população dos municípios do estado, explica 29% ($R^2 = 0,29$) do número de matrículas na educação superior em cada município agrupado por COREDE. Embora possa existir alguma variável interveniente, pode-se afirmar que quanto maior for o número de pessoas dessa faixa-etária e sexo, maior tende a ser o número de matrículas.

Tabela 42

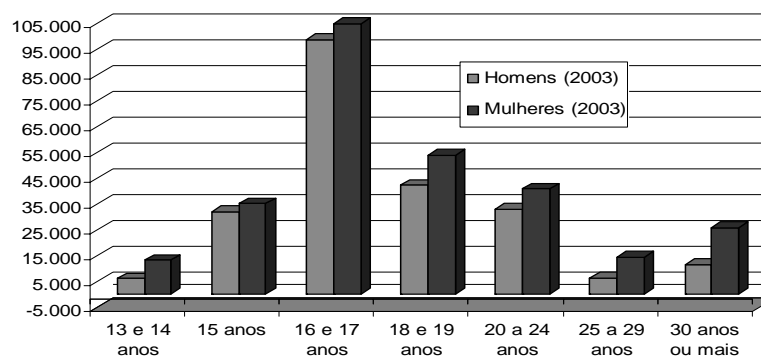
Análise de regressão. Relação entre número de matrículas no ensino superior (2004) e porcentagem de população de mulheres de 15 a 24 anos (2004), segundo os COREDES

	Matrículas ES (2004)		
	R Square	Coef. Beta	Sig.
% Mulheres entre 15 a 24 anos.	,292	,571	,006

Fonte: FEE/RS/DADOS.

Quais seriam as explicações para esse fenômeno? Uma primeira tentativa de explicação diz respeito ao percentual de mulheres na população ser mais elevado em relação ao de homens. No entanto, mesmo levando em conta essa diferença (ver anexo AE, p.290), o número de ingressantes desse sexo e a sua freqüência tanto no ensino médio (ver figura abaixo) quanto no nível superior, é maior que a dos homens.

Figura 56: Freqüência ao ensino médio segundo o sexo e a idade, RS, 2003.



Fonte: INEP/MEC.

Esse fenômeno da feminização das matrículas no ensino superior também atinge outros países da América Latina. Recentemente foi publicado um amplo estudo da UNESCO (2004) sobre essa realidade, entre as principais conclusões destaca-se que

[...] al respecto, se pudiera pensar que esta disminución está relacionada con una incorporación temprana de los hombres al mercado de trabajo, con lo que la socialización de género estaría entonces contribuyendo a reforzar el rol masculino como proveedor en detrimento de su realización también como profesional. También esta feminización de la matrícula está asociada a la estrategia e sobrevivencia de los hogares que ha expulsado a las mujeres hacia el mercado de trabajo, y a los hombres al pluriempleo y aumento de las horas trabajadas, como resultado de la caída relativa de los salarios, los cuales no logran cubrir la canasta familiar (p. 14).

Em relação ao Brasil, o relatório destaca a diminuição crescente na porcentagem homens/mulheres na maioria das áreas, especialmente na área de ciências, matemática e computação, e na área de educação. E a tendência de crescimento da incorporação de um maior número de mulheres em relação aos homens na educação superior.

Tudo indica que uma explicação plausível para esse fenômeno encontra-se na forma de acoplamento estrutural entre o SES, o sistema econômico e o sistema social²⁴. Em outras palavras, é possível que a atual composição da PEA segundo o sexo, e o rendimento alcançado pelos sexos, por algum motivo, esteja conduzindo as mulheres a optarem, ou em muitos casos realizarem, uma jornada dupla que inclui trabalho e estudo, o que não tem sido possível aos homens devido a sua

²⁴ Fenômeno semelhante deve ocorrer em relação à inclusão seletiva de pessoas com rendimento elevado, e cor da pele branca. Quanto a cor da pele, por exemplo, 96% das pessoas que possuíam nível superior completo em 2000 (Censo/IBGE) eram brancas. O restante era formado por pessoas com pele negra (6%), parda (2%), e indígenas (0%) apenas 301.

entrada precoce no mercado de trabalho, e a necessidade de extensão da jornada laboral para ampliação do rendimento. No entanto, serão necessários mais estudos²⁵ empíricos que possam dar explicações para o que está ocorrendo.

Por fim, mesmo sem esgotar os temas, apresenta-se o seguinte conjunto de inferências que buscam elucidar as questões expostas nesse capítulo: a demanda reprimida dos municípios com pouca ou nenhuma vaga no ensino superior, e que geralmente também são os municípios com pouca população e baixa renda, só poderá ser atendida por IES mais flexíveis, por instalação de novos campi universitários, ou através da EAD, e, nesses casos, principalmente pela oferta de vagas públicas ou mediante concessão de bolsas de estudo. Ou seja, IES ou modalidades de educação que para funcionarem não demandem uma grande e contínua quantidade de ingressantes, e que ofereçam cursos com um perfil diferenciado e dinâmico, com corpo docente e prédios móveis. Além disso, também cabe destacar que o fenômeno da migração e das migrações pendulares, se seus efeitos forem tomados como indesejáveis, só poderá ser alterado com uma concatenação entre políticas de expansão do ensino superior e criação de empregos nos municípios de origem dos migrantes.

²⁵ Entre essas possíveis explicações, alguns estudos (ZORZI, 2005) têm apontado que a busca de maiores níveis de escolaridade por parte das mulheres pode estar ligado ao fenômeno da herança e divisão das pequenas propriedades entre os filhos de pequenos agricultores. Nesse sentido, têm demonstrado que os filhos homens tendem a permanecer ligados à terra, enquanto as mulheres dedicam-se a outros setores produtivos que demandam escolaridade mais elevada.

Considerações finais

Esse estudo analisou as transformações ocorridas no ensino superior do Rio Grande do Sul no período 1991-2004, situando-as em meio às transformações no sistema de educação básica e de pós-graduação, e frente às influências recebidas dos demais sistemas sociais. Para tanto, utilizou-se o conceito de sistema de ensino superior complexo e funcionalmente diferenciado, proveniente da teoria dos sistemas sociais, como modelo teórico-analítico da realidade.

Através da operacionalização desse modelo teórico foi possível estudar as transformações ocorridas observando-se duas dimensões do SES: o seu grau de autonomia (autopoiéses) frente aos demais sistemas que compõe seu entorno, e seu atual nível de complexidade interna (diversificação vertical e horizontal).

A primeira dimensão está ligada à forma como o sistema e suas diversas organizações tomam decisões e fazem escolhas diante das possibilidades existentes, e diante das pressões recebidas dos sistemas e organizações que compõe seu entorno. De acordo com a teoria Luhmaniana, haveria uma tendência para que o sistema ampliasse sua capacidade de auto-regulação através do funcionamento efetivo do mecanismo de autopoiéses.

A segunda dimensão exerceu a função de mensurar o grau de complexificação interna que o sistema atingiu ao longo de seu desenvolvimento. Essa mensuração é relevante já que com o aumento das pressões sobre o sistema, devido à complexificação da sociedade e de suas demandas, deveria ocorrer um processo semelhante de aumento da diferenciação no próprio sistema no sentido de buscar atender parte significativa das transformações na demanda.

As considerações que seguem estão estruturadas de forma a apresentar, primeiramente, as conclusões gerais sobre os indicadores analisados e depois, os resultados do estudo tendo em vista as duas dimensões investigadas.

* * *

A dinâmica relativa às IES, vigente antes de 1991, através do crescimento via implantação de IES isoladas e particulares, não se alterou significativamente,

mesmo tendo ocorrido uma elevação de 92% no número de IES no período 1991-2004. No entanto, duas mudanças precisam ser destacadas: o crescimento no número de Centros de Educação Tecnológicas e Faculdades de Tecnologia e dos Centros Universitários. Ambas IES criadas após a LDBN de 1996. Também deve-se destacar que, embora em menor grau, manteve-se a concentração relativa do total de IES do estado em poucos municípios.

Ainda sobre as IES, deve-se destacar que as públicas estão presentes em apenas 10% dos municípios do Estado, e que 75% dos municípios do Estado não são atendidos por IES, campi ou extensões.

Em relação à oferta de cursos, ocorreu uma elevação, no período 1991-2004, da ordem de 246%. Sendo as IES públicas responsáveis por apenas 17% desse crescimento. Em relação à organização acadêmica, destacam-se as Universidades, responsáveis por 82% da variação, e os Centros Universitários, por 18%.

Além disso, a expansão no número de cursos ocorrida no período 1991-2004 deu-se principalmente pela expansão do número de cursos tradicionais ofertados. Assim, pode-se dizer que a expansão no número de cursos manteve as tendências anteriores, ou seja, expansão pouco diversificada e concentrada. Sendo que as inovações se dão primeiro nos maiores pólos de ensino superior, para em alguns casos, serem difundidas posteriormente.

Sobre as matrículas, deu-se um importante crescimento, principalmente no período 1996-2004, sendo o setor privado responsável por 93% do crescimento. As Universidades foram as maiores responsáveis pelo crescimento, com 78% do total, seguidas pelos Centros Universitários, com 21%, pelas Faculdades e Institutos Superiores, com 7%, e com 0,04% os Centros de Educação Tecnológica e Faculdades de Tecnologia. As Faculdades Integradas colaboraram de forma negativa com - 6%.

No entanto, cabe destacar que essa expansão deu-se, majoritariamente via matrículas em cursos tradicionais, e embora tenha ocorrido um crescimento no número de municípios que registraram matrículas, destaca-se a permanência da tendência de concentração, tendo a maior variação positiva de matrículas se concentrado nos municípios que ofereciam o maior número de matrículas já em 1991.

Em relação ao número de concluintes, ocorreu uma elevação de 150% no período 1996-2004. O setor privado foi responsável por 84% do crescimento no número de concluintes, e as Universidades foram responsáveis por 91% dessa variação positiva. No entanto, manteve-se a proporcionalidade em relação à área de conhecimento e, além disso, o aumento no número de concluintes deu-se de forma concentrada, em apenas 18% do total dos cursos oferecidos, segundo a área específica.

Também se deve considerar que, embora tenha havido aumento no número de municípios que registraram concluintes, não só se manteve, como ampliou-se a tendência de concentração dos egressos nos tradicionais e maiores pólos de ES do estado.

Com relação às vagas destaca-se um crescimento de mais de 295% no período 1991-2004, tendo sido responsável o setor privado por 97% do crescimento total. Em relação à organização acadêmica, as Universidades foram responsáveis por 71,5% desse crescimento, seguidas pelos Centros Universitários com 14%.

O número de candidatos inscritos teve crescimento de 94% no período 1991-2004. De forma semelhante ao que ocorreu com as vagas, o crescimento no número de candidatos inscritos deu-se em maior grau no setor privado, responsável por 62% dos inscritos, seguido por 38% do público em 2004. As Universidades foram as que receberam o maior número de candidatos, tendo sido responsáveis por 69% do crescimento, seguidas pelos Centros Universitários com 26%.

Já sobre os ingressos, cabe destacar que o número total vem diminuindo desde 2002, especialmente – embora também ocorra evento semelhante em alguns cursos oferecidos em IES públicas-, nas IES privadas. No entanto, a discrepância existente entre vagas/ingressos não deve ser considerada como algo impactante, já que quem estipula o número de vagas são as IES, e não necessariamente o funcionamento dos cursos depende obrigatoriamente do preenchimento da totalidade das vagas oferecidas.

Essa queda no número de ingressos deu-se principalmente nos municípios que já em 1991, possuíam um baixo número de ingressantes. Esses municípios são também os que apresentam também um baixo número de matrículas e IES. Pelo contrário, foi nos maiores pólos onde ocorreu o crescimento nesse número, mesmo levando em conta o grande número de vagas ociosas.

A análise do número de vagas e inscritos revela a dinâmica do sistema, na qual o setor privado aparece com uma ociosidade total de vagas que chega a 41% (36% na Capital; e 43% no interior do estado), já o setor público, apresenta uma ociosidade menor que 1%.

* * *

Em relação à análise do nível de complexidade do sistema, constatou-se, de forma geral, que ele não se alterou da forma como se esperaria no período 1991-2004. O sistema oferece relativamente o mesmo tipo de oferta: embora tenha ocorrido mudanças quantitativas, elas não foram qualitativas. Tratam-se, sobretudo, apenas de mudanças de nomenclatura e não, de fato, de mudanças importantes no tipo de oferta de educação superior. Apenas os cursos seqüenciais e tecnológicos (que não representam mais do que 7% das matrículas totais), no plano horizontal, e os CEFETS e a Uergs, no vertical, parecem representar uma significativa alteração no perfil da oferta da educação superior no RS. Com relação à UNIPANPA, só com o tempo poderá se constatar o impacto que essa nova IES irá causar no sistema.

Além disso, a escolha das IES por essa ou àquela forma de organização acadêmica, e a decisão sobre a oferta de cursos (seqüencial, tecnológico ou bacharelado e licenciatura), são, majoritariamente, resultado das decisões de outros sistemas (tipo e forma de acoplamento estrutural), e das relações estabelecidas com esses, e não propriamente um resultado das escolhas feitas pelo próprio SES e por suas organizações.

Ainda sobre a diversificação vertical, a forma como as IES e principalmente as Universidades têm se organizado (sua localização, temporalidade, oferta de cursos e programas, etc.), mostra-se ainda incompatível para com a satisfação das demandas diferenciadas que precisariam ser atendidas para que o sistema continua-se a se expandir. A inadequação de fatores internos ao sistema (organização das IES, abrangência geoespacial, etc) com fatores do entorno como, por exemplo, a demografia e a renda percapta nos municípios, mostra-se adequada apenas para cidades populosas e com demanda elevada e contínua. A não ser que se mude o padrão de funcionamento delas, através de criação de um novo modelo de campi, extensões, etc, as IES menores tendem a vigorar onde forem dadas essas características. Especialmente em regiões onde ocorre a presença simultânea de bons indicadores de desenvolvimento econômico-social, e educacional de nível fundamental e médio.

Nesse sentido, o modelo de organização da Uergs (com multi-campi instalados em cidades estratégicas através de convênio com outras IES, Prefeituras e a iniciativa privada) talvez seja uma inovação importante, mas ainda é cedo para saber que impacto essa instituição terá nas comunidades onde está inserida.

Em relação aos novos cursos, tanto os tradicionais (bacharelado e licenciatura) como os seqüências e tecnológicos criados no período analisado, destaca-se o insuficiente impacto dos mesmos para atender as demandas sociais. Entre os fatores que colaboram para isso, destaca-se a baixa porcentagem de matrículas nesses cursos em relação aos já tradicionais, e a concentração territorial dessa oferta diversificada em municípios centrais que são os maiores pólos de ensino no estado.

Também, desde a perspectiva da teoria dos sistemas sociais, “[...] se hace notorio cuán fuertemente y en qué aspectos necesita el desarrollo de la organización de los acontecimientos sociales” (Luhmann, 1997, p. 55). Pois as organizações necessitam de estabilidade de seus entornos para tomar decisões (Luhmann, 1997, p. 56). Essa influência do meio sobre o sistema e suas organizações é ainda maior se considerarmos o impacto que ela exerce sobre os novos tipos de organizações e cursos, como é o caso dos Centros Universitários, CEFETs e cursos seqüenciais, que pretendem estabelecer formas diferenciadas de interação com as demandas de outros sistemas

Nesse sentido, o fato é que, por exemplo, a

[...] idéia dos cursos seqüenciais, como aquela subjacente ao projeto de Centros Universitários, dos Institutos Superiores de Educação, parece chocar a “cultura” institucional estabelecida. O processo de diversificação, nos seus diversos planos, diante desses tipos de resistências, exige mais do que novos conceitos pretensamente claros e inequívocos em suas implicações. Requer, isto sim, a intensificação do debate com todos os atores/interlocutores e políticas claras de fomento e estímulo acopladas à mecanismos transparentes de acompanhamento e avaliação das iniciativas e dos investimentos feitos. As alterações legais e as novas alternativas abertas, destituídas de programas de fomento pertinentemente implementados, arriscam frustrarem-se pela resistência do sistema e/ou pela deturpação (NEVES, RAIZER & FACHINETTO, 2005, p. 75).

* * *

Em relação ao grau de autonomia e organização do sistema e a relação com o entorno, a expansão da educação superior não tem sido planejada nem a médio, nem a longo prazo. As decisões que tem sido tomadas se baseiam em uma suposta

lógica de oferta e demanda do mercado de trabalho e são resultado de iniciativas fragmentadas de IES ou de grupos de IES.

Nesse sentido, deveria existir alguma instância capaz de decodificar as comunicações emitidas pelos diversos sistemas e que possa convergir esforços para a conquista de objetivos coletivos, a nível municipal, regional, estadual, e nacional.

Caso essa falha sistêmica não seja corrigida, continuaremos vivenciando um cenário de instabilidade desnecessária, incomunicabilidade entre o sistema educacional e a demanda dos demais sistemas, e desperdício de recursos humanos, econômicos, culturais e sociais. É necessário um arranjo amplo entre o sistema de ES, C & T e as políticas de desenvolvimento social, assim como a responsabilização da sociedade, do estado e das IES pela perda de investimentos e pela falta de integração (incomunicabilidade) entre os sistemas.

Nessa perspectiva, não pode mais ocorrer apenas a culpabilização do indivíduo (lógica da qualificação), que não consegue inserção no mercado de trabalho após sua titulação. A qualidade de um curso não pode mais ser avaliada, apenas pelo sucesso que o egresso alcança ou não após chegar ao mercado de trabalho. A avaliação das IES e cursos deve também considerar a relação do sistema e das IES com o entorno, o próprio sistema e suas organizações, e o tipo de relação que seus alunos estabelecem durante sua formação, e depois de egressos, com os demais sistemas e organizações da sociedade.

A inserção dos alunos não pode ser pensada apenas depois da formatura, pelo indivíduo, deve também ser pensada pelas IES, Estado e sociedade, antes da criação do curso, durante e depois. Para tanto, deve haver uma maior integração entre o sistema de educação superior, C & T e as políticas de desenvolvimento social, daí a necessidade de uma maior atuação da Secretaria de C & T e da FAPERGS.

Se a situação atual não for alterada, a educação, a ciência e a tecnologia tornam-se forças mortas ou reprodutoras da realidade social, no caso brasileiro, marcada pela extrema desigualdade de acesso a bens materiais, culturais e ao conhecimento.

Assim, entre os resultados desse estudo, destaca-se a necessidade de revisão dos arranjos legais que ordenam e caracterizam as atribuições, entre União, Estados e Municípios, no que diz respeito à gestão e administração do sistema de

ES. Pois, o atual modelo que centraliza o poder nas mãos da União, não permite aos Estados e Municípios a realização da gestão do sistema para que ocorra maior adequação e busca da satisfação das necessidades e demandas de cada Estado, região e município.

* * *

Em relação à interação com o entorno, a atual organização do sistema de ensino superior e médio, parece não ser capaz de dar conta da ampliação do acesso, especialmente dos jovens entre 18 e 24 anos que não estão estudando (67% no país). Também não dá conta de incluir os jovens com baixo rendimento e de cor negra.

Nesse sentido, o processo de expansão pouco diversificado - marcado pela oferta de cursos tradicionais, manutenção da concentração regional, e oferta desigual de cursos segundo a área de conhecimento- que tem se dado nos últimos anos, parece ser incapaz de atender as demandas diferenciadas as quais se esperaria que fossem atendidas, como a inclusão eqüitativa dos diferentes grupos sociais, principalmente os que foram historicamente excluídos do acesso a esse nível de ensino: habitantes de municípios isolados, população pobre, pessoas com a pele de cor negra e índios.

Além disso, ocorre uma distorção entre o acoplamento estrutural das IES com as organizações do sistema econômico(empresas) e do sistema político (políticas públicas de emprego, trabalho e qualificação). Como resultado disso, observamos o crescimento do *desemprego inteligente*, e o *desvio de função* dos egressos do sistema de ensino superior (sendo que pelo menos 50% deles não trabalham na área que se titularam). Também em relação à PEA observa-se um efeito perverso resultante da confluência de dois fenômenos: elevação dos anos de escolaridade da população economicamente ativa, e a não criação de novos postos de trabalho de nível médio e superior. O que tem resultado no *efeito fila*, no qual os postos de trabalho das pessoas menos escolarizadas (e que geralmente devido ao avanço da idade e outros fatores não possuem condições de se qualificarem) são tomados por pessoas com mais anos de escolaridade. Nesse sentido, como apontam alguns estudos, a elevação da escolaridade, sem a implementação de políticas de criação de postos de trabalho adequados, ao invés de causar a diminuição, eleva ainda mais a desigualdade social.

Ainda sobre a incapacidade do sistema continuar a se expandir, deve-se ressaltar que programas como o PROUNI, embora sejam iniciativas importantes, preencheriam apenas 10% a 15% das vagas ociosas no sistema de ensino superior. Além disso, a tendência de concentração de IES nas regiões mais desenvolvidas parece colaborar para a manutenção dessa situação que não permite a incorporação de grande parte da população a esse nível de ensino.

Nesse sentido, pode-se dizer que foi atribuído a esse sistema mais demandas (econômicas, sociais, políticas, culturais, etc.) do que ele foi capaz de atender, daí a imensa ociosidade das vagas criadas nos últimos anos, resultado da inadequação da organização do sistema e da interação fragmentada com as demandas crescentes e complexas do entorno.

De acordo com Luhmann, com a complexificação das sociedades e conseqüente especialização dos sistemas sociais, ocorre que

[...] el acoplamiento no está embonado con la totalidad del entorno, sino sólo con parte escogida de manera altamente selectiva. De aquí que b) sólo un corte efectuado en el entorno esté acoplado estructuralmente con el sistema y mucho esté dopado fuera. Lo que ha dado fuera del acoplamiento puede influir sólo de manera destructiva en el sistema (LUHMANN, 1996-b, p. 99).

Com base nisso, deve-se buscar produzir mudanças na forma como as IES processam suas decisões, pois isso é fundamental para que elas passem a incluir no sistema elementos que foram deixados de forma. Ou, que pelo menos, exista essa possibilidade.

Nessa direção, pode-se concluir que as transformações ocorridas nos últimos 20 anos no sistema de ensino superior do RS são de extrema relevância e, dada a crescente complexificação ocorrida na organização das instituições de ensino e cursos, podemos caracterizá-las, em conjunto, como um processo de consolidação do sistema que passa a estabelecer inúmeras relações com as demandas dos sistemas sociais e suas organizações. No entanto, como foi argumentado, tal diversificação parece estar associada muito mais a um caráter “quantitativo” do que “qualitativo”, entendendo-se por isso a ocorrência de uma significativa expansão, mas que não tem resultado na diversificação das IES e cursos. Que devido a isso, não têm conseguido atender as demandas dos demais sistemas sociais, cada vez mais heterogêneas, específicas e restritas a uma temporalidade em aceleração.

Assim, com base nesse estudo constatou-se que o sistema não se diferenciou de modo a atender as demandas de uma sociedade cada vez mais complexa. Assim sendo, ao não se tornar elemento de inovação social, o SES não cumpre sua função social e passa a reproduzir velhas estruturas. Devido a isso, o sistema, da forma como está estruturado, não conseguirá incluir mais pessoas caso não se altere a tendência pela qual ele vem se expandido.

Conseqüentemente pode-se afirmar que o sistema deve buscar formas de diferenciação que sejam capazes de ampliar o acesso, pois se não se consegue mudar, a curto e médio prazo, o perfil dos alunos (renda, formação básica, etc.), o próprio sistema deve se re-organizar, de tal forma que seja capaz de contribuir para a transformação da sociedade, através da inclusão de pessoas (pobres, habitantes de regiões isoladas, grupos minoritários, etc.) que, de outro modo, não seriam atendidas pela forma tradicional pela qual, até o presente, ele veio se expandindo.

Referencias

ANDER-EGG, E. **La Planificación Educativa**. Barcelona: Lumen, 1995, p. 72-3.

ATLAS SÓCIO ECONÔMICO DO RS. Disponível em:
<<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=30#>> Acesso em: 23 jan.2005.

ARNOLD, M. Recursos para la investigación sistémico/constructivista. In Osorio, F. (org.) Ensayos sobre socioautoepoiesis y epistemología constructivista. Santiago do Chile: MAD, 2004. p. 16-25.

BAJOIT, G. **Le Changement Social**. Paris, 2002

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/>> e
<www.bancomundial.org.br> Acesso em: 25 mar.2005.

_____. Task Force. **O Ensino Superior nos Países em Desenvolvimento: perigos e esperanças**. Lisboa: AULP, 2002.

_____. **Global Networked Readiness for Education Preliminary findings from a Pilot Project to Evaluate the Impact of Computers and the Internet on Learning in Eleven Developing Countries January 2005**. Disponível em:
<http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2005/07/25/000090341_20050725093352/Rendered/PDF/329920GNRE0FINAL.pdf> Acesso em: 13 out.2005.

_____. **Institutional differentiation and the accommodation of enrollment expansion in Brazil**. 1998. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDS_IBank_Servlet?pcont=details&eid=000094946_99031910571566> Acesso em: 13 out.2005.

_____. **From higher to tertiary education : evolving responses in OECD countries to large volume participation, 2003**. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDS_IBank_Servlet?pcont=details&eid=000094946_99031910571970> Acessado em 13 out.2005.

_____. **Higher education in Brazil - challenges and options**. 2002. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDS_IBank_Servlet?pcont=details&eid=000094946_02032704034252> Acesso em: 13 out.2005.

BOURDIEU, P. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papyrus, 1994.

_____ & PASSERON, J. C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

_____. **O Poder Simbólico**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

BRDE. **Educação superior na região sul do Brasil: uma análise da evolução recente, da situação atual e das perspectivas para o setor**. Porto Alegre, 2002.

Brunner, J. J. **Educación superior em América Latina: câmbios y desafios**. Santiago: Fondo de Cultura Económica, 1990.

CAREGNATO, C. E. **Caráter Público e identidade acadêmica na educação superior: uma análise da diversificação institucional por meio do estudo de Centros**

Universitários. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese (Doutorado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

CARNOY, M. **Mundialização e reforma na educação**: o que os planejadores devem saber. Brasília: UNESCO, 2002.

_____. **Educação, Economia e Estado**. São Paulo: Cortez, 1984.

CARVALHO, M; TAFNER, P. Ensino Superior Brasileiro: a evasão dos alunos e a relação entre formação e profissão. In **Anais da 30ª ANPOCS**, 2006.

CASTELLS, M. **Sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CELÉSTIN, J.B. **A Qualidade do Emprego**. Mimeo, 2002.

CORSI, G. **Sélection ou Éducation?** Sur la forme du système éducatif. In Niklas Luhmann en perspective - Numéro spécial de la revue Recherches Sociologiques. Acessado em : 18/06/2006. Disponível em : <http://www.salvaggio.net/download/Rech_Soc.pdf> Acesso em 13 nov.2005.

CRESPI, F. **Il pensiero sociológico**. Bologna: Il Mulino, 2002.

DURHAM, E; SAMPAIO, H. O. **O ensino superior em transformação**. São Paulo: NUPES, 2001.

FAPERGS. Histórico.2006. Disponível em: < <http://www.fapergs.rs.gov.br>>, acessado em: 15/11/2006.

FERNANDES, F. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: EDART, 1980.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. Disponível em: <<http://www.imf.org/>> Acesso em: 16 dez.2005.

_____. **Risk, Resources, and Education**: Public Versus Private Financing of Higher Education, 2001. Disponível em: <<http://www.imf.org/External/Pubs/FT/staffp/2001/03/wigger.htm>> Acesso em: 12/10/2005.

_____. **Education for All by 2015**. 2002. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2002/03/mingat.htm>> Acesso em: 12 out.2005.

_____. **The Distributional Bias of Public Education**: Causes and Consequences. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2004/wp04214.pdf>> Acesso em: 12 out.2005.

FRANCO, M. E. D. P. **A Universidade de Porto Alegre**. GEU/UFRGS, sub-projeto 3. Porto Alegre, 1993-a

_____. **A Universidade Técnica**. Porto Alegre: GEU/UFRGS, 1993-b.

_____(org.). **Universidade, Pesquisa e Inovação**. Porto Alegre:UFRGS, 1997-a.

_____. Condições de produção de pesquisa: traços da UFRGS. In **Universidade, Pesquisa e Inovação**. Franco (org.) Porto Alegre:UFRGS, 1997-b, p. 179-205.

_____. **A UFRGS: da gênese aos anos 90**. Porto Alegre: GEU/UFRGRS, 1992.

_____. MOROSINI, M. C; LEITE, D.B.C. A UFRGS em sua gênese e as ingerências do Estado: A Escola de Engenharia, e as Faculdades de Direito e de Medicina. Porto Alegre: GEU/UFRGS, 1993-c.

GARCIA, G. V. **La funcion social de la educacion superior em México**. México. UAM, UNAM, Universidad Veracruzana, 2003.

GESTEIRA, Cid Santos. Cursos seqüenciais. In.: DURHAM, Eunice Ribeiro e SAMPAIO, Helena (org.). **O ensino superior em transformação**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior/NUPES, 2001. p. 97–103.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

GUADILLA, C. G. **Tensiones e Transiciones**. Venezuela: CENDES, Nueva Sociedad, 2002

IANNI, O. **A Sociedade Global**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.

_____. **A Era do Globalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

INGRASSIA, T. Educação e Transformação Social: o papel da Organização Não-Governamental para a Educação Popular (ONGEP) no processo de empoderamento das classes populares em Porto Alegre. Projeto de Dissertação de Mestrado. PPGEdU/UFRGS. Porto Alegre, 2006-a.

_____, T.; MEIRELLES, M. Perspectivas Teóricas Acerca do Empoderamento de Classe Social. Revista Eletrônica "Fórum Paulo Freire". Ano 2, nº 2. Agosto de 2006-b. Disponível em <<http://www.forumpaulofreire.com.br>> Acessado em: 25/11/2006.

IZUZQUIZA, Ignácio. **La sociedad sin hombres**. Niklas Luhmann o la teoría como escándalo. Barcelona: Anthropos, 1990.

JARDIM, M. de L ; BARCELLOS, T. M. **Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico (Coredes)**. Disponível em : <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/SCII-3.pdf>> acessado em: outubro de 2006.

KERLINGER, F. N. **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo:EPU, 2003.

LAVAL, C. **L' école n'est pas une entreprise**. Paris : Decouverte, 2003.

_____. Comme si l' école était une entreprise... In. **Le Monde Diplomatique**. Jun, 2003. p. 6-7.

LEITE, D; CUNHA, M. I; MOROSINI, M. **Universidade e Ensino de graduação: memória e caracterização na UFRGS e na UFPel**. Pelotas: UFPel, 1996.

LONER, B. A. **O resgate do passado para a construção do futuro: o caso da UFPel**. GEU/UFRGS, relatório de pesquisa. Porto Alegre, 1991.

LONGHI, S. M. **A Face Comunitária da Universidade**. Porto Alegre; PPG em Educação/FACED/UFRGS, 1998. (Tese de Doutorado).

_____. Universidade de Passo Fundo: condições de pesquisa e projeções. In **Universidade, Pesquisa e Inovação**. Franco(org.) Porto Alegre:UFRGS, 1997-a.

_____. Quarenta anos do ensino superior na área de educação em Passo Fundo. In **Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 4, n. 1, p. 41-45, 1997-b.

LUCE, M.B. **A Educação no Rio Grande do Sul**. Brasília, UNICEF/MEC, Fundescola, Banco Mundial/UNDIME,2000.

LUHMANN, N. & SCHORR, K. E. Presupuestos Estructurales de una pedagogia reformista. Analisis sociologicos de la pedagogia moderna. **Revista de Educación**, n. 291. Madri: Agisa, 1990-a.

_____. **Sociedad y sistema**: la ambición de la teoría. Trad. Santiago López Petit y Dorothee Schmitz. Introd. Ignacio Izuzquiza. Barcelona: Paidós, 1990-b.

_____ & De georgi, R. **Teoria de la Sociedad**. México: Universidade Ibero Americana, 1993-a.

_____. Revista En Diálogo. Entrevista concedida a Javier Torres Nafarrate y Guillermo Zermaño Padilla. In. **Diálogo Científico**, v.2, n. 2, Instituto de Colaboracion Científica. Tübingen, Alemanha, 1993-b. p.137-150.

_____. **Teoría de la sociedad y pedagogía**. Barcelona. Paidós Educador, 1996-a.

_____. O conceito de sociedade. In: NEVES, Clarissa E. B.; SAMIOS, Eva M. B. (orgs.). **Niklas Luhmann: a nova teoria dos sistemas**. Porto Alegre: UFRGS, Goethe Institut, 1997.

_____ & SCHORR, K. E. **El Sistema Educativo** (Problemas de Reflexión). Universidad de Guadalajara. Guadalajara, México: Dirección de Publicaciones, 1993.

_____. **Organización y Decisión**: autopoiesis, acción y entendimiento comunicativo. México, Anthropos, 1997.

_____. **Poder**. México: Anthropos, 1995.

_____. **Introducción a la teoria de sistemas**. Barcelona: Anthropos, 1996-b.

_____. **Complejidade y modernidade**. Madrid, 1998.

MAGGIE, Y.; FRY, P. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. In: **Estudos Avançados**. n. 50. São Paulo, 2004.

MARTINS, Rubens de Oliveira. **Cursos Seqüenciais**: entendendo a formação de curta duração. São Paulo: EDUSC, 2004.

MAGALHÃES, A. M. **A Identidade do Ensino Superior**: política, conhecimento e educação numa época de transição. Porto Alegre: Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2004.

MANNHEIM, K. **Liberdade, poder e planificação democrática**. São Paulo: Mestre Jou, 1972.

MARTINS, R. D. O. **Permanência e movimento**: um olhar sobre o processo de construção das diretrizes curriculares para o ensino superior brasileiro no contexto das políticas do MEC. Tese de Doutorado defendida na UnB. 2004

MATHIS, A. **O conceito de sociedade na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann**. Disponível em <http://www.geociities.com/simacc/ebc_mathis-conceito.pdf> acessado em: 10 de outubro de 2004.

MATSUURA, K. **A Unesco e os desafios do novo século**. Brasília: UNESCO, 2002.

MEC. **Transformação da FFFCMPA em universidade permite criação de cinco novos cursos de graduação**. Disponível em: <www.mec.gov.br> Acesso em: out.2006.

MEDEIROS, M. **O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 2005.

MENEZES, M. L. P. Tendências atuais nas migrações no Brasil. In **Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69-45.htm>> acessado em novembro de 2006.

MOROSINI, M. C. (org.) **Enciclopédia de pedagogia universitária**. Porto Alegre: RIES/FAPERGS, 2003.

_____.CUNHA, M. I. da; FERNANDES, C. M. B. Produção científica sobre ensino superior no RS: um estudo das dissertações e teses, periódicos e livros. In **Revista Educação**. set. –dez. 2005. Ano 28, n. 3 (57), Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 487-504.

_____.LEITE, D. **A Ruptura do pacto colonial e a gênese do ensino superior no Brasil**. GEU/UFRGS, relatório de pesquisa. Porto Alegre, 1991.

MORROW, R. e Torres, Carlos Alberto. Parsons e a educação. In:**Teoria social e educação**. Uma Crítica das Teorias da Reprodução Social e Cultural. Lisboa, Afrontamento, 1997.

Neto, A. J. M. **Globalização e gestão universitária**. Franca: FACEF, 2002.

Neves, C. E. B. A educação na perspectiva teórica de Niklas Luhmann. In: XXVII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2003. **Anais**. Caxambu: ANPOCS, 2003-a.

_____.KIELING, F. S; RAIZER, L. Universidade, pesquisa e pós-graduação. In: **Anais**. XV Salão de Iniciação Científica - UFRGS, 2003, Porto Alegre. Livro de resumos XV SIC - UFRGS. Porto Alegre : Editora da Universidade, 2003-c. v. 1. p. 805-805.

_____& NEVES, F. M. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a Teoria dos Sistemas Sócios. In **Sociologias**. Ano 8, n. 15, jan/jun. Porto Alegre: UFRGS, 2006., pp. 182-207.

_____.Raizer, L & Fachinetto, R. F. **A diversificação do Ensino Superior no RS: Um novo cenário?** Relatório de Pesquisa CNPq. Porto Alegre, 2005. p. 75.

_____. **Ensino Superior no Rio Grande do Sul: interiorização e modelos regionais**. GEU/UFRGS, relatório de pesquisa. Porto Alegre, 1991.

_____. **Expansão e Interiorização do Ensino Superior** - Análise do caso do Rio Grande do Sul. Relatório de pesquisa/ FINEP. Porto Alegre, 1987.

_____. & Samios, E. B. **Niklas Luhmann: A nova teoria dos sistemas.** Porto Alegre: UFRGS, 1997.

_____. Estudos Sociológicos sobre Educação no país. In: **O que ler na Ciência Social Brasileira.** São Paulo: Sumaré, 2002.

_____. A Estrutura e Funcionamento do Ensino Superior no País. In: **A Educação Superior no Brasil.** Soares, M. S. A.(org.). Brasília: UNESCO/CAPES/GEU, 2002-a.

_____. Estudos Sociológicos sobre Educação no país. In: **O que ler na Ciência Social Brasileira.** Micelli, S.(org.).São Paulo: Sumaré, 2002-b.

_____. Diversificação do Sistema de Educação Terciária: um desafio para o Brasil. In: **Tempo Social.** v. 15, n. 1. São Paulo: USP, 2003-c.

_____. Ensino Superior no Rio Grande do Sul. In: **Enciclopédia de Pedagogia Universitária.** MOROSINI, M. C.(org.). Porto Alegre, FAPERGS, 2003-d.

_____. A estrutura e o Funcionamento do ensino superior no Brasil. In: Soares, M. S. A. (Org.) **A educação superior no Brasil.** Brasília: UNESCO/CAPES/GEU, 2002. p. 43–69.

_____. Diversificação do Sistema de Educação terciária: um desafio para o Brasil. In: Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, v. 15, n. 1, mai. 2003.

OECD. **Redefining tertiary education**, 1998. Disponível em <www.oecd.org/publications/observer/214/article4-eng.htm> . Acesso em: 01 set.2005.

_____. **Higher Education Management and Policy**, 2006.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Disponível em: <<http://www.ilo.org>> Acesso em: 04 set.2005.

_____. **International Institute for Labour Studies (IILS).** Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/inst/index.htm>> Acesso em: 20 set.2005.

_____. **Statistics.** Disponível em <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/index.htm>>; <<http://laborsta.ilo.org/>> Acesso em: 15 set.2005.

_____. **Rapport sur L'emploi dans le Monde 1998-99.** Tendances De L'emploi Au Niveau Mondial: De Sombres Perspectives. Disponível em <<http://www.ilo.org/public/french/bureau/inf/pkits/wer98/wer98ch1.htm>> Acesso em: 20 out.2005.

OLIVEIRA, R. Renato Oliveira: C&T e o Estado do Rio Grande do Sul. In Baungartem, M. Revista **Sociologias.** Porto Alegre, 2001.

OLIVEN, A. **A Expansão do Ensino Superior:** democratização ou cooptação? In Revista Educação Brasileira, Ano 2, n. 4. 1980. p. 51-75.

_____. **A Paroquialização do Ensino Superior.** Petrópolis: Vozes, 1990.

PAIVA, V. O novo paradigma de desenvolvimento: educação, cidadania e trabalho. In: **Educação e Sociedade**. Ano XIV, n. 45. CEDES/UNICAMP. Campinas: Papirus, 1993.

PARSONS, T. The school as a Social System: some of its functions in American Society. In **Education, Economy and Society: A Reader in the Sociology of Education**. New York: Free Press, 1961.

PAIXÃO, C. de F. **A dinâmica da educação superior nos anos de 1990**: um estudo sobre as universidades no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2004. Dissertação (Mestrado Sociologia), PPG Sociologia/UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

PEREIRA, O. F. **O Ensino Superior no Rio Grande do Sul**. (dissertação de mestrado). Porto Alegre: PUCRS, 1979.

PINTOS, J. L. **Sociocibernética**: Marco sistêmico y esquema conceptual. 1994. Disponível em: <<http://idd00qmm.eresmas.net/articulos/sociocibernetica.htm>> Acesso em: 10 nov.2005.

PUCRS. **Histórico da PUCRS**. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/conheca/historico/>> Acesso em: 10 ago.2006.

_____/IESPE. **Perfil do Ensino Superior no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1984.

RAIZER, L. & NEVES, C. E. B. Diversificação no Ensino Superior do RS: um novo cenário?. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS, 2004. **Anais**. Porto Alegre: UFRGS, 2004-a. p. 762.

_____. Sociologia e Educação: o novo diálogo. In **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA**. 11, 2003, Campinas/UNICAMP. **Anais**. Campinas, 2003.

_____. **Desempenho educacional dos municípios do RS**: em busca de fatores explicativos. Porto Alegre: UFRGS, 2004-b.

RANIERI, N. B. **Educação Superior, Direito e Estado na LDB**. São Paulo: Fapesp, 2000.

RODRIGUES, A. B. **A Diversificação do Ensino Superior no RS: o impacto das novas instituições**. Salão de Iniciação Científica da Ufrgs. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

RODRIGUEZ, D.. Introducción . In: Luhmann, Niklas. **Poder**. Barcelona Anthropos; México; Universidad Iberoamericana; Santiago de Chile; Instituto de Sociología, Pontificia Universidad Católica de Chile. 1995.

_____ & ARNOLD Marcelo. **Sociedad y teoría de sistemas**. Santiago do Chile: Universitária, 1990.

ROSSATO, R. **Século XX : Urbanização e Cidadania**. Santa Maria: Pallotti, 1997-a.

_____. As condições de Pesquisa na UFSM. In Universidade, Pesquisa e Inovação. Franco (org.). Porto Alegre: UFRGS, 1997-b.

SEC/RS. **Estatísticas básicas do ensino superior no RS – 1992**. Porto Alegre: Secretaria de Educação do RS, 2003.

SANTOS, B. S. (Org). **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

SLAUGHTER, Sheila; Leslie, L. L. **Academic Capitalism and the New Economy: Markets, State, and Higher Education**. Johns Hopkins University, 2004.

SANTOS, R. F. **As universidades no processo de expansão do ensino superior brasileiro**. N. 183, p. 25-38. 1974.

SEC/DAU/RS. **Centros universitários: áreas de abrangência e influência**. Porto Alegre, 1973.

_____. **Estudo dos distritos geo-educacionais**. n. 1. Porto Alegre, 1972.

_____. **Estatísticas Básicas do Ensino Superior – RS - 1991**. Porto Alegre: Corag, 1992.

_____. **Estatísticas Básicas do Ensino Superior – RS - 1992**. Porto Alegre: Corag, 1993.

_____. **Integração sistema estadual de ensino, universidades e IES**. Porto Alegre, 1977.

_____. **Relatório do Encontro Regional para implementação de uma ação conjunta de IES com a participação das delegacias de educação que não possuem IES na sua sede**. Porto Alegre, 1982.

_____. **Relatório II: encontro sobre estudos universitários**. Porto Alegre, 1982.

_____. **Relatório: encontro sobre estudos universitários**. Porto Alegre, 1981.

_____. **Repercussão dos estudos de integração DAU/SEC e Universidades e IES**. Porto Alegre, 1977.

_____. **Anuário de Estatísticas Educacionais e Culturais**. Porto Alegre, 1949.

SILVA, E. W. **Extensão Universitária no RS – concepções e prática**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) PPG Sociologia/UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

_____. **Ensino Superior Regional: A Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) PPG Sociologia/UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1994.

UFRGS. **Documento sobre os cursos seqüenciais**. CEPE (Câmara de Ensino e Pesquisa) /UFRGS. 1999.

SCHWARTZMAN, S. Equity, quality and relevance in higher education in Brazil. In **Anais** da Academia Brasileira de Ciências, 2004.

TEIXEIRA, A. A Escola Brasileira e a Estabilidade Social. In **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 28, n. 67. 1956.

TRAMONTIN, R. **Modelo proclamado e funcionamento real das universidades emergentes reconhecidas no Brasil na década de 80**. Canoas: ULBRA, 1999.

TRIGUEIRO, D. M. **A Expansão do Ensino Superior no Brasil**. In **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. n. 108. Brasília, 1967. p. 209-234.

TURA, Maria de L. R. **Sociologia para Educadores**. Rio de Janeiro: Quattet, 2001.

UFRGS/PROPLAN. **Expansão do Ensino Superior: estudo do fenômeno no RS e na UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 1980.

UNESCO. Contribuer au développement national et régional. In **L'enseignement supérieur au XXI siècle**. Paris, out.1998.

_____. **Feminización de la matrícula de educación superior en América Latina y el Caribe**. México: IESALC, 2004.

_____. La contribution de l'enseignement supérieur à l'ensemble du système éducatif. In: **L'enseignement supérieur au XXI siècle**. Paris, out.1998.

_____. **Communiqué of the Ministerial Round Table on EFA 7-8 October 2005 on the occasion of the 33rd Session of the General Conference of UNESCO UNESCO, Paris**. Disponível em:

<<http://www.unesco.org/education/mined2005/communique.pdf>> , acesso em: 13 out.2005.

_____. & IESALC. Disponible em: <<http://www.iesalc.unesco.org.ve/>> Acesso em: 25 nov.2005 .

_____. **Reforms and innovations in higher education in some Latin American and Caribbean countries** 1998-2003. Paris, 2003. Disponível em

<<http://www.iesalc.unesco.org.ve/iesalcdocs/Reforms%20and%20innovations%20LAC%201998-2003.pdf>> . Acesso em: 13 out.2005.

_____. **Educación superior en una sociedad mundializada**. 2003. Disponível em:<<http://www.iesalc.unesco.org.ve/pruebaobservatorio/documentos%20pdf/educaci%F3n%20superior%20en%20una%20sociedad%20mundializada.pdf>> Acesso em 13 out.2005.

_____. & OECD COOPERATION BETWEEN UNESCO AND OECD IN DRAFTING GUIDELINES ON “**QUALITY PROVISION IN CROSS-BORDER HIGHER EDUCATION**”, Paris, 5 de setembro de 2005. Disponível em:

<<http://www.iesalc.unesco.org.ve/sid/documentosunesco/UNESCO%20OECD%20Cross%20Border%20Higher%20Education%20Engl.pdf>> Acesso em: 13 out.2005.

ZORZI, A. **Transmissão da propriedade: uma etapa da reprodução social na agricultura familiar**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul Orientadora: Anita Brumer.

ZYMLER, B. **Política e Direito**: uma visão autopoietica. Curitiba: Juruá, 2003.

WONNACOTT, R. J; WONNACOTT, T.H. **Regression: a second course in statistics**. Nova York: John Wiley & Sons, 1992.

_____. **Fundamentos de Estatística**: descobrindo o poder da estatística. Rio de Janeiro: ETC, 1985.

Anexo

Lista de anexo

Anexo A- Tabela: Cursos oferecidos segundo a área de conhecimento, 1968-1976, RS.....	210
Anexo B- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento do Numero de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 - 2004.....	211
Anexo B1- Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa segundo a Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 - 2004.....	212
Anexo B2 - Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por organização acadêmica – Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 - 2004.....	213
Anexo B3- Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa segundo a Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 – 2004. Organização Acadêmica: Universidades.....	214
Anexo B4- Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa segundo a Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 – 2004. Organização Acadêmica: Centros Universitários.....	215
Anexo B5- Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa segundo a Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 – 2004. Organização Acadêmica: Faculdade Integradas.....	216
Anexo B6- Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa segundo a Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 – 2004. Organização Acadêmica: Faculdades, Escolas e Institutos.....	217
Anexo B7- Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa segundo a Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 – 2004. Organização Acadêmica: CET/FaT.....	218
Anexo C- Tabela: Distribuição Percentual e taxa de Crescimento do Número de Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Numero de Cursos de Graduação Presenciais.....	219
Anexo C1- Tabela: Número de Cursos de Graduação Presenciais por Organização Acadêmica, segundo a Localização. Região Sul UF Rio Grande do Sul - 1991 - 2004..	220
Anexo D- Tabela: Distribuição Percentual e taxa de Crescimento de Matrículas - Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais.....	221
Anexo E- Tabela: Distribuição Percentual e taxa de Crescimento do Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004.....	222
Anexo F- Tabela: Matrículas por Categoria Administrativa, Segundo a Localização, o Turno e o Sexo. Região Sul – 1991 – 2004.....	223
Anexo G- Tabela: Distribuição Percentual e taxa de Crescimento do Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004.....	227

Anexo G1- Tabela: Distribuição Percentual e taxa de Crescimento do Número de Concluintes de Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Centros Universitários - Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Centros Universitários	228
Anexo G2- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento do Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Faculdades Integradas - Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Faculdades Integradas	229
Anexo G3- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento do Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Faculdades, Escolas e Institutos Superiores - Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Faculdades Escolas e Institutos Superiores	230
Anexo G4- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento do Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Centros de Educação Tecnológica e Faculdade de Tecnologia - Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004	231
Anexo H- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Vagas Oferecidas - Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Vagas Oferecidas nos Cursos de Graduação Presenciais	232
Anexo H1- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Vagas Oferecidas - Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Universidades - Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Universidades	233
Anexo H2- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Vagas Oferecidas - Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Centros Universitários - Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Centros Universitários	234
Anexo I- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Candidatos Inscritos - Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Brasil 1991 – 2004. Candidatos Inscritos nos Cursos de Graduação Presenciais.....	235
Anexo I1- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Candidatos Inscritos - Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004.....	236
Anexo I2- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Candidatos Inscritos - Cursos de Graduação Presenciais por organização acadêmica – Universidades – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004.....	237
Anexo I3- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Candidatos Inscritos - Cursos de Graduação Presenciais por organização acadêmica– Centros Universitários – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004.....	238
Anexo J- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Ingressos - Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004.....	239
Anexo K- Tabela: Vagas, Inscritos e Ingressos por Categoria Administrativa, Segundo a Localização, o Turno e o Sexo – Região 4 UF 43 – 1991 – 2004.....	240
Anexo L- Tabela: Novas universidades federais, 2004-2006, Brasil.....	241

Anexo M- Tabela: Criação de novos campi federais segundo a grande região do país, 2004-2006.	243
Anexo N- Tabela: IES com extensões e campi fora da cidade sede, RS, novembro de 2006.	247
Anexo O- Tabela: Cursos de graduação selecionados e número de matrículas e percentual em 1992, 2000 e 2004, RS.....	249
Anexo P- Tabela: Número e porcentagem de vagas ensino superior segundo os municípios do RS, 1977, 2001 e 2003.	252
Anexo Q- Tabela: Faculdades Privadas no RS.....	255
Anexo R- Tabela: Número e porcentagem de concluintes nos cursos de graduação do RS e municípios, 1991, 2001 e 2003.	258
Anexo S- Tabela: Número e porcentagem de matrículas, vagas e ingresso no ES nos municípios selecionados do RS, 1992, 2001, 2003.....	260
Anexo T- Tabela: Matrículas, concluintes e porcentagem segundo os cursos de graduação selecionados no RS, 1991-92, 200-01, 2001-03-04.....	264
Anexo U- Tabela . IES por município sede e campi e extensões, RS, 2006.....	267
Anexo V- Tabela: Número de cursos existentes em 1991 e sua variação em relação a 2003, RS.	277
Anexo X- Tabela: Número de cursos de graduação segundo o município onde é oferecido, RS, 1991 e 2003, e segundo a maior taxa de variação no período.....	279
Anexo Z- Tabelas. Oferta de cursos nos municípios do RS, segundo a grande área do conhecimento, 2003.....	281
Anexo AA- Tabela: Número de cursos novos criados, 1991-2003, segundo o município e a porcentagem em relação ao total do estado, RS.....	285
Anexo AB- Tabela: Número de cursos novos criados entre 1991 e 2003, segundo o município, o tipo de dependência administrativa e organização acadêmica., RS, 1991-2003.....	286
Anexo AC- Quadro. Cursos oferecidos pela UERGS em 2006, segundo o município e áreas do conhecimento.....	290
Anexo AD – Tabela: População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade - Rio Grande do Sul, 2004.	293
Anexo AE – Tabela: Pessoas que freqüentavam creche ou escola, por grau e a série que freqüentavam, segundo a rede de ensino que freqüentavam, o sexo e os grupos de idade - Rio Grande do Sul, 2004.....	294

Anexo A- Tabela: Cursos oferecidos segundo a área de conhecimento, 1968-1976, RS

Área	Ano		
	1968	1972	1976
Ciências Exatas e Tecnológicas	Tipos: 14	Tipos: 15	Tipos: 19
	Total: 44	Total: 48	Total: 56
Ciências Biológicas e Profissões da Saúde	Tipos: 7	Tipos: 7	Tipos: 9
	Total: 22	Total: 29	Total: 35
Ciências Agrárias	Tipos: 3	Tipos: 3	Tipos: 4
	Total: 7	Total: 11	Total: 13
Ciências Humanas	Tipos: 20	Tipos: 21	Tipos: 41
	Total: 100	Total: 158	Total: 260
Letras	Tipos: 1	Tipos: 1	Tipos: 3
	Total: 14	Total: 27	Total: 34
Artes	Tipos: 6	Tipos: 7	Tipos: 8
	Total: 22	Total: 27	Total: 28
Total	Tipos: 51	Tipos: 54	Tipos: 84
	Total: 209	Total: 300	Total: 426

Fonte: UFRGS, 1980, p. 23.

Anexo B- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento do Numero de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 - 2004

Número de Instituições de Educação Superior																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	131	49	37,4	5	10,2	5	100,0	0	0,0	0	0,0	44	89,8	44	100,0	0	0,0
1992	124	46	37,1	5	10,9	5	100,0	0	0,0	0	0,0	41	89,1	41	100,0	0	0,0
1993	126	45	35,7	5	11,1	5	100,0	0	0,0	0	0,0	40	88,9	40	100,0	0	0,0
1994	122	43	35,2	5	11,6	5	100,0	0	0,0	0	0,0	38	88,4	38	100,0	0	0,0
1995	120	44	36,7	6	13,6	6	100,0	0	0,0	0	0,0	38	86,4	38	100,0	0	0,0
1996	122	43	35,2	6	14,0	6	100,0	0	0,0	0	0,0	37	86,0	37	100,0	0	0,0
1997	120	41	34,2	6	14,6	6	100,0	0	0,0	0	0,0	35	85,4	15	42,9	20	57,1
1998	131	44	33,6	6	13,6	6	100,0	0	0,0	0	0,0	38	86,4	10	26,3	28	73,7
1999	148	44	29,7	6	13,6	6	100,0	0	0,0	0	0,0	38	86,4	8	21,1	30	78,9
2000	176	48	27,3	7	14,6	7	100,0	0	0,0	0	0,0	41	85,4	11	26,8	30	73,2
2001	215	51	23,7	7	13,7	7	100,0	0	0,0	0	0,0	44	86,3	15	34,1	29	65,9
2002	260	60	23,1	7	11,7	7	100,0	0	0,0	0	0,0	53	88,3	19	35,8	34	64,2
2003	306	74	24,2	8	10,8	8	100,0	0	0,0	0	0,0	66	89,2	29	43,9	37	56,1
2004	335	83	24,8	9	10,8	8	88,9	1	11,1	0	0,0	74	89,2	35	47,3	39	52,7
1/1996 Δ	-6,9	-12,2	-	20,0	-	20,0	-	-	-	-	-	-15,9	-	-15,9	-	-	-
6/2004 Δ	174,6	93,0	-	50,0	-	33,3	-	-	-	-	-	100,0	-	-5,4	-	95,0	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Anexo B1- Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa segundo a Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 - 2004

Ano/Titulação	Total Geral	Pública			Privada		
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Com/Conf/ Fil	
1991	Total	49	5	-	-	44	-
	Capital	9	2	-	-	7	-
	Interior	40	3	-	-	37	-
1992	Total	46	5	-	-	41	-
	Capital	9	2	-	-	7	-
	Interior	37	3	-	-	34	-
1993	Total	45	5	-	-	40	-
	Capital	8	2	-	-	6	-
	Interior	37	3	-	-	34	-
1994	Total	43	5	-	-	38	-
	Capital	9	2	-	-	7	-
	Interior	34	3	-	-	31	-
1995	Total	44	6	-	-	38	-
	Capital	9	2	-	-	7	-
	Interior	35	4	-	-	31	-
1996	Total	43	6	-	-	37	-
	Capital	8	2	-	-	6	-
	Interior	35	4	-	-	31	-
1997	Total	41	6	-	-	35	-
	Capital	10	2	-	-	8	-
	Interior	31	4	-	-	27	-
1998	Total	44	6	-	-	10	28
	Capital	10	2	-	-	4	4
	Interior	34	4	-	-	6	24
1999	Total	44	6	-	-	8	30
	Capital	11	2	-	-	6	3
	Interior	33	4	-	-	2	27
2000	Total	48	7	-	-	11	30
	Capital	12	2	-	-	6	4
	Interior	36	5	-	-	5	26
2001	Total	51	7	-	-	15	29
	Capital	12	2	-	-	6	4
	Interior	39	5	-	-	9	25
2002	Total	60	7	-	-	19	34
	Capital	13	2	-	-	7	4
	Interior	47	5	-	-	12	30
2003	Total	74	8	-	-	29	37
	Capital	17	2	-	-	11	4
	Interior	57	6	-	-	18	33
2004	Total	83	8	1	-	35	39
	Capital	20	2	1	-	14	3
	Interior	63	6	-	-	21	36

Fonte: MEC/INEP/Deaes

Anexo B2 - Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por organização acadêmica – Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 - 2004

Ano/Titulação		Total Geral	Universidades	Centros Universitários	Faculdades Integradas	Faculdades, Escolas e	Centro de Educ. Tec. E Fac. De
1991	Total	49	13	-	7	29	-
	Capital	9	2	-	-	7	-
	Interior	40	11	-	7	22	-
1992	Total	46	14	-	5	27	-
	Capital	9	2	-	-	7	-
	Interior	37	12	-	5	20	-
1993	Total	45	15	-	4	26	-
	Capital	8	2	-	-	6	-
	Interior	37	13	-	4	20	-
1994	Total	43	15	-	4	24	-
	Capital	9	2	-	-	7	-
	Interior	34	13	-	4	17	-
1995	Total	44	15	-	3	26	-
	Capital	9	2	-	-	7	-
	Interior	35	13	-	3	19	-
1996	Total	43	15	-	6	22	-
	Capital	8	2	-	1	5	-
	Interior	35	13	-	5	17	-
1997	Total	41	15	-	4	22	-
	Capital	10	2	-	-	8	-
	Interior	31	13	-	4	14	-
1998	Total	44	15	-	4	25	-
	Capital	10	2	-	-	8	-
	Interior	34	13	-	4	17	-
1999	Total	44	15	4	1	24	-
	Capital	11	2	-	1	8	-
	Interior	33	13	4	-	16	-
2000	Total	48	15	4	1	26	2
	Capital	12	2	-	1	9	-
	Interior	36	13	4	-	17	2
2001	Total	51	15	4	2	28	2
	Capital	12	2	-	1	9	-
	Interior	39	13	4	1	19	2
2002	Total	60	15	5	1	37	2
	Capital	13	2	1	-	10	-
	Interior	47	13	4	1	27	2
2003	Total	74	15	5	1	48	5
	Capital	17	2	1	-	14	-
	Interior	57	13	4	1	34	5
2004	Total	83	16	6	1	52	8
	Capital	20	3	2	-	13	2
	Interior	63	13	4	1	39	6

Fonte: MEC/INEP/Deaes

Anexo B3- Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa segundo a Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 – 2004. Organização Acadêmica: Universidades

Ano/Titulação	Total Geral	Pública			Privada		
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Com/Conf/ Fil	
1991	Total	13	4	-	-	9	-
	Capital	2	1	-	-	1	-
	Interior	11	3	-	-	8	-
1992	Total	14	4	-	-	10	-
	Capital	2	1	-	-	1	-
	Interior	12	3	-	-	9	-
1993	Total	15	4	-	-	11	-
	Capital	2	1	-	-	1	-
	Interior	13	3	-	-	10	-
1994	Total	15	4	-	-	11	-
	Capital	2	1	-	-	1	-
	Interior	13	3	-	-	10	-
1995	Total	15	4	-	-	11	-
	Capital	2	1	-	-	1	-
	Interior	13	3	-	-	10	-
1996	Total	15	4	-	-	11	-
	Capital	2	1	-	-	1	-
	Interior	13	3	-	-	10	-
1997	Total	15	4	-	-	11	-
	Capital	2	1	-	-	1	-
	Interior	13	3	-	-	10	-
1998	Total	15	4	-	-	-	11
	Capital	2	1	-	-	-	1
	Interior	13	3	-	-	-	10
1999	Total	15	4	-	-	-	11
	Capital	2	1	-	-	-	1
	Interior	13	3	-	-	-	10
2000	Total	15	4	-	-	-	11
	Capital	2	1	-	-	-	1
	Interior	13	3	-	-	-	10
2001	Total	15	4	-	-	-	11
	Capital	2	1	-	-	-	1
	Interior	13	3	-	-	-	10
2002	Total	15	4	-	-	-	11
	Capital	2	1	-	-	-	1
	Interior	13	3	-	-	-	10
2003	Total	15	4	-	-	-	11
	Capital	2	1	-	-	-	1
	Interior	13	3	-	-	-	10
2004	Total	16	4	1	-	-	11
	Capital	3	1	1	-	-	1
	Interior	13	3	-	-	-	10

Fonte: MEC/INEP/Deaes

Anexo B4- Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa segundo a Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 – 2004.

Organização Acadêmica: Centros Universitários

Ano/Titulação	Total Geral	Pública			Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Com/Conf/ Fil
1991	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1992	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1993	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1994	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1995	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1996	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1997	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1998	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1999	Total	4	-	-	-	4
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	4	-	-	-	4
2000	Total	4	-	-	-	4
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	4	-	-	-	4
2001	Total	4	-	-	-	4
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	4	-	-	-	4
2002	Total	5	-	-	-	1
	Capital	1	-	-	-	1
	Interior	4	-	-	-	4
2003	Total	5	-	-	-	1
	Capital	1	-	-	-	1
	Interior	4	-	-	-	4
2004	Total	6	-	-	-	1
	Capital	2	-	-	-	1
	Interior	4	-	-	-	4

Fonte: MEC/INEP/Deaes

Anexo B5- Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa segundo a Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 – 2004.

Organização Acadêmica: Faculdade Integradas

Ano/Titulação	Total Geral	Pública			Privada		
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Com/Conf/ Fil	
1991	Total	7	-	-	-	7	-
	Capital	-	-	-	-	-	-
	Interior	7	-	-	-	7	-
1992	Total	5	-	-	-	5	-
	Capital	-	-	-	-	-	-
	Interior	5	-	-	-	5	-
1993	Total	4	-	-	-	4	-
	Capital	-	-	-	-	-	-
	Interior	4	-	-	-	4	-
1994	Total	4	-	-	-	4	-
	Capital	-	-	-	-	-	-
	Interior	4	-	-	-	4	-
1995	Total	3	-	-	-	3	-
	Capital	-	-	-	-	-	-
	Interior	3	-	-	-	3	-
1996	Total	6	-	-	-	6	-
	Capital	1	-	-	-	1	-
	Interior	5	-	-	-	5	-
1997	Total	4	-	-	-	4	-
	Capital	-	-	-	-	-	-
	Interior	4	-	-	-	4	-
1998	Total	4	-	-	-	3	1
	Capital	-	-	-	-	-	-
	Interior	4	-	-	-	3	1
1999	Total	1	-	-	-	1	-
	Capital	1	-	-	-	1	-
	Interior	-	-	-	-	-	-
2000	Total	1	-	-	-	1	-
	Capital	1	-	-	-	1	-
	Interior	-	-	-	-	-	-
2001	Total	2	-	-	-	2	-
	Capital	1	-	-	-	1	-
	Interior	1	-	-	-	1	-
2002	Total	1	-	-	-	1	-
	Capital	-	-	-	-	-	-
	Interior	1	-	-	-	1	-
2003	Total	1	-	-	-	1	-
	Capital	-	-	-	-	-	-
	Interior	1	-	-	-	1	-
2004	Total	1	-	-	-	1	-
	Capital	-	-	-	-	-	-
	Interior	1	-	-	-	1	-

Fonte: MEC/INEP/Deaes

Anexo B6- Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa segundo a Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 – 2004.

Organização Acadêmica: Faculdades, Escolas e Institutos

Ano/Titulação	Total Geral	Pública			Privada		
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Com/Conf/ Fil	
1991	Total	29	1	-	-	28	-
	Capital	7	1	-	-	6	-
	Interior	22	-	-	-	22	-
1992	Total	27	1	-	-	26	-
	Capital	7	1	-	-	6	-
	Interior	20	-	-	-	20	-
1993	Total	26	1	-	-	25	-
	Capital	6	1	-	-	5	-
	Interior	20	-	-	-	20	-
1994	Total	24	1	-	-	23	-
	Capital	7	1	-	-	6	-
	Interior	17	-	-	-	17	-
1995	Total	26	2	-	-	24	-
	Capital	7	1	-	-	6	-
	Interior	19	1	-	-	18	-
1996	Total	22	2	-	-	20	-
	Capital	5	1	-	-	4	-
	Interior	17	1	-	-	16	-
1997	Total	22	2	-	-	20	-
	Capital	8	1	-	-	7	-
	Interior	14	1	-	-	13	-
1998	Total	25	2	-	-	7	16
	Capital	8	1	-	-	4	3
	Interior	17	1	-	-	3	13
1999	Total	24	2	-	-	7	15
	Capital	8	1	-	-	5	2
	Interior	16	1	-	-	2	13
2000	Total	26	1	-	-	10	15
	Capital	9	1	-	-	5	3
	Interior	17	-	-	-	5	12
2001	Total	28	1	-	-	13	14
	Capital	9	1	-	-	5	3
	Interior	19	-	-	-	8	11
2002	Total	37	1	-	-	17	19
	Capital	10	1	-	-	6	3
	Interior	27	-	-	-	11	16
2003	Total	48	1	-	-	25	22
	Capital	14	1	-	-	10	3
	Interior	34	-	-	-	15	19
2004	Total	52	1	-	-	29	22
	Capital	13	1	-	-	11	1
	Interior	39	-	-	-	18	21

Fonte: MEC/INEP/Deaes

Anexo B7- Tabela: Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa segundo a Região Sul UF Rio Grande do Sul – 1991 – 2004.

Organização Acadêmica: CET/FaT

Ano/Titulação	Total Geral	Pública			Privada	
		Federal	Estadual	Municipal	Particular	Com/Conf/ Fil
1991	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1992	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1993	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1994	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1995	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1996	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1997	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1998	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
1999	Total	-	-	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	-	-	-	-	-
2000	Total	2	2	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	2	2	-	-	-
2001	Total	2	2	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	2	2	-	-	-
2002	Total	2	2	-	-	-
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	2	2	-	-	-
2003	Total	5	3	-	-	2
	Capital	-	-	-	-	-
	Interior	5	3	-	-	2
2004	Total	8	3	-	-	4
	Capital	2	-	-	-	2
	Interior	6	3	-	-	2

Fonte: MEC/INEP/Deaes

anexo C- Tabela: Distribuição Percentual e taxa de Crescimento do Número de Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Numero de Cursos de Graduação Presenciais

Número de Cursos de Graduação Presenciais																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	1.035	511	49,4	119	23,3	119	100,0	0	0,0	0	0,0	392	76,7	392	100,0	0	0,0
1992	1.092	533	48,8	115	21,6	115	100,0	0	0,0	0	0,0	418	78,4	418	100,0	0	0,0
1993	1.166	581	49,8	115	19,8	115	100,0	0	0,0	0	0,0	466	80,2	466	100,0	0	0,0
1994	1.239	620	50,0	116	18,7	116	100,0	0	0,0	0	0,0	504	81,3	504	100,0	0	0,0
1995	1.389	712	51,3	165	23,2	165	100,0	0	0,0	0	0,0	547	76,8	547	100,0	0	0,0
1996	1.463	726	49,6	161	22,2	161	100,0	0	0,0	0	0,0	565	77,8	565	100,0	0	0,0
1997	1.342	630	46,9	121	19,2	121	100,0	0	0,0	0	0,0	509	80,8	509	100,0	0	0,0
1998	1.575	701	44,5	123	17,5	123	100,0	0	0,0	0	0,0	578	82,5	578	100,0	0	0,0
1999	2.015	865	42,9	169	19,5	169	100,0	0	0,0	0	0,0	696	80,5	20	2,9	676	97,1
2000	2.382	949	39,8	182	19,2	182	100,0	0	0,0	0	0,0	767	80,8	28	3,7	739	96,3
2001	2.682	1.016	37,9	185	18,2	185	100,0	0	0,0	0	0,0	831	81,8	33	4,0	798	96,0
2002	2.949	1.090	37,0	187	17,2	187	100,0	0	0,0	0	0,0	903	82,8	41	4,5	862	95,5
2003	3.252	1.144	35,2	185	16,2	185	100,0	0	0,0	0	0,0	959	83,8	59	6,2	900	93,8
2004	3.561	1.262	35,4	245	19,4	197	80,4	48	19,6	0	0,0	1.017	80,6	72	7,1	945	92,9
1991/1996 Δ	41,4	42,1	-	35,3	-	35,3	-	-	-	-	-	44,1	-	44,1	-	-	-
1996/2004 Δ	143,4	73,8	-	52,2	-	22,4	-	-	-	-	-	80,0	-	-87,3	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Anexo C1- Tabela: Número de Cursos de Graduação Presenciais por Organização Acadêmica, segundo a Localização. Região Sul UF Rio Grande do Sul - 1991 - 2004

Ano/Titulação	Total Geral	Universidades	Centros Universitarios	Faculdades Integradas	Faculdades, Escolas, Institutos	Centros de Educ. Tecn./Fac. De Tecno.
1991 Total	511	379	-	64	68	-
Capital	77	60	-	1	16	-
Interior	434	319	-	63	52	-
1992 Total	533	431	-	41	61	-
Capital	80	61	-	3	16	-
Interior	453	370	-	38	45	-
1993 Total	581	489	-	31	61	-
Capital	77	59	-	3	15	-
Interior	504	430	-	28	46	-
1994 Total	620	532	-	31	57	-
Capital	80	60	-	3	17	-
Interior	540	472	-	28	40	-
1995 Total	712	615	10	13	74	-
Capital	92	71	-	3	18	-
Interior	620	544	10	10	56	-
1996 Total	726	630	15	30	51	-
Capital	98	77	5	3	13	-
Interior	628	553	10	27	38	-
1997 Total	630	558	-	27	45	-
Capital	91	71	-	3	17	-
Interior	539	487	-	24	28	-
1998 Total	701	621	-	31	49	-
Capital	86	65	-	3	18	-
Interior	615	556	-	28	31	-
1999 Total	865	766	48	4	47	-
Capital	119	98	-	3	18	-
Interior	746	668	48	1	29	-
2000 Total	949	811	73	5	55	5
Capital	125	99	-	4	22	-
Interior	824	712	73	1	33	5
2001 Total	1016	850	90	9	59	8
Capital	126	99	-	5	22	-
Interior	890	751	90	4	37	8
2002 Total	1090	888	115	3	74	10
Capital	138	108	6	-	24	-
Interior	952	780	109	3	50	10
2003 Total	1144	915	122	3	93	11
Capital	149	109	7	-	33	-
Interior	995	806	115	3	60	11
2004 Total	1262	999	136	3	107	17
Capital	162	110	17	-	32	3
Interior	1100	889	119	3	75	14

Fonte: MEC/INEP/Deaes

**Anexo D- Tabela: Distribuição Percentual e taxa de Crescimento de Matrículas - Cursos de Graduação Presenciais
por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Matrículas nos Cursos de Graduação
Presenciais**

Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	287.702	140.172	48,7	35.217	25,1	35.217	100,0	0	0,0	0	0,0	104.955	74,9	104.955	100,0	0	0,0
1992	279.315	131.141	47,0	35.161	26,8	35.161	100,0	0	0,0	0	0,0	95.980	73,2	95.980	100,0	0	0,0
1993	291.789	137.742	47,2	37.097	26,9	37.097	100,0	0	0,0	0	0,0	100.645	73,1	100.645	100,0	0	0,0
1994	304.852	144.083	47,3	38.255	26,6	38.255	100,0	0	0,0	0	0,0	105.828	73,4	105.828	100,0	0	0,0
1995	327.130	152.215	46,5	36.110	23,7	36.110	100,0	0	0,0	0	0,0	116.105	76,3	116.105	100,0	0	0,0
1996	349.193	164.382	47,1	37.676	22,9	37.676	100,0	0	0,0	0	0,0	126.706	77,1	126.706	100,0	0	0,0
1997	378.566	178.371	47,1	37.999	21,3	37.999	100,0	0	0,0	0	0,0	140.372	78,7	140.372	100,0	0	0,0
1998	419.133	195.048	46,5	40.067	20,5	40.067	100,0	0	0,0	0	0,0	154.981	79,5	154.981	100,0	0	0,0
1999	473.136	217.060	45,9	41.436	19,1	41.436	100,0	0	0,0	0	0,0	175.624	80,9	9.373	5,3	166.251	94,7
2000	542.435	238.263	43,9	43.195	18,1	43.195	100,0	0	0,0	0	0,0	195.068	81,9	11.136	5,7	183.932	94,3
2001	601.588	258.258	42,9	43.875	17,0	43.875	100,0	0	0,0	0	0,0	214.383	83,0	13.230	6,2	201.153	93,8
2002	677.655	285.699	42,2	42.638	14,9	42.638	100,0	0	0,0	0	0,0	243.061	85,1	15.155	6,2	227.906	93,8
2003	745.164	303.554	40,7	45.364	14,9	45.364	100,0	0	0,0	0	0,0	258.190	85,1	18.060	7,0	240.130	93,0
2004	793.298	322.824	40,7	48.474	15,0	45.606	94,1	2.868	5,9	0	0,0	274.350	85,0	22.145	8,1	252.205	91,9
1991/1996 Δ	21,4	17,3	-	7,0	-	7,0	-	-	-	-	-	20,7	-	20,7	-	-	-
1996/2004 Δ	127,2	96,4	-	28,7	-	21,0	-	-	-	-	-	116,5	-	-82,5	-	-	-
Fonte: MEC/Inep/Deaes.																	

Anexo E- Tabela: Distribuição Percentual e taxa de Crescimento do Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004.

Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	39.152	16.369	41,8	3.901	23,8	3.901	100,0	0	0,0	0	0,0	12.468	76,2	12.468	100,0	0	0,0
1992	37.813	16.446	43,5	3.973	24,2	3.973	100,0	0	0,0	0	0,0	12.473	75,8	12.473	100,0	0	0,0
1993	38.173	15.688	41,1	4.095	26,1	4.095	100,0	0	0,0	0	0,0	11.593	73,9	11.593	100,0	0	0,0
1994	39.655	16.963	42,8	4.340	25,6	4.340	100,0	0	0,0	0	0,0	12.623	74,4	12.623	100,0	0	0,0
1995	41.352	16.376	39,6	4.388	26,8	4.388	100,0	0	0,0	0	0,0	11.988	73,2	11.988	100,0	0	0,0
1996	42.147	15.792	37,5	4.733	30,0	4.733	100,0	0	0,0	0	0,0	11.059	70,0	11.059	100,0	0	0,0
1997	45.453	17.603	38,7	4.741	26,9	4.741	100,0	0	0,0	0	0,0	12.862	73,1	12.862	100,0	0	0,0
1998	49.723	19.144	38,5	4.932	25,8	4.932	100,0	0	0,0	0	0,0	14.212	74,2	1.020	7,2	13.192	92,8
1999	55.877	21.542	38,6	5.370	24,9	5.370	100,0	0	0,0	0	0,0	16.172	75,1	991	6,1	15.181	93,9
2000	60.762	22.188	36,5	5.587	25,2	5.587	100,0	0	0,0	0	0,0	16.601	74,8	960	5,8	15.641	94,2
2001	70.828	25.686	36,3	6.364	24,8	6.364	100,0	0	0,0	0	0,0	19.322	75,2	1.044	5,4	18.278	94,6
2002	84.960	30.027	35,3	6.306	21,0	6.306	100,0	0	0,0	0	0,0	23.721	79,0	1.155	4,9	22.566	95,1
2003	96.559	32.471	33,6	6.654	20,5	6.654	100,0	0	0,0	0	0,0	25.817	79,5	1.465	5,7	24.352	94,3
2004	105.455	34.162	32,4	6.809	19,9	6.809	100,0	0	0,0	0	0,0	27.353	80,1	1.730	6,3	25.623	93,7
1/1996 Δ	7,6	-3,5	-	21,3	-	21,3	-	-	-	-	-	-11,3	-	-11,3	-	-	-
6/2004 Δ	150,2	116,3	-	43,9	-	43,9	-	-	-	-	-	147,3	-	-84,4	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

**Anexo F- Tabela: Matrículas por Categoria Administrativa, Segundo a Localização, o Turno e o Sexo. Região Sul –
1991 – 2004**

Ano / Regime de Trabalho	Total Geral		Federal		Pública Estadual		Municipal		Privada Particular		Privada Com/Conf/Fil		
	Matrícula	Concluente	Matrícula	Concluente	Matrícula	Concluente	Matrícula	Concluente	Matrícula	Concluente	Matrícula	Concluente	
	991	Total	140.172	16.369	35.217	3.901	-	-	-	-	104.955	12.468	-
	Capital	42.517	5.268	16.854	1.695	-	-	-	-	25.663	3.573	-	-
	Interior	97.655	11.101	18.363	2.206	-	-	-	-	79.292	8.895	-	-
	Masculino	64.353	6.383	18.809	1.915	-	-	-	-	45.544	4.468	-	-
	Feminino	75.819	9.986	16.408	1.986	-	-	-	-	59.411	8.000	-	-
	Diurno	75.802	-	32.371	-	-	-	-	-	43.431	-	-	-
	Noturno	64.370	-	2.846	-	-	-	-	-	61.524	-	-	-
992	Total	131.141	16.446	35.161	3.973	-	-	-	-	95.980	12.473	-	-
	Capital	39.982	5.608	16.709	1.861	-	-	-	-	23.273	3.747	-	-
	Interior	91.159	10.838	18.452	2.112	-	-	-	-	72.707	8.726	-	-
	Masculino	60.474	6.718	18.770	1.947	-	-	-	-	41.704	4.771	-	-
	Feminino	70.667	9.728	16.391	2.026	-	-	-	-	54.276	7.702	-	-
	Diurno	73.207	-	32.280	-	-	-	-	-	40.927	-	-	-
	Noturno	57.934	-	2.881	-	-	-	-	-	55.053	-	-	-
993	Total	137.742	15.688	37.097	4.095	-	-	-	-	100.645	11.593	-	-
	Capital	41.846	5.125	17.729	1.754	-	-	-	-	24.117	3.371	-	-
	Interior	95.896	10.563	19.368	2.341	-	-	-	-	76.528	8.222	-	-
	Masculino	63.530	6.252	20.018	2.022	-	-	-	-	43.512	4.230	-	-
	Feminino	74.212	9.436	17.079	2.073	-	-	-	-	57.133	7.363	-	-
	Diurno	75.791	-	33.383	-	-	-	-	-	42.408	-	-	-
	Noturno	61.951	-	3.714	-	-	-	-	-	58.237	-	-	-
994	Total	144.083	16.963	38.255	4.340	-	-	-	-	105.828	12.623	-	-
	Capital	42.578	4.805	18.100	1.785	-	-	-	-	24.478	3.020	-	-
	Interior	101.505	12.158	20.155	2.555	-	-	-	-	81.350	9.603	-	-

	Masculino	66.009	6.267	20.192	1.917	-	-	-	-	45.817	4.350	-	-
	Feminino	78.074	10.696	18.063	2.423	-	-	-	-	60.011	8.273	-	-
	Diurno	77.610	-	33.932	-	-	-	-	-	43.678	-	-	-
	Noturno	66.473	-	4.323	-	-	-	-	-	62.150	-	-	-
995	Total	152.215	16.376	36.110	4.388	-	-	-	-	116.105	11.988	-	-
	Capital	40.490	4.931	16.621	1.859	-	-	-	-	23.869	3.072	-	-
	Interior	111.725	11.445	19.489	2.529	-	-	-	-	92.236	8.916	-	-
	Masculino	68.835	6.353	18.603	2.072	-	-	-	-	50.232	4.281	-	-
	Feminino	83.380	10.023	17.507	2.316	-	-	-	-	65.873	7.707	-	-
	Diurno	81.700	-	32.208	-	-	-	-	-	49.492	-	-	-
	Noturno	70.515	-	3.902	-	-	-	-	-	66.613	-	-	-
996	Total	164.382	15.792	37.676	4.733	-	-	-	-	126.706	1.383	-	9676
	Capital	43.822	5.174	17.481	2.080	-	-	-	-	26.341	978	-	2.116
	Interior	120.560	10.618	20.195	2.653	-	-	-	-	100.365	405	-	7.560
	Masculino	73.856	6.381	19.711	2.203	-	-	-	-	54.145	427	-	3.751
	Feminino	90.526	9.411	17.965	2.530	-	-	-	-	72.561	956	-	5.925
	Diurno	87.506	-	33.413	-	-	-	-	-	54.093	-	-	-
	Noturno	76.876	-	4.263	-	-	-	-	-	72.613	-	-	-
997	Total	178.371	17.603	37.999	4.741	-	-	-	-	11.973	962	128399	11900
	Capital	45.391	5.665	17.599	2.285	-	-	-	-	8.001	466	19.791	2.914
	Interior	132.980	11.938	20.400	2.456	-	-	-	-	3.972	496	108.608	8.986
	Masculino	79.616	6.821	20.315	2.168	-	-	-	-	4.704	321	54.597	4.332
	Feminino	98.755	10.782	17.684	2.573	-	-	-	-	7.269	641	73.802	7.568
	Diurno	84.340	9.642	33.541	4.360	-	-	-	-	2.582	365	48.217	4.917
	Noturno	94.031	7.961	4.458	381	-	-	-	-	9.391	597	80.182	6.983
998	Total	195.048	19.144	40.067	4.932	-	-	-	-	10.211	1.020	144770	13192
	Capital	46.636	5.698	18.472	2.199	-	-	-	-	4.812	755	23.352	2.744
	Interior	148.412	13.446	21.595	2.733	-	-	-	-	5.399	265	121.418	10.448
	Masculino	86.733	7.393	21.074	2.367	-	-	-	-	3.786	375	61.873	4.651
	Feminino	108.315	11.751	18.993	2.565	-	-	-	-	6.425	645	82.897	8.541
	Diurno	92.057	10.060	35.368	4.357	-	-	-	-	3.037	350	53.652	5.353
	Noturno	102.991	9.084	4.699	575	-	-	-	-	7.174	670	91.118	7.839
999	Total	217.060	21.542	41.436	5.370	-	-	-	-	9.373	991	166251	15181
	Capital	49.575	5.922	18.329	2.274	-	-	-	-	7.575	731	23.671	2.917

	Interior	167.485	15.620	23.107	3.096	-	-	-	-	1.798	260	142.580	12.264
	Masculino	93.437	8.391	21.500	2.464	-	-	-	-	3.919	366	68.018	5.561
	Feminino	123.623	13.151	19.936	2.906	-	-	-	-	5.454	625	98.233	9.620
	Diurno	97.213	11.073	34.292	4.712	-	-	-	-	2.793	320	60.128	6.041
	Noturno	119.847	10.469	7.144	658	-	-	-	-	6.580	671	106.123	9.140
000	Total	238.263	22.188	43.195	5.587	-	-	-	-	11.136	960	183932	15641
	Capital	50.900	5.790	18.871	2.387	-	-	-	-	8.265	667	23.764	2.736
	Interior	187.363	16.398	24.324	3.200	-	-	-	-	2.871	293	160.168	12.905
	Masculino	100.860	8.459	22.029	2.683	-	-	-	-	4.638	333	74.193	5.443
	Feminino	137.403	13.729	21.166	2.904	-	-	-	-	6.498	627	109.739	10.198
	Diurno	104.792	11.645	35.823	4.977	-	-	-	-	3.130	335	65.839	6.333
	Noturno	133.471	10.543	7.372	610	-	-	-	-	8.006	625	118.093	9.308
001	Total	258.258	25.686	43.875	6.364	-	-	-	-	13.230	1.044	201153	18278
	Capital	54.161	5.830	19.598	2.462	-	-	-	-	9.508	751	25.055	2.617
	Interior	204.097	19.856	24.277	3.902	-	-	-	-	3.722	293	176.098	15.661
	Masculino	110.372	9.246	22.038	2.830	-	-	-	-	5.786	355	82.548	6.061
	Feminino	147.886	16.440	21.837	3.534	-	-	-	-	7.444	689	118.605	12.217
	Diurno	108.716	12.838	35.848	5.170	-	-	-	-	3.631	295	69.237	7.373
	Noturno	149.542	12.848	8.027	1.194	-	-	-	-	9.599	749	131.916	10.905
002	Total	285.699	30.027	42.638	6.306	-	-	-	-	15.155	1.155	227906	22566
	Capital	55.883	6.406	18.143	2.308	-	-	-	-	10.328	787	27.412	3.311
	Interior	229.816	23.621	24.495	3.998	-	-	-	-	4.827	368	200.494	19.255
	Masculino	120.836	10.200	21.342	2.903	-	-	-	-	6.866	408	92.628	6.889
	Feminino	164.863	19.827	21.296	3.403	-	-	-	-	8.289	747	135.278	15.677
	Diurno	115.579	15.197	34.183	5.121	-	-	-	-	4.005	357	77.391	9.719
	Noturno	170.120	14.830	8.455	1.185	-	-	-	-	11.150	798	150.515	12.847
003	Total	303.554	32.471	45.364	6.654	-	-	-	-	18.060	1.465	240130	24352
	Capital	61.172	7.132	20.822	2.785	-	-	-	-	11.547	884	28.803	3.463
	Interior	242.382	25.339	24.542	3.869	-	-	-	-	6.513	581	211.327	20.889
	Masculino	129.803	11.780	22.972	3.168	-	-	-	-	8.219	518	98.612	8.094
	Feminino	173.751	20.691	22.392	3.486	-	-	-	-	9.841	947	141.518	16.258
	Diurno	120.811	15.724	36.060	5.580	-	-	-	-	4.403	605	80.348	9.539
	Noturno	182.743	16.747	9.304	1.074	-	-	-	-	13.657	860	159.782	14.813
004	Total	322.824	34.162	45.606	6.809	2868	-	-	-	22.145	1.730	252205	25623

Capital	63.923	8.161	20.816	2.739	110	-	-	-	13.890	1.155	29.107	4.267
Interior	258.901	26.001	24.790	4.070	2.758	-	-	-	8.255	575	223.098	21.356
Masculino	137.668	12.358	22.907	3.036	1.371	-	-	-	10.113	638	103.277	8.684
Feminino	185.156	21.804	22.699	3.773	1.497	-	-	-	12.032	1.092	148.928	16.939
Diurno	123.985	15.325	36.037	5.608	1.663	-	-	-	4.830	615	81.455	9.102
Noturno	198.839	18.837	9.569	1.201	1.205	-	-	-	17.315	1.115	170.750	16.521

Fonte: MEC/INEP/Deaes

Anexo G- Tabela: Distribuição Percentual e taxa de Crescimento do Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004.

Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	39.152	16.369	41,8	3.901	23,8	3.901	100,0	0	0,0	0	0,0	12.468	76,2	12.468	100,0	0	0,0
1992	37.813	16.446	43,5	3.973	24,2	3.973	100,0	0	0,0	0	0,0	12.473	75,8	12.473	100,0	0	0,0
1993	38.173	15.688	41,1	4.095	26,1	4.095	100,0	0	0,0	0	0,0	11.593	73,9	11.593	100,0	0	0,0
1994	39.655	16.963	42,8	4.340	25,6	4.340	100,0	0	0,0	0	0,0	12.623	74,4	12.623	100,0	0	0,0
1995	41.352	16.376	39,6	4.388	26,8	4.388	100,0	0	0,0	0	0,0	11.988	73,2	11.988	100,0	0	0,0
1996	42.147	15.792	37,5	4.733	30,0	4.733	100,0	0	0,0	0	0,0	11.059	70,0	11.059	100,0	0	0,0
1997	45.453	17.603	38,7	4.741	26,9	4.741	100,0	0	0,0	0	0,0	12.862	73,1	12.862	100,0	0	0,0
1998	49.723	19.144	38,5	4.932	25,8	4.932	100,0	0	0,0	0	0,0	14.212	74,2	1.020	7,2	13.192	92,8
1999	55.877	21.542	38,6	5.370	24,9	5.370	100,0	0	0,0	0	0,0	16.172	75,1	991	6,1	15.181	93,9
2000	60.762	22.188	36,5	5.587	25,2	5.587	100,0	0	0,0	0	0,0	16.601	74,8	960	5,8	15.641	94,2
2001	70.828	25.686	36,3	6.364	24,8	6.364	100,0	0	0,0	0	0,0	19.322	75,2	1.044	5,4	18.278	94,6
2002	84.960	30.027	35,3	6.306	21,0	6.306	100,0	0	0,0	0	0,0	23.721	79,0	1.155	4,9	22.566	95,1
2003	96.559	32.471	33,6	6.654	20,5	6.654	100,0	0	0,0	0	0,0	25.817	79,5	1.465	5,7	24.352	94,3
2004	105.455	34.162	32,4	6.809	19,9	6.809	100,0	0	0,0	0	0,0	27.353	80,1	1.730	6,3	25.623	93,7
1996 Δ	7,6	-3,5	-	21,3	-	21,3	-	-	-	-	-	-11,3	-	-11,3	-	-	-
2004 Δ	150,2	116,3	-	43,9	-	43,9	-	-	-	-	-	147,3	-	-84,4	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Anexo G1- Tabela: Distribuição Percentual e taxa de Crescimento do Número de Concluintes de Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Centros Universitários - Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Centros Universitários

Centros Universitários																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1992	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1993	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1994	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1995	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1996	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1997	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1998	1.273	577	45,3	0	0,0	0	-	0	-	0	-	577	100,0	0	0,0	577	100,0
1999	1.331	692	52,0	0	0,0	0	-	0	-	0	-	692	100,0	0	0,0	692	100,0
2000	2.022	682	33,7	0	0,0	0	-	0	-	0	-	682	100,0	0	0,0	682	100,0
2001	2.562	836	32,6	0	0,0	0	-	0	-	0	-	836	100,0	0	0,0	836	100,0
2002	4.838	1.313	27,1	0	0,0	0	-	0	-	0	-	1.313	100,0	338	25,7	975	74,3
2003	7.021	2.197	31,3	0	0,0	0	-	0	-	0	-	2.197	100,0	496	22,6	1.701	77,4
2004	9.700	2.823	29,1	0	0,0	0	-	0	-	0	-	2.823	100,0	480	17,0	2.343	83,0
1991/1996 Δ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996/2004 Δ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte: MEC/Inep/Deaes.																	

Anexo G2- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento do Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Faculdades Integradas - Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Faculdades

Faculdades Integradas																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	3.396	1.132	33,3	0	0,0	0	-	0	-	0	-	1.132	100,0	1.132	100,0	0	0,0
1992	2.562	619	24,2	0	0,0	0	-	0	-	0	-	619	100,0	619	100,0	0	0,0
1993	2.866	636	22,2	0	0,0	0	-	0	-	0	-	636	100,0	636	100,0	0	0,0
1994	2.186	516	23,6	0	0,0	0	-	0	-	0	-	516	100,0	516	100,0	0	0,0
1995	2.743	1.009	36,8	0	0,0	0	-	0	-	0	-	1.009	100,0	1.009	100,0	0	0,0
1996	1.012	693	68,5	0	0,0	0	-	0	-	0	-	693	100,0	693	100,0	0	0,0
1997	1.368	734	53,7	0	0,0	0	-	0	-	0	-	734	100,0	734	100,0	0	0,0
1998	760	315	41,4	0	0,0	0	-	0	-	0	-	315	100,0	315	100,0	0	0,0
1999	1.466	296	20,2	0	0,0	0	-	0	-	0	-	296	100,0	296	100,0	0	0,0
2000	2.193	357	16,3	0	0,0	0	-	0	-	0	-	357	100,0	357	100,0	0	0,0
2001	2.413	336	13,9	0	0,0	0	-	0	-	0	-	336	100,0	336	100,0	0	0,0
2002	3.022	71	2,3	0	0,0	0	-	0	-	0	-	71	100,0	71	100,0	0	0,0
2003	3.715	98	2,6	0	0,0	0	-	0	-	0	-	98	100,0	98	100,0	0	0,0
2004	3.005	92	3,1	0	0,0	0	-	0	-	0	-	92	100,0	92	100,0	0	0,0
1991/1996 Δ	-70,2	-38,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-38,8	-	-38,8	-	-	-
1996/2004 Δ	196,9	-86,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-86,7	-	-86,7	-	-	-
Fonte: MEC/Inep/Deaes.																	

Anexo G3- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento do Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Faculdades, Escolas e Institutos Superiores - Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Faculdades Escolas e Institutos Superiores

Faculdades Escolas e Institutos Superiores																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	11.094	2.045	18,4	85	4,2	85	100,0	0	0,0	0	0,0	1.960	95,8	1.960	100,0	0	0,0
1992	10.112	2.158	21,3	74	3,4	74	100,0	0	0,0	0	0,0	2.084	96,6	2.084	100,0	0	0,0
1993	10.281	1.872	18,2	81	4,3	81	100,0	0	0,0	0	0,0	1.791	95,7	1.791	100,0	0	0,0
1994	9.379	2.236	23,8	98	4,4	98	100,0	0	0,0	0	0,0	2.138	95,6	2.138	100,0	0	0,0
1995	9.020	1.395	15,5	81	5,8	81	100,0	0	0,0	0	0,0	1.314	94,2	1.314	100,0	0	0,0
1996	9.143	1.573	17,2	90	5,7	90	100,0	0	0,0	0	0,0	1.483	94,3	1.483	100,0	0	0,0
1997	8.081	1.455	18,0	82	5,6	82	100,0	0	0,0	0	0,0	1.373	94,4	1.373	100,0	0	0,0
1998	8.210	1.591	19,4	95	6,0	95	100,0	0	0,0	0	0,0	1.496	94,0	705	47,1	791	52,9
1999	8.593	1.570	18,3	86	5,5	86	100,0	0	0,0	0	0,0	1.484	94,5	695	46,8	789	53,2
2000	8.024	1.562	19,5	92	5,9	92	100,0	0	0,0	0	0,0	1.470	94,1	603	41,0	867	59,0
2001	8.239	1.719	20,9	97	5,6	97	100,0	0	0,0	0	0,0	1.622	94,4	708	43,6	914	56,4
2002	9.860	1.787	18,1	85	4,8	85	100,0	0	0,0	0	0,0	1.702	95,2	746	43,8	956	56,2
2003	12.440	2.063	16,6	93	4,5	93	100,0	0	0,0	0	0,0	1.970	95,5	871	44,2	1.099	55,8
2004	16.149	1.877	11,6	76	4,0	76	100,0	0	0,0	0	0,0	1.801	96,0	1.158	64,3	643	35,7
1991/1996 Δ	-17,6	-23,1	-	5,9	-	5,9	-	-	-	-	-	-24,3	-	-24,3	-	-	-
1996/2004 Δ	76,6	19,3	-	-15,6	-	-15,6	-	-	-	-	-	21,4	-	-21,9	-	-	-
Fonte: MEC/Inep/Deaes.																	

Anexo G4- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento do Número de Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Centros de Educação Tecnológica e Faculdade de Tecnologia - Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004

Centros de Educação Tecnológica e Faculdade de Tecnologia															
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada			
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%
1991	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1992	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1993	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1994	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1995	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1996	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1997	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1998	292	19	6,5	19	100,0	19	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	-
1999	414	15	3,6	15	100,0	15	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	-
2000	520	88	16,9	88	100,0	88	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	-
2001	819	13	1,6	13	100,0	13	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	-
2002	1.270	203	16,0	203	100,0	203	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	-
2003	1.455	116	8,0	116	100,0	116	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	-
2004	1.925	35	1,8	35	100,0	35	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	-
01/1996 ?	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
06/2004 ?	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

anexo H- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Vagas Oferecidas - Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004. Vagas Oferecidas nos Cursos de Graduação Presenciais

Vagas Oferecidas nos Cursos de Graduação Presenciais																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	90.938	45.116	49,6	7.814	17,3	7.814	100,0	0	0,0	0	0,0	37.302	82,7	37.302	100,0	0	0,0
1992	89.318	44.340	49,6	7.877	17,8	7.877	100,0	0	0,0	0	0,0	36.463	82,2	36.463	100,0	0	0,0
1993	93.769	45.875	48,9	7.839	17,1	7.839	100,0	0	0,0	0	0,0	38.036	82,9	38.036	100,0	0	0,0
1994	101.340	50.544	49,9	7.919	15,7	7.919	100,0	0	0,0	0	0,0	42.625	84,3	42.625	100,0	0	0,0
1995	104.254	52.007	49,9	8.211	15,8	8.211	100,0	0	0,0	0	0,0	43.796	84,2	43.796	100,0	0	0,0
1996	106.400	52.588	49,4	8.199	15,6	8.199	100,0	0	0,0	0	0,0	44.389	84,4	44.389	100,0	0	0,0
1997	115.217	54.954	47,7	8.261	15,0	8.261	100,0	0	0,0	0	0,0	46.693	85,0	46.693	100,0	0	0,0
1998	142.441	65.058	45,7	8.312	12,8	8.312	100,0	0	0,0	0	0,0	56.746	87,2	56.746	100,0	0	0,0
1999	171.337	69.766	40,7	8.719	12,5	8.719	100,0	0	0,0	0	0,0	61.047	87,5	2.987	4,9	58.060	95,1
2000	214.470	85.256	39,8	9.639	11,3	9.639	100,0	0	0,0	0	0,0	75.617	88,7	4.918	6,5	70.699	93,5
2001	248.120	95.002	38,3	9.511	10,0	9.511	100,0	0	0,0	0	0,0	85.491	90,0	5.245	6,1	80.246	93,9
2002	299.247	113.386	37,9	9.475	8,4	9.475	100,0	0	0,0	0	0,0	103.911	91,6	7.060	6,8	96.851	93,2
2003	339.777	121.790	35,8	9.495	7,8	9.495	100,0	0	0,0	0	0,0	112.295	92,2	10.017	8,9	102.278	91,1
2004	366.189	133.282	36,4	10.580	7,9	9.726	91,9	854	8,1	0	0,0	122.702	92,1	14.366	11,7	108.336	88,3
1/1996 Δ	17,0	16,6	-	4,9	-	4,9	-	-	-	-	-	19,0	-	19,0	-	-	-
6/2004 Δ	244,2	153,4	-	29,0	-	18,6	-	-	-	-	-	176,4	-	-67,6	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Anexo H1- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Vagas Oferecidas - Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Universidades - Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004.

Universidades

Universidades																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	58.804	35.844	61,0	7.726	21,6	7.726	100,0	0	0,0	0	0,0	28.118	78,4	28.118	100,0	0	0,0
1992	59.083	36.791	62,3	7.789	21,2	7.789	100,0	0	0,0	0	0,0	29.002	78,8	29.002	100,0	0	0,0
1993	62.724	38.576	61,5	7.751	20,1	7.751	100,0	0	0,0	0	0,0	30.825	79,9	30.825	100,0	0	0,0
1994	69.028	43.365	62,8	7.831	18,1	7.831	100,0	0	0,0	0	0,0	35.534	81,9	35.534	100,0	0	0,0
1995	74.894	44.768	59,8	8.073	18,0	8.073	100,0	0	0,0	0	0,0	36.695	82,0	36.695	100,0	0	0,0
1996	77.199	45.234	58,6	8.086	17,9	8.086	100,0	0	0,0	0	0,0	37.148	82,1	37.148	100,0	0	0,0
1997	91.768	48.055	52,4	8.148	17,0	8.148	100,0	0	0,0	0	0,0	39.907	83,0	39.907	100,0	0	0,0
1998	114.760	57.072	49,7	8.198	14,4	8.198	100,0	0	0,0	0	0,0	48.874	85,6	48.874	100,0	0	0,0
1999	128.834	59.547	46,2	8.605	14,5	8.605	100,0	0	0,0	0	0,0	50.942	85,5	0	0,0	50.942	100,0
2000	146.879	69.126	47,1	9.376	13,6	9.376	100,0	0	0,0	0	0,0	59.750	86,4	0	0,0	59.750	100,0
2001	163.724	77.112	47,1	9.140	11,9	9.140	100,0	0	0,0	0	0,0	67.972	88,1	0	0,0	67.972	100,0
2002	171.088	89.419	52,3	9.176	10,3	9.176	100,0	0	0,0	0	0,0	80.243	89,7	0	0,0	80.243	100,0
2003	181.260	93.583	51,6	9.197	9,8	9.197	100,0	0	0,0	0	0,0	84.386	90,2	0	0,0	84.386	100,0
2004	191.721	98.929	51,6	10.217	10,3	9.363	91,6	854	8,4	0	0,0	88.712	89,7	0	0,0	88.712	100,0
1991/1996 Δ	31,3	26,2	-	4,7	-	4,7	-	-	-	-	-	32,1	-	32,1	-	-	-
1996/2004 Δ	148,3	118,7	-	26,4	-	15,8	-	-	-	-	-	138,8	-	-100,0	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Anexo H2- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Vagas Oferecidas - Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Centros Universitários - Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004.

Centros Universitários

Centros Universitários																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1992	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1993	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1994	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1995	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1996	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1997	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1998	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1999	8.833	4.578	51,8	0	0,0	0	-	0	-	0	-	4.578	100,0	0	0,0	4.578	100,0
2000	18.889	8.204	43,4	0	0,0	0	-	0	-	0	-	8.204	100,0	0	0,0	8.204	100,0
2001	20.630	9.234	44,8	0	0,0	0	-	0	-	0	-	9.234	100,0	0	0,0	9.234	100,0
2002	33.556	13.123	39,1	0	0,0	0	-	0	-	0	-	13.123	100,0	1.550	11,8	11.573	88,2
2003	37.903	13.892	36,7	0	0,0	0	-	0	-	0	-	13.892	100,0	1.885	13,6	12.007	86,4
2004	44.636	16.606	37,2	0	0,0	0	-	0	-	0	-	16.606	100,0	2.280	13,7	14.326	86,3
1991/1996 Δ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996/2004 Δ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fonte: MEC/Inep/Deaes.																	

Anexo I- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Candidatos Inscritos - Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Brasil 1991 – 2004. Candidatos Inscritos nos Cursos de Graduação Presenciais

Candidatos Inscritos nos Cursos de Graduação Presenciais															
Ano	Brasil	Pública								Privada					
		Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/ Conf/Filant	%
1991	1.985.825	1.015.247	51,1	563.623	55,5	383.618	37,8	68.006	6,7	970.578	48,9	970.578	100,0	0	0,0
1992	1.836.859	1.044.861	56,9	569.367	54,5	398.955	38,2	76.539	7,3	791.998	43,1	791.998	100,0	0	0,0
1993	2.029.523	1.134.899	55,9	614.435	54,1	441.968	38,9	78.496	6,9	894.624	44,1	894.624	100,0	0	0,0
1994	2.237.023	1.292.369	57,8	682.977	52,8	523.750	40,5	85.642	6,6	944.654	42,2	944.654	100,0	0	0,0
1995	2.653.853	1.399.092	52,7	737.585	52,7	565.847	40,4	95.660	6,8	1.254.761	47,3	1.254.761	100,0	0	0,0
1996	2.548.077	1.384.643	54,3	740.520	53,5	549.318	39,7	94.805	6,8	1.163.434	45,7	1.163.434	100,0	0	0,0
1997	2.715.776	1.425.782	52,5	752.431	52,8	577.669	40,5	95.682	6,7	1.289.994	47,5	1.289.994	100,0	0	0,0
1998	2.895.176	1.606.993	55,5	867.567	54,0	633.231	39,4	106.195	6,6	1.288.183	44,5	1.288.183	100,0	0	0,0
1999	3.435.168	1.831.750	53,3	977.560	53,4	775.678	42,3	78.512	4,3	1.603.418	46,7	741.831	46,3	861.587	53,7
2000	4.039.910	2.178.918	53,9	1.156.096	53,1	963.113	44,2	59.709	2,7	1.860.992	46,1	981.062	52,7	879.930	47,3
2001	4.260.261	2.224.125	52,2	1.198.241	53,9	962.564	43,3	63.320	2,8	2.036.136	47,8	1.043.165	51,2	992.971	48,8
2002	4.984.409	2.627.200	52,7	1.233.606	47,0	1.315.720	50,1	77.874	3,0	2.357.209	47,3	1.313.942	55,7	1.043.267	44,3
2003	4.900.023	2.367.447	48,3	1.269.432	53,6	1.014.503	42,9	83.512	3,5	2.532.576	51,7	1.399.085	55,2	1.133.491	44,8
2004	5.053.992	2.431.388	48,1	1.287.605	53,0	1.058.906	43,6	84.877	3,5	2.622.604	51,9	1.558.688	59,4	1.063.916	40,6
1991/1996 Δ	28,3	36,4	-	31,4	-	43,2	-	39,4	-	19,9	-	19,9	-	-	-
1996/2004 Δ	98,3	75,6	-	73,9	-	92,8	-	-10,5	-	125,4	-	34,0	-	-	-
Fonte: MEC/Inep/Deaes.															

Anexo I1- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Candidatos Inscritos - Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004.

Candidatos Inscritos nos Cursos de Graduação Presenciais																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	332.349	137.072	41,2	54.899	40,1	54.899	100,0	0	0,0	0	0,0	82.173	59,9	82.173	100,0	0	0,0
1992	274.987	104.829	38,1	47.714	45,5	47.714	100,0	0	0,0	0	0,0	57.115	54,5	57.115	100,0	0	0,0
1993	315.232	124.418	39,5	55.972	45,0	55.972	100,0	0	0,0	0	0,0	68.446	55,0	68.446	100,0	0	0,0
1994	334.039	101.489	30,4	29.183	28,8	29.183	100,0	0	0,0	0	0,0	72.306	71,2	72.306	100,0	0	0,0
1995	430.369	171.544	39,9	67.796	39,5	67.796	100,0	0	0,0	0	0,0	103.748	60,5	103.748	100,0	0	0,0
1996	420.844	161.172	38,3	61.876	38,4	61.876	100,0	0	0,0	0	0,0	99.296	61,6	99.296	100,0	0	0,0
1997	477.925	182.526	38,2	65.173	35,7	65.173	100,0	0	0,0	0	0,0	117.353	64,3	117.353	100,0	0	0,0
1998	533.751	198.125	37,1	75.628	38,2	75.628	100,0	0	0,0	0	0,0	122.497	61,8	122.497	100,0	0	0,0
1999	614.309	215.480	35,1	80.179	37,2	80.179	100,0	0	0,0	0	0,0	135.301	62,8	11.294	8,3	124.007	91,7
2000	647.822	220.620	34,1	96.058	43,5	96.058	100,0	0	0,0	0	0,0	124.562	56,5	10.356	8,3	114.206	91,7
2001	706.521	246.369	34,9	96.168	39,0	96.168	100,0	0	0,0	0	0,0	150.201	61,0	11.918	7,9	138.283	92,1
2002	760.654	277.065	36,4	97.648	35,2	97.648	100,0	0	0,0	0	0,0	179.417	64,8	12.083	6,7	167.334	93,3
2003	767.661	281.299	36,6	103.232	36,7	103.232	100,0	0	0,0	0	0,0	178.067	63,3	16.032	9,0	162.035	91,0
2004	750.293	256.618	34,2	100.689	39,2	99.136	98,5	1.553	1,5	0	0,0	155.929	60,8	16.815	10,8	139.114	89,2
1/1996 Δ	26,6	17,6	-	12,7	-	12,7	-	-	-	-	-	20,8	-	20,8	-	-	-
6/2004 Δ	78,3	59,2	-	62,7	-	60,2	-	-	-	-	-	57,0	-	-83,1	-	-	-
Fonte: MEC/Inep/Deaes.																	

Anexo I2- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Candidatos Inscritos - Cursos de Graduação Presenciais por organização acadêmica – Universidades – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004.

Universidades																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	249.770	118.093	47,3	53.929	45,7	53.929	100,0	0	0,0	0	0,0	64.164	54,3	64.164	100,0	0	0,0
1992	205.040	92.014	44,9	46.221	50,2	46.221	100,0	0	0,0	0	0,0	45.793	49,8	45.793	100,0	0	0,0
1993	233.866	111.100	47,5	55.065	49,6	55.065	100,0	0	0,0	0	0,0	56.035	50,4	56.035	100,0	0	0,0
1994	247.180	89.044	36,0	29.095	32,7	29.095	100,0	0	0,0	0	0,0	59.949	67,3	59.949	100,0	0	0,0
1995	344.565	152.943	44,4	66.031	43,2	66.031	100,0	0	0,0	0	0,0	86.912	56,8	86.912	100,0	0	0,0
1996	338.576	142.561	42,1	60.528	42,5	60.528	100,0	0	0,0	0	0,0	82.033	57,5	82.033	100,0	0	0,0
1997	405.976	163.977	40,4	63.763	38,9	63.763	100,0	0	0,0	0	0,0	100.214	61,1	100.214	100,0	0	0,0
1998	453.205	177.204	39,1	73.655	41,6	73.655	100,0	0	0,0	0	0,0	103.549	58,4	103.549	100,0	0	0,0
1999	506.068	186.340	36,8	78.237	42,0	78.237	100,0	0	0,0	0	0,0	108.103	58,0	0	0,0	108.103	100,0
2000	519.211	190.014	36,6	93.621	49,3	93.621	100,0	0	0,0	0	0,0	96.393	50,7	0	0,0	96.393	100,0
2001	535.362	198.122	37,0	93.286	47,1	93.286	100,0	0	0,0	0	0,0	104.836	52,9	0	0,0	104.836	100,0
2002	555.901	225.169	40,5	93.899	41,7	93.899	100,0	0	0,0	0	0,0	131.270	58,3	0	0,0	131.270	100,0
2003	529.848	227.168	42,9	99.930	44,0	99.930	100,0	0	0,0	0	0,0	127.238	56,0	0	0,0	127.238	100,0
2004	526.734	201.084	38,2	96.741	48,1	95.188	98,4	1.553	1,6	0	0,0	104.343	51,9	0	0,0	104.343	100,0
1/1996 Δ	35,6	20,7	-	12,2	-	12,2	-	-	-	-	-	27,8	-	27,8	-	-	-
6/2004 Δ	55,6	41,1	-	59,8	-	57,3	-	-	-	-	-	27,2	-	-100,0	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Anexo I3- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Candidatos Inscritos - Cursos de Graduação Presenciais por organização acadêmica– Centros Universitários – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004

Centros Universitários																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1992	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1993	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1994	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1995	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1996	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1997	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1998	0	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
1999	15.286	9.524	62,3	0	0,0	0	-	0	-	0	-	9.524	100,0	0	0,0	9.524	100,0
2000	24.450	12.576	51,4	0	0,0	0	-	0	-	0	-	12.576	100,0	0	0,0	12.576	100,0
2001	42.646	27.005	63,3	0	0,0	0	-	0	-	0	-	27.005	100,0	0	0,0	27.005	100,0
2002	53.807	31.534	58,6	0	0,0	0	-	0	-	0	-	31.534	100,0	2.584	8,2	28.950	91,8
2003	54.000	30.478	56,4	0	0,0	0	-	0	-	0	-	30.478	100,0	3.611	11,8	26.867	88,2
2004	52.950	31.223	59,0	0	0,0	0	-	0	-	0	-	31.223	100,0	3.188	10,2	28.035	89,8
1/1996 Δ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6/2004 Δ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Anexo J- Tabela: Distribuição Percentual e Taxa de Crescimento de Ingressos - Cursos de Graduação Presenciais por Categoria Administrativa – Região Sul e UF Rio Grande do Sul 1991 – 2004.

Ingressos nos Cursos de Graduação Presenciais																	
Ano	Sul	Rio Grande do Sul	%	Pública								Privada					
				Total	%	Federal	%	Estadual	%	Municipal	%	Total	%	Particular	%	Comunit/Conf/Filan	%
1991	78.879	36.645	46,5	7.527	20,5	7.527	100,0	0	0,0	0	0,0	29.118	79,5	29.118	100,0	0	0,0
1992	71.240	31.253	43,9	7.090	22,7	7.090	100,0	0	0,0	0	0,0	24.163	77,3	24.163	100,0	0	0,0
1993	77.237	34.079	44,1	6.566	19,3	6.566	100,0	0	0,0	0	0,0	27.513	80,7	27.513	100,0	0	0,0
1994	83.534	37.308	44,7	7.190	19,3	7.190	100,0	0	0,0	0	0,0	30.118	80,7	30.118	100,0	0	0,0
1995	89.814	41.279	46,0	5.857	14,2	5.857	100,0	0	0,0	0	0,0	35.422	85,8	35.422	100,0	0	0,0
1996	94.132	43.467	46,2	8.005	18,4	8.005	100,0	0	0,0	0	0,0	35.462	81,6	35.462	100,0	0	0,0
1997	104.727	48.247	46,1	8.041	16,7	8.041	100,0	0	0,0	0	0,0	40.206	83,3	40.206	100,0	0	0,0
1998	126.427	54.635	43,2	8.079	14,8	8.079	100,0	0	0,0	0	0,0	46.556	85,2	46.556	100,0	0	0,0
1999	153.037	62.782	41,0	8.719	13,9	8.719	100,0	0	0,0	0	0,0	54.063	86,1	2.787	5,2	51.276	94,8
2000	171.041	65.754	38,4	9.654	14,7	9.654	100,0	0	0,0	0	0,0	56.100	85,3	4.105	7,3	51.995	92,7
2001	193.632	75.374	38,9	9.430	12,5	9.430	100,0	0	0,0	0	0,0	65.944	87,5	4.559	6,9	61.385	93,1
2002	221.383	85.884	38,8	9.255	10,8	9.255	100,0	0	0,0	0	0,0	76.629	89,2	5.695	7,4	70.934	92,6
2003	226.153	84.850	37,5	9.480	11,2	9.480	100,0	0	0,0	0	0,0	75.370	88,8	7.408	9,8	67.962	90,2
2004	224.217	83.185	37,1	10.537	12,7	9.708	92,1	829	7,9	0	0,0	72.648	87,3	9.353	12,9	63.295	87,1
1/1996 Δ	19,3	18,6	-	6,4	-	6,4	-	-	-	-	-	21,8	-	21,8	-	-	-
6/2004 Δ	138,2	91,4	-	31,6	-	21,3	-	-	-	-	-	104,9	-	-73,6	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Deaes.

Anexo K- Tabela: Vagas, Inscritos e Ingressos por Categoria Administrativa, Segundo a Localização, o Turno e o Sexo – Região 4 UF 43 – 1991 – 2004

Ano / Regime de Trabalho	Total Geral			Pública									Privada						
				Federal			Estadual			Municipal			Particular			Com/Conf/Fil			
	Vagas	Inscritos	Ingressos	Vagas	Inscritos	Ingressos	Vagas	Inscritos	Ingressos	Vagas	Inscritos	Ingressos	Vagas	Inscritos	Ingressos	Vagas	Inscritos	Ingressos	
1991	Total	45.116	137.072	36.645	7.814	54.899	7.527	-	-	-	-	-	-	37.302	82.173	29.118	-	-	-
	Capital	10.992	55.769	9.844	3.551	32.730	3.425	-	-	-	-	-	-	7.441	23.039	6.419	-	-	-
	Interior	34.124	81.303	26.801	4.263	22.169	4.102	-	-	-	-	-	-	29.861	59.134	22.699	-	-	-
	Masculino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Feminino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Noturno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1996	Total	52.588	161.172	43.467	8.199	61.876	8.005	-	-	-	-	-	-	44.389	99.296	35.462	-	-	-
	Capital	12.090	63.708	10.578	3.759	35.709	3.680	-	-	-	-	-	-	8.331	27.999	6.898	-	-	-
	Interior	40.498	97.464	32.889	4.440	26.167	4.325	-	-	-	-	-	-	36.058	71.297	28.564	-	-	-
	Masculino	-	-	19.700	-	-	4.191	-	-	-	-	-	-	-	-	15.509	-	-	-
	Feminino	-	-	23.767	-	-	3.814	-	-	-	-	-	-	-	-	19.953	-	-	-
	Diurno	23.749	103.805	20.524	6.989	54.031	6.847	-	-	-	-	-	-	16.760	49.774	13.677	-	-	-
	Noturno	28.839	57.367	22.943	1.210	7.845	1.158	-	-	-	-	-	-	27.629	49.522	21.785	-	-	-
2000	Total	85.256	220.620	65.754	9.639	96.058	9.654	-	-	-	-	-	-	4.918	10.356	4.105	70.699	114.206	51.995
	Capital	15.221	70.758	12.592	4.163	46.634	4.170	-	-	-	-	-	-	3.607	6.355	2.874	7.451	17.769	5.548
	Interior	70.035	149.862	53.162	5.476	49.424	5.484	-	-	-	-	-	-	1.311	4.001	1.231	63.248	96.437	46.447
	Masculino	-	97.500	28.433	-	42.823	4.823	-	-	-	-	-	-	-	5.157	1.946	-	49.520	21.664
	Feminino	-	123.120	37.321	-	53.235	4.831	-	-	-	-	-	-	-	5.199	2.159	-	64.686	30.331
	Diurno	34.682	135.195	28.019	7.489	80.335	7.496	-	-	-	-	-	-	1.604	3.593	1.192	25.589	51.267	19.331
	Noturno	50.574	85.425	37.735	2.150	15.723	2.158	-	-	-	-	-	-	3.314	6.763	2.913	45.110	62.939	32.664
2004	Total	133.282	256.618	83.185	9.726	99.136	9.708	854	1.553	829	-	-	-	14.366	16.815	9.353	108.336	139.114	63.295
	Capital	22.654	73.131	16.449	4.300	44.297	4.292	40	80	38	-	-	-	8.464	9.737	5.166	9.850	19.017	6.953
	Interior	110.628	183.487	66.736	5.426	54.839	5.416	814	1.473	791	-	-	-	5.902	7.078	4.187	98.486	120.097	56.342
	Masculino	-	113.713	37.012	-	44.314	4.891	-	861	482	-	-	-	-	8.465	4.687	-	60.073	26.952
	Feminino	-	142.905	46.173	-	54.822	4.817	-	692	347	-	-	-	-	8.350	4.666	-	79.041	36.343
	Diurno	46.192	140.673	30.397	7.728	82.584	7.729	595	1.113	579	-	-	-	3.767	3.338	2.109	34.102	53.638	19.980
	Noturno	87.090	115.720	52.788	1.998	16.552	1.979	259	440	250	-	-	-	10.599	13.252	7.244	74.234	85.476	43.315

Anexo L– Tabela: Novas universidades federais, 2004-2006, Brasil.

NOVAS UNIVERSIDADES UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC | UFABC

A Universidade Federal do ABC (UFABC) terá sede na cidade de Santo André e será integrada por três centros acadêmicos: o Centro de Ciências Naturais e Humanas, o Centro de Matemática, Computação e Cognição e o Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas. Quando da sua plena implantação, serão oferecidos 19 cursos de graduação. No seu primeiro ano de funcionamento, a UFABC atenderá 1.500 alunos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA | UNIPAMPA

A Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) contará com dez pólos, sediados nos municípios de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguai, Alegrete, São Borja, Itaqui, Caçapava do Sul e Dom Pedrito. Quando de sua completa implantação, a UNIPAMPA oferecerá 56 cursos de graduação que atenderão a cerca de 12.000 alunos.

NOVAS UNIVERSIDADES CRIADAS POR TRANSFORMAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO | UFTM

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro, com sede em Uberaba, tem origem na Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro. Com a criação da universidade, serão implantados os cursos de Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Educação Física, Nutrição, Psicologia e Letras. Os novos cursos permitirão o ingresso anual de 240 novos estudantes.

UNIVERSIDADE FEDERAL TECNOLÓGICA DO PARANÁ | UFTPR

No Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná são oferecidos, atualmente, cursos de ensino médio, técnico, de graduação e de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado). Cerca de 12.500 alunos, 1.300 docentes e 560 funcionários técnico-administrativos estão distribuídos nas unidades localizadas nas cidades de Curitiba, Ponta Grossa, Campo Mourão, Medianeira, Pato Branco/Dois Vizinhos e Cornélio Procopio. A criação da UFTPR significará a abertura de novas oportunidades de formação superior para a população da região, contribuindo para o seu desenvolvimento sócio-econômico.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO | UFERSA

A Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) foi criada a partir da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), no Rio Grande do Norte. A UFERSA será voltada para a área das ciências agrárias. Serão oferecidos seis novos cursos de graduação: Ciência da Computação, Engenharia de Produção, Administração, Engenharia de Pesca, Ciências Biológicas e Engenharia de Alimentos. A criação da UFERSA permitirá o ingresso de 150 novos estudantes por ano.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI | UFVJM

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) foi criada a partir das Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid). Com a transformação da instituição em universidade, serão criados novos cursos, resultando em um aumento de 660 vagas anuais. Inicialmente, serão implantados cursos de bacharelado e licenciatura em Física, Química, Ciências Biológicas e Educação Física e de bacharelado em Engenharia Hídrica, Sistemas da Informação e Turismo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS | UNIFAL

A Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) foi criada a partir da Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas. Inicialmente, serão oferecidos dez novos cursos de graduação, com cerca de 400 vagas no total. A criação da UNIFAL permitirá, desta forma, ampliar e diversificar a oferta de cursos de graduação, contribuindo para a formação dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento econômico e social da região.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE PORTO ALEGRE | UFCSPA

A Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (FUFCSA) será criada a partir da Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA). Atualmente, a FFFCMPA oferece três cursos de graduação (Medicina, Biomedicina e Nutrição), cinco cursos de pós-graduação stricto sensu e 15 cursos de pós-graduação lato sensu. Com a transformação da FFFCMPA em Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (FUFCSA) serão oferecidos cinco novos cursos de graduação: Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Licenciatura em Ciências Biológicas.

NOVAS UNIVERSIDADES CRIADAS POR DESMEMBRAMENTO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi criada a partir do desmembramento da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Quando de sua plena implantação, a UFGD oferecerá 26 cursos de graduação e atenderá a 8.000 alunos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) foi criada a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A universidade terá como sede o município de Cruz das Almas e contará com campi nos municípios de Amargosa, Cachoeira e Santo Antônio de Jesus. Quando de sua plena implantação, a UFRB oferecerá 30 cursos de graduação, que atenderão a 8.000 alunos por ano.

UNIVERSIDADES CONSOLIDADASUNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO | UNIVASFA Universidade Federal do Vale do São Francisco funciona em instalações provisórias desde março deste ano. A sede fica em Petrolina – PE e ainda existem os campi de Juazeiro e São Raimundo Nonato. Em Petrolina são oferecidos, no CEFET local, os cursos de Medicina, Psicologia, Enfermagem, Zootecnia e Administração, com 40 vagas anuais (com exceção do curso de Medicina, que tem dois ingressos anuais e oferece, portanto, 80 vagas). Em Juazeiro, no espaço doado pela prefeitura, os cursos de Engenharia Civil; Engenharia Mecânica; Engenharia Agrícola e Ambiental; Engenharia de Produção; e Engenharia Elétrica, com 40 vagas anuais (com exceção do curso de Engenharia de Produção, que tem dois ingressos anuais e oferece, portanto, 80 vagas). E, em São Raimundo Nonato, um curso de Arqueologia, com 30 vagas anuais. Em janeiro de 2006 será realizado novo vestibular. Serão oferecidos dois novos cursos: de Medicina Veterinária em Petrolina e de Ciência da Computação em Juazeiro.

O MEC está financiando, através de convênio plurianual no valor de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões) assinado no dia 03/08/2005, a construção das instalações definitivas do campus de Petrolina e de Juazeiro (os campi deverão funcionar em instalações provisórias por mais seis meses).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS | UFT

A Universidade Federal de Tocantins (UFT) foi criada em outubro de 2000, efetivando suas atividades em maio de 2003. Com mais de 8 mil alunos, a UFT mantém 25 cursos de graduação e um curso de mestrado, oferecidos em sete campi, o que permite a estudantes de várias regiões o acesso ao ensino superior público. A autorização, em 2005, de 395 vagas para servidores técnico-administrativos permitirá consolidar as atividades no campus.

Fonte: SESU/MEC.

Anexo M- Tabela: Criação de novos campi federais segundo a grande região do país, 2004-2006.

REGIÃO SUL

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ | Campus do Litoral

O campus do Litoral, com sede no município de Matinhos, oferece dois cursos de graduação (Fisioterapia e Gestão Ambiental, com 30 vagas cada) e quatro cursos técnicos (Enfermagem, com 25 vagas; Agroecologia, com 36 vagas; Transações Imobiliárias, com 35 vagas; e Hotelaria, com 35 vagas).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA | Campus Frederico Westphalen

O campus de Frederico Westphalen oferecerá cursos de graduação em Agronomia, Engenharia Florestal e Jornalismo, com 50 vagas cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA | Campus de Palmeira das Missões

O campus de Palmeira das Missões oferecerá cursos de graduação em Zootecnia, Administração e Enfermagem, com 50 vagas cada.

REGIÃO SUDESTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS | Campus de Sorocaba

O campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em Sorocaba oferece os cursos de Engenharia de Produção; Bacharelado em Ciências Biológicas; Licenciatura em Ciências Biológicas; e Turismo, com 60 vagas anuais para o primeiro e 40 para os demais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO | Campus de Diadema

O campus de Diadema oferecerá cursos de Engenharia Química; Farmácia e Bioquímica; Tecnologia Farmacêutica; e Ciências Biológicas, com 200 vagas anuais cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO | Campus de Guarulhos

O campus de Guarulhos oferecerá cursos de Ciências Sociais; História; Pedagogia; e Filosofia, com 400 vagas anuais cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO | Campus de Santos

O campus de Santos oferece cursos de graduação em Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Psicologia e Educação Física, com um total de 200 vagas.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE | Campus de Volta Redonda

O campus da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Volta Redonda terá duas Unidades Acadêmicas: a Unidade de Engenharia e Ciências Básicas (ECB) e a Unidade de Humanidades, Ciências Sociais e Ciências Sociais aplicadas (HCS). Os cursos de Administração de Empresas e de Engenharia de Agronegócios já se encontram em funcionamento. Posteriormente, serão criados novos cursos. Quando de sua plena implantação, o campus atenderá a cerca de 2.000 alunos.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO | Campus de Nova Iguaçu

O Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, oferecerá cursos de graduação em Administração, Economia, História, Matemática, Pedagogia e Turismo e Hotelaria, com 90 vagas anuais para os dois primeiros e 80 para os demais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO | Campus de João Monlevade

O campus da Universidade federal de Ouro Preto em João Monlevade oferecerá um novo curso de graduação em Sistemas de Informação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO | Campus de São Mateus

O campus de São Mateus oferecerá 9 novos cursos de graduação, com 50 vagas cada. Quando plenamente implantados, os novos cursos atenderão a cerca de 2.000 alunos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO | Campus de Alegre

No campus de Alegre serão criados cinco novos cursos de graduação (Nutrição, Ciências Biológicas, Engenharia Industrial Madeireira, Engenharia de Alimentos e Geologia), com 40 vagas cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI | Campus de Teófilo Otoni (Minas Gerais)
O campus de Teófilo Otoni oferecerá cursos de Serviço Social; Administração; Economia; Ciências Contábeis; e Matemática, com 60 vagas cada.

REGIÃO NORTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE | Campus da Floresta em Cruzeiro do Sul
O Campus da Floresta, em Cruzeiro do Sul, oferecerá cinco cursos de graduação: Letras, Pedagogia, Engenharia Florestal, Enfermagem e Biologia, com 40 vagas cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ | Campus de Marabá
No Campus de Marabá da Universidade Federal do Pará (UFPA), serão criados os cursos de Sistemas de Informação; Engenharia de Minas e Meio Ambiente; Engenharia de Materiais; Agronomia; e Geologia, com 40 vagas anuais para o primeiro e 30 para os demais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ | Campus de Castanhal
No Campus de Castanhal, serão criados os cursos de Educação Física (com 40 vagas anuais) e de Medicina Veterinária (com 30 vagas anuais).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ | Campus de Bragança
No Campus de Bragança será criado um curso de Engenharia de Pesca, com uma oferta anual de 30 vagas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ | Campus de Santarém
No Campus de Santarém serão criados os cursos de Física Ambiental (com 40 vagas anuais) e de Engenharia de Alimentos (com 30 vagas anuais).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS | Campus de Coari
O campus de Coari oferecerá seis novos cursos de graduação (Licenciatura em Ciências – Matemática/Física; Licenciatura em Ciências – Química/Biologia; Biotecnologia; Enfermagem; Fisioterapia; e Nutrição). A criação dos cursos permitirá o ingresso anual de 270 novos estudantes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS | Campus de Benjamin Constant
No campus de Benjamin Constant serão criados seis novos (Antropologia; Ciências Agrárias e Ambientais; Pedagogia; Administração; e Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa/Espanhol). Quando de sua plena implantação, os novos cursos atenderão cerca de 1.000 alunos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS | Centro de Estudos de Antropologia e Biodiversidade
A implantação de um centro de pesquisa e ensino de pós-graduação, apoiado na capacidade instalada nas instituições universitárias do Amazonas e especializado em temas ligados à antropologia e à biodiversidade, contribuirá para o desenvolvimento econômico regional e para a expansão e consolidação dos atuais centros e grupos de ensino e pesquisa.

REGIÃO NORDESTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS | Campus de Arapiraca
O campus da UFAL em Arapiraca oferecerá 16 cursos de graduação. Quando de sua plena implantação, o campus atenderá cerca de 2.700 alunos.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA | CEFET/BA de Vitória da Conquista
No Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia, em Vitória da Conquista, será criado um curso de Engenharia Elétrica, com uma oferta anual de 100 vagas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | Campus de Barreiras
O campus da Universidade Federal da Bahia em Barreiras oferecerá cursos de graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental, Administração, Química, Biologia, Geografia e Geologia, com 40 vagas cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | Campus de Vitória da Conquista
O campus Anísio Teixeira, extensão da UFBA em Vitória da Conquista, oferecerá, quando de sua plena implantação, cursos de graduação em Farmácia, Nutrição, Enfermagem e Saúde Coletiva.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA | Campus Anísio Teixeira em Vitória da Conquista
O campus Anísio Teixeira, extensão da UFBA em Vitória da Conquista, oferecerá cursos de graduação em Farmácia, Nutrição, Enfermagem e Psicologia, com 40 vagas cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ | Campus do Cariri
O campus do Cariri oferecerá cursos de graduação em Engenharia Civil, Agronomia, Administração, Filosofia e Biblioteconomia,

com 40 vagas cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ | Campus do Crato

A criação do campus de Crato constitui um fator preponderante de desenvolvimento regional, ampliando o acesso à educação superior, formando quadros apropriados às demandas locais e contribuindo para a sua fixação no interior.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO | Campus de Serra Talhada

O campus da UFRPE em Serra Talhada oferecerá cursos de Licenciatura em Química e Computação e de Bacharelado em Engenharia de Pesca, Ciências Econômicas, Ciências Biológicas e Agronomia. Cada curso ofertará 60 vagas anuais.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO | Campus de Garanhuns

O campus de Garanhuns oferece cursos de graduação em Agronomia, Zootecnia, Medicina Veterinária e Normal Superior, com 60 vagas anuais cada. Quando concluída a sua implantação, o campus atenderá a cerca de 2000 estudantes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO | Campus de Caruaru

O campus do Agreste, extensão da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em Caruaru, oferecerá, cursos de graduação em Economia, Administração, Design, Pedagogia e Engenharia Civil, com um total de 580 vagas por ano.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO | Campus de Vitória de Santo Antão

O campus da Universidade Federal de Pernambuco em Vitória de Antão oferecerá os cursos de Enfermagem, Nutrição e Biologia, com 60 vagas cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO | Campus de Imperatriz

O campus de Imperatriz oferecerá seis novos cursos de graduação (Comunicação Social/Jornalismo, Enfermagem, Engenharia de Alimentos, Farmácia e Bioquímica, Química e Biologia), com 80 vagas cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO | Campus de Chapadinha

O campus Chapadinha oferecerá os cursos de Agronomia, Zootecnia, Ciências Biológicas, Letras, História e Geografia, com 80 vagas cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE | Campus de Cuité

O Campus de Cuité oferecerá cursos de Licenciatura em Matemática, Biologia, Química e Física e de Bacharelado em Enfermagem e Farmácia e Bioquímica. Quando plenamente implantado, o campus atenderá 2.000 alunos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ | Campus de Picos

O campus de Picos oferecerá sete novos cursos de graduação (Enfermagem, Biologia, Administração, Sistemas da Informação, Matemática, História e Nutrição), com 100 vagas anuais cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ | Campus de Parnaíba

O campus de Parnaíba oferecerá sete novos cursos de graduação (Ciências Biológicas, Engenharia de Pesca, Turismo, Biomedicina, Psicologia, Matemática e Fisioterapia), com 100 vagas anuais cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ | Campus de Bom Jesus do Gurguéia

O campus da UFPI em Bom Jesus oferecerá os cursos de Engenharia Florestal, Biologia, Zootecnia, Agronomia e Medicina Veterinária, com 100 vagas anuais cada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SERGIPE | Campus de Itabaiana

O campus de Itabaiana oferecerá dez cursos de graduação, com 50 vagas cada. Quando de sua plena implantação, o campus atenderá 2.000 alunos.

REGIÃO CENTRO OESTE

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB | Campus Planaltina

O campus de Planaltina oferecerá, quando de sua completa instalação, cursos de graduação em Administração, Agronomia, Enfermagem e Pedagogia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS | Campus de Catalão

No campus de Catalão serão criados nove cursos de graduação, com 50 vagas cada. A criação dos cursos permitirá o ingresso anual de 250 novos estudantes.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS | Campus de Jataí O campus de Jataí oferecerá dez novos cursos de graduação, com um total de 320 vagas cada. Quando de sua plena implantação, os novos cursos atenderão a cerca de 1.800 alunos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO | Campus de Rondonópolis

O campus de Rondonópolis oferecerá três novos cursos de graduação (Enfermagem; Engenharia Agrícola e Ambiental; e Engenharia de Alimentos), com 60 vagas cada. A criação dos cursos permitirá o ingresso de 180 novos estudantes por ano.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO | Campus de Sinop

O campus de Sinop oferecerá oito novos cursos (Agronomia, Enfermagem, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária, Zootecnia, Física, Matemática e Química), com 100 vagas anuais cada. Quando plenamente implantados, os novos cursos atenderão a 3.500 alunos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO | Campus de Barra do Garças No campus de Barra do Garças serão criados dois

novos cursos, com 80 vagas cada. Quando plenamente implantados, os novos cursos atenderão a cerca de 700 alunos.

Fonte: SESU/MEC.

Anexo N- Tabela: IES com extensões e campi fora da cidade sede, RS, novembro de 2006.

Urcamp	Alegrete São Borja Caçapava Do Sul São Gabriel Dom Pedrito Sant'ana Do Livramento Itaqui
ULBRA UFPEL	Cachoeira Do Sul Carazinho Gravataí Guaíba São Jerônimo Torres Santa Maria Palma, Pelotas
URI	Erechim Frederico Westphalen Santo Ângelo Santiago São Luiz Gonzaga Cerro Largo
UNIJUI	Santa Rosa Panambi Três Passos Universitário Ijuí
UNIVATES	Encantado Taquari
UPF	Carazinho Casca Lagoa Vermelha Palmeira Das Missões Soledade Sarandi
CEFET	Sapucaia Do Sul Caxias Do Sul Horizontina Três De Maio
UCPEL	Arroio Grande Camaquã Canguçu Jaguarão Pinheiro Machado Piratini Santa Vitória Do Palmar São Lourenço Do Sul

UNIRITTER	Canoas
PUCRS	Uruguaiana, Viamão
UNISC	Sobradinho
UERS	Capão Da Canoa
	Venâncio Aires
	Alegrete
	Bagé
	Bento Gonçalves
	Cachoeira Do Sul
	Caxias Do Sul
	Cidreira
	Bom Progresso
	Cruz Alta
	Encantado
	Erechim
	Frederico Westphalen
	Guaíba
	Ibirubá
	Montenegro
	Novo Hamburgo
	Sananduva
	Santa Cruz Do Sul
	Santana Do Livramento
	São Borja
	São Francisco De Paula
	São Luiz Gonzaga
	Vacaria
	Tapes
	Porto Alegre
	Dom Pedrito
	Caçapava do Sul,
	Jaguarão
	Bagé
	Livramento
	Uruguaiana
	Alegrete
	São Borja
	Itaqui
UNIPAMPA	São Gabriel
	Santa Maria.
	Frederico Westphalen
	Bagé
	Santana Do Livramento
UFSM	Uruguaiana

Fonte: SeSu/MEC

Anexo O- Tabela: Cursos de graduação selecionados e número de matrículas e percentual em 1992, 2000 e 2004, RS

Cursos	Matrículas					
	1992	%	2000	%	2004	%
Rio Grande do Sul	130.892	100	238.263	100	322.824	100
Administração	14.876	11,4	27.580	11,6	37.989	11,8
Agronomia	1.875	1,4	2.149	0,9	2.432	0,8
Análise de sistemas		0	1.093	0,5	137	0
Arquitetura	2765	2,1	5.272	0,3	5.606	1,7
Arquivologia	107	0,1	162	0,1	121	0
Artes cênicas	83	0,1	191	0,1	189	0,1
Artes e educação		0		0	943	0,3
Artes plásticas	87	0,1	396	0,2	412	0,1
Artes visuais		0	164	0,1	204	0,1
Automação industrial	69	0,1	306	0,1	459	0,1
Biblioteconomia	328	0,3	367	0,2	473	0,1
Ciência atuarial	149	0,1	106	0	12	0
Ciência da computação	1044	0,8	3.722	1,6	3.307	1
Ciência política		0	105	0	122	0
Ciências biológicas	1563	1,2	2.853	1,2	4.097	1,3
Ciências sociais	884	0,7	1.158	0,5	1.588	0,5
Comunicação social (redação e conteúdo)	4.835	3,7	6.157	2,6	9.688	3
Contabilidade	10.379	7,9	13.216	0,3	13.103	4,1
Dança (arte)		0		0	48	0
Desenho industrial		0	139	0,1	622	0,2
Desenho industrial (artístico)		0	499	0,2	295	0,1
Design		0	163	0,1	100	0
Direito	16.140	12,3	33.564	14,1	38.103	11,8
Economia	4.724	3,6	4.041	1,7	3.601	1,1
Economia doméstica	269	0,2		0	7	0
Educação física	3347	2,6	3.189	1,3	12.242	3,8
Enfermagem e obstetrícia	2434	1,9	1.476	0,6	5.529	1,7
Engenharia	11.151	8,5	1.954	0,8	17.390	5,4

Engenharia agrícola	342	0,3	578	0,2	712	0,2
Engenharia cartográfica		0	53	0	107	0
Engenharia de alimentos		0	881	0,4	499	0,2
Engenharia florestal	217	0,2	245	0,1	242	0,1
Estatística	110	0,1	131	0,1	155	0
Fabricação de móveis		0	119	0	145	0
Farmácia	1560	1,2	3.892	1,6	3.679	1,1
Filosofia	1316	1	737	0,3	1.532	0,5
Física	561	0,4	780	0,3	1.286	0,4
Fisioterapia	1053	0,8	2.941	1,2	4.309	1,3
Fonoaudiologia	271	0,2	812	0,3	572	0,2
Formação de professor de ciências		0	2.542	1,1	1.953	0,6
Geografia	1.206	0,9	550	0,2	2.209	0,7
Geologia	301	0,2	265	0,1	299	0,1
História	2.392	1,8	1.268	0,5	5.149	1,6
Hotelaria e restaurantes		0	213	0,1	313	0,1
Indústria têxtil		0		0	28	0
Informática (ciência da computação)	1.588	1,2	2.061	0,9	2.722	0,8
Letras	6.426	4,9	10.649	4,5	10.508	3,3
Matemática	1738	1,3	1.129	0,5	7.138	2,2
Medicina	4525	3,5	5.045	2,1	5.035	1,6
Medicina veterinária	1798	1,4	2.780	1,2	3.493	1,1
Meteorologia	100	0,1	133	0,1	142	0
Moda	40	0	218	0,1	285	0,1
Música	274	0,2	384	0,2	410	0,1
Nutrição e dietética	1.136	0,9	2.216	0,9	2.468	0,8
Oceanografia	187	0,1	215	0,1	212	0,1
Odontologia	1919	1,5	3.117	1,3	3.341	1
Pedagogia	7.431	5,7	16.935	7,1	18.483	5,7
Psicologia	3.595	2,7	3.789	1,6	6.462	2
Processamento de dados	888	0,7	809	0,3	147	0
Química	1031	0,8	1.093	0,5	1.154	0,4
Química de polímeros		0	170	0,1	239	0,1

Química industrial	155	0,1	546	0,2	784	0,2
Radiologia		0	516	0,2	371	0,1
Secretariado executivo	661	0,5	474	0,2	1.370	0,4
Serviço social	1.121	0,9	1.911	0,8	3.218	1
Sistemas de informação		0	881	0,4	930	0,3
Tecnologia em ortóptica		0		0	90	0
Teologia	113	0,1	289	0,1	452	0,1
Terapia ocupacional		0	139	0,1	167	0,1
Turismo	308	0,2	1.333	0,6	1.429	0,4
Viticultura		0	108	0	106	0
Zootecnia	273	0,2	268	0,1	252	0,1

Fonte: INEP/MEC.

Anexo P- Tabela: Número e porcentagem de vagas ensino superior segundo os municípios do RS, 1977, 2001 e 2003.

	Vagas					
	1977	%	2001	%	2003	%
Rio Grande do Sul	37.396	100,0	95.002	100,0	121.790	100,0
CANOAS	820	2,2	18.498	19,5	25.312	20,8
PORTO ALEGRE	9.962	26,6	15.551	16,4	18.539	15,2
SAO LEOPOLDO	5.790	15,5	8.710	9,2	8.670	7,1
CAXIAS DO SUL	3.110	8,3	4.844	5,1	6.220	5,1
SANTA MARIA	2.398	6,4	3.688	3,9	4.965	4,1
NOVO HAMBURGO	655	1,8	3.920	4,1	4.955	4,1
GRAVATAI			1.235	1,3	3.880	3,2
PELOTAS	3.435	9,2	3.059	3,2	3.679	3,0
PASSO FUNDO	1.685	4,5	2.696	2,8	3.327	2,7
LAJEADO	200	0,5	1.884	2,0	2.660	2,2
SANTA CRUZ DO SUL	740	2,0	2.375	2,5	2.500	2,1
IJUI	925	2,5	2.505	2,6	2.490	2,0
CARAZINHO			1.666	1,8	2.346	1,9
TAQUARA	200	0,5	737	0,8	2.270	1,9
BAGE	1.320	3,5	1.840	1,9	1.890	1,6
CRUZ ALTA	650	1,7	1.782	1,9	1.745	1,4
SANTO ANGELO			1.348	1,4	1.693	1,4
RIO GRANDE	837	2,2	1.196	1,3	1.496	1,2
SANTA ROSA	560	1,5	1.130	1,2	1.492	1,2
TORRES			990	1,0	1.475	1,2
CACHOEIRA DO SUL			1.480	1,6	1.430	1,2
GUAIBA			1.210	1,3	1.360	1,1
BENTO GONCALVES	200	0,5	1.045	1,1	1.345	1,1
ERECHIM	225	0,6	1.040	1,1	1.195	1,0
SAO JERONIMO			488	0,5	1.020	0,8
FREDERICO WESTPHALEN	178	0,5	705	0,7	960	0,8
SAO BORJA	200	0,5	400	0,4	870	0,7

SAO GABRIEL	200	0,5	535	0,6	865	0,7
URUGUAIANA	660	1,8	981	1,0	860	0,7
SANTANA DO LIVRAMENTO	205	0,6	500	0,5	860	0,7
FARROUPILHA			290	0,3	650	0,5
SANTIAGO	160	0,4	505	0,5	625	0,5
SAPUCAIA DO SUL			94	0,1	540	0,4
ALEGRETE	580	1,6	615	0,6	530	0,4
OSORIO			430	0,5	510	0,4
CAPAO DO LEAO			495	0,5	505	0,4
DOM PEDRITO			120	0,1	500	0,4
CACAPAVA DO SUL			150	0,2	500	0,4
CANELA			400	0,4	490	0,4
VACARIA	50	0,1	470	0,5	450	0,4
CASCA PALMEIRA DAS MISSOES			292	0,3	351	0,3
			186	0,2	325	0,3
CAMAQUA	80	0,2	250	0,3	285	0,2
TRES PASSOS			220	0,2	280	0,2
SOLEDADE			176	0,2	260	0,2
LAGOA VERMELHA			126	0,1	260	0,2
VIAMAO	180	0,5	195	0,2	212	0,2
ALVORADA			100	0,1	200	0,2
TRES DE MAIO	40	0,1	230	0,2	185	0,2
GUAPORE			130	0,1	170	0,1
CAPAO DA CANOA				0,0	150	0,1
ITAQUI			90	0,1	150	0,1
SAO SEBASTIAO DO CAI			240	0,3	140	0,1
SAO LUIZ GONZAGA			90	0,1	135	0,1
TAQUARI			110	0,1	120	0,1
CANGUCU			110	0,1	110	0,1
PANAMBI			105	0,1	105	0,1
MARAU				0,0	100	0,1
VENANCIO AIRES				0,0	100	0,1
NOVA PRATA			200	0,2	60	0,0

ENCANTADO	55	0,1	60	0,0
SOBRADINHO	0	0,0	55	0,0
ARROIO GRANDE	50	0,1	53	0,0
HORIZONTALINA	40	0,0	50	0,0
IVOTI		0,0	50	0,0
PINHEIRO				
MACHADO	0	0,0	45	0,0
CERRO LARGO	40	0,0	40	0,0
SANTA VITORIA DO				
PALMAR	105	0,1	40	0,0
SAO VICENTE DO				
SUL		0,0	30	0,0
VERANOPOLIS	60	0,1	0	0,0
TRIUNFO		0,0	0	0,0
IMBE		0,0	0	0,0
PIRATINI		0,0	0	0,0
SAO LOURENCO DO				
SUL		0,0	0	0,0
JAGUARA	55	0,1	0	0,0

Fonte: INEP/MEC; SEC/RS.

Anexo Q- Tabela: Faculdades Privadas no RS

Nome da IES	Cidade/Sede
<u>Castelli Escola Superior de Hotelaria - Castelli ESH</u>	CANELA
<u>Centro de Ensino Superior de Farroupilha - CESF</u>	FARROUPILHA
<u>Escola Superior de Teologia - EST</u>	SAO LEOPOLDO
<u>Faculdade Anglicana de Erechim - FAE</u>	ERECHIM
<u>Faculdade Atlântico Sul de Pelotas - ATLÂNTICOSUL</u>	PELOTAS
<u>Faculdade Atlântico Sul do Rio Grande - ATLÂNTICOSUL</u>	RIO GRANDE
<u>Faculdade Camaquense de Ciências Contábeis e Administrativas - FACCCA</u>	CAMAQUA
<u>Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves - FACEBG</u>	BENTO GONCALVES
<u>Faculdade Cenecista de Nova Petrópolis - FACENP</u>	NOVA PETROPOLIS
<u>Faculdade Cenecista de Osório - FACOS</u>	OSORIO
<u>Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos - FACENSA</u>	GRAVATAI
<u>Faculdade da Serra Gaúcha - FSG</u>	CAXIAS DO SUL
<u>Faculdade de Administração da Associação Brasileira de Educação - FABE</u>	MARAU
<u>Faculdade de Administração do Planalto - FAPLAN</u>	PASSO FUNDO
<u>Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Taquara - FACCAT</u>	TAQUARA
<u>Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas São Judas Tadeu - FCCASJT</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade de Ciências da Comunicação de Taquara - FACTA</u>	TAQUARA
<u>Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde de Taquara - FACSAT</u>	TAQUARA
<u>Faculdade de Direito de Porto Alegre - CESUPA</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade de Direito de Santa Maria - FADISMA</u>	SANTA MARIA

<u>Faculdade de Direito São Judas Tadeu de Porto Alegre - SJT</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade de Educação de Taquara - FAETA</u>	TAQUARA
<u>Faculdade de Educação e Tecnologia da Região Missioneira - FETREMIS</u>	SAO PAULO DAS MISSOES
<u>Faculdade de Educação, Ciências e Letras São Judas Tadeu - FECLSJT</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade de Engenharia de Taquara - FENT</u>	TAQUARA
<u>Faculdade de Formação de Professores e Especialistas de Educação - FAFOPEE</u>	CAMAQUA
<u>Faculdade de Getúlio Vargas - FACULDADE IDEAU</u>	GETULIO VARGAS
<u>Faculdade de Informática de Taquara - FIT</u>	TAQUARA
<u>Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul - FISUL</u>	GARIBALDI
<u>Faculdade Decision de Negócios - Faculdade Decision</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade Dom Alberto - FDA</u>	SANTA CRUZ DO SUL
<u>Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre - FDB</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade dos Imigrantes - Fai - FAI</u>	CAXIAS DO SUL
<u>Faculdade Equipe - FAE</u>	SAPUCAIA DO SUL
<u>Faculdade Horizontina - FAHOR</u>	HORIZONTINA
<u>Faculdade Ibgem - Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios - IBGEN</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade Idc - IDC</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade Inedi - CESUCA</u>	CACHOEIRINHA
<u>Faculdade Leonardo da Vinci - ULBRA</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade Luterana São Marcos - FALSM</u>	ALVORADA
<u>Faculdade Meridional - IMED</u>	PASSO FUNDO
<u>Faculdade Metodista de Santa Maria - FAMES</u>	SANTA MARIA

<u>Faculdade Monteiro Lobato - FATO</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade Montserrat - MONTSERRAT</u>	CAXIAS DO SUL
<u>Faculdade Nossa Senhora de Fátima - FACULDADE FÁTIMA</u>	CAXIAS DO SUL
<u>Faculdade Palotina - FAPAS</u>	SANTA MARIA
<u>Faculdade Portal - PORTAL</u>	PASSO FUNDO
<u>Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas - FAPCCA</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras - FAPA</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade Santa Clara - FASCLA</u>	SANTA MARIA
<u>Faculdade São Francisco de Assis - UNIFIN</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade Senac/Rs - SENACRS</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade Três de Maio - SETREM</u>	TRES DE MAIO
<u>Faculdades Riograndenses - FARGS</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade São Francisco de Assis - UNIFIN</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade Senac/Rs - SENACRS</u>	PORTO ALEGRE
<u>Faculdade Três de Maio - SETREM</u>	TRES DE MAIO
<u>Faculdades Riograndenses - FARGS</u>	PORTO ALEGRE

Fonte: SeSu/MEC.

Anexo R- Tabela: Número e porcentagem de concluintes nos cursos de graduação do RS e municípios, 1991, 2001 e 2003.

	Concluente					
	1991	%	2001	%	2003	%
Rio Grande do Sul	16463	100	25.686	100,0	32.471	100,0
CANOAS	514	3,122	2.186	8,5	3.847	11,8
PORTO ALEGRE	5314	32,28	5.830	22,7	7.132	22,0
SAO LEOPOLDO	1674	10,17	2.232	8,7	2.840	8,7
CAXIAS DO SUL	659	4,003	1.065	4,1	1.638	5,0
SANTA MARIA	1172	7,119	2.108	8,2	2.638	8,1
NOVO HAMBURGO	223	1,355	224	0,9	449	1,4
GRAVATAI		0	194	0,8	222	0,7
PELOTAS	1204	7,313	1.912	7,4	1.710	5,3
PASSO FUNDO	989	6,007	1.128	4,4	1.486	4,6
LAJEADO	98	0,595	137	0,5	249	0,8
SANTA CRUZ DO SUL	579	3,517	657	2,6	927	2,9
IJUI	527	3,201	935	3,6	1.107	3,4
CARAZINHO		0	88	0,3	265	0,8
TAQUARA	36	0,219	69	0,3	76	0,2
BAGE	382	2,32	377	1,5	366	1,1
CRUZ ALTA	228	1,385	710	2,8	542	1,7
SANTO ANGELO	350	2,126	614	2,4	650	2,0
RIO GRANDE	374	2,272	686	2,7	785	2,4
SANTA ROSA	202	1,227	315	1,2	351	1,1
TORRES		0	156	0,6	115	0,4
CACHOEIRA DO SUL	185	1,124	112	0,4	109	0,3
GUAIBA		0	20	0,1	58	0,2
BENTO GONCALVES	73	0,443	232	0,9	421	1,3
ERECHIM	217	1,318	557	2,2	726	2,2
SAO JERONIMO		0	5	0,0	41	0,1
FREDERICO WESTPHALEN	137	0,832	409	1,6	609	1,9
SAO BORJA	20	0,121	118	0,5	122	0,4
SAO GABRIEL		0	162	0,6	118	0,4
URUGUAIANA	281	1,707	235	0,9	272	0,8
SANTANA DO LIVRAMENTO		0	114	0,4	111	0,3
FARROUPILHA		0	42	0,2	97	0,3
SANTIAGO	53	0,322	165	0,6	272	0,8
SAPUCAIA DO SUL		0		0,0	8	0,0
ALEGRETE	272	1,652	32	0,1	1	0,0
OSORIO	111	0,674	138	0,5	107	0,3
CAPAO DO LEAO		0	358	1,4	29	0,1
DOM PEDRITO		0	27	0,1	32	0,1
CACAPAVA DO SUL		0	29	0,1		0,0
CANELA	59	0,358	122	0,5	224	0,7

VACARIA	66	0,401	137	0,5	142	0,4
CASCA		0	24	0,1	129	0,4
PALMEIRA DAS MISSOES		0	66	0,3	31	0,1
CAMAQUA	58	0,352	70	0,3	75	0,2
TRES PASSOS		0	11	0,0	4	0,0
SOLEDADE	38	0,231	16	0,1	81	0,2
LAGOA VERMELHA		0	15	0,1	118	0,4
VIAMAO	203	1,233	133	0,5	112	0,3
ALVORADA		0		0,0		0,0
TRES DE MAIO	25	0,152	27	0,1	94	0,3
GUAPORE		0		0,0	83	0,3
CAPAO DA CANOA		0		0,0	29	0,1
ITAQUI		0		0,0		0,0
SAO SEBASTIAO DO CAI		0		0,0		0,0
SAO LUIZ GONZAGA		0	52	0,2	41	0,1
TAQUARI		0		0,0		0,0
CANGUCU		0	218	0,8	43	0,1
PANAMBI		0	16	0,1	12	0,0
MARAU		0		0,0		0,0
VENANCIO AIRES		0		0,0		0,0
NOVA PRATA		0	20	0,1	64	0,2
ENCANTADO		0		0,0		0,0
SOBRADINHO		0		0,0	16	0,0
ARROIO GRANDE		0	40	0,2		0,0
HORIZONTALINA		0		0,0	38	0,1
IVOTI		0		0,0		0,0
PINHEIRO MACHADO		0	21	0,1	35	0,1
CERRO LARGO		0	23	0,1	22	0,1
SANTA VITORIA DO PALMAR		0	86	0,3	98	0,3
SAO VICENTE DO SUL		0		0,0		0,0
VERANOPOLIS		0		0,0		0,0
TRIUNFO		0		0,0		0,0
IMBE		0		0,0		0,0
PIRATINI		0	41	0,2	68	0,2
SAO LOURENCO DO SUL		0		0,0	51	0,2
JAGUARA	8	0,049	57	0,2	1	0,0
TAPERA		0		0,0		0,0

Fonte: INEP/MEC; SEC/RS

Anexo S- Tabela: Número e porcentagem de matrículas, vagas e ingresso no ES nos municípios selecionados do RS, 1992, 2001, 2003

	Vagas						Ingresso						Matricula					
	1992	%	2001	%	2003	%	1992	%	2001	%	2003	%	1992	%	2001	%	2003	%
Rio Grande do Sul	45986	100	95.002	100,0	121.790	100,0	31828	100,0	74.252	100,0	83.158	100,0	128503	100,0	258.258	100,0	303.554	100,0
CANOAS	3690	8,02	18.498	19,5	25.312	20,8	3089	9,7	12.279	16,5	12.639	15,2	8627	6,7	28.533	11,0	34.346	11,3
PORTO ALEGRE	11860	25,8	15.551	16,4	18.539	15,2	9194	28,9	13.133	17,7	15.173	18,2	39746	30,9	54.161	21,0	61.172	20,2
SAO LEOPOLDO	6530	14,2	8.710	9,2	8.670	7,1	3605	11,3	7.715	10,4	6.530	7,9	8375	6,5	31.132	12,1	31.598	10,4
CAXIAS DO SUL	1235	2,69	4.844	5,1	6.220	5,1	1801	5,7	4.652	6,3	5.737	6,9	6748	5,3	16.161	6,3	20.941	6,9
SANTA MARIA	2621	5,7	3.688	3,9	4.965	4,1	2109	6,6	3.140	4,2	4.156	5,0	10050	7,8	14.832	5,7	16.709	5,5
NOVO HAMBURGO	700	1,52	3.920	4,1	4.955	4,1	488	1,5	3.732	5,0	3.512	4,2	1668	1,3	8.317	3,2	13.741	4,5
GRAVATAI	0		1.235	1,3	3.880	3,2	0	0,0	866	1,2	1.688	2,0	0	0,0	3.190	1,2	4.909	1,6
PELOTAS	3125	6,8	3.059	3,2	3.679	3,0	2287	7,2	2.453	3,3	2.735	3,3	8828	6,9	10.391	4,0	10.887	3,6
PASSO FUNDO	1365	2,97	2.696	2,8	3.327	2,7	1203	3,8	2.326	3,1	2.887	3,5	6182	4,8	8.848	3,4	10.406	3,4
LAJEADO	410	0,89	1.884	2,0	2.660	2,2	227	0,7	1.462	2,0	1.743	2,1	861	0,7	3.456	1,3	5.525	1,8
SANTA CRUZ DO SUL	770	1,67	2.375	2,5	2.500	2,1	641	2,0	2.276	3,1	2.328	2,8	2808	2,2	7.663	3,0	9.114	3,0
IJUI	1635	3,56	2.505	2,6	2.490	2,0	1007	3,2	1.773	2,4	2.011	2,4	3747	2,9	8.060	3,1	8.361	2,8
CARAZINHO	90	0,2	1.666	1,8	2.346	1,9	76	0,2	1.096	1,5	1.409	1,7	114	0,1	1.896	0,7	3.157	1,0
TAQUARA	250	0,54	737	0,8	2.270	1,9	250	0,8	736	1,0	1.358	1,6	784	0,6	1.898	0,7	3.429	1,1
BAGE	1812	3,94	1.840	1,9	1.890	1,6	648	2,0	1.035	1,4	889	1,1	2795	2,2	3.464	1,3	3.866	1,3
CRUZ ALTA	725	1,58	1.782	1,9	1.745	1,4	272	0,9	995	1,3	1.116	1,3	1399	1,1	3.714	1,4	5.191	1,7
SANTO ANGELO	676	1,47	1.348	1,4	1.693	1,4	367	1,2	1.238	1,7	1.432	1,7	1901	1,5	4.557	1,8	4.922	1,6
RIO GRANDE	1045	2,27	1.196	1,3	1.496	1,2	1037	3,3	1.201	1,6	1.490	1,8	4000	3,1	5.629	2,2	5.905	1,9
SANTA ROSA	685	1,49	1.130	1,2	1.492	1,2	321	1,0	746	1,0	1.043	1,3	980	0,8	2.886	1,1	3.352	1,1
TORRES	0		990	1,0	1.475	1,2	0	0,0	542	0,7	705	0,8	0	0,0	1.388	0,5	1.918	0,6

CACHOEIRA DO SUL	630	1,37	1.480	1,6	1.430	1,2	213	0,7	533	0,7	704	0,8	727	0,6	1.804	0,7	1.922	0,6
GUAIBA		0	1.210	1,3	1.360	1,1		0,0	595	0,8	654	0,8		0,0	1.180	0,5	1.891	0,6
BENTO GONCALVES	250	0,54	1.045	1,1	1.345	1,1	234	0,7	974	1,3	1.287	1,5	800	0,6	3.835	1,5	4.977	1,6
ERECHIM	345	0,75	1.040	1,1	1.195	1,0	227	0,7	1.002	1,3	1.164	1,4	1007	0,8	4.187	1,6	4.671	1,5
SAO JERONIMO FREDERICO WESTPHALEN		0	488	0,5	1.020	0,8		0,0	300	0,4	294	0,4		0,0	997	0,4	992	0,3
SAO BORJA	228	0,5	705	0,7	960	0,8	224	0,7	705	0,9	883	1,1	825	0,6	3.167	1,2	3.524	1,2
SAO GABRIEL	150	0,33	400	0,4	870	0,7	51	0,2	242	0,3	204	0,2	332	0,3	860	0,3	795	0,3
URUGUAIANA	700	1,52	535	0,6	865	0,7	186	0,6	362	0,5	311	0,4	429	0,3	1.335	0,5	1.340	0,4
SANTANA DO LIVRAMENTO	594	1,29	981	1,0	860	0,7	267	0,8	517	0,7	671	0,8	1274	1,0	1.760	0,7	1.979	0,7
FARROUPILHA	590	1,28	500	0,5	860	0,7	278	0,9	349	0,5	243	0,3	752	0,6	1.054	0,4	1.013	0,3
SANTIAGO		0	290	0,3	650	0,5		0,0	250	0,3	361	0,4		0,0	1.029	0,4	1.210	0,4
SAPUCAIA DO SUL	260	0,57	505	0,5	625	0,5	105	0,3	426	0,6	549	0,7	256	0,2	1.421	0,6	1.858	0,6
ALEGRETE		0	94	0,1	540	0,4		0,0	60	0,1	303	0,4		0,0	35	0,0	234	0,1
OSORIO	580	1,26	615	0,6	530	0,4	202	0,6	345	0,5	289	0,3	915	0,7	1.318	0,5	1.351	0,4
CAPAO DO LEAO	110	0,24	430	0,5	510	0,4	108	0,3	424	0,6	488	0,6	276	0,2	1.250	0,5	1.718	0,6
DOM PEDRITO		0	495	0,5	505	0,4		0,0	495	0,7	505	0,6		0,0	2.366	0,9	2.254	0,7
CACAPAVA DO SUL	250	0,54	120	0,1	500	0,4	37	0,1	49	0,1	37	0,0	106	0,1	192	0,1	204	0,1
CANELA	200	0,43	150	0,2	500	0,4	39	0,1	98	0,1	60	0,1	115	0,1	375	0,1	388	0,1
VACARIA	80	0,17	400	0,4	490	0,4	57	0,2	353	0,5	374	0,4	123	0,1	1.038	0,4	1.298	0,4
CASCA PALMEIRA DAS MISSOES	80	0,17	470	0,5	450	0,4	33	0,1	302	0,4	275	0,3	174	0,1	1.263	0,5	1.290	0,4
CAMAQUA	60	0,13	292	0,3	351	0,3	60	0,2	226	0,3	190	0,2	30	0,0	904	0,4	967	0,3
TRES PASSOS		0	186	0,2	325	0,3		0,0	63	0,1	221	0,3		0,0	325	0,1	457	0,2
SOLEDADE	330	0,72	250	0,3	285	0,2	150	0,5	199	0,3	150	0,2	405	0,3	619	0,2	574	0,2
LAGOA VERMELHA	60	0,13	220	0,2	280	0,2	60	0,2	127	0,2	266	0,3		0,0	232	0,1	457	0,2
VIAMAO	90	0,2	176	0,2	260	0,2	51	0,2	124	0,2	135	0,2	120	0,1	478	0,2	571	0,2
ALVORADA	140	0,3	126	0,1	260	0,2	133	0,4	101	0,1	129	0,2	93	0,1	450	0,2	534	0,2
	180	0,39	195	0,2	212	0,2	160	0,5	179	0,2	135	0,2	837	0,7	584	0,2	463	0,2
		0	100	0,1	200	0,2		0,0	87	0,1	108	0,1		0,0	50	0,0	197	0,1

TRES DE MAIO	40	0,09	230	0,2	185	0,2	40	0,1	212	0,3	181	0,2	152	0,1	491	0,2	684	0,2
GUAPORE		0	130	0,1	170	0,1		0,0	93	0,1	108	0,1		0,0	290	0,1	415	0,1
CAPAO DA CANOA		0		0,0	150	0,1		0,0		0,0	100	0,1		0,0		0,0	121	0,0
ITAQUI		0	90	0,1	150	0,1		0,0	60	0,1	82	0,1		0,0	29	0,0	199	0,1
SAO SEBASTIAO DO CAI		0	240	0,3	140	0,1		0,0		0,0	136	0,2		0,0	133	0,1	380	0,1
SAO LUIZ GONZAGA	40	0,09	90	0,1	135	0,1	40	0,1	85	0,1	135	0,2	40	0,0	364	0,1	310	0,1
TAQUARI		0	110	0,1	120	0,1		0,0	26	0,0	33	0,0		0,0	83	0,0	110	0,0
CANGUCU		0	110	0,1	110	0,1		0,0	106	0,1	105	0,1		0,0	293	0,1	179	0,1
PANAMBI	50	0,11	105	0,1	105	0,1	50	0,2	74	0,1	105	0,1	94	0,1	199	0,1	366	0,1
MARAU		0		0,0	100	0,1		0,0		0,0	79	0,1		0,0		0,0	137	0,0
VENANCIO AIRES		0		0,0	100	0,1		0,0		0,0	100	0,1		0,0		0,0		0,0
NOVA PRATA		0	200	0,2	60	0,0		0,0	142	0,2	60	0,1		0,0	509	0,2	576	0,2
ENCANTADO		0	55	0,1	60	0,0		0,0	50	0,1	41	0,0		0,0	152	0,1	190	0,1
SOBRADINHO		0	0	0,0	55	0,0		0,0	0	0,0	40	0,0		0,0	62	0,0	184	0,1
ARROIO GRANDE		0	50	0,1	53	0,0		0,0	47	0,1	50	0,1		0,0	86	0,0	87	0,0
HORIZONTALINA		0	40	0,0	50	0,0		0,0	0	0,0	50	0,1		0,0	0	0,0	133	0,0
IVOTI		0		0,0	50	0,0		0,0		0,0	27	0,0		0,0		0,0	30	0,0
PINHEIRO																		
MACHADO		0	0	0,0	45	0,0		0,0	0	0,0	45	0,1		0,0	90	0,0	80	0,0
CERRO LARGO	40	0,09	40	0,0	40	0,0	17	0,1	35	0,0	40	0,0	17	0,0	148	0,1	141	0,0
SANTA VITORIA DO PALMAR		0	105	0,1	40	0,0		0,0	80	0,1	40	0,0	39	0,0	391	0,2	286	0,1
SAO VICENTE DO SUL		0		0,0	30	0,0		0,0		0,0	30	0,0		0,0		0,0		0,0
VERANOPOLIS		0	60	0,1	0	0,0		0,0	43	0,1	0	0,0		0,0	0	0,0	22	0,0
TRIUNFO		0		0,0	0	0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0	9	0,0
IMBE		0		0,0	0	0,0		0,0		0,0		0,0		0,0		0,0	70	0,0
PIRATINI		0		0,0	0	0,0		0,0	48	0,1	0	0,0		0,0	215	0,1	157	0,1
SAO LOURENCO DO SUL		0		0,0	0	0,0		0,0	31	0,0	0	0,0		0,0	198	0,1	58	0,0
JAGUARAO	100	0,22	55	0,1	0	0,0	75	0,2		0,0	0	0,0	132	0,1	165	0,1	52	0,0

TAPERA	25	0,05	10	0,0	16	0,0
--------	----	------	----	-----	----	-----

Fonte: INEP/MEC; SEC/RS.

Anexo T- Tabela: Matrículas, concluintes e porcentagem segundo os cursos de graduação selecionados no RS, 1991-92, 200-01, 2001-03-04.

Cursos	Matrículas						Concluintes					
	1992	%	2000	%	2004	%	1991	%	2001	%	2003	%
Rio Grande do Sul	130.892	100,0	238.263	100,0	322.824	100,0	16.463	100,0	25.686	100,0	32.471	100,0
Administração	14.876	11,4	27.580	11,6	37.989	11,8	1.334	1,5	2.423	9,4	2.862	8,8
Agronomia	1.875	1,4	2.149	0,9	2.432	0,8	247	0,0	283	1,1	299	0,9
Análise de sistemas		0,0	1.093	0,5	137	0,0		1,2	81	0,3	57	0,2
Arquitetura	2765	2,1	806	0,3	5.606	1,7	197	0,0	506	2,0	530	1,6
Arquivologia	107	0,1	162	0,1	121	0,0		0,1	27	0,1	45	0,1
Artes cênicas	83	0,1	191	0,1	189	0,1	13	0,0	22	0,1	30	0,1
Artes e educação		0,0		0,0	943	0,3		0,0		0,0		0,0
Artes plásticas	87	0,1	396	0,2	412	0,1		0,0	52	0,2	58	0,2
Artes visuais		0,0	164	0,1	204	0,1		0,0	25	0,1	20	0,1
Automação industrial	69	0,1	306	0,1	459	0,1		0,2	24	0,1	33	0,1
Biblioteconomia	328	0,3	367	0,2	473	0,1	35	0,0	54	0,2	45	0,1
Ciência atuarial	149	0,1	106	0,0	12	0,0	2	0,4	8	0,0	13	0,0
Ciência da computação	1044	0,8	3.722	1,6	3.307	1,0	70	0,0	353	1,4	337	1,0
Ciência política		0,0	105	0,0	122	0,0		1,0	3	0,0	11	0,0
Ciências biológicas	1563	1,2	2.853	1,2	4.097	1,3	161	0,9	263	1,0	339	1,0
Ciências sociais	884	0,7	1.158	0,5	1.588	0,5	147	3,2	128	0,5	159	0,5
Comunicação social (redação e conteúdo)	4.835	3,7	6.157	2,6	9.688	3,0	527	6,7	688	2,7	1.145	3,5
Contabilidade	10.379	7,9	669	0,3	13.103	4,1	1.099	0,0	1.427	5,6	1.548	4,8
Dança (arte)		0,0		0,0	48	0,0		0,0		0,0		0,0

Desenho industrial	0,0	139	0,1	622	0,2	4	0,0	31	0,1		0,0	
Desenho industrial (artístico)	0,0	499	0,2	295	0,1		0,0	9	0,0	30	0,1	
Design	0,0	163	0,1	100	0,0		12,9		0,0	44	0,1	
Direito	16.140	12,3	33.564	14,1	38.103	11,8	2.127	1,7	3.193	12,4	4.784	14,7
Economia	4.724	3,6	4.041	1,7	3.601	1,1	281	0,5		0,0	307	0,9
Economia doméstica	269	0,2		0,0	7	0,0	80	3,8	305	1,2		0,0
Educação física	3347	2,6	3.189	1,3	12.242	3,8	628	1,8	89	0,3	297	0,9
Enfermagem e obstetrícia	2434	1,9	1.476	0,6	5.529	1,7	292	2,0	204	0,8	255	0,8
Engenharia	11.151	8,5	1.954	0,8	17.390	5,4	328	0,1	984	3,8	1.170	3,6
Engenharia agrícola	342	0,3	578	0,2	712	0,2	15	0,0	42	0,2	68	0,2
Engenharia cartográfica		0,0	53	0,0	107	0,0		0,0		0,0		0,0
Engenharia de alimentos		0,0	881	0,4	499	0,2		0,1	62	0,2	76	0,2
Engenharia florestal	217	0,2	245	0,1	242	0,1	17	0,0	33	0,1	51	0,2
Estatística	110	0,1	131	0,1	155	0,0	4	0,0	7	0,0	9	0,0
Fabricação de móveis		0,0	119	0,0	145	0,0		1,1	17	0,1	18	0,1
Farmácia	1560	1,2	3.892	1,6	3.679	1,1	186	1,0	557	2,2	650	2,0
Filosofia	1316	1,0	737	0,3	1.532	0,5	172	0,2	35	0,1	148	0,5
Física	561	0,4	780	0,3	1.286	0,4	36	0,8	54	0,2	65	0,2
Fisioterapia	1053	0,8	2.941	1,2	4.309	1,3	129	0,1	346	1,3	496	1,5
Fonoaudiologia	271	0,2	812	0,3	572	0,2	21	0,0	153	0,6	120	0,4
Formação de professor de ciências		0,0	2.542	1,1	1.953	0,6		0,9	388	1,5	294	0,9
Geografia	1.206	0,9	550	0,2	2.209	0,7	156	0,2	65	0,3	132	0,4
Geologia	301	0,2	265	0,1	299	0,1	28	2,2	22	0,1	27	0,1
História	2.392	1,8	1.268	0,5	5.149	1,6	370	0,0	170	0,7	238	0,7
Hotelaria e restaurantes		0,0	213	0,1	313	0,1		0,0	52	0,2	125	0,4
Indústria têxtil		0,0		0,0	28	0,0		0,7		0,0		0,0
Informática (ciência da computação)	1.588	1,2	2.061	0,9	2.722	0,8	108	8,0	167	0,7	70	0,2
Letras	6.426	4,9	10.649	4,5	10.508	3,3	1.316	0,8	20	0,1	60	0,2

Matemática	1738	1,3	1.129	0,5	7.138	2,2	126	4,0	41	0,2	43	0,1
Medicina	4525	3,5	5.045	2,1	5.035	1,6	653	1,4	802	3,1	794	2,4
Medicina veterinária	1798	1,4	2.780	1,2	3.493	1,1	227	0,1	373	1,5	461	1,4
Meteorologia	100	0,1	133	0,1	142	0,0	9	0,0	10	0,0	19	0,1
Moda	40	0,0	218	0,1	285	0,1		0,1	46	0,2	47	0,1
Música	274	0,2	384	0,2	410	0,1	15	0,8	36	0,1	57	0,2
Nutrição e dietética	1.136	0,9	2.216	0,9	2.468	0,8	134	0,2	311	1,2	388	1,2
Oceanografia	187	0,1	215	0,1	212	0,1	35	2,3	31	0,1	24	0,1
Odontologia	1919	1,5	3.117	1,3	3.341	1,0	382	9,9	501	2,0	677	2,1
Pedagogia	7.431	5,7	16.935	7,1	18.483	5,7	1.635	2,4	2.118	8,2	3.662	11,3
Psicologia	3.595	2,7	3.789	1,6	6.462	2,0	391	0,0	365	1,4	654	2,0
Processamento de dados	888	0,7	809	0,3	147	0,0		0,6	141	0,5	96	0,3
Química	1031	0,8	1.093	0,5	1.154	0,4	103	0,0	63	0,2	99	0,3
Química de polímeros		0,0	170	0,1	239	0,1		0,1	15	0,1	14	0,0
Química industrial	155	0,1	546	0,2	784	0,2	17	0,0	68	0,3	46	0,1
Radiologia		0,0	516	0,2	371	0,1		0,1	67	0,3		0,0
Secretariado executivo	661	0,5	474	0,2	1.370	0,4	17	0,9	117	0,5	83	0,3
Serviço social	1.121	0,9	1.911	0,8	3.218	1,0	152	0,0	192	0,7	272	0,8
Sistemas de informação		0,0	881	0,4	930	0,3		0,0	34	0,1	96	0,3
Tecnologia em ortóptica		0,0		0,0	90	0,0		0,1	36	0,1		0,0
Teologia	113	0,1	289	0,1	452	0,1	14	0,2	75	0,3	107	0,3
Terapia ocupacional		0,0	139	0,1	167	0,1	28	0,5	35	0,1	34	0,1
Turismo	308	0,2	1.333	0,6	1.429	0,4	80	0,0	178	0,7	245	0,8
Viticultura		0,0	108	0,0	106	0,0		0,1	13	0,1	19	0,1
Zootecnia	273	0,2	268	0,1	252	0,1	23	0,0	40	0,2	44	0,1

Fonte: INEP/MEC; SEC/RS.

Anexo U- Tabela . IES por município sede e campi e extensões, RS, 2006.

<u>Instituição de Ensino Superior</u>	<u>Cidade</u>	<u>Organização Acadêmica</u>	<u>Categoria Administrativa</u>	<u>Campi e extensões fora de sede</u>
<u>Escola Agrotécnica Federal de Alegrete - EAFA</u>	ALEGRETE (1)	Faculdade de Tecnologia	Federal	
<u>Faculdade Luterana São Marcos - FALSM</u>	ALVORADA(1)	Faculdade	Privada	
<u>Universidade da Região da Campanha - URCAMP</u>		Universidade	Privada	
	BAGE(2)			ALEGRETE SÃO BORJA CAÇAPAVA DO SUL SÃO GABRIEL DOM PEDRITO SANT'ANA DO LIVRAMENTO Itaqui
<u>UNIPAMPA</u>				Dom Pedrito Caçapava do Sul Jaguarão Bagé Livramento Uruguiana Alegrete São Borja Itaqui São Gabriel Santa Maria

<u>Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves - CEFET-BG</u>	BENTO GONCALVES (3)	Centro Federal de Educação Tecnológica	Federal	
<u>Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves - FACEBG</u>	BENTO GONCALVES	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade de Tecnologia Tecbrasil - Unidade Bento Gonçalves - FTEC-Bento</u>	BENTO GONCALVES	Faculdade de Tecnologia	Privada	
<u>Faculdade Inedi - CESUCA</u>	CACHOEIRINHA (1)	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade Camaquense de Ciências Contábeis e Administrativas - FACCCA</u>	CAMAQUA(2)	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade de Formação de Professores e Especialistas de Educação - FAFOPEE</u>	CAMAQUA	Faculdade	Privada	
<u>Castelli Escola Superior de Hotelaria - Castelli ESH</u>	CANELA	Faculdade	Privada	
<u>Centro Universitário La Salle - UNILASALLE</u>	CANOAS(3)	Centro Universitário	Privada	
<u>Faculdade de Tecnologia Ipuc - FATIPUC</u>	CANOAS	Faculdade de Tecnologia	Privada	
<u>Universidade Luterana do Brasil - ULBRA</u>		Universidade	Privada	
	CANOAS			Cachoeira do Sul Carazinho Gravataí Guaíba São Jerônimo Torres Santa Maria
<u>Universidade Federal de Pelotas - UFPel</u>	CAPAO DO LEAO (1)	Universidade	Federal	Pelotas, Palma

-				
<u>Faculdade da Serra Gaúcha - FSG</u>	CAXIAS DO SUL (6)	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade de Tecnologia de Caxias do Sul - FTC</u>	CAXIAS DO SUL	Faculdade de Tecnologia	Privada	
<u>Faculdade dos Imigrantes - Fai - FAI</u>	CAXIAS DO SUL	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade Nossa Senhora de Fátima - FACULDADE FÁTIMA</u>	CAXIAS DO SUL	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade de Tecnologia TecBrasil - FTECBrasil</u>	CAXIAS DO SUL	Faculdade de Tecnologia	Privada	
<u>Universidade de Caxias do Sul - UCS</u>	CAXIAS DO SUL	Universidade	Privada	
-				
<u>Universidade de Cruz Alta - UNICRUZ</u>	CRUZ ALTA(1)	Universidade	Privada	
<u>Faculdade Anglicana de Erechim - FAE</u>	ERECHIM (2)	Faculdade	Privada	
<u>Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI</u>	ERECHIM	Universidade	Privada	Erechim Frederico Westphalen Santo Ângelo Santiago São Luiz Gonzaga Cerro Largo
<u>Centro de Ensino Superior de Farroupilha - CESF</u>	FARROUPILHA (2)	Faculdade	Privada	
<u>Instituto Superior de Educação Cenecista de Farroupilha - ISEF</u>	FARROUPILHA	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada	
-				
<u>Faculdade de Integração do Ensino Superior do Cone Sul - FISUL</u>	GARIBALDI (1)	Faculdade	Privada	
-				
<u>Faculdade de Getúlio Vargas - FACULDADE IDEAU</u>	GETULIO VARGAS (1)	Faculdade	Privada	
-				

<u>Faculdade Cenecista Nossa Senhora dos Anjos - FACENSA</u>	GRAVATAI(2)	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade de Tecnologia de Gravataí - FATEG</u>	GRAVATAI	Faculdade de Tecnologia	Privada	
- <u>Faculdade Horizontina - FAHOR</u>	HORIZONTINA(1)	Faculdade	Privada	
- <u>Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ</u>	IJUÍ(1)	Universidade	Privada	Santa Rosa Panambi Três Passos Universitário Ijuí
- <u>Instituto Superior de Educação Ivoti - ISEI</u>	IVOTI(1)	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada	
<u>Centro Universitário Univates - UNIVATES</u>	LAJEADO(1)	Centro Universitário	Privada	ENCANTADO TAQUARI
- <u>Faculdade de Administração da Associação Brasiliense de Educação - FABE</u>	MARAU(1)	Faculdade	Privada	
- <u>Faculdade Cenecista de Nova Petrópolis - FACENP</u>	NOVA PETROPOLIS(1)	Faculdade	Privada	
- <u>Centro Universitário Feevale - Feevale</u>	NOVO HAMBURGO(1)	Centro Universitário	Privada	
<u>Faculdade Cenecista de Osório - FACOS</u>	OSORIO(1)	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade de Administração do Planalto - FAPLAN</u>	PASSO FUNDO(6)	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade de Tecnologia Senac Passo Fundo - Senac Passo Fundo</u>	PASSO FUNDO	Faculdade de Tecnologia	Privada	

<u>Faculdade Portal - PORTAL</u>	PASSO FUNDO	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade Meridional - IMED</u>	PASSO FUNDO	Faculdade	Privada	
<u>Instituto Superior de Filosofia Berthier - IFIBE</u>	PASSO FUNDO	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada	
<u>Universidade de Passo Fundo - UPF</u>		Universidade	Privada	
	PASSO FUNDO			Carazinho Casca Lagoa Vermelha Palmeira das Missões Soledade Sarandi
<u>Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas - CEFET/RS</u>	PELOTAS(4)	Centro Federal de Educação Tecnológica	Federal	Sapucaia do Sul Caxias do Sul Horizontina Três de Maio
<u>Faculdade Atlântico Sul de Pelotas - ATLÂNTICOSUL</u>	PELOTAS	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas - SENAC PELOTAS</u>	PELOTAS	Faculdade de Tecnologia	Privada	
<u>Universidade Católica de Pelotas - UCPEL</u>		Universidade	Privada	
	PELOTAS			Arroio Grande Camaquã Canguçu Jaguarão Pinheiro Machado Piratini Santa Vitória do Palmar São Lourenço do Sul

<u>Centro Universitário Metodista - IPA</u>	PORTO ALEGRE ()	Centro Universitário	Privada
<u>Centro Universitário Ritter dos Reis - Ritter dos Reis</u>	PORTO ALEGRE	Centro Universitário	Privada
<u>Escola Superior de Administração, Direito e Economia - ESADE</u>	PORTO ALEGRE	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada
<u>Escola Superior de Propaganda e Marketing de Porto Alegre - ESPM - POA</u>	PORTO ALEGRE	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada
<u>Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana - ESTEF</u>	PORTO ALEGRE	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada
<u>Escola Superior do Ministério Público - FMP</u>	PORTO ALEGRE	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada
<u>Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas São Judas Tadeu - FCCASJT</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Direito de Porto Alegre - CESUPA</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Direito São Judas Tadeu de Porto Alegre - SJT</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Educação, Ciências e Letras São Judas Tadeu - FECLSJT</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Tecnologia Saint Pastous - FSP</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade de Tecnologia	Privada
<u>Faculdade de Tecnologia Senac do Rio Grande do Sul - SENAC/RS</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade de Tecnologia	Privada
<u>Faculdade de Tecnologia Tecbrasil - Unidade Porto Alegre - FTEC - Porto Alegre</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade de Tecnologia	Privada
<u>Faculdade Decision de Negócios - Faculdade Decision</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada
<u>Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre - FDB</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada
<u>Faculdade Ibgem - Instituto Brasileiro de Gestão de Negócios - IBGEN</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada

Canoas

<u>Faculdade Idc - IDC</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade Leonardo da Vinci - ULBRA</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade Monteiro Lobato - FATO</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade Porto-Alegrense de Ciências Contábeis e Administrativas - FAPCCA</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras - FAPA</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade São Francisco de Assis - UNIFIN</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade Senac/Rs - SENACRS</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada	
<u>Faculdades Riograndenses - FARGS</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Privada	
<u>Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas Porto Alegre - FFFCMPA</u>	PORTO ALEGRE	Faculdade	Federal	
<u>Instituto Superior de Educação Sévigné - ISES</u>	PORTO ALEGRE	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada	
<u>Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS</u>	PORTO ALEGRE	Universidade	Privada	URUGUAIANA VIAMÃO

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

Universidade

Estadual

PORTO ALEGRE

Alegrete
 Bagé
 e Bento Gonçalves
 Cachoeira do Sul
 Caxias do Sul
 Cidreira
 Bom Progresso
 Cruz Alta
 Encantado
 Erechim
 Frederico Westphalen
 Guaíba
 Ibirubá
 Montenegro
 Novo Hamburgo
 Sananduva
 Santa Cruz do Sul
 Santana do Livramento
 São Borja
 São Francisco de Paula
 São Luiz Gonzaga
 Vacaria
 Tapes
 Porto Alegre

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

PORTO ALEGRE

Universidade

Federal

Faculdade de Tecnologia Tecbrasil - Unidade Porto Alegre - FTEC - Porto Alegre

PORTO ALEGRE

Faculdade de
Tecnologia

Privada

Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre - FDB

PORTO ALEGRE

Faculdade

Privada

- Faculdade Atlântico Sul do Rio Grande -
ATLÂNTICOSUL

RIO GRANDE(2)

Faculdade

Privada

<u>Fundação Universidade Federal do Rio Grande - FURG</u>	RIO GRANDE	Universidade	Federal	
<u>Faculdade Dom Alberto - FDA</u>	SANTA CRUZ DO SUL(2)	Faculdade	Privada	
<u>Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC</u>	SANTA CRUZ DO SUL	Universidade	Privada	Sobradinho Capão da Canoa Venâncio Aires
<u>Centro Universitário Franciscano - Unifra</u>	SANTA MARIA(6)	Centro Universitário	Privada	
<u>Faculdade de Direito de Santa Maria - FADISMA</u>	SANTA MARIA	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade Metodista de Santa Maria - FAMES</u>	SANTA MARIA	Faculdade	Privada	
<u>Faculdade Palotina - FAPAS</u>	SANTA MARIA	Faculdade	Privada	
<u>Universidade Federal de Santa Maria - UFSM</u>	SANTA MARIA	Universidade	Federal	
	SANTA MARIA			Frederico Westphalen Bagé Santana do Livramento Uruguaiana
<u>Faculdade Santa Clara - FASCLA</u>	SANTA MARIA	Faculdade	Privada	
<u>Faculdades Integradas Machado de Assis - FIMA</u>	SANTA ROSA(1)	Faculdades Integradas	Privada	
<u>Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo - IESA</u>	SANTO ANGELO(1)	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada	
<u>Escola Superior de Teologia - EST</u>	SAO LEOPOLDO(3)	Faculdade	Privada	
<u>Instituto Superior de Música de São Leopoldo - ISM</u>	SAO LEOPOLDO	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada	

<u>Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS</u>	SAO LEOPOLDO	Universidade	Privada
- <u>Faculdade de Educação e Tecnologia da Região Missioneira - FETREMIS</u>	SAO PAULO DAS MISSOES(1)	Faculdade	Privada
- <u>Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - CEFETSVS</u>	SAO VICENTE DO SUL(1)	Centro Federal de Educação Tecnológica	Federal
<u>Faculdade Equipe - FAE</u>	SAPUCAIA DO SUL(2)	Faculdade	Privada
<u>Instituto Superior de Educação Equipe - ISEE</u>	SAPUCAIA DO SUL	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada
<u>Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Taquara - FACCAT</u>	TAQUARA(7)	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Ciências da Comunicação de Taquara - FACTA</u>	TAQUARA	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde de Taquara - FACSAT</u>	TAQUARA	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Educação de Taquara - FAETA</u>	TAQUARA	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Engenharia de Taquara - FENT</u>	TAQUARA	Faculdade	Privada
<u>Faculdade de Informática de Taquara - FIT</u>	TAQUARA	Faculdade	Privada
<u>Instituto Superior de Educação de Taquara - ISET</u>	TAQUARA	Instituto Superior ou Escola Superior	Privada
<u>Faculdade Três de Maio - SETREM</u>	TRES DE MAIO(1)	Faculdade	Privada

Fonte: SeSu/MEC.

Anexo V- Tabela: Número de cursos existentes em 1991 e sua variação em relação a 2003, RS.

	Número		Varição (%)
	1991*	2003**	1991/2003
Administração	32	87	171,88
Administração Rural	2	-	
Agronomia	7	8	14,29
Arquitetura e Urbanismo	7	19	171,43
Arquivologia	1	2	100,00
Artes Cênicas	1	2	100,00
Artes Plásticas	1	1	0,00
Automatização Industrial		-	
Biblioteconomia	2	2	0,00
Ciências Atuariais	2	2	0,00
Ciências Biológicas	10	16	60,00
Ciências Contábeis	35	47	34,29
Ciências da Computação	5	18	260,00
Ciências Domésticas	1	1	0,00
Ciências e Matemática	1	-	
Ciências Econômicas	18	20	11,11
Ciências Religiosas	1	-	
Ciências Sociais	6	9	50,00
Comunicação Social	8	24	200,00
Desenho e Plástica	2	2	0,00
Desenho Industrial	2	2	0,00
Direito	21	57	171,43
Economia Doméstica	1	-	
Educação Artística	17	4	-76,47
Educação Física	15	7	-53,33
Educação Moral e Cívica			
Enfermagem e Obstetrícia	11	24	118,18
Engenharia Agrícola	2	5	150,00
Engenharia Agrônoma	1		-100,00
Engenharia Civil	13	10	
Engenharia Elétrica	***	7	
Engenharia Florestal	1	1	0,00
Engenharia Industrial	***	1	
Engenharia Mecânica	***	7	
Engenharia Metalúrgica	***	1	
Engenharia Química	***	5	
Estatística	1	1	0,00
Estudos Sociais	17	-	
Farmácia	4	16	300,00

Filosofia	14	9	-35,71
Física	6	5	-16,67
Fisioterapia	6	17	183,33
Fonoaudiologia	2	5	150,00
Formação de Prof. de Educ. Especial	1	-	
Geografia	22	6	-72,73
Geologia	2	2	0,00
História	23	7	-69,57
Informática	6	9	50,00
Letras	40	5	-87,50
Medicina	9	11	22,22
Medicina Veterinária	5	9	80,00
Metereologia	1	1	0,00
Música	4	5	25,00
Nutrição	4	13	225,00
Oceanologia	1	1	0,00
Odontologia	6	9	50,00
Pedagogia	43	75	74,42
Psicologia	9	21	133,33
Química	7	10	42,86
Química Industrial	1	5	400,00
Secretariado Executivo Bilingüe	7	3	-57,14
Serviço Social	5	13	160,00
Tecnologia Agrônômica	1	-	
Tecnologia da Construção Civil	1	-	
Tecnologia em Cooperativismo	1	-	
Tecnologia em Moda e Estilo	1	-	
Tecnologia em Processamento de Dados	1	-	
Tecnologia em Radiologia	1	-	
Tecnologia Mecânica	1	-	
Tecnologia Química	1	1	0,00
Tecnólogo em Hotelaria	1	-	
Teologia	2	6	200,00
Terapia Ocupacional	1	1	0,00
Turismo	1	13	1200,00
Zootecnia	2	2	0,00
Total	544	1144	110,29

*Dados fornecidos pela SEC/RS.

**Dados do INEP/MEC.

Fonte: INEP/MEC; SEC/RS.

Anexo X- Tabela: Número de cursos de graduação segundo o município onde é oferecido, RS, 1991 e 2003, e segundo a maior taxa de variação no período.

Município	Ano		Varição
	1991	2003	%
Rio Grande do Sul (Total)	571*	1.144	100,35
CAPAO DO LEAO	0	11	1100
GRAVATAI	0	11	1100
TORRES	0	9	900
VACARIA	0	9	900
CASCA	1	9	800
FARROUPILHA	0	8	800
CANELA	1	8	700
SOBRADINHO	0	7	700
TRES PASSOS	1	7	600
GUAIBA	0	5	500
SAO JERONIMO	0	5	500
CAPAO DA CANOA	0	4	400
LAJEADO	5	25	400
SAPUCAIA DO SUL	0	4	400
PALMEIRA DAS MISSOES	2	9	350
CANGUCU	0	3	300
GUAPORE	0	3	300
ITAQUI	0	3	300
NOVA PRATA	0	3	300
OSORIO	2	8	300
PIRATINI	0	3	300
SANTA VITORIA DO PALMAR	1	4	300
SAO SEBASTIAO DO CAI	0	3	300
TAQUARA	3	12	300
TAQUARI	0	3	300
TRES DE MAIO	1	4	300
CARAZINHO	5	19	280
FREDERICO WESTPHALEN	5	19	280
SANTIAGO	4	15	275
NOVO HAMBURGO	11	36	227,2727
BENTO GONCALVES	5	16	220
SANTA CRUZ DO SUL	14	44	214,2857
HORIZONTINA	0	2	200
SAO LOURENCO DO SUL	0	2	200
SAO LUIZ GONZAGA	1	3	200
VENANCIO AIRES	0	2	200

CRUZ ALTA	9	26	188,8889
ERECHIM	9	25	177,7778
SAO BORJA	4	10	150
SANTA ROSA	11	26	136,3636
CANOAS	35	78	122,8571
ALVORADA	0	1	100
ARROIO GRANDE	0	1	100
CACAPAVA DO SUL	3	6	100
CERRO LARGO	0	1	100
DOM PEDRITO	3	6	100
ENCANTADO	0	1	100
IMBE	0	1	100
IVOTI	0	1	100
MARAU	0	1	100
PANAMBI	1	2	100
PINHEIRO MACHADO	0	1	100
SAO VICENTE DO SUL	0	1	100
TRIUNFO	0	1	100
VERANOPOLIS	0	1	100
SANTA MARIA	41	78	90,2439
PORTO ALEGRE	89	149	67,41573
IJUI	24	40	66,66667
SAO LEOPOLDO	29	47	62,06897
RIO GRANDE	23	36	56,52174
SANTO ANGELO	16	25	56,25
PASSO FUNDO	28	43	53,57143
SANTANA DO LIVRAMENTO	8	12	50
CAXIAS DO SUL	25	34	36
ALEGRETE	9	11	22,22222
CACHOEIRA DO SUL	9	11	22,22222
SOLEDADE	7	8	14,28571
LAGOA VERMELHA	8	9	12,5
SAO GABRIEL	10	11	10
PELOTAS	54	56	3,703704
CAMAQUA	6	6	0
VIAMAO	2	2	0
BAGE	26	23	-11,5385
URUGUAIANA	16	13	-18,75
JAGUARAO	3	2	-33,3333
Tapera	1	0	-100

* Há uma discrepância de 60 cursos, cerca de 10% do total, entre os dados da SEC/RS e o do INEP/MEC.

Anexo Z- Tabelas. Oferta de cursos nos municípios do RS, segundo a grande área do conhecimento, 2003.

Agricultura e veterinária, 2003		
Município	Cursos	% do total
Rio Grande do Sul	27	100,00
SANTA MARIA	4	14,81
URUGUAIANA	3	11,11
CAPAO DO LEAO	3	11,11
PASSO FUNDO	2	7,41
CRUZ ALTA	2	7,41
CANOAS	2	7,41
PORTO ALEGRE	2	7,41
BAGE	2	7,41
ERECHIM	1	3,70
IJUI	1	3,70
BENTO GONCALVES	1	3,70
SANTIAGO	1	3,70
SAO VICENTE DO SUL	1	3,70
SANTA CRUZ DO SUL	1	3,70
ALEGRETE	1	3,70

Serviços, 2003

Município	Cursos	% do total
Rio Grande do Sul	22	100,00
PORTO ALEGRE	6	27,27
CANELA	3	13,64
PELOTAS	3	13,64
CANOAS	2	9,09
CRUZ ALTA	1	4,55
BENTO GONCALVES	1	4,55
FARROUPILHA	1	4,55
SANTA MARIA	1	4,55
SANTA CRUZ DO SUL	1	4,55
TAQUARA	1	4,55
NOVO HAMBURGO	1	4,55
TORRES	1	4,55

Humanidades e artes, 2003.

Município	Cursos	% do total
Rio Grande do Sul	64	100,00
PORTO ALEGRE	13	20,31
CANOAS	8	12,50
NOVO HAMBURGO	7	10,94
SANTA MARIA	6	9,38
IJUI	5	7,81
PASSO FUNDO	4	6,25
SAO LEOPOLDO	4	6,25
PELOTAS	4	6,25
CAXIAS DO SUL	3	4,69
SANTA ROSA	2	3,13
SANTA CRUZ DO SUL	2	3,13
TRES PASSOS	1	1,56
ERECHIM	1	1,56
SANTO ANGELO	1	1,56
CARAZINHO	1	1,56
BENTO GONCALVES	1	1,56
RIO GRANDE	1	1,56

Ciências, matemática e computação, 2003

Município	Cursos	% do total
Rio Grande do Sul	141	100,00
PORTO ALEGRE	21	14,89
SANTA MARIA	11	7,80
CANOAS	7	4,96
PELOTAS	7	4,96
SANTA ROSA	6	4,26
IJUI	6	4,26
PASSO FUNDO	5	3,55
CAXIAS DO SUL	5	3,55
SANTA CRUZ DO SUL	5	3,55
CAPAO DO LEAO	5	3,55
NOVO HAMBURGO	4	2,84
SAO LEOPOLDO	4	2,84

FREDERICO WESTPHALEN	3	2,13
ERECHIM	3	2,13
SANTO ANGELO	3	2,13
CARAZINHO	3	2,13
GRAVATAI	3	2,13
RIO GRANDE	3	2,13
PALMEIRA DAS MISSOES	2	1,42
CRUZ ALTA	2	1,42
VACARIA	2	1,42
BENTO GONCALVES	2	1,42
LAJEADO	2	1,42
CACHOEIRA DO SUL	2	1,42
TAQUARA	2	1,42
URUGUAIANA	2	1,42
TRES DE MAIO	1	0,71
TRES PASSOS	1	0,71
CASCA	1	0,71
FARROUPILHA	1	0,71
SANTIAGO	1	0,71
SOBRADINHO	1	0,71
CANELA	1	0,71
SAO JERONIMO	1	0,71
GUAIBA	1	0,71
CAPAO DA CANOA	1	0,71
IMBE	1	0,71
OSORIO	1	0,71
TORRES	1	0,71
ALEGRETE	1	0,71
SANTANA DO LIVRAMENTO	1	0,71
SAO GABRIEL	1	0,71
BAGE	1	0,71
SAO LOURENCO DO SUL	1	0,71
ARROIO GRANDE	1	0,71
JAGUARAO	1	0,71
SANTA VITORIA DO PALMAR	1	0,71

Educação, 2003.

Município	Cursos	% do total
Rio Grande do Sul	373	100,00
PORTO ALEGRE	25	6,70
SANTA MARIA	19	5,09
CANOAS	16	4,29
PELOTAS	16	4,29
SANTA CRUZ DO SUL	14	3,75

Ciências Sociais, Negócios e Direito, 2003.

Município	Cursos	% do total
Rio Grande do Sul	296	100,00
PORTO ALEGRE	45	15,20
SANTA MARIA	21	7,09
CANOAS	16	5,41
SAO LEOPOLDO	14	4,73
PELOTAS	11	3,72

SAO LEOPOLDO	14	3,75	PASSO FUNDO	9	3,04
RIO GRANDE	14	3,75	SANTA CRUZ DO SUL	9	3,04
ERECHIM	12	3,22	RIO GRANDE	9	3,04
IJUI	11	2,95	IJUI	8	2,70
SANTA ROSA	10	2,68	CAXIAS DO SUL	8	2,70
SANTO ANGELO	10	2,68	LAJEADO	8	2,70
PASSO FUNDO	10	2,68	SANTO ANGELO	7	2,36
FREDERICO WESTPHALEN	9	2,41	CRUZ ALTA	7	2,36
BAGE	9	2,41	SANTA ROSA	6	2,03
CRUZ ALTA	8	2,14	CARAZINHO	6	2,03
CAXIAS DO SUL	8	2,14	NOVO HAMBURGO	6	2,03
SANTIAGO	8	2,14	BENTO GONCALVES	5	1,69
NOVO HAMBURGO	8	2,14	BAGE	5	1,69
SAO BORJA	8	2,14	FREDERICO WESTPHALEN	4	1,35
CARAZINHO	7	1,88	ERECHIM	4	1,35
LAJEADO	7	1,88	TAQUARA	4	1,35
SANTANA DO LIVRAMENTO	7	1,88	GRAVATAI	4	1,35
SAO GABRIEL	7	1,88	ALEGRETE	4	1,35
LAGOA VERMELHA	6	1,61	PALMEIRA DAS MISSOES	3	1,01
OSORIO	6	1,61	CASCA	3	1,01
CASCA	5	1,34	SOLEDADE	3	1,01
SOLEDADE	5	1,34	LAGOA VERMELHA	3	1,01
ALEGRETE	5	1,34	VACARIA	3	1,01
URUGUAIANA	5	1,34	FARROUPILHA	3	1,01
DOM PEDRITO	5	1,34	SANTIAGO	3	1,01
PALMEIRA DAS MISSOES	4	1,07	CACHOEIRA DO SUL	3	1,01
VACARIA	4	1,07	GUAIBA	3	1,01
BENTO GONCALVES	4	1,07	TORRES	3	1,01
SOBRADINHO	4	1,07	URUGUAIANA	3	1,01
CACHOEIRA DO SUL	4	1,07	SANTANA DO LIVRAMENTO	3	1,01
TAQUARA	4	1,07	SAO GABRIEL	3	1,01
GRAVATAI	4	1,07	TRES PASSOS	2	0,68
CAMAQUA	4	1,07	GUAPORE	2	0,68
CACAPAVA DO SUL	4	1,07	SOBRADINHO	2	0,68
FARROUPILHA	3	0,80	VENANCIO AIRES	2	0,68
CANGUCU	3	0,80	CANELA	2	0,68
SANTA VITORIA DO PALMAR	3	0,80	SAO JERONIMO	2	0,68
TRES PASSOS	2	0,54	SAPUCAIA DO SUL	2	0,68
SAO LUIZ GONZAGA	2	0,54	CAPAO DA CANOA	2	0,68
NOVA PRATA	2	0,54	CAMAQUA	2	0,68
TAQUARI	2	0,54	SAO BORJA	2	0,68
SAO SEBASTIAO DO CAI	2	0,54	CACAPAVA DO SUL	2	0,68
CANELA	2	0,54	TRES DE MAIO	1	0,34
SAO JERONIMO	2	0,54	CERRO LARGO	1	0,34
SAPUCAIA DO SUL	2	0,54	SAO LUIZ GONZAGA	1	0,34

VIAMAO	2	0,54	PANAMBI	1	0,34
TORRES	2	0,54	MARAU	1	0,34
ITAQUI	2	0,54	NOVA PRATA	1	0,34
PIRATINI	2	0,54	ENCANTADO	1	0,34
CAPAO DO LEAO	2	0,54	TAQUARI	1	0,34
TRES DE MAIO	1	0,27	SAO SEBASTIAO DO CAI	1	0,34
GUAPORE	1	0,27	ALVORADA	1	0,34
VERANOPOLIS	1	0,27	OSORIO	1	0,34
IVOTI	1	0,27	ITAQUI	1	0,34
GUAIBA	1	0,27	DOM PEDRITO	1	0,34
CAPAO DA CANOA	1	0,27	PIRATINI	1	0,34
PINHEIRO MACHADO	1	0,27	JAGUARAO	1	0,34
SAO LOURENCO DO SUL	1	0,27			

Saude e bem estar social,
2003.

Município	Cursos	% do total
Rio Grande do Sul	124	100,00
PORTO ALEGRE	17	13,71
CANOAS	16	12,90
SANTA MARIA	11	8,87
PELOTAS	8	6,45
PASSO FUNDO	7	5,65
CAXIAS DO SUL	7	5,65
SANTA CRUZ DO SUL	7	5,65
IJUI	6	4,84
NOVO HAMBURGO	6	4,84
CRUZ ALTA	5	4,03
BAGE	5	4,03
LAJEADO	4	3,23
SAO LEOPOLDO	4	3,23
FREDERICO WESTPHALEN	3	2,42
ERECHIM	3	2,42
SANTA ROSA	2	1,61
SANTO ANGELO	2	1,61
CARAZINHO	2	1,61
CACHOEIRA DO SUL	2	1,61
RIO GRANDE	2	1,61
TRES DE MAIO	1	0,81
TRES PASSOS	1	0,81
SANTIAGO	1	0,81
TORRES	1	0,81
CAPAO DO LEAO	1	0,81

Engenharia, produção e
construção, 2003

Município	Cursos	% do total
Rio Grande do Sul	97	100,00
PORTO ALEGRE	20	20,62
CANOAS	11	11,34
SAO LEOPOLDO	7	7,22
PELOTAS	7	7,22
RIO GRANDE	7	7,22
PASSO FUNDO	6	6,19
SANTA MARIA	5	5,15
SANTA CRUZ DO SUL	5	5,15
LAJEADO	4	4,12
NOVO HAMBURGO	4	4,12
IJUI	3	3,09
CAXIAS DO SUL	3	3,09
HORIZONTINA	2	2,06
SANTO ANGELO	2	2,06
BENTO GONCALVES	2	2,06
ERECHIM	1	1,03
PANAMBI	1	1,03
CRUZ ALTA	1	1,03
SANTIAGO	1	1,03
TAQUARA	1	1,03
TRIUNFO	1	1,03
TORRES	1	1,03
SANTANA DO LIVRAMENTO	1	1,03
BAGE	1	1,03

Fonte: INEP/MEC.

Anexo AA- Tabela: Número de cursos novos criados, 1991-2003, segundo o município e a porcentagem em relação ao total do estado, RS.

Município	Cursos	%
Rio Grande do Sul (TOTAL)	155	100,00
PORTO ALEGRE	26	16,77
CANOAS	21	13,55
NOVO HAMBURGO	10	6,45
SANTA CRUZ DO SUL	10	6,45
IJUI	7	4,52
PELOTAS	7	4,52
BENTO GONCALVES	5	3,23
PASSO FUNDO	5	3,23
SANTA MARIA	5	3,23
CARAZINHO	4	2,58
LAJEADO	4	2,58
RIO GRANDE	4	2,58
SAO LEOPOLDO	4	2,58
CACHOEIRA DO SUL	3	1,94
CANELA	3	1,94
CAXIAS DO SUL	3	1,94
BAGE	2	1,29
ERECHIM	2	1,29
FARROUPILHA	2	1,29
PALMEIRA DAS MISSOES	2	1,29
SANTA ROSA	2	1,29
TAQUARA	2	1,29
TORRES	2	1,29
VACARIA	2	1,29
ALEGRETE	1	0,65
CAPAO DA CANOA	1	0,65
CAPAO DO LEAO	1	0,65
CASCA	1	0,65
CRUZ ALTA	1	0,65
GRAVATAI	1	0,65
GUAIBA	1	0,65
GUAPORE	1	0,65
HORIZONTINA	1	0,65
JAGUARAO	1	0,65
SANTA VITORIA DO PALMAR	1	0,65
SANTANA DO LIVRAMENTO	1	0,65
SANTO ANGELO	1	0,65
SAO GABRIEL	1	0,65
SAO JERONIMO	1	0,65
SAO LOURENCO DO SUL	1	0,65
SAO VICENTE DO SUL	1	0,65
SAPUCAIA DO SUL	1	0,65
TRES DE MAIO	1	0,65
URUGUAIANA	1	0,65

Fonte: INEP/MEC.

Anexo AB- Tabela: Número de cursos novos criados entre 1991 e 2003, segundo o município, o tipo de dependência administrativa e organização acadêmica., RS, 1991-2003.

Cursos Novos (comparação 1991/2003) Áreas específicas criadas	Ano	Número de cursos por município	Município	Dep. administrativa		Organização acadêmica					
	Número de cursos por área	Número de cursos por município	Nome do município onde é ofertada a nova área e o número de cursos	Pública	Privada	Univ	C.Univ.	Fac.Int.	Fac.	Inst.	Centro
Administração hospitalar	3	1	PORTO ALEGRE		1					1	
Análise de sistemas	2	2	SÃO LEOPOLDO, PELOTAS		2	2					
Artes visuais	3	3	IJUI, CANOAS, PELOTAS	1	2	3					
Automação	1	1	PELOTAS	1							1
Automação de escritórios	1	1	SANTA CRUZ DO SUL CACHOEIRA DO SUL, NOVO		1	1					
Biomedicina	2	2	HAMBURGO		2	1	1				
Ciência aeronáutica	1	1	PORTO ALEGRE		1	1					
Ciência política	1	1	CANOAS		1	1					
Confecção de roupas	1	1	PASSO FUNDO		1	1					
Controle ambiental	1	1	PELOTAS	1							1
			IJUI, CANOAS(2), CARAZINHO, SANTA MARIA, NOVO HAMBURGO, PORTO								
Design	8	6	ALEGRE(2)		8	4	3			1	
Ecologia	1	1	PELOTAS		1	1					
Educação especial	1	1	SANTA CRUZ DO SUL		1	1					
Eletrônica	1	1	PELOTAS		1	1					

Empreendedorismo	1	1	PORTO ALEGRE	1	1		
Engenharia ambiental	2	1	SANTA CRUZ DO SUL	2	2		
Engenharia automotiva	1	1	CANOAS	1	1		
Engenharia cartográfica	1	1	PORTO ALEGRE	1	1		
			ERECHIM, PASSO FUNDO, PORTO ALEGRE, RIO				
Engenharia de alimentos	4	4	GRANDE	2	2	4	
			LAJEADO, PORTO ALEGRE, SÃO LEOPOLDO, RIO				
Engenharia de computação	4	4	GRANDE	1	3	3	1
Engenharia de computação (hardware)	1	1	PORTO ALEGRE	1	1		
Engenharia de controle e automação	2	2	PORTO ALEGRE, LAJEADO	2	1	1	
Engenharia de materiais	1	1	PORTO ALEGRE	1	1		
Engenharia de materiais - plástico	1	1	CANOAS	1	1		
			PORTO ALEGRE (2), Santa Cruz, Lajeado, Novo				
Engenharia de produção	5	4	Hamburgo.	1	4	3	2
Engenharia de telecomunicações	1	1	CANOAS	1	1		1
Engenharia eletrônica	1	1	NOVO HAMBURGO	1	1		1
Engenharia industrial mecânica	1	1	SANTO ANGELO	1	1		
Fabricação de móveis	1	1	BENTO GONÇALVES	1	1		
Fabricação e processamento	1	1	HORIZONTALINA	1			1
Farmácia bioquímica	2	1	BAGÉ	1	2		
Formação de professor de computação (informática)	3						
Formação de professor de disciplinas profissionalizantes do ensino médio	3						
Formação de professor de educação especial	1						
Gestão da produção	1	1	GUAPORE	1	1		
Gestão da produção de vestuário	1	1	PASSO FUNDO	1	1		
Gestão de negócios internacionais	1						
Gestão de qualidade	1	1	SAPUCAIA DO SUL	1			1
Hotelaria	3	2	CANELA(2), PORTO ALEGRE	3	1	2	

Humanidades	1	1 CANOAS	1		1
Informática educacional	2	2 SANTA ROSA, IJUI	2	2	
Manutenção de aparelhos médico-hospitalares	1	1 CANOAS	1	1	
Matemática computacional (informática)	1	1 SANTA MARIA CAXIAS DO SUL, NOVO	1		1
Moda	2	2 HAMBURGO	2	1	1
Optometria	1	1 CANOAS	1	1	
		CARAZINHO, PALMEIRA DAS MISSÕES, VACARIA, BENTO GONÇALVES, PELOTAS, SÃO LOURENÇO DO SUL, JAGUARÃO, SANTA VITORIA DO PALMAR.	8	8	
Processamento de dados	8	8 DO PALMAR. PORTO ALEGRE, NOVO			
Psicopedagogia	2	2 HAMBURGO	2	1	1
Publicidade e propaganda	1	1 PORTO ALEGRE	1	1	
Química de alimentos	1	1 CAPAO DO LEAO	1	1	
Química de polímeros	1	1 CAXIAS DO SUL	1	1	
Quiroprática	1			1	
Radiologia	1	1 CANOAS	1		
Recreação e lazer	1	1 CANOAS	1	1	
Refrigeração / aquecimento	1	1 SANTA CRUZ DO SUL	1	1	
Relações internacionais	1	1 CANOAS	1		1

			SANTA ROSA, TRES DE MAIO, IJUI, CARAZINHO(2), PALMEIRA DAS MISSOES, CASCA, VACARIA, BENTO GONÇALVES, CAXIAS DO SUL(2), SANTA MARIA(2), CACHOEIRA DO SUL, TAQUARA, SÃO GERONIMO, CANOAS, GRAVATAI(2), GUAIBA, NOVO HAMBURGO, PORTO ALEGRE(4), CAPAO DA CANOA, TORRES, ALEGRETE, URUGUAIANA, SANTANA DO LIVRAMENTO, SAO GABRIEL, BAGE,								
Sistemas de informação	33	26	PELOTAS		33	25	3	4		1	
Sociologia	1	1	IJUI		1	1					
Técnicas de irrigação	1	1	SÃO VICENTE DO SUL		1					1	
Tecnologia ambiental	1	1	PELOTAS	1						1	
Tecnologia em desenvolvimento de softwares	2	2	FARROUPILHA, CANELA		2	2					
Tecnologia em informática	2										
Tecnologia química	1	1	CANOAS		1	1					
Telecomunicações	1	1	PELOTAS	1						1	
Terapias da beleza	1	1	CANOAS		1	1					
Transportes	1	1	PORTO ALEGRE		1	1					
			PORTO ALEGRE(3), CRUZ ALTA, BENTO GONÇALVES, FARROUPILHA, SANTA MARIA, SANTA CRUZ DO SUL, CANELA, TAQUARA, NOVO HAMBURGO, TORRES,								
Turismo	13	12	PELOTAS.	1	12	7	2	4			
Viticultura	1	1	BENTO GONÇALVES	1						1	
Total	155			18	123	101	20	0	12	0	9

Fonte: INEP/MEC.

Anexo AC- Quadro. Cursos oferecidos pela UERGS em 2006, segundo o município e áreas do conhecimento.

Área das Ciências Humanas	
Curso	Cidades
Curso de Pedagogia - Anos Iniciais do Ensino Fundamental : Crianças, Jovens e Adultos	Alegrete, Bagé, Cidreira, Cruz Alta, São Francisco de Paula, Tapes, Vacaria, Veranópolis
Graduação em Artes Visuais : Licenciatura	Montenegro
Graduação em Dança : Licenciatura	Montenegro
Graduação em Música : Licenciatura	Montenegro
Graduação em Teatro : Licenciatura	Montenegro
Curso de Pedagogia - Anos Iniciais do Ensino Fundamental: Crianças Jovens e Adultos	Porto Alegre
Curso de Pedagogia - Educação Infantil	Porto Alegre
Curso de Administração : Sistemas e Serviços de Saúde	Porto Alegre
Área das Ciências da Vida e do Meio Ambiente	
Curso	Cidades
Curso de Administração : Administração Rural e Agroindustrial	Bom Progresso, Cachoeira do Sul, Encantado, Erechim, Frederico Westphalen, Ronda Alta,

	Sananduva, São Borja, São Luiz Gonzaga
Curso de Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial	Bom Progresso, Cachoeira do Sul, Encantado, Erechim, Frederico Westphalen, Sananduva, São Borja, São Luiz Gonzaga
Curso de Ciência e Tecnologia de Alimentos : Habilitação em Laticínios	Ibirubá
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária : Sistemas de Produção	Alegrete, Bom Progresso, Cachoeira do Sul, São Borja, São Luiz Gonzaga, Vacaria
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária : Agroindústria	Bom Progresso, Caxias do Sul, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Encantado, Frederico Westphalen, Ibirubá, Sananduva, Santana do Livramento, São Luiz Gonzaga
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária : Fruticultura	Bagé, Frederico Westphalen, Sananduva, Santana do Livramento, Vacaria
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária : Silvicultura	Bagé
Curso Superior de Tecnologia em Agropecuária : Horticultura	Santa Cruz do Sul
Curso Superior de Tecnologia em Recursos Pesqueiros : Produção de	Cidreira, Tapes

Pescados	
Curso de Graduação de Ciências Biológicas : ênfases Biologia Marinha e Costeira e, Gestão Ambiental Marinha e Costeira - Convênio UFRGS	Cidreira e Imbé (em conjunto)
Engenharia de Alimentos ⁽¹⁾	Passo Fundo
Química Industrial de Alimentos ⁽²⁾	Santa Rosa
Área das Ciências da Vida e do Meio Ambiente e Área das Ciências Exatas e Engenharias	
Curso	Cidades
Engenharia em Bioprocessos e Biotecnologia	Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Santana do Livramento
Curso Superior de Tecnologia em Meio Ambiente	Erechim, São Francisco de Paula, Tapes
Área das Ciências Exatas e Engenharias	
Curso	Cidades
Curso Superior de Tecnologia em Automação Industrial	Novo Hamburgo
Engenharia em Energia e Desenvolvimento Sustentável	Novo Hamburgo
Engenharia em Sistemas Digitais	Guaíba
Engenharia Mecânica ⁽²⁾	Panambi

⁽¹⁾ Curso em convênio com Universidade de Passo Fundo(UPF).

⁽²⁾ Curso em convênio com Universidade Regional do Noroeste do Estado(UNIJUÍ). Fonte: <http://www.uergs.edu.br/interno/cursos/cursos4>.

Anexo AD – Tabela: População residente, por situação do domicílio e sexo, segundo os grupos de idade - Rio Grande do Sul, 2004.

Grupos de idade	População residente								
	Total	Homens	Mulheres	Urbana			Rural		
				Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total.....	10 748 024	5 247 525	5 500 499	8 689 566	4 177 682	4 511 884	2 058 458	1 069 843	988 615
0 a 4 anos.....	733 744	377 091	356 653	595 019	310 076	284 943	138 725	67 015	71 710
Menos de 1 ano....	129 923	65 765	64 158	106 820	57 148	49 672	23 103	8 617	14 486
1 a 4 anos.....	603 821	311 326	292 495	488 199	252 928	235 271	115 622	58 398	57 224
5 a 9 anos.....	902 660	483 675	418 985	736 998	394 762	342 236	165 662	88 913	76 749
10 a 14 anos.....	941 680	471 201	470 479	755 922	370 325	385 597	185 758	100 876	84 882
15 a 19 anos.....	933 359	470 047	463 312	751 066	377 956	373 110	182 293	92 091	90 202
15 a 17 anos.....	557 424	272 994	284 430	439 952	216 597	223 355	117 472	56 397	61 075
18 e 19 anos.....	375 935	197 053	178 882	311 114	161 359	149 755	64 821	35 694	29 127
20 a 24 anos.....	915 676	468 323	447 353	774 386	393 210	381 176	141 290	75 113	66 177
25 a 29 anos.....	779 182	363 986	415 196	645 917	293 014	352 903	133 265	70 972	62 293
30 a 34 anos.....	744 051	361 801	382 250	610 655	295 228	315 427	133 396	66 573	66 823
35 a 39 anos.....	819 068	409 267	409 801	671 145	327 424	343 721	147 923	81 843	66 080
40 a 44 anos.....	820 809	403 933	416 876	658 731	317 799	340 932	162 078	86 134	75 944
45 a 49 anos.....	739 949	347 546	392 403	607 650	276 343	331 307	132 299	71 203	61 096
50 a 54 anos.....	649 546	320 120	329 426	512 195	245 800	266 395	137 351	74 320	63 031
55 a 59 anos.....	481 836	225 350	256 486	381 311	177 173	204 138	100 525	48 177	52 348
60 a 64 anos.....	407 717	188 728	218 989	301 175	130 690	170 485	106 542	58 038	48 504
65 a 69 anos.....	317 089	150 739	166 350	250 100	114 044	136 056	66 989	36 695	30 294
70 anos ou mais.....	561 076	205 136	355 940	436 714	153 256	283 458	124 362	51 880	72 482
Idade ignorada.....	582	582	-	582	582	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Anexo AE – Tabela: Pessoas que freqüentavam creche ou escola, por grau e a série que freqüentavam, segundo a rede de ensino que freqüentavam, o sexo e os grupos de idade - Rio Grande do Sul, 2004.

Rede de ensino que freqüentavam, sexo e grupos de idade	Pessoas que freqüentavam creche ou escola										
	Total	Total de Estudantes (1)	Grau que freqüentavam							Médio (4)	Superior (5)
			Educação Infantil		Fundamental						
			Creche	Pré-escolar	Total (2)	Série que freqüentavam		Sem declaração (3)			
1ª a 4ª	5ª a 8ª										
Total.....	10 748 024	2 955 058	78 401	241 648	1 733 826	857 100	825 892	27 827	556 242	344 941	
Rede de ensino											
Pública.....		2 325 845	39 105	181 319	1 589 112	789 868	753 462	23 777	456 847	59 462	
Particular.....		628 631	39 296	59 747	144 714	67 232	72 430	4 050	99 395	285 479	
Sem declaração.....		582	-	582	-	-	-	-	-	-	
Sexo e grupos de idade											
0 a 3 anos.....		78 401	78 401	-	-	-	-	-	-	-	
4 a 5 anos.....		50 550	-	50 550	-	-	-	-	-	-	
6 a 7 anos.....		219 511	-	180 291	39 220	39 220	-	-	-	-	
8 a 9 anos.....		176 808	-	8 640	168 168	168 168	-	-	-	-	
10 a 11 anos.....		372 761	-	1 584	371 177	369 128	2 049	-	-	-	
12 a 13 anos.....		380 172	-	583	379 589	209 442	170 147	-	-	-	
14 a 15 anos.....		175 920	-	-	175 920	24 381	151 539	-	-	-	
16 a 17 anos.....		364 119	-	-	337 851	24 545	313 097	209	26 268	-	
18 a 19 anos.....		176 589	-	-	96 715	10 364	84 557	1 794	79 874	-	
20 a 24 anos.....		282 668	-	-	67 785	4 797	58 820	4 168	210 248	4 635	
25 a 29 anos.....		159 520	-	-	19 720	1 584	14 597	2 748	101 793	38 007	
30 a 34 anos.....		233 262	-	-	15 652	1 839	8 968	3 843	67 034	150 576	
35 a 39 anos.....		99 878	-	-	10 339	582	5 006	3 166	24 448	65 091	

30 anos ou mais.....	184 899	-	-	51 690	3 050	17 112	11 899	46 577	86 632	
Homens.....	5 247 525	1 463 604	39 990	131 942	903 937	457 793	422 134	14 554	249 321	138 414
0 a 3 anos.....	39 990	39 990	-	-	-	-	-	-	-	
4 anos.....	27 665	-	27 665	-	-	-	-	-	-	
5 e 6 anos.....	119 440	-	98 223	21 217	21 217	-	-	-	-	
7 anos.....	96 976	-	4 307	92 669	92 669	-	-	-	-	
8 e 9 anos.....	198 836	-	1 164	197 672	196 461	1 211	-	-	-	
10 e 11 anos.....	196 111	-	583	195 528	113 378	82 150	-	-	-	
12 anos.....	81 786	-	-	81 786	10 617	71 169	-	-	-	
13 e 14 anos.....	183 173	-	-	173 952	14 160	159 792	-	9 221	-	
15 anos.....	87 088	-	-	58 051	5 076	51 763	1 212	29 037	-	
16 e 17 anos.....	136 703	-	-	41 214	2 002	36 209	3 003	93 695	1 794	
18 e 19 anos.....	79 925	-	-	10 080	-	8 125	1 164	55 776	14 069	
20 a 24 anos.....	102 165	-	-	8 387	210	4 588	2 796	33 482	60 296	
25 a 29 anos.....	42 437	-	-	4 543	582	2 004	1 374	10 804	27 090	
30 anos ou mais.....	71 309	-	-	18 838	1 421	5 123	5 005	17 306	35 165	
Mulheres.....	5 500 499	1 491 454	38 411	109 706	829 889	399 307	403 758	13 273	306 921	206 527
0 a 3 anos.....	38 411	38 411	-	-	-	-	-	-	-	
4 anos.....	22 885	-	22 885	-	-	-	-	-	-	
5 e 6 anos.....	100 071	-	82 068	18 003	18 003	-	-	-	-	
7 anos.....	79 832	-	4 333	75 499	75 499	-	-	-	-	
8 e 9 anos.....	173 925	-	420	173 505	172 667	838	-	-	-	
10 e 11 anos.....	184 061	-	-	184 061	96 064	87 997	-	-	-	
12 anos.....	94 134	-	-	94 134	13 764	80 370	-	-	-	
13 e 14 anos.....	180 946	-	-	163 899	10 385	153 305	209	17 047	-	
15 anos.....	89 501	-	-	38 664	5 288	32 794	582	50 837	-	
16 e 17 anos.....	145 965	-	-	26 571	2 795	22 611	1 165	116 553	2 841	
18 e 19 anos.....	79 595	-	-	9 640	1 584	6 472	1 584	46 017	23 938	

20 a 24 anos.....	131 097	-	-	7 265	1 629	4 380	1 047	33 552	90 280
25 a 29 anos.....	57 441	-	-	5 796	-	3 002	1 792	13 644	38 001
30 anos ou mais.....	113 590	-	-	32 852	1 629	11 989	6 894	29 271	51 467
Idade ignorada.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas que não declararam o curso freqüentado. (2) Inclusive os estudantes de curso de alfabetização de adultos.

(3) Inclusive os estudantes que freqüentavam o supletivo não seriado. (4) Inclusive os estudantes de pré-vestibular. (5) Inclusive os estudantes de curso de mestrado ou doutorado